

Filosofia e Espiritualidade

Uma abordagem psicológica

1ª Edição
Do 1º ao 5º milheiro

Criação da capa: Objectiva Comunicação e Marketing

Direção de Arte: Escobar

Revisão: Hugo Pinto Homem e Silzen Furtado

Diagramação e Arte Final: Joseh Caldas

Copyright ©2004 by
Fundação Lar Harmonia
Rua da Fazenda, 560 – Piatã
41650-020

atendimento@larharmonia.org.br

www.larharmonia.org.br

fone-fax: (071) 286-7796

Impresso no Brasil

ISBN: 85-86492-15-9

Todo o produto deste livro é destinado à manutenção
das obras da Fundação Lar Harmonia

Adenáuer Novaes

Filosofia e Espiritualidade

Uma abordagem psicológica



F U N D A Ç Ã O
LAR HARMONIA

FUNDAÇÃO LAR HARMONIA
CNPJ/MF 00.405.171/0001-09
Rua da Fazenda, 560 – Piatã
41650-020 – Salvador – Bahia – Brasil
2004

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novaes, Adenáuer Marcos Ferraz de
Filosofia e Espiritualidade. – Salvador: Fundação
Lar Harmonia, 06/2004.

240p.

1. Espiritismo. I. Novaes, Adenáuer Marcos
Ferraz de, 1955. - II. Título.

CDD – 133.9

Índice para catálogo sistemático:

1. Espiritismo	133.9
2. Psicologia	154.6
3. Filosofia	140.0

Deus é uma questão pessoal. Ele é assistemático, e o ser humano o enquadra. Deus compreende e inclui o arbítrio das possibilidades.

Desvendar o mistério da vida significa eliminá-la. O amor é o grande motivo da vida.

Não tenho certezas. Tenho idéias, emoções...
Uma pessoa cheia de certezas estaciona.
Uma certeza basta.

Não se pode mudar aquilo que interiormente não se aceitou. (C. G. Jung).

Índice

Motivo do livro	9
Encantamento	14
Introdução	20
Filosofia e espiritualidade	25
Transferência arquetípica	30
Teoria do conhecimento	33
Filosofia e religião	37
Os caminhos da mente	45
Evolução do pensamento e do conhecimento	57
Sócrates	70
Estóicos e Essênios	73
Epicurismo	77
Ceticismo e Ecletismo	80
A evolução do pensamento filosófico após Jesus e até o período anterior ao racionalismo	82
Do racionalismo ao espiritismo	109
Allan Kardec, o ensino dos espíritos e o pensamento moderno	168
Filosofia e espiritismo	187
Psicologia e espiritismo	202
Allan Kardec e a Psicologia	207
Filosofia e Psicologia	212
Aparelho psíquico	215

Carl Gustav Jung	221
Considerações filosóficas	228
Simples questões filosóficas	231
Minha filosofia de vida	234
Mais além	236
Mensagem	238
Ao Cristo	240

Motivo do livro

Este livro tem dois objetivos inseparáveis. Realmente, só na aparência. O primeiro, representa um antigo desejo de escrever sobre filosofia e idéias que surgiram ao longo da evolução humana. Minha graduação em Filosofia me foi útil para tal, mesmo reconhecendo limitações pessoais para alcançar aquele desejo. Ao leitor desacostumado com as idéias e conceitos expostos, peço paciência. Mesmo que considere a compreensão difícil, leia até o fim. O segundo é consequência e dedução do primeiro. É permitir uma visão pessoal e vivenciada dos princípios extraídos das idéias filosóficas. Representa o “para que serve” pensar a Filosofia.

Quando me decidi por escrever a respeito de temas filosóficos, na tentativa de colocar um olhar psicológico e espiritual na história do pensamento humano, vi que teria dificuldades múltiplas. Mesmo formado em filosofia, tinha consciência de que esquecera muitos conceitos e precisaria reacendê-los na memória. Debrucei-me sobre livros e mais livros de filosofia. Relembrei conceitos e idéias com as quais me afinava e muitas outras que não compreendia ou que não aceitava.

Percebi que alguns filósofos trouxeram idéias arquetípicas¹, pertencentes ao consciente coletivo da sociedade de sua época.

¹ Deriva de arquétipo, que são estruturas psíquicas do inconsciente coletivo, as quais determinam padrões ou tendências a comportamentos.

Eram como que tradutores da consciência social e do inconsciente pessoal e arquetípico. Outros, realmente transcenderam sua época e inovaram, levando a sociedade a enxergar mais longe o papel da vida e do destino individual e coletivo do ser humano. Faço minhas as palavras de Hegel, em seu livro *“Introdução à História da Filosofia”*, a respeito dos filósofos, precursores ou anunciadores do significado e sentido da vida: *“A história da filosofia representa a série dos espíritos nobres, a galeria dos heróis da razão pensante, os quais, graças a essa razão, lograram penetrar na essência das coisas, da natureza e do espírito, na essência de Deus, conquistando assim com o próprio trabalho o mais precioso tesouro: o do conhecimento racional.”*

Tive dificuldade em enxergar o momento presente de uma forma isenta de conceitos antigos. Notei a tendência em mim de analisar o presente baseado em idéias antigas, sem entender o risco de enviesar a visão de mundo que buscava. Absorvi, nessa reflexão, a idéia de que o futuro deve ser visto sob um ponto de vista amplo, baseado em novos paradigmas, diferentes daqueles que se encontram em voga. Percebi que, por exemplo, a análise da realidade tendo por base os conceitos da física clássica newtoniana, isto é, feita em cima dos conceitos do Século XIX, não resultaria numa percepção ampla do seu significado e sentido. Porém, quando feita à luz da física relativística e da física quântica, mesmo contraditórias entre si, no que diz respeito à lei de causalidade, torna-se mais de acordo com o futuro que se avizinha.

Percebi que ciência é apenas conhecimento provisório a respeito de algo e não é nem chega à verdade. O que se pensa ser a verdade, na realidade, tem se tornado algo improvável, do qual não se tem certeza e restrito a uma questão de probabilidades.

A filosofia pós-iluminismo, tornou-se um campo árido de saber, graças ao desenvolvimento de outros conhecimentos mais pragmáticos e de uma compreensão mais próxima da realidade, razão pela qual busco, ao longo do livro, tecer as relações existentes entre as teorias e suas conseqüências práticas na vida humana.

Peço a compreensão do leitor se trouxer algumas reflexões que contrastem com seu modo de pensar, ou que sejam diferentes das interpretações clássicas que porventura conheça. Lembro apenas que, em matéria de filosofia, vale o princípio da liberdade de intuir a realidade de acordo com as construções psíquicas inerentes à mente que a concebe.

Neste trabalho tento mostrar também que aparelho psíquico (*psiquê*²), ou mente, é uma construção decorrente do aprendizado do Espírito³ nas experiências vividas. A aquisição de paradigmas implica na evolução do aparelho psíquico. Ele se transforma, adquirindo novas capacidades à medida que o ser integra novos paradigmas das leis de Deus. Esse processo de transformação e melhoramento do aparelho psíquico é inconsciente e automático, tendo se iniciado nos primórdios da evolução do Princípio Espiritual. Por exemplo, a aquisição da razão, na transição entre o Plioceno superior e o Pleistoceno, implicou em alterações na *psiquê*, capacitando-a a novas aquisições adiante. Tal mudança permitiu o surgimento do *ego*⁴, enquanto estrutura funcional interna da *psiquê*, o qual não se confunde com o *eu*, enquanto consciência de *si*, cujo atributo principal é representar o Espírito, sendo sua identidade exterior. Enquanto o *ego* desempenha a função de intermediar a relação entre a consciência e o inconsciente, o *eu* representa a personalidade do indivíduo.

A história do ser humano é a história da evolução do conceito que vai adquirindo sobre si mesmo. É a descoberta gradativa de sua própria *psiquê*. A cada fase da história da

² *Psiquê*, psique ou mente é o aparelho psíquico humano, no qual se processam o pensamento e as emoções. É um campo do perispírito que responde pelos comandos do Espírito na direção do corpo físico e do próprio corpo perispiritual. A *psiquê* atua diretamente sobre as estruturas cerebrais.

³ Espírito, com E maiúsculo, aqui significa o ser espiritual distinto da matéria e sem perispírito, isto é, o princípio inteligente do Universo, conforme questão 23 de O Livro dos Espíritos.

⁴ O *ego* é o centro da consciência e tem a atribuição principal de ligá-la ao inconsciente.

humanidade a *psiquê* se revela compatível à aquisição de novos conhecimentos, os quais a alteram gradativamente para as conquistas do Espírito.

Espero que o leitor menos familiarizado com a Filosofia, ou com o filosofar, encontre a necessária compreensão para seu próprio crescimento pessoal. Da mesma forma, àquele não acostumado com temas psicológicos e espirituais.

Àqueles já familiarizados com o estudo do espiritismo, tendo absorvido clássicas interpretações, permitam-se, por agora, admitir uma tentativa de compreensão filosófico-psicológica do saber espírita.

A psicologia que me serve de base em meu trabalho clínico é aquela que inclui a existência do Espírito, da *psiquê* como veículo de manifestação dele, considerando-a dentro de alguns princípios *junguianos*. Levo em conta a estrutura psíquica proposta por C. G. Jung para o aparelho psíquico, o qual é constituído de consciente, inconsciente pessoal e inconsciente coletivo. Vale ressaltar que as questões que dizem respeito aos arquétipos, à *sombra*⁵, aos *complexos*⁶ e aos sonhos, também têm importância no meu trabalho clínico. Mesmo considerando o valor da psicologia transpessoal, que leva em conta os estados alterados de consciência e as manifestações arquetípicas, prefiro não utilizar seus pressupostos teóricos por falta de bases mais sólidas em seus princípios, ainda em fase de estudos mais profundos. Ao afirmar que incluo a existência do Espírito em meu trabalho clínico, não quero dizer que transformo minha prática profissional em doutrinação de caráter religioso ou na utilização de práticas mediúnicas ou semelhantes como recurso auxiliar. A consideração da existência do Espírito serve-me de pano de fundo para a

⁵ Parte componente da personalidade que é desconhecida ou negada pelo indivíduo.

⁶ Conjunto de representações ou idéias estruturadas e caracterizadas por forte conteúdo emocional, total ou parcialmente reprimidas, e que influenciam o comportamento.

compreensão da natureza humana e de seus complexos problemas.

Peço aos leitores que, embora comparem os conceitos aqui emitidos com aqueles consagrados por diversos autores, bem como pelo senso comum, tentem lhes entender o alcance em si mesmos. Não formulo teses baseadas num sistema pronto. São uma síntese de hipóteses, cujo pressuposto “*a priori*” é a existência do Espírito criado por Deus.

Encantamento

Quando criança, encantava-me o corpo humano e seus maravilhosos órgãos. Tinha curiosidade em conhecer seu funcionamento e sua complexidade. Os pulmões, como poderosos foles levando e trazendo o ar, faziam-me pensar no “sopro da vida”; o coração, além de atizar minha curiosidade, dava-me uma sensação de periculosidade, pois todos falavam dele como o órgão da vida; o estômago, o intestino, bem como o trajeto do bolo alimentar desde a boca, formavam um caminho, o qual, em minha cabeça, demorava dias para se completar; tudo era misterioso e fantástico para mim. Depois que estudei o corpo humano e aprendi a respeito de seu funcionamento, ele perdeu o encanto que, para mim, tinha anteriormente. Após essa fase, já na adolescência, encantei-me com o cérebro. Tentava entender como funcionavam aquelas saliências brancas e cinzentas. Não entendia como ali estava o pensar e o sentir humanos. Ainda acreditava que a alma tinha sua sede em algum ponto recôndito do cérebro. Minhas incursões pela religião não me levaram a mudar de idéia. Porém, ao entrar em contato com o espiritismo, mudei minha forma de enxergar a realidade do corpo e do ser humano. Passei a entender que o ser humano não tem uma alma, tampouco um espírito, mas que é espírito e imortal. Que está num corpo e que tem uma origem espiritual. Essa descoberta revolucionou meu pensar, o modo de sentir a vida e alterou substancialmente meu comportamento. Em

paralelo, formei-me em Engenharia e, quase simultaneamente, em Filosofia. A partir daí entrei no mundo dos espíritos com consciência e suficiente senso crítico para avaliar as informações a respeito. Independente das fontes de informações, tudo passou a ser analisado com o objetivo de não me deixar levar pelo fanatismo nem pela influência de meu desejo de confirmação das minhas próprias crenças. Dediquei-me, como até hoje, ao estudo e à prática do espiritismo, e isso fez de minha vida uma agradável manhã de primavera. Sempre aberto ao novo e ao espiritual, compreendo a necessidade do estudo e da vivência coerente do que acredito. Após alguns anos, dediquei-me ao estudo da Psicologia, culminando com a mudança de profissão. Após formar-me em Psicologia, decidi encerrar minhas atividades profissionais com engenheiro e dedicar-me exclusivamente à psicologia clínica.

Descobri, em contato com o espiritual e com a psicologia clínica, a liberdade de ser, de agir, de pensar, de sentir, dentro de princípios coerentes com aqueles aprendidos e lembrados. Senti-me dono de mim mesmo e livre para entender o universo como meu raciocínio me permitia. O mesmo desencanto com o corpo humano, reprisado com o cérebro, agora ocorria com o que aprendia através da literatura. Comecei a formular meus próprios conceitos sobre o espiritual. Isso me deixou temeroso de criar teorias destituídas de fundamentação consistente. Submeti meus conceitos ao senso coletivo, bem como à experiência que vivia no dia-a-dia de minha própria existência no corpo. Para minha surpresa, não havia discrepância no conteúdo, apenas em algumas formas de manifestação e expressão. Minha felicidade se ampliava com isso. Não foi fácil fazer isso sem sair de mim mesmo, nem deixar de vivenciar o espiritismo como o fazia antes do encantamento. Mais satisfeito ainda fiquei, ao perceber que tudo que fazia, tudo que vivenciava, continuaria, porém dentro de outros propósitos. Não mais para satisfazer ao meu desejo de realização pessoal e para atender à comunidade, mas para consecução de um plano divino. Sem qualquer megalomania ou exclusividade no que fazia,

percebi que trabalhava diretamente num projeto pessoal e divino simultaneamente. Descobri que Deus loteou a realidade e a presenteou às criaturas. Os pretendentes somos todos nós. Eu descobri que era donatário de um espaço-tempo divino e que nele poderia realizar o que quisesse. A discussão se Deus está ou não presente (parte essencial) nas coisas, isto é, se tudo é Deus ou apenas sua criação é inócua, e exclusiva do sistema mental humano.

Percebi que o Criador me colocou no mundo para atuar na sua colonização, isto é, construir nele aquilo que minha ética pessoal admitisse. Tal mundo não se restringe à vida material, mas à Vida como um todo, incluindo o mundo espiritual. A função de co-criar não se restringe ao campo da matéria, tampouco ao espiritual circundante à Terra, mas ao universo infinito. Tal amplitude vai desde o campo das formas quanto à elaboração de princípios de desenvolvimento espiritual. O Criador reserva um “*locus virgo*”⁷ a cada ser, à medida que ele ultrapassa a linha limítrofe das possibilidades de conhecimento nas lides materiais.

Tenho compreendido a *psiquê* como um dos campos pelos quais o Espírito se conecta a Deus. A percepção dessa conexão reduz a dependência entre o ser e Deus. Tal dependência, por enquanto, desloca a auto-referência para a adoração de entidades espirituais. Essa adoração, muito embora possa, quando bem conduzida, contribuir para o desenvolvimento e a evolução do espírito, retarda-lhe o processo de amadurecimento e a descoberta da própria vontade autônoma.

Essas descobertas trouxeram-me novo encantamento. Estou presentemente encantado com Deus. Com aquilo que creio ser seu plano para comigo. Acredito que ele legou o mundo para que o ser humano se encontrasse e pudesse, para sempre, semear e construir, a fim de compreender que o resultado de tudo é o

⁷ Lugar virgem, espaço-tempo nunca antes alcançado por outro Espírito. Campo de co-construção do Espírito que já saiu da roda das encarnações.

próprio Deus. Deus não é o mundo e a realidade que se mostra ao ser humano, mas a realidade e o mundo fazem parte de Deus.

Meu encantamento teve continuidade ao me apropriar de alguns conceitos de C. G. Jung (1875 – 1961). Tais conceitos me fizeram alcançar a consciência, porém ainda não concretamente realizada, de que é preciso ir-se com a máxima coragem de viver a vida e com a máxima liberdade de decisão própria. Sem isso o espírito estará aprisionado às teias da imaginação, à pobreza de percepção do sentido da própria existência e ao significado da vida. Sem adquirir a autonomia de viver e a capacidade de autodeterminar-se, não há felicidade possível.

Tal sentido implica no viver, cujo prêmio é a realização possível do ser individual, exequível através de suas ações. Eximindo-se do viver e do experienciar a vida, torna-se impossível alcançar o ser que se deseja para si. A realização pessoal não é, como pensam alguns, o ascetismo ou a vida fora da existência presente. É alcançar a dignidade de viver no mundo independentemente das contingências dele.

Deus e Espírito: par de opostos. Deus nos criou com algo interno que implica em Sua própria contradição. Colocou-nos em oposição a Ele mesmo, condição sem a qual a busca por integrar-se seria impossível. A compreensão da relação dialética do Criador com a criatura, isto é, dos opostos, é um grande passo para a felicidade. A procura de Deus é o encontro consigo mesmo. Não há um Deus fora nem dentro, mas um Deus que se realiza no humano. Meu encantamento me leva à consciência de que não sou Deus, de que Ele não está em mim, de que Ele não vive fora de mim, de que Ele não é o mundo, de que os mais respeitáveis adjetivos atribuídos a Ele não correspondem à sua totalidade, mas de que Ele é, de que minha existência se dá Nele. Não estou indo ao encontro de Deus, mas creio que descobrirei que sempre estive nele.

Meu encantamento me fez perceber que é preciso ter fidelidade à própria lei, como o caminho para o desenvolvimento

de uma consciência autônoma e autodeterminada. Esse caminho é do próprio indivíduo, que é por ele considerado o melhor e mais eticamente desejado. Seguir um método religioso ou social é uma escolha que deve ser, em dado momento, abandonada, quando dela já se tiver extraído as linhas mestras do viver. Após esse abandono, segue-se o próprio caminho, cuja ética, certamente, suplanta aquela conhecida e assimilada. A lei a que me refiro é aquela construída pelo próprio Espírito, com ou sem a ajuda das religiões e filosofias conhecidas. Isso não implica no abandono daquilo que se aprende como norma religiosa, nem tampouco na adoção de regras próprias sem a consciência das conseqüências de tal decisão. Paga-se um preço alto por se seguir a própria lei: o preço da solidão interna e do sacrifício de determinar seu próprio destino em detrimento do ideal coletivo e mundano.

Meu encantamento aumentou quando decidi me libertar de “Deus”, isto é, daquele construído pela consciência coletiva, ao qual se atribuiu poderes humanos superlativos. Libertei-me daquele “Deus”, decretado morto por Nietzsche. Descobri que, qualquer que seja o Deus em que se acredite, é preciso libertar-se dele. Sem liberdade em relação ao Deus em que se acredite não é possível transcender. Só alguém muito conectado a Deus pode encontrar fortes argumentos para negá-Lo.

Encanto-me cada vez mais com a existência... e com o mistério que há nela. Após meus estudos de física quântica, encantei-me com a vida, pela diversidade da própria natureza. Nada é igual. Tudo é diferente. Só há uma lei e ela está no ar, na vida, na natureza, na consciência, no coração e nos universos.

Descobri que nada há de mais belo na natureza do que duas pessoas que se amam. Vi paisagens belíssimas em múltiplas viagens por vários países. Tive oportunidade de ser levado pelos espíritos a locais maravilhosos no mundo astral, porém nada se compara ao amor entre duas pessoas. Nele Deus se revela.

Meu encantamento é com o amor.

Como cheguei a essas conclusões? Primeiro, através do conhecimento espírita. Ele favoreceu a descoberta de meu próprio saber acumulado ao longo de muitas existências. Segundo, com a ajuda de estudos sistemáticos de Psicologia e de Filosofia. Terceiro, apurando meu senso crítico, sem perder a espiritualidade.

Creio que lendo este trabalho você entenderá as razões de meu encantamento.

Introdução

Este é um livro especialmente escrito buscando uma análise filosófica, psicológica e espiritual a respeito da vida e do psiquismo humano. É fruto de idéias que estavam no inconsciente do autor, exigindo o momento adequado para vir à consciência. O momento se deu quando reflexões psicológicas novas se uniram à perspectiva espiritual de enxergar a vida. O leitor encontrará uma visão tríplice de entender os fatos e idéias que preponderaram na história do pensamento humano. Notará, em alguns parágrafos, pura especulação filosófica; em outros, considerações subjetivas psicológicas e, na maioria deles, assertivas de natureza espiritual. Poderá parecer confuso, porém espero evitar tal ocorrência. O assunto é um tanto árido e bastante subjetivo, mas tentarei impedir que haja um entendimento equivocado ou inadequado.

Não pretendi, ao escrever este livro, unir a filosofia à psicologia e ao espiritismo, mas tão somente apresentar considerações sobre alguns temas da vida sob perspectivas filosóficas, psicológicas e espíritas, por conta de minha formação acadêmica e de meus estudos do espiritismo. Não se trata de escrever sobre a filosofia, sobre a psicologia ou sobre o espiritismo, enquanto áreas do conhecimento, mas tão somente analisar algumas idéias à luz de tais saberes. Portanto, este não é um livro sobre filosofias, filósofos, psicólogos ou psicologias. É um livro sobre idéias. Não

analisarei as pessoas, nem a totalidade de suas idéias, mas apenas aquelas que resultam numa compreensão diferente a respeito da realidade atual. Idéias que foram canalizadas pelos filósofos e deles receberam o colorido de suas personalidades. Desse modo, entendo que conceitos, idéias e pensamentos são eivados pelas emoções que circulam na mente humana. Recebem a contribuição da consciência e do inconsciente de quem as expõe, sendo então idéias individuais e coletivas ao mesmo tempo.

Para escrever este livro vali-me dos seguintes autores: Nicola Abbagnano, Allan Kardec, C. G. Jung, além de outros, em escala menor. Difícil distinguir se as idéias aqui expostas são oriundas de meu saber, da interpretação que dei às idéias daqueles autores ou ainda da inspiração espiritual que sinto ocorrer sempre quando escrevo. Como nenhum ser humano é uma ilha, creio que tudo o que produzimos recebe a contribuição de terceiros. Sou então, desta forma, co-autor.

Em sua evolução, considerada como complexidade consciente crescente, o ser humano caminha para a autoconsciência. Ele nasce inconsciente de si mesmo, desenvolve aptidões, trazendo à consciência o que apreende a partir de suas estruturas inconscientes (arquetipos). A autoconsciência é a consciência de si e do mundo. É um processo indubitável no qual não há retrocesso nem possibilidade de fuga.

A história da evolução do pensamento da humanidade, ou da filosofia, ou da civilização, passou por diversas fases caracterizadas por paradigmas diversos nos mais variados campos. As novas etapas do processo de evolução da sociedade sempre acumularam o saber das anteriores. A física relativística do Século XX não destruiu os conceitos da física newtoniana. Ampliou-os, considerando novos paradigmas. Tal ampliação é contínua. Pode-se dizer que o conhecimento humano se reestrutura gradativamente, reformulando antigas hipóteses, as quais são expressas numa nova linguagem. As bases que formulam novas idéias são aquelas que antes sustentavam o saber humano, porém compreen-

didadas à luz de novos paradigmas. Não são desprezados antigos conceitos ou idéias, pois a *psiquê* que os formula se assenta neles próprios para a descoberta de outros.

Nesse sentido, o espiritismo se apropria do conhecimento da humanidade, numa espécie de sincretismo religioso, filosófico, sociológico e psicológico do saber humano, propondo uma visão mais ampla, sem se distanciar da época em que foi formulado. Nele se encontram antigas teses reorganizadas e agrupadas, visando a compreensão de uma nova idéia ou paradigma. Nesse sincretismo encontramos também os paradigmas que sustentam as bases científicas modernas. Por exemplo, a idéia da fé racionalizada é anterior à sua apresentação pelo espiritismo e já era aceita na época do lançamento de “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, tendo sido base para a compreensão da realidade espiritual e dos fenômenos espíritas.

Observei que, embora à primeira vista pareça que os filósofos e pensadores teriam sido os únicos responsáveis pelas suas idéias, uma análise mais atenta sobre o conjunto do conhecimento humano revela que cada um deles dá uma contribuição específica à compreensão da realidade existencial. É como se cada um deles fosse um elemento, o qual participasse de um grande colar cheio de contas preciosas, de cujo brilho ressalta o valor individual e coletivo.

Qualquer contradição que o leitor encontrar aqui se deve à não profundidade com que propositadamente tratei de certos temas, bem como à inexistência de uma revisão bibliográfica mais completa. Assim procedi por força dos objetivos a que me propus. Não se trata de uma obra erudita, destinada aos estudiosos e pensadores. Busco sempre uma linguagem popular sobre aquilo que escrevo. Portanto solicito a compreensão do leitor ao considerar que me envolvi ousadamente numa tarefa, ciente do tamanho do desafio a vencer, tendo por objetivo apenas levar alguma luz a temas profundos do pensar humano.

Peço que me perdoem os filósofos e pensadores que citei, caso tenha lhes alterado os pensamentos e idéias, não sendo este meu propósito. Escrevo de acordo com meu entendimento das idéias por eles defendidas. Considero que elas passaram a ser patrimônio universal por tratarem de temas universais e terem sido divulgadas para a compreensão da própria vida.

Ao me preparar para escrever este trabalho, encontrei, em minhas leituras, preciosidades em autores antes renegados por mim, por considerá-los discrepantes em relação às minhas crenças. Isso me fez rever meu conceito a respeito das idéias alheias. Por detrás das palavras que tentam expressar conceitos humanos existem idéias que apontam na direção do divino, por mais esdrúxulas que elas possam parecer. Tudo que vem do humano é humano, e o humano é divino. Idéias contrárias às nossas são complementos do saber.

Meus objetivos contemplam uma maior compreensão a respeito da evolução do conhecimento humano, bem como do aparelho psíquico. Creio que a mente humana, ou *psiquê*, ou ainda, aparelho psíquico, se estrutura ou se constrói à medida que o saber se desenvolve. A complexidade crescente da consciência reflete-se na estrutura psíquica humana. Assim como o corpo humano se desenvolve com o uso, a exemplo do maior desenvolvimento do braço mais usado pelo tenista, a mente também se modifica estruturalmente (energeticamente) com a apreensão do saber.

Sinto que o *velho sábio*, em mim, fala mais alto quando tento esmiuçar temas filosóficos e psicológicos. Parece-me que retornam conhecimentos adquiridos alhures, em épocas nas quais o saber era minha grande paixão. A absorção do saber espírita aguçou-me aquela paixão, ampliando os horizontes do conhecimento humano. Tento, na medida do possível, passar adiante aquilo que vou descobrindo. Permita-se, caro leitor, que o seu *velho sábio* acorde para o aprendizado do saber espírita. Tenha certeza de que isso ampliará o alcance de sua própria *psiquê*.

Por muito tempo se pensou que os campos material e espiritual da Vida, por se oporem em certos aspectos, deveriam ser objeto de escolha. Dever-se-ia declarar-se materialista ou espiritualista. Não se poderia optar por um sem desprezar o outro. Quem optasse por viver mais declaradamente um deles, receberia a pecha de materialista ou de espiritualista. Isso estigmatizava qualquer das escolhas. Uma opção implicava a negação da outra. Evidente que os materialistas se achavam certos, tanto quanto os espiritualistas. Agora, à luz do espiritismo, se percebe que ambos os aspectos são inseparáveis e que devem ser vividos responsavelmente, de forma integrada. Viver a vida material com seus desafios e experiências enriquecedoras, colocando nelas o sentido espiritual, significa possibilidade maior de crescimento do que renegar a realidade do espírito e a continuidade da existência após a morte. Da mesma forma, viver consciente da vida espiritual sem negar a importância e necessidade das experiências materiais, extraíndo delas o aprendizado emocional que contêm, é ter certeza de conseguir um rico crescimento interior. Vida material e vida espiritual são campos de realização do Espírito imortal. São impagáveis, irrepetíveis e singulares as experiências vividas em cada um dos campos. São experiências contíguas e contínuas, mas diferentes. Mesmos as sensações de se estar repetindo uma experiência diferem da real vivência anterior.

O filosofar, compreendendo o alcance da própria *psiquê*, tendo como “pano de fundo” a realidade do Espírito imortal, nos leva a uma ampliação da consciência, bem como à verdadeira transcendência. A partir daí, a vida ultrapassa os horizontes que porventura limitem a alma.

Filosofia e espiritualidade

A filosofia é um conhecimento profundo a respeito dos porquês da Vida. Sua função especulativa alimenta o Espírito em seus questionamentos fundamentais, apaziguando a ânsia em responder-se intimamente. A cada época, e de acordo com a cultura de cada filósofo e de seu meio, ela foi respondendo parcialmente as principais questões que o ser humano veio se fazendo ao longo da história. Seus limites são os do saber humano, suas possibilidades são as do pensar e seu alcance é o infinito, assim como o é a Vida. A filosofia tem se tornado cada vez menos empirista e cada vez mais psicológica por conta da natureza subjetiva do saber humano. Ele próprio tem se percebido um ser cada vez mais psicológico do que material, porém menos etéreo e vago como pensavam os antigos filósofos. A filosofia tornou-se mais próxima do pragmatismo do que do idealismo característico da especulação, por conta do olhar psicológico nela introduzido.

Quando se diz que um sistema é filosófico apenas porque responde a meia dúzia de interrogações genéricas a respeito da causalidade do mundo e do destino humano, reduz-se a compreensão tanto de um como de outro. Para que um sistema de idéias possa, efetivamente, ser chamado de uma filosofia, é necessário que sejam apresentados argumentos consistentes, os quais atendam a requisitos internacionalmente reconhecidos. O espiritismo não é uma filosofia só porque o queremos ou por responder alguns

questos genéricos. Pelo mesmo motivo não seria uma ciência apenas por ter uma parte fenomênica. Ele estará se construindo como um saber científico na proporção que apresentar os protocolos típicos das ciências. Da mesma forma, tornar-se-á uma Filosofia na medida que seus estudiosos apresentarem uma coerente epistemologia e uma consistente teoria do conhecimento, de forma a caracterizá-lo como tal.

É necessário que o saber de conteúdo explicitamente espiritual, o qual contém, dentre outros aspectos, a existência de espíritos como individualidades e a mediunidade como faculdade de comunicação, seja exaustivamente discutido e suas conseqüentes implicações para o saber humano se tornem claras. Não basta crer e aceitar dogmaticamente uma teoria, pois é necessário que ela se torne compreensível à luz de novos paradigmas científicos e filosóficos.

A Filosofia se ocupa de tudo o que é inerente ao humano, principalmente no que diz respeito às explicações de sua existência e dos conflitos inerentes à vida. Ela é a tentativa do ser humano de compreender o mundo e a si mesmo, buscando trazer luz à consciência, cuja iluminação, desde há muito, é a meta primordial.

Um saber é uma explicação baseada numa linguagem compreensível. É uma redução limitada ao psiquismo coletivo, à época e ao meio, a respeito da realidade apreendida. Tal realidade deve ser compreendida como aquilo que é simbolicamente a arquetipicamente construído no psiquismo humano. Portanto, o saber é uma representação do que se acredita ser a realidade, construído simbolicamente.

Torna-se limitador querer submeter o saber a um único crivo, seja filosófico, seja científico ou religioso, pois todo conhecimento é provisório e deve sempre ser contextualizado.

Ela, a filosofia, também tem o objetivo de trazer luzes aos problemas humanos, aclarando o pensamento, a fim de que todos possam melhor compreendê-lo. Esse objetivo tem sido útil à proposta de levar o ser humano ao encontro de sua natureza

espiritual. A filosofia tem diminuído as sombras reducionistas que impedem tal visão.

Os pensadores e amantes da filosofia já não são mais indivíduos de vida contemplativa e ascética, nem tampouco monges que se excluem da vida social comum. Encontramo-los entre psicólogos, cientistas políticos, filólogos, escritores, matemáticos, dentre outros estudiosos preocupados com o psiquismo humano, cujo campo estrutural se constitui e contém o *alfa* e o *ômega* do saber humano.

A filosofia deve atender não apenas a sede de saber humano, mas também oferecer às pessoas um sistema com paradigmas que permitam estratégias de vida que as deixem mais felizes e mais harmoniosas consigo mesmas. Uma filosofia é mais do que um saber intelectual, pois deve alcançar qualquer ser humano em sua vida simples e em seu cotidiano com seus processos existenciais.

Um olhar espiritual sobre o saber filosófico talvez nos leve a uma melhor compreensão da natureza humana, tendo em vista a impossibilidade de que esta seja alcançada sem as percepções superiores do Espírito. É inegável que a visão espiritual contribui para uma maior percepção da realidade. Isso não exclui a compreensão das estruturas psicológicas, cuja consideração é fundamental para um melhor entendimento da natureza espiritual do ser humano. Isso quer dizer que as estruturas psíquicas (inconsciente, arquétipos, consciência, *ego*, etc.) são imprescindíveis àquela visão.

Certamente que, ao tentar fazer minha análise, não conseguirei deixar de colocar com maior ênfase, e principalmente, o viés psicológico, o que é compreensível, haja vista que a visão psicológica permeia minha consciência, impregnando a forma como abordo as questões que dizem respeito à natureza essencial do ser humano.

Tanto quanto a ciência, o saber que a filosofia oferece é provisório, pois se modifica conforme nossas estruturas psíquicas

se apresentam, isto é, surge no psiquismo resultante de sua evolução.

A Filosofia deve oferecer ao ser humano uma compreensão do mundo e dele mesmo, a qual viabilize os objetivos para os quais foi criado. Deve levá-lo a se espiritualizar mais, bem como a que realize seu próprio destino. Não deve ser apenas um conjunto de idéias para deleitar intelectuais, tampouco se tornar um conhecimento exclusivamente sobre o passado, no intuito de entendê-lo. Isto é tarefa da História.

A palavra espiritualidade tem vários sentidos. Aqui, procuro utilizá-la significando estar ou existir no mundo (material ou espiritual) consciente de seu pleno saber, vivendo de forma autodeterminada e feliz. É também um olhar subjetivo e espiritual a respeito dos eventos e processos da Vida. Uma ciência ou uma filosofia, enfim, um saber, deve indiretamente levar o ser humano à espiritualidade.

Parece-me que, até então, a filosofia tem contribuído para a espiritualização do ser humano, mesmo que timidamente. Quando apresentou uma visão materialista da realidade, sobretudo no período que compreende o racionalismo, o empirismo e o iluminismo, não deixou de trazer benefícios ao real significado das questões espiritualistas. Tal visão, antes de ter sido um prejuízo, ou contrária à espiritualidade, tornou-se um reforço para a solidificação das raízes e vínculos do Espírito a um centro referencial criador. Nenhuma ave voa sem ter partido de um ninho construído ao abrigo da terra, nem tampouco sem saber que haverá aonde pousar.

O surgimento das ciências, como campo de conhecimento (psicologia, antropologia, sociologia, história, pedagogia, etc.) a partir da filosofia, contribuiu para que esta última melhor definisse seu objeto. Cada nova importante contribuição ao saber, oriunda da filosofia, faz surgir um novo campo, redefinindo mais especificamente seu objeto de estudo, o qual se aproxima cada vez mais do Espírito.

A filosofia é interpretação. Tal interpretação modifica a realidade de quem a faz. Tentarei neste modesto trabalho lançar um olhar espiritual e psicológico sobre os temas básicos da filosofia e de alguns filósofos, a fim de nos enriquecermos com a união desses saberes, visando a espiritualidade.

Transferência arquetípica

Meus questionamentos filosóficos levaram-me a uma melhor relação com o espiritual. Primeiro, mudei a relação que tinha com os espíritos desencarnados, depois modifiquei minha visão de mundo espiritual, enquanto sociedade dos espíritos desencarnados. Por razões diversas, ela se fragmentou em várias sociedades, de acordo com interesses de cada indivíduo, os quais continuam os mesmos após a morte. Acreditava que os espíritos desencarnados eram entidades dotadas de um poder superior e mágico, capazes de modificar as circunstâncias da vida. Eram seres quase mitológicos que tudo podiam. Aos considerados “obsessores”, creditava uma personalidade cheia de ódio pelo simples prazer em assim existirem. Eram seres maléficos por natureza e distanciados da possibilidade de manifestar afetos. Aos que eram chamados de “espíritos de luz”, atribuí-lhes caráter de divindades e de conhecedores de tudo, bem como capazes de mudar, de forma instantânea e definitiva, a realidade. Eram mais do que santos e destituídos de qualquer atributo humano comum. Com o amadurecimento, fui percebendo minha ignorância em relação ao espiritual e entendendo as limitações dos espíritos desencarnados. Vi que transformei pessoas em deuses, de acordo com o mecanismo psicológico da transferência. Fiz evoluir em pouco tempo o que na realidade só ocorre em séculos ou milênios. Transformei, num espaço curto de alguns anos, nos quais eu próprio

crencia, pessoas desencarnadas, às quais são atribuídas virtudes coletivas, em seres evoluídos e poderosos perante o próprio Deus. Observei que tais pessoas desencarnadas caíram no gosto popular e foram elevadas a imagens ou representações de arquétipos que se encontram em nosso inconsciente. Isso se dá de forma automática e sempre ocorreu na história da humanidade. Os santos, os quais se notabilizaram em vida por algumas virtudes, após a morte passaram a representar outras em grau superlativo, ocupando o lugar psíquico exigido pelo arquétipo. Assim o fiz com algumas entidades veneradas dentro do Movimento Espírita. Porém, hoje penso que eles próprios, aqueles espíritos, não se sentem confortáveis naqueles papéis a eles atribuídos, fazendo o possível para auxiliar o ser humano a pensar e sentir de forma diferente. Creio que, se algum dia quiseram, não gostariam mais de ocupar tal lugar, de representantes da imagem arquetípica coletiva.

Mitificar tais entidades é um processo arcaico e inconsciente de submeter a consciência aos limites da adoração primitiva e alienante. Desmitificar é fazer crescer, contribuindo para o processo de autodeterminação do espírito. Ao abordar essa questão não pretendo atingir aos espíritos desencarnados, que se tornaram ícones daquele Movimento, mas simplesmente oferecer ao praticante espírita uma reflexão a respeito das projeções e transferências que realiza. Aquilo que é atribuído aos espíritos desencarnados, como características da personalidade, sejam “obsessores” ou “de luz” pertence ao próprio indivíduo, vez que todos somos, indistintamente, sombra e luz. A maldade quase absoluta que enxergamos num espírito que pretende dominar outro, com o intuito de prejudicá-lo, como se ele fosse constituído só de mal, existe em cada ser humano, cuja ação é suavizada pela existência de outros atributos. A luz da bondade e a superlativa generosidade que enxergamos nos “bons espíritos”, existe potencialmente no coração de cada ser humano.

Essa mitificação corresponde ao preenchimento de um vazio existente no psiquismo humano. Trata-se da busca do *si mesmo*

como prefiguração do encontro com Deus. Enquanto não realizamos tal conexão divina, estaremos preenchendo este espaço, mitificando tudo que se assemelhe a tal. Quando atribuímos a alguém habilidades, as quais não conseguimos enxergar em nós mesmos, nos habituamos a acreditar que não as possuímos.

Os espíritos que compõem a galeria dos luminares do Movimento Espírita, em sua maioria, se notabilizaram por certos feitos enquanto encarnados. Um ou outro era desconhecido enquanto encarnado. Tais feitos, pouco comuns à maioria das pessoas de suas épocas, destacaram aspectos invejáveis de suas personalidades. Após a desencarnação, através de respeitáveis médiuns, se ocuparam em educar, utilizando mensagens psicografadas, àqueles que se encontram encarnados. Aqueles feitos, unidos ao saber apresentado através de mensagens de teor moral elevado, transformaram aquelas pessoas em mitos. O imaginário popular lhes atribuiu feitos plenamente possíveis a qualquer entidade espiritual que tenha um mínimo conhecimento a respeito da manipulação de fluidos, bem como de algumas leis de Deus.

Conseqüentemente, também foram elevados a oráculos aqueles médiuns que funcionaram como seus intermediários. Viram-se na obrigação de seguir uma vida missionária diferenciada do cidadão comum, dando idéia de que o espiritismo deve transformar as pessoas em ascetas ou santos modernos. Embora tenham sido bons exemplos de vida dedicada ao trabalho de esclarecimento do ser humano, também contribuíram para a mitificação de seus próprios mentores espirituais. Não os responsabilizo por isso, pois sei que se trata de um fenômeno coletivo. Talvez não seja ainda possível fazer de forma diferente. É fundamental, porém, que tenhamos consciência a esse respeito. Aqueles espíritos desencarnados, responsáveis pelas mensagens psicografadas, devem possuir a consciência da necessidade de fazer diferente, porém, creio que seja difícil mudar a cultura oracular em matéria de religião. A adoração ainda é dirigida ao externo. Não se percebe ainda que a busca de Deus passa pela autoconsciência da própria divindade.

Teoria do conhecimento

O mecanismo pelo qual o Espírito apreende o saber é algo ainda nebuloso. O que é o Espírito em sua essência é a pergunta chave para a compreensão daquele mecanismo. Ainda compreendemos o saber em termos de conhecimento das coisas e do mundo, acrescido da internalização de virtudes específicas. Relacionamos aquele mesmo saber a uma super memória ou à capacidade de armazenar experiências no tempo. O Espírito, no seu grau máximo de sabedoria, seria visto, ou se assemelharia, a um grande reservatório de conhecimentos e virtudes. Não deixa de ser uma visão romântica da evolução, porém simplória.

A função do perispírito, pouco explorada na dimensão psíquica, se presta a uma melhor compreensão a respeito da forma de apreensão do conhecimento. É exatamente me apropriando do saber psicológico que trago algumas idéias a respeito. Considerando que do Espírito nasce o impulso para a própria existência, ou seja, sua existência é impulso para a própria vida, é necessária a existência de um outro ser para que o conhecimento se dê. O impulso nasce do Espírito, enquanto Princípio Espiritual, levando-o a esbarrar na matéria, isto é, no meio circundante. Tal encontro promove a geração do embrião da futura estrutura psíquica fundamental para a aquisição do saber e, portanto, para sua evolução. Essa estrutura psíquica, protótipo da *psiquê*, servirá como filtro decodificador da recepção pelo espírito daquilo que

surja a partir de sua relação com o objeto que se lhe opõe. A relação Princípio Espiritual *versus* Objeto (matéria ou outro Princípio) gera algum tipo de informação, além de construir a estrutura que servirá de intermediária entre um e outro. Essa estrutura intermediária não ficará em um nem no outro, mas servirá de ligação entre ambos. Nessa estrutura embrionária ficarão os registros das experiências resultantes do ser em evolução. Em algum momento do processo de desenvolvimento e por conta daquela relação, surgirá o organismo denominado, em *O Livro dos Espíritos*, de Allan Kardec, perispírito.

A primeira percepção possível por parte do Princípio Espiritual será mitificada devido à existência necessária e fundamental daquele filtro. O objeto não é acessível ao Espírito, mas apenas sua impressão simbólica a respeito dele. A primeira idéia que se tem de algo é idealizada, portanto, distante das características reais da coisa em si. O conhecimento a respeito das coisas é primeiramente universal ou, utilizando-me de uma linguagem junguiana, arquetípico. Isso pode ser reconhecido como transferência, pois ao objeto atribuímos características coletivas, baseando-nos, inconscientemente, naquilo que nos parece e de acordo com tendências arquetípicas estruturais da *psiquê*. O mecanismo da transferência é automático. A realidade, primeiramente, é simbolizada, e depois, transformada em elementos que se tornarão paradigmas para outros conhecimentos. O símbolo preliminarmente criado, com o tempo e com a aquisição de outros conhecimentos simbólicos, vai se dissolvendo e se transformando num saber específico, o qual servirá de elemento ou *engrama*⁸ psíquico para a construção de algo novo e mais amplo.

O conhecimento se dá através de estruturas cuja existência é *a priori*, portanto pertencem à criação do Espírito enquanto Princípio Espiritual. É parte componente da criação daquele elemento. Aquelas estruturas, em essência, já existiam antes do

⁸ Unidade básica de informação a respeito de algo, que é gravada na *psiquê*.

conhecimento em si, mas têm sua atuação ativada à mesma época das primeiras experiências do Princípio Espiritual no contato com a matéria. Está implícito que o Espírito foi criado com a capacidade de conhecer. Tal capacidade gera o elemento (perispírito) que permitirá sua ligação com a matéria. À semelhança dos arquétipos junguianos, parece que aquelas estruturas conduzem o processo de aprendizagem do Espírito.

Podemos entender o Espírito como algo que se auto-organiza ao longo de sua evolução, de acordo com a apreensão das leis de Deus. Isso sugere que os *engramas* resultantes de suas experiências não se situam em sua intimidade, mas na estrutura auxiliar de filtragem, no perispírito.

Tratei desse tema no livro *Psicologia do Espírito*, o qual, para melhor entendimento, recomendo ao leitor. Ali afirmei que “Ao Espírito só chegam as Leis de Deus”, e isto quer dizer que o perispírito desempenha papel importante na aquisição do conhecimento. A afirmação filosófica de que “nada vai ao intelecto senão pelos sentidos” pode ser confirmada e ampliada se incluirmos a noção de perispírito. De fato, nada chega ao Espírito sem passar por esta estrutura intermediária que é de natureza semi-material, dotada de capacidades mais amplas que o corpo humano com seus limitados sentidos físicos. Portanto, nada vai ao intelecto (Espírito) se não passar pelos sentidos (perispírito).

Confunde-se consciência, enquanto campo da *psiquê*, com a faculdade de ter conhecimento a respeito das coisas. Consciência, enquanto campo, é limitada à sua capacidade perispiritual de armazenar dados e de fazer conexões lógicas. Consciência, significando conhecimento a respeito das coisas, portanto, saber, no sentido de denominar e relacionar experiências, é uma função da *psiquê*. O Espírito nem é uma nem outra coisa. Ele usa ambas em seu processo de aquisição das leis de Deus. A sabedoria de um espírito não se mede pelo seu conhecimento, tampouco pela sua memória, nem mesmo pela capacidade de fazer conexões lógicas. Tal sabedoria se encontra em seu próprio ser, quantificada por

Deus, a qual pode ser observada pelas habilidades em apreender cada vez mais a realidade, a serviço de sua evolução.

Difícil é determinar com precisão o grau de evolução de um espírito. Seria necessário, para se ter maior precisão, penetrar-lhe aquele conhecimento a respeito das leis de Deus, isto é, saber quantas e quais já internalizou. Por enquanto utilizamos para tal avaliação a manifestação das virtudes, símbolos daquelas leis.

O conhecimento do Espírito não é o acúmulo de experiências nem a aquisição de informações sobre o mundo externo. Tal conhecimento depende de experiências com o mundo externo e se alicerça na renovação de informações a respeito da natureza. O conhecimento que se enraíza no Espírito é de natureza capaz de compreender os princípios de funcionamento do universo a sua volta. É o conhecimento de como o universo e a vida funcionam e do que é o próprio ser que os conhece. Em resumo, é o conhecimento das leis de Deus e da consciência de Deus em si mesmo. O processo de aquisição do conhecimento passa pelo perispírito e não é a aquisição de informações e de virtudes teológicas, mas de capacidades de existir em Deus.

Filosofia e religião

A revelação [religiosa] é um conhecimento acabado⁹. Vem de fora. É divino por natureza. Não é uma procura, nem há liberdade sobre ele. Contrapõe-se ao filosofar e à criatividade do intelecto humano, o qual se constrói à medida que permite uma negação implícita. Essa oposição, entre a religião revelada e o saber filosófico, não quer significar que são conhecimentos dicotômicos, isto é, não são polaridades isoladas, mas extremidades de um longo espectro de que se constitui o saber humano. Para além da filosofia e da religião existem outras formas de apreensão da realidade. As capacidades intelectivas humanas não se esgotam na crença nem são frutos da construção típica do conhecimento científico. A intuição e as possibilidades emocionais favorecem a aquisição do saber, cuja interferência religiosa e científica são nulas. A religião calcada na revelação transforma-se em dogma e permite a estagnação do saber. Religião¹⁰, enquanto conexão ao que existe de mais transcendente em si mesmo, bem como a íntima ligação com o Criador, contribui para a elevação do espírito e se torna dinâmica.

A Filosofia não se contrapõe à religião, porém difere em seu objeto e em seu significado. A Filosofia se propõe à busca

⁹ Nicola Abbagnano, *História da Filosofia*, Vol. II, p. 97.

¹⁰ Cícero (106 – 43 a. C.) define religião [*relegere*] como “*retomar o que tinha sido abandonado, tornar a revistar, reler*”.

das causas últimas e sempre se encontra em evolução. Tal busca não transcende as capacidades cognitivas humanas. A razão, ou intelecto, é o instrumento para tal. A religião, por outro lado, implica em busca de conexão com o sagrado em si mesmo, o que implica no uso de outros instrumentos além da razão, dentre os quais a fé, a intuição e a mediunidade ocupam lugares de destaque.

O advento do cristianismo introduziu discussões filosóficas ligadas à existência de Deus e ao caráter do conhecimento religioso. Modificou os rumos da filosofia especulativa, impondo o domínio da religião sobre a filosofia, cuja alforria veio a acontecer após o início do racionalismo. A Filosofia ocidental nunca mais foi a mesma após a entrada das questões religiosas e teológicas no campo da especulação metafísica. Quando a imortalidade do espírito e a mediunidade entrarem no domínio da Filosofia, esta se modificará, ampliando seus horizontes. O advento do cristianismo fez surgir uma espécie de filosofia cristã, portanto com características diversas da filosofia grega original. As questões teológicas predominaram sobre outras, que certamente conduziriam o ser humano à percepção de si mesmo de forma mais direta. O dogma teológico predominou sobre a liberdade criativa.

O surgimento do cristianismo significou uma intervenção no psiquismo humano. Levou o ser humano de retorno ao inconsciente sagrado monoteísta. Permitiu-lhe uma percepção embrionária do significado de Deus. Levou-o a focar sua atenção na existência do *si mesmo*. Possibilitou, de certa forma, a conscientização da existência das capacidades mediúnicas. Alcançou uma maior valorização das percepções intuitivas, não sensoriais. Levou-o a um melhor auto-posicionamento em relação a Deus, em detrimento de uma ausência de referencial psíquico superior. Facilitou o surgimento de maiores possibilidades de representação do *Self*¹¹ através da criatividade. A entrada

¹¹ Arquétipo central que impulsiona o ser humano para a individuação. Expressa também a unidade e a totalidade da personalidade global do indivíduo.

(intervenção) do Cristo na História ocidental representa um redirecionamento da *psiquê* na direção da percepção do *si mesmo*, que não estava sendo alcançado pelo pensamento/conhecimento humano de então.

Muitos ainda confundem o saber religioso com a prática religiosa. O primeiro compreende uma série de princípios, cuja inércia promove, de um lado, sua manutenção, e de outro o enquadramento canônico responsável por atrofia psíquicas. A segunda, muito mais dinâmica, submete-se ao espírito da época e a contingências culturais, políticas e sociais, flexibilizando o primeiro, permitindo-lhe constante atualização. No que diz respeito ao espiritismo, podemos afirmar que há uma religião espírita e uma prática conseqüente. Questiónculas sobre ser ou não ser um saber religioso decorrem da dificuldade em se diferenciar ambos os aspectos. O espiritismo não deve ser compreendido como uma religião quando o termo é empregado como revelação dogmática ou como profissão de fé. Quando o termo religião é entendido como uma atitude íntima, particular, transcendente, de contato com o sagrado e *numinoso*, cuja possibilidade o espiritismo oferece, então pode ser aplicado. A religião promovida pelo espiritismo leva o ser humano, além da consciência da existência dos espíritos, a perceber a presença de Deus em todas as coisas e nas mais complexas e simples experiências da vida. Não oprime nem impõe sacrifícios, pois liberta a consciência para a percepção das mais intrincadas questões da vida. Religião não deve ser uma convenção ou uma questão de moral coletiva, mas uma responsabilidade individual perante Deus. Nesse sentido, a religião se torna algo estritamente íntimo e pessoal.

A prática religiosa, qualquer que seja, atualiza, através do rito, os princípios sobre os quais ela se assenta. Isso não implica na mudança de paradigmas, pois estes pertencem a um campo mais amplo no qual a prática geralmente está ausente e o desconhece. Se, por exemplo, estivéssemos pensando a respeito do princípio da imortalidade da alma, tentando estabelecer a

diferença entre seu caráter tipicamente canônico e a forma como ele é vivido pelos que nele acreditam, veríamos um abismo muito grande. O princípio, embora real, é vivido como uma maldição ou como algo negativo, do qual se foge e ao qual se teme. A vida não é vivida considerando a imortalidade, mas sim como se tudo acabasse com a morte do corpo.

A religião, como conexão com o divino, mesmo da forma tradicional como é professada, preenche uma necessidade interna de equilíbrio em face da existência da *sombra* e do “mal” interior. Nesse sentido ela é instintiva, portanto inconsciente. Com isso, quero dizer que ela é necessária e fundamental para o equilíbrio psíquico. As inconsistências percebidas pelo ser humano em face de sua incompreensão da realidade, provocadas pelas estranhezas existentes na natureza e pelos mais obscuros processos criados por Deus, geram um vazio psíquico a ser preenchido pelo sagrado. Esse sagrado vai compensar aquelas incompreensões no ser humano. Mesmo que se criem filosofias de cunho materialista, mesmo que se negue a existência de Deus e se elimine o desejo de viver uma religião ou se racionalize a existência, ainda assim o vazio naturalmente existente na *psiquê* pedirá algum tipo de preenchimento. Quanto mais polarizado o ser humano no radicalismo racionalista ou na negação do divino, mais surpreendente será sua conversão religiosa. O *ego* será surpreendido em algum momento com uma fantástica experiência *numinosa*. Não se pode fugir do misterioso e doce encontro com o divino.

Diferente da religião, a filosofia é autônoma e independente de cânones, sejam religiosos, políticos ou de qualquer natureza. Ela não se ocupa exclusivamente em questionar o fato, mas também especula sobre suas causas e sua natureza, bem como sobre as implicações decorrentes. A religião, como tradicionalmente é entendida, implica na aceitação de uma revelação, em uma verdade aceita tal e qual foi recebida e originada de algo superior, geralmente testemunhada por um líder carismático. Sobre essa revelação geralmente não há investigação. O espiritismo,

embora seja considerado um saber religioso, não preenche aquele requisito, pois não é revelação aceita sem investigação. Se analisarmos o espiritismo considerando as observações acima, teremos que admitir que as contendas, sobre se ele é ou não religião, são pobres por falta de argumentos consistentes, de considerações mais profundas e de estudos menos apaixonados.

O cristianismo, enquanto movimento popular, surgiu após a morte de Jesus, quando seus apóstolos se reuniram para decidir os rumos do movimento nascente. Em seguida às diretrizes estabelecidas para aquele movimento, surge a Igreja, a qual mais tarde se tornou Católica. Gradativamente a Igreja católica, ao longo de sua história, foi colocando acessórios da consciência nas idéias “*selficas*” do Cristo, modificando a prática de sua mensagem. Quando me refiro à Igreja católica, quero afirmar que ela se apresenta como, ou representa a religiosidade formal e se configura como uma contenção ao poder espiritual sem limites. É uma forma institucional de restrição ao espiritual de forma popular e absoluta. Tal poder estava presente na magia e manifestava-se em toda classe de seitas mediúnicas e sociedades secretas. A criação da Igreja, ou de qualquer religião formal ou confissão de fé religiosa, contém a imagem arquetípica do sagrado. A formalização de uma religião é uma necessidade psíquica para educar o espiritual arrebatador.

A oposição entre o platonismo e o aristotelismo, representada pela dialética gnosiológica entre a subjetividade e a sensoriedade, persiste até os dias de hoje, sem que se encontre uma saída adequada a essas tendências opostas. Por algum tempo, os pais da Igreja assumiram uma posição platônica, porém, por conta da necessidade de compatibilizar suas teses com a dinâmica social, adotaram o aristotelismo, caracterizado pela lógica pragmática. As teses platônicas, inclusive a respeito da imortalidade da alma e da reencarnação, foram abortadas, trazendo prejuízos à compreensão do ser humano a respeito de si mesmo. O cristianismo deveria ter adotado tanto o platonismo como o aristotelismo.

Certamente ganharíamos todos. Toda polarização implica em perda. Frente a essas duas tendências do pensamento, o cristianismo nascente adotou a tendência natural ao platonismo, porém, ao mudar para o aristotelismo adiou a transcendência exigida pela *psiquê*, a qual necessita de uma e de outra condição. O processo de amadurecimento do Espírito requer subjetividade e pragmatismo. A escolha de uma dessas atitudes diante da vida, excluindo a outra, implica em atraso evolutivo.

Diante de tais tendências filosóficas, o cristianismo seria uma opção transcendente, se não tivesse se tornado uma Igreja aliada ao Estado. Por ter se tornado popular e por conseguir um certo domínio sobre grande parte da população, a Igreja foi cooptada pelo Estado, o qual distorceu os princípios cristãos por conta de contingências políticas. O Estado é uma instituição necessária, porém não absoluta. Ao se aliar ao Estado, a Igreja perdeu suas características transcendentais. Filosofia, Religião e Poder Político são instâncias distintas na vida do ser humano, porém se misturaram de forma prejudicial na mente humana. A Filosofia foi cooptada pela religião cristã e esta teve o mesmo destino daquela, pela supremacia do Estado. É fundamental que tais instâncias sejam compreendidas em suas dimensões distintas. Não é do domínio religioso direcionar incursões filosóficas, tampouco pertence ao Estado o direito de legislar ou teorizar sobre Religião. Apenas a filosofia pode e deve levantar questões a respeito de ambos, assim mesmo trazendo idéias provisórias.

As idéias cristãs vieram para preencher aquele vazio da *psiquê* que ansiava pelo encontro com o divino. Não é uma filosofia ou um conjunto de regras sociais, mas uma possibilidade de auto-compreensão. Não é síntese nem se presta a confirmar as teorias do Estado nem da Filosofia. O cristianismo veio para propor novos paradigmas ao ser humano. De alguma maneira isso ocorreu, principalmente no que diz respeito à fé religiosa, a qual não mais se limitou ao culto externo nem à adoração sem transformação interior. As transformações na *psiquê*, promovidas

pelo cristianismo, encontram correlatos nos adeptos de outras religiões. Estas também provocaram alterações na *psiquê* de seus adeptos, colaborando para a aproximação com o sagrado. Não se nota diferenças significativas quanto à estrutura da *psiquê* e a capacidade de conexão com o divino entre os povos de diferentes religiões. O que o budismo, por exemplo, fez aos seus adeptos, o cristianismo também o conseguiu aos seus. Tudo indica que é absurdo pensar na hegemonia de uma religião, da mesma forma que é incongruência acreditar no domínio de um povo sobre outro. Embora possamos conceber o futuro da humanidade terrena como uma só família, não se admite o predomínio de uma só forma de religião, mas certamente as idéias centrais de todas elas serão fundamentais para o equilíbrio de todos.

Parece-me que as religiões da humanidade, sejam pequenas ou grandes, estão se aproximando gradativamente. Isso não se deve aos seus dogmas nem à liderança de qualquer delas, mas a um certo amadurecimento psíquico coletivo, que conduz o ser humano simultaneamente ao pragmatismo e à espiritualidade. Aparentemente a razão substituiu o mito e o dogma, porém não resolveu o enigma do espírito, o qual permanece desconhecendo a si mesmo. O mito, representante material do arquétipo, ocupa o lugar da ignorância na *psiquê*, isto é, preenche momentaneamente o vazio, que pode ser nomeado como desconhecimento das leis de Deus pelo Espírito. O dogma paralisa tal conhecimento, muito embora aponte para ele. A razão estaciona a possibilidade da compreensão profunda, anulando outras possibilidades de acesso ao conhecimento. A razão, embora explique o externo, por si só não é suficiente para que o Espírito compreenda a si mesmo, tampouco permite saber como funciona o aparelho que lhe serve de contato com o mundo: a *psiquê*. À razão devem ser acrescidas outras formas de compreensão da realidade para que o Espírito, enfim, acesse e alcance o conhecimento das leis de Deus.

A saída do mito, do ritual e das formas de manifestação do arquétipo, pressupõem a ampliação da experiência do ser em

evolução. Tal ampliação se dá na medida que o ser humano se autotransforma e se auto-determina, percebendo-se cada vez mais como espírito eterno em evolução. A religião moderna (sem rituais) deve ser mais do que adoração, culto, ritual ou crença em milagres. O que deve ocupar o lugar do ritual? O que inserir para manter a energia do sagrado sem massificar? Creio que a resposta está na forma de vivenciar a religião, a qual se torna um instrumento facilitador do encontro do ser humano consigo mesmo e com Deus em si mesmo. A religião, o culto ao sagrado, é uma necessidade psíquica. A religião, como fim em si mesma, torna-se modelo de aprisionamento da individualidade; como caminho para escoar a necessidade psíquica de contato com o sagrado, torna-se mecanismo de ampliação das potencialidades humanas. A religião sempre trabalhou com idéias de que a “salvação” está fora do ser humano. A adoração ou culto externo sempre foi projeção e um equívoco da religião.

O cristianismo parece uma representação possível e uma atualização do culto ao divino ou sagrado. A necessidade de representação do *Self* (Deus interno) é exteriorizada na forma religiosa. Parece-me que cada religião apresenta uma faceta daquele *Self*. O Deus interno é como uma rosa e as religiões são suas pétalas. O Cristo viu a rosa, a roseira e o jardim.

Os caminhos da mente

Somos um conjunto, enquanto encarnados, constituídos de três elementos distintos: Espírito, perispírito e corpo físico. O Espírito é inteligência e subjetividade pura, no qual se integram as leis de Deus, à medida que evolui. O perispírito é uma estrutura funcional, que se presta a ser o intermediário do Espírito em suas experiências de aquisição das leis de Deus. No perispírito encontra-se uma estrutura, dentre outras, ou órgão funcional, responsável por diversas atividades úteis ao Espírito, que se chama mente, *psiquê* ou aparelho psíquico. O corpo físico é outra estrutura funcional que serve ao Espírito nas diversas experiências do nível material mais denso. A formação da mente se dá nos primórdios da evolução do princípio espiritual, em cujas experiências vai se tornando gradativamente mais complexa e capaz de funções específicas e úteis ao Espírito.

A mente se situa no perispírito, sendo um órgão flexível e funcional a serviço do Espírito. É através dela e de sua capacidade de servir de instrumento ao Espírito que este opera a matéria. Sua condição semi-material permite grande flexibilidade e capacidades supra-humanas. À medida que o espírito evolui, adquirindo conhecimentos a respeito das leis de Deus, sua mente se reorganiza para o desempenho de novas e mais complexas funções. Suas capacidades vão se ampliando, aumentando suas faculdades, permitindo novas compreensões das leis de Deus. Quanto melhor

o instrumento, maior a possibilidade de aprendizado e mais eficaz o desempenho perante a realidade.

A história da evolução do ser humano é a mesma do desenvolvimento de sua capacidade de entender o mundo e de compreender sua mente. Mesmo que seja difícil, pode-se, para efeito de compreensão da mente humana, separar o indivíduo de seu aparelho de captação da realidade. O aparelho psíquico, a mente, é um órgão funcional que permite ao espírito apreender as leis de Deus, razão para a qual existe. Ao atingir o estágio de total apreensão das leis de Deus, sua felicidade será plena, estando então capacitado a assumir outras missões em sua infinita evolução.

Nas diversas fases da humanidade, pode-se observar o desenvolvimento dessa mente para que o ideal da felicidade seja alcançado. A mente primitiva ocupava-se em conhecer o mundo enquanto objeto de projeção de sua própria *psiquê*. A mente civilizada dos dias atuais ocupa-se em auto-conhecer-se para oferecer ao Espírito condições de apreender as leis de Deus. A mente futura estará se ocupando em apenas dar lugar ao *Self*¹², enquanto função de orientação para a individuação.

O processo é cumulativo. Não há substituição de uma mente por outra, mas a ampliação da capacidade de apreensão da natureza e de si mesmo. A cada nova fase da evolução do ser, sua mente se torna mais desenvolvida e apta a servir de instrumento eficaz ao espírito. A mente humana mais evoluída acumula a criatividade, a capacidade filosófica, a conectividade com o divino, o criticismo cético racional, o empirismo básico e a percepção do espiritual. Tais competências não se perdem, ao contrário, desenvolvem-se a serviço da evolução do Espírito. Foram adquiridas nas várias fases da civilização e nas relações estabelecidas pelo ser humano com o meio e com seu semelhante.

¹² Estrutura psíquica, arquétipo central, o qual representa a totalidade da personalidade, bem como o centro orientador e ordenador da vida. É responsável pela condução do processo de individuação ou encontro consigo mesmo. Representa o deus interno.

A experiência pessoal, a vivência emocional, as relações que são estabelecidas durante as várias existências do espírito, formarão o saber das leis de Deus. Muito embora nada substitua a experiência pessoal, a evolução se dá também por conta das vivências coletivas. Há uma espécie de ressonância perispiritual, que contribui, mesmo que sutilmente, para o desenvolvimento psíquico. Por imitação ou indução, existem modificações perispirituais não decorrentes de experiências pessoais. São pequenas, tais modificações, mas suficientes para ampliar a evolução da mente humana.

Mente criativa

A mente primitiva de nossos ancestrais, recém saídos da fase animal/irracional, era extremamente criativa ou mítica. Criativa por conceber imagens novas para os objetos com os quais interagia. Os primeiros seres humanos, recém saídos do longo período animal, em cujo inconsciente se encontravam apenas os paradigmas (sobreviver, alimentar-se, acasalar-se, etc.) e imagens típicas do aprendizado animal, não poderiam agir frente ao mundo com a racionalidade tal qual hoje se possui.

O primeiro contato da mente primitiva com algum objeto externo levou-a a criar uma imagem idealizada do que via, juntando elementos que se encontravam em seu inconsciente e na consciência pré-humana. Os elementos inconscientes vieram de suas anteriores experiências como princípio espiritual, no mundo material, bem como no espiritual. Os elementos conscientes eram poucos e a consciência ainda era muito primitiva para elaborar algo mais consistente sobre o objeto ou a experiência. Isso empobrecia a experiência, levando o Espírito a ter obrigatoriamente que repeti-la muitas vezes, até, a partir da idealização inicial, submetê-la a transformações e chegar ao paradigma da lei de Deus, que deveria integrar ao seu saber. O processo é longo, mas eficaz. Sem

referenciais anteriores, a mente criativa elaborou símbolos diversos para compreensão daquilo que configurava como realidade à sua frente. Tal processo persiste inclusive no estágio atual de desenvolvimento da *psiquê*, porém com maiores possibilidades de compreensão não simbólica da realidade.

Para se apreender as leis de Deus, motivo pelo qual o ser humano se encontra encarnado, é necessário viver experiências. Múltiplas experiências, as quais fornecerão elementos psíquicos para outras tantas mais complexas. Algumas vezes o espírito precisa repetir várias experiências em torno de um mesmo objeto de ocupação para consolidar um saber.

O processo de aprendizagem inicia-se com a formação de um símbolo, o qual será vivido intensamente até esgotar sua força mágica, responsável pela busca incessante em compreendê-lo. O processo de aprendizagem é associativo. Associam-se componentes externos a engramas internos por via das sensações físicas e perispirituais.

Chamar a mente primitiva de criativa, ou denominar de primitiva a mente dos primeiros seres humanos não nos leva à compreensão precisa do processo de aquisição do saber. Hoje o ser humano tem a mesma capacidade de apreender a natureza como tinha o primitivo. O processo é o mesmo. A diferença está na riqueza dos elementos paradigmáticos adquiridos.

Mente filosófica

À mente criativa e simbólica do ser humano primitivo, segue-se a mente filosófica. A tentativa de explicar a natureza e seus processos é típica da busca por sair do mundo mágico do primitivo. Saída do choque inicial que a levava a simbolizar, a mente entrou numa fase chamada de filosófica, mais complexa, que a tornava capaz de denominar as coisas e experiências de acordo com critérios subjetivos, porém mais próximo do senso comum. Em

alguns casos a denominação era pelo uso, em outros, pelas emoções que suscitavam e, na maioria dos casos, por um certo senso estético e sensorial.

A mente filosófica estava à procura da essência das coisas. Era uma procura externa, que não levava o Espírito à percepção de si mesmo nem do aparelho psíquico. A tentativa era explicar o mundo e a natureza íntima das coisas. Os elementos materiais eram reduzidos à sua mínima essência, visando servir de explicação para a totalidade do mundo. A água, o fogo, o ar e a terra eram os tais elementos básicos explicativos de todos os fenômenos da natureza. Importava mais explicar o mundo do que a si mesmo. O ser humano, para a mente filosófica, era o farol que iluminava o mundo e que não poderia ser iluminado. Fundamental era iluminar o externo para entender a vida.

A mente filosófica permitiu e permite ao ser espiritual indagar o que acredita compreender, visando atingir o ponto mais profundo a respeito daquilo que o leva ao conhecimento das leis de Deus. Mesmo se voltando para o externo e para os processos que dizem respeito a si mesmo, sem, no entanto entrar na essência do ser humano, em sua origem e seu sentido superior, a mente filosófica representa o senso crítico do conhecimento humano.

Mente teológica

A mente teológica se volta para a procura de Deus, enquanto justificativa para a existência do ser humano. Não se ocupa da natureza do espírito, mas daquilo que entende ser a razão de sua existência. Essa busca vai modificar a estrutura da própria mente, que estará sempre na espera de que esse lugar de Criador seja ocupado por um ente externo e superior ao aparelho psíquico. A mente teológica irá atribuir àquele ser características superlativas do espírito.

O processo de utilização da mediunidade e o contato com forças espirituais proporcionaram o surgimento da mente teológica,

a qual necessitava de uma explicação para o que lhe ocorria. À medida que não encontrava em si e nem na natureza tais explicações, bem como precisando reduzir a tensão provocada pela formação da idéia de mal, a mente teológica exigia a existência de um ser superior que lhe trouxesse alívio.

Na mente teológica, a idéia de Deus, alicerçada pelo *ego*, se aproxima muito de concepções primitivas. Deuses mitológicos, fenômenos da natureza, totens, dentre outros símbolos, foram utilizados como projeções psíquicas para o Espírito conceber Deus. A idéia de Deus foi sendo construída na *psiquê*, formando a base para a compreensão da real existência de Deus. A mente teológica se estruturou, portanto, para que o Espírito, pouco a pouco, compreendesse Deus em si mesmo.

Essa mesma mente teológica ainda se presta a concepções primitivas a respeito de Deus, muito embora já seja capaz de concebê-lo de forma superior, próximo de Sua real natureza. A mente teológica permite ao Espírito separar a criação de seu Criador.

O Cristianismo, no Ocidente, contribuiu em muito para a consolidação da mente teológica no ser humano, fazendo alcançar o estágio do Deus único, tornando-o mais compreensível como o Criador da vida. Ao chamar Deus de Pai, Jesus promoveu na mente teológica uma reestruturação importante, capacitando-a a conceber atributos mais humanos e próximos do Espírito. A mente teológica pode entender melhor a respeito de Deus, a partir de experiências humanas típicas. As projeções da idéia de Deus se tornaram então mais voltadas para virtudes compreensíveis ao ser humano.

Embora se possa admitir uma visão precisa a respeito de Deus, ao concebê-lo como Causa Primeira e Inteligência suprema, ainda existem muitas lacunas que ultrapassam tal concepção. Deus, dentro do sistema humano de conhecimento, ainda é incompreensível e misterioso em muitos aspectos. Ainda há incógnitas não resolvidas, a exemplo da transcendência ou imanência de Deus,

bem como a do paradoxo de um criador incriado. *A psiquê* ainda evoluirá para compreender a complexidade da idéia de Deus fora dela. Deus como causa primária é um conhecimento necessário e provisório. A relação de Deus com o ser humano não é essencialmente externa. O culto externo é uma projeção pueril.

Mente racional

O período racional da civilização ocidental favoreceu o surgimento da mente crítica e menos dependente da mente teológica, que favorecia uma certa alienação do Espírito de si mesmo. Foi entronizada a deusa razão em lugar do deus medieval, extremamente punitivo. As idéias do racionalismo foram uma espécie de contraposição ao medievalismo que imperava na civilização ocidental. Tal fase desencadeou uma revisão de conceitos arcaicos e ultrapassados do ser humano sobre a natureza e sobre si mesmo. Tornou-se um preparo para a possibilidade do Espírito enxergar a si mesmo, sem as contaminações da mente primitiva, da filosófica e da teológica, as quais favoreciam uma concepção fantasiosa e voltada para o aspecto mítico.

A mente racional significou uma estruturação psíquica que valorizasse mais o humano e sua auto-suficiência em relação à natureza e a uma divindade toda poderosa e opressora. Tal mente possibilitou ao Espírito projeções a respeito de si mesmo inimagináveis na mente teológica, pois esta sufocava e colocava na sombra o ser espiritual.

Os fenômenos, antes atribuídos ao sobrenatural, foram depurados pela mente racional que os desmistificava e classificava de acordo com a razão do Espírito. Graças à mente racional pôde o Espírito retirar o véu da ignorância sobre si mesmo, consolidando atributos que lhe seriam importantes para a compreensão dos processos e das leis da natureza.

Mente empírica e científica

A mente empírica ou científica representa um desdobramento da mente racional. Ela é uma melhoria estrutural da mente racional, que se presta a conceber modelos explicativos da realidade. Ela permitiu que o ser humano esmiuçasse a natureza para melhor compreendê-la e a si mesmo enquanto agente ativo dela. A observação e a experimentação se tornam fundamentais para que o Espírito possa cada vez mais se perceber independente das contingências externas e da sensoriedade corporal.

Muito embora se possa querer julgar essa fase da humanidade como responsável pelo materialismo, ela possibilitou uma mudança estrutural da *psiquê*, preparando-a para uma espécie de limpeza de conceitos fantasiosos sobre a natureza do Espírito. A mente observadora e calcada na experimentação permite ao Espírito a compreensão da existência de leis na natureza, capazes de receber as projeções das leis de Deus, facilitando assim sua assimilação.

Por muito tempo conservou-se a idéia, não equivocada, de que alguns dos conceitos empiristas, behavioristas, racionalistas e iluministas eram materialistas, sem que se tenha percebido seu significado profundo para a mente humana. No decorrer da evolução, ao apropriar-se de conhecimentos mais profundos, pode-se entender a necessidade de tais pensamentos para uma melhor percepção do ser humano a respeito de si mesmo. As idéias espiritualistas puras, não associadas a uma visão pragmática da realidade e distanciadas da natureza instintiva do ser humano, aprisionam a mente, ou a consciência, num mundo mágico e mítico que paira acima de sua própria essência divina. Não há transcendência, portanto aquisição de sabedoria, sem a união de polaridades psíquicas. O considerado material e o espiritual devem ser integrados para o surgimento do aprendizado mais próximo do real.

Ao lado dos prejuízos causados, estimulando a inércia e a estagnação psíquica, o racionalismo e o materialismo, alimen-

tadores da morte como o fim da individualidade, fomentaram importantes emoções. A lágrima pela morte de alguém denuncia o início da constituição de importante sentimento para o espírito, pelas expressões emocionais que libera e pelas estruturas afetivas que desenvolve na *psiquê*.

Mente cerebral

Essa é ainda uma derivação da mente empírica ou científica. Trata-se da busca pela compreensão das funções cerebrais e de sua importância para o equilíbrio do indivíduo. Com o estudo e o conhecimento do funcionamento do aparelho cerebral, a mente vai se estruturando para a separação entre o que é estritamente orgânico e o que é psicológico. Adquire-se uma micro visão do funcionamento do próprio sistema de compreensão da realidade. Ao descobrir como funciona o cérebro, o ser humano passa a ter um referencial projetivo para entender o processo de apreensão do saber por parte do Espírito.

A descoberta dos neurotransmissores como veículos de informação da consciência, e do inconsciente, ao cérebro permitiu que se acessasse estruturas superficiais da *psiquê*, facultando a compreensão parcial de seu funcionamento. A mente se reestrutura para a compreensão do microcosmo material objetivando a análise da vida com uma complexidade antes impossível. Caminha-se para a compreensão da imprevisibilidade de Deus.

A mente cerebral desvenda os segredos da vida orgânica, sugerindo a impossibilidade de que ela responda pelos intrincados mecanismos da vida. Dessa descoberta, o ser humano salta para outras possibilidades subjetivas, para explicar os diversos fenômenos psíquicos. A estrutura cerebral por si só não é capaz de justificar as diversas possibilidades cognitivas humanas, tampouco as psicopatologias e suas conseqüências à vida humana. A mente cerebral vem trazer mais luz e maiores possibilidades de projeção

das formas de funcionamento da *psiquê* do Espírito, mesmo que àquela mente se atribua o que pertence ao perispírito.

Mente psicológica

A mente psicológica é a principal conquista da consciência nos últimos tempos. Ela se caracteriza pelo delineamento do funcionamento da *psiquê* de uma forma compreensível ao *ego*. Penetrou-se no domínio da estrutura psíquica, isto é, criou-se um modelo estrutural para a *psiquê*. Aprendendo a conhecer o funcionamento, a maneira como é construída a *psiquê*, se chega mais perto daquilo que a comanda, o Espírito.

A *psiquê*, ao se deparar com uma proposta de estrutura, passa a se organizar daquela forma para atender tal concepção necessária à vida cotidiana. A estrutura proposta é básica nas várias psicologias, mesmo nas escolas que negam o inconsciente, diferindo muito pouco entre os modelos vigentes. O aparelho psíquico é então um sistema relativamente aberto, constituído como um mecanismo de passagem de energia, contendo um campo denominado inconsciente, outro chamado consciente ou consciência. Tal divisão corresponde à necessidade de justificar a existência da memória, o estar desperto, bem como as razões dos comportamentos humanos.

Tomando como referência o modelo proposto pela Psicologia Analítica e esmiuçando ainda mais essa estrutura simples, constituída de inconsciente e consciente, concebeu-se o inconsciente dividido em uma camada mais profunda, denominada inconsciente coletivo, o qual é formado pelos arquétipos, responsáveis pelos comportamentos padronizados, e outra chamada inconsciente pessoal, composta pelas experiências individuais. Com essa proposta, o aparelho psíquico ficou assim concebido: Inconsciente Coletivo, Inconsciente Pessoal, Consciência e *ego*.

O *ego* é reconhecido como centro da vida consciente e como o elo de ligação entre a vontade e a ação. Ele é responsável

pelo acesso ao inconsciente e o mais próximo representante da identidade pessoal ou personalidade do indivíduo. O *ego*, portanto, pode ser entendido sob dois aspectos. Como *ego*-identidade, o qual é a consciência de si, da própria existência; e, como *ego*-função, o qual é a consciência do outro, hetero-percepção. A consciência de si, como um ser separado de tudo, o *ego*-identidade, representa, numa instância menor, o Espírito e, nos estágios superiores da evolução, é o próprio. Ele, o Espírito, não está na consciência nem é ela, mas a usa e ao *ego*, que lhe é uma função. Consciência de si é espírito, consciência do objeto é uso de função.

Foi possível, a partir de tal concepção para o aparelho psíquico, entender os mecanismos de defesa da personalidade, bem como estabelecer as diferenças entre os atos coletivos e os individuais. Com esse modelo a *psiquê* se reestruturou para que o Espírito, representado, numa instância superior, pelo *Self* e revelado através do *ego*, seja mais bem compreendido e identificado como o senhor da vontade.

Mente espiritual

O desenvolvimento da mente, com as reestruturações ocorridas, acumulando a mente criativa, a filosófica, a teológica, a racional, a empírica, a cerebral e a psicológica, deu ao Espírito um aparelho mais flexível, mais complexo, e mais adequado à sua manifestação. Ainda não é o ápice da evolução da *psiquê*, pois o processo é contínuo e, talvez, seja inimaginável conceber o seu fim.

A mente continua seu aperfeiçoamento para melhor servir ao Espírito no seu processo de apreensão das leis de Deus. Ainda faltam as capacidades afetivas serem incorporadas à *psiquê*, pois parece que ainda estão embrionariamente estruturadas como impulsos. As manifestações afetivas observadas no ser humano de hoje, produto das experiências ligadas às emoções primitivas, estão se estruturando para a formação da mente espiritual. O ser

humano experimenta a sensação, passa pelas emoções, vive o sentimento afetivo, a fim de alcançar o amor, como a expressão máxima de sua capacidade conectiva com o divino. A reestruturação da *psiquê*, com a incorporação dos sentimentos afetivos, favorecerá a manifestação de expressões nobres pertencentes ao Espírito.

A mente espiritual será o próximo passo, pois nela encontraremos as possibilidades das manifestações não só dos sentimentos, como também das capacidades mediúnicas, as quais ainda se encontram diluídas no perispírito. Isso se dará com a aproximação cada vez maior de um modelo psíquico que atenda às necessidades mediúnicas e emocionais do ser. O exercício contínuo das expressões emocionais, sem repressões nem explosões de agressividade, bem como o uso constante da mediunidade na vida cotidiana, sem os formalismos exagerados, favorecerá uma nova reestruturação da mente, fazendo surgir a espiritual.

Evolução do pensamento e do conhecimento

O ser humano surgiu a partir de um ponto de inflexão da cadeia evolutiva animal. Tal ponto se deu após o Plioceno Superior, quando houve o aparecimento de funções mais complexas na convivência entre indivíduos de um mesmo grupo social. A fabricação de utensílios, o uso do fogo, a divisão de poder entre líderes, as manifestações afetivas mais complexas, as transferências migratórias, as disputas por habitat, o surgimento da mediunidade no organismo perispiritual, a densidade dos símbolos psíquicos, as relações com civilizações mais adiantadas, favoreceram o desenvolvimento daquilo que se chamou razão, principal diferença entre o animal e o humano.

O ser humano, após essas conquistas evolutivas, tornou-se senhor de si, passando a dominar pouco a pouco seu livre-arbítrio. Ele era ainda inconsciente, pois seu campo de consciência ainda não era portador de um *ego* estruturado para poder estabelecer sua identidade como pessoa. Seres mitológicos foram lentamente criados pela cultura popular para representar sua estrutura psíquica e para lhe trazer uma idéia a respeito de si mesmo. O saber foi lentamente adquirido até que ele pudesse abstrair-se do mundo e olhar para si mesmo. Foi uma longa caminhada, no pensar e sentir humanos, para que se alcançasse a mente psicológica de hoje.

O conhecer humano deu-se a partir de simples elaborações ocorridas após repetições de atitudes ao longo de sua história. Repetir experiências é o processo que fixa a aprendizagem. Com elas, o ser humano elaborou teorias e construiu modelos de compreensão da realidade. Em princípio, seu saber se encontrava apenas na memória, pois os paradigmas das leis de Deus, para alcançar a essência do Espírito, necessitam de muitas e diversas experiências. O conhecimento das leis de Deus requer a vivência do Espírito nas múltiplas funções e nos mais diversos campos de experiências, com e sem a matéria.

Os primeiros seres humanos, preocupados em entender o mundo e a si mesmos, para explicá-los aos outros, eram chamados de filósofos, os quais buscavam uma compreensão da realidade a partir daquilo que exteriormente ela apresentava. Entendiam que o ser humano e a natureza tinham uma mesma origem, a qual poderia ser explicada a partir de um elemento material único. Do ponto de vista psicológico, a matéria se tratava apenas de uma exteriorização da natureza psíquica do ser humano. Numa perspectiva espiritual, pode-se admitir que a valorização da matéria visava trazer ao concreto o que tinha sido concebido no campo do espírito, isto é, já se sabia, intuitivamente e inconscientemente, da existência do elemento primordial no universo.

Tomando como referencial a figura de Sócrates (470 – 399 a. C.), principal expoente da Filosofia grega antiga, encontraremos personagens que trouxeram idéias substanciais à compreensão da vida. São chamados de pré-socráticos, pois, antes de Sócrates se debruçaram no pensar, buscando uma melhor maneira de explicar o mundo e a própria vida humana.

A Filosofia pré-socrática se caracterizava pela busca da unidade, da qual resultava o mundo material. Tal busca representava a tentativa de explicar o que estava fora de si mesmo, despreocupados, ou inconscientes do que existia na *psiquê*, tornando-os distanciados da percepção do espiritual. A busca por uma explicação racional, material, distanciava o ser humano do espiritual,

porém, era seu começo incursional nos mistérios da mente, projetando o *Self* numa partícula única. Tal incursão representava a tentativa de encontrar o fluido cósmico universal¹³ citado por Allan Kardec. A busca da unidade era a busca do *Self*.

Filósofos como Tales de Mileto (624 – 546 a.C.), Anaximandro (610 – 530 a. C.) e Anaxímenes (546 – 528 a.C.) contribuíram para a procura da substância única, que explicasse a natureza e sua complexidade. São eles os precursores da moderna filosofia. No trabalho deles, atuava a *psiquê*, a fim de justificar a existência do fluido cósmico universal, elemento do qual é formada. Heráclito (504 – 420 a. C.) estava também entre os que buscavam a substância única, propondo as bases da dialética com seu vir-a-ser. Tal preocupação, isto é, a dialética, será profundamente importante na Filosofia dos séculos posteriores, bem como base para a dinâmica dos opostos da Psicologia Analítica, de C. G. Jung.

Destaca-se entre os pré-socráticos a figura de Pitágoras (570 – 496 a. C.), tido como médium, fundador de uma escola, na qual ensinava a sobrevivência da alma após a morte e a reencarnação. Semelhantes idéias foram adotadas mais tarde por Platão (428 – 348 a. C.). Podemos perceber que as idéias espíritas não são criações ou fantasias das credices do Século XIX, época em que nasceu o espiritismo, mas tão antigas quanto a própria Filosofia. A não aceitação do espiritismo no passado se devia à falta de amadurecimento psíquico para a compreensão de assuntos profundos e complexos, que envolviam a *psiquê* e a realidade espiritual.

A Escola pitagórica se caracterizava por uma vivência prática, distanciada do ascetismo típico dos amantes da Filosofia, adotada por uma consciência política ativista. Seus seguidores eram vegetarianos e, em sua maioria, celibatários. Acreditavam que a vida era uma busca incessante pelo encontro com a divindade. Parece que o modo de ser dos pitagóricos influenciou a inclusão

¹³ A *Gênese*, 24ª Edição, Capítulo IX, item 15, FEB, Allan Kardec.

do celibato na formação dos sacerdotes da Igreja Católica. Tal prática prejudicou e prejudica em muito a manifestação do próprio Espírito, o qual se vê tolhido e reprimido, impedido de viver experiências fundamentais à sua evolução, ligadas à educação da sexualidade, em vistas à construção da afetividade.

Os seguidores de Pitágoras cultuavam a música como símbolo máximo da harmonia e a consideravam o bem supremo. Eram princípios da Escola Pitagórica: o **número** (numa substituição do corpóreo pelo abstrato) e a **quaternidade** (representada por um triângulo formado por dez unidades, tendo quatro delas como lado e uma no centro) como perfeição. Eles consideravam que a harmonia dos opostos era o significado último das coisas.

A Escola Pitagórica apresentava idéias próximas à busca da unidade e da perfeição, portanto estavam tateando o *Self* ou a divindade. A *psiquê*, ainda em estruturação filosófica, extremamente criativa e mítica, inconscientemente representava o *Self* em formas esteticamente perfeitas, como também através da abstração numérica, procurando demonstrar sua incorporeidade. Tais representações serão fundamentais para a compreensão da estrutura psíquica humana e, conseqüentemente, para a percepção do Espírito.

A continuidade das idéias da Escola Pitagórica pode ser vista principalmente na Cabala e na Alquimia, em cujos princípios se podem perceber simbolicamente os conteúdos do inconsciente. Aquilo que é possível ser acessado no inconsciente pelo *ego* vem à consciência sob a forma de símbolos. Assim ocorre pela insuficiência, na *psiquê*, de outros elementos para tal. O símbolo se forma pela ausência de conhecimento por parte do Espírito e são os precursores dos futuros conhecimentos que serão incorporados pela *psiquê*.

As doutrinas secretas trazem conhecimentos de forma simbólica, os quais representam aspectos psíquicos não suficientemente compreendidos pela consciência. A experiência do Espírito, alterando a estrutura da *psiquê*, possibilitará o conhecimento das leis de Deus de forma mais plena.

Um dos filósofos pré-socráticos que nos chama a atenção é Xenófanes (576 – 480 a. C.), da Escola Eleática, pelo conceito que emitia sobre Deus, em meio ao politeísmo grego reinante à época, pois afirmava que havia uma só divindade, um deus-tudo, o qual se identificaria com o universo. Xenófanes propõe idéias que vão ser desenvolvidas mais tarde entre aqueles que aceitariam o panteísmo. Essa idéia pode nos fazer entender que a *psiquê* estaria sendo representada pelo universo. A totalidade do psiquismo humano estaria sendo percebida como um todo. Isso abriria espaço para a compreensão da *psiquê* como um sistema amplo e aberto. Talvez Xenófanes e seus pares tivessem percebido que Deus pode ser concebido na intimidade da *psiquê* e esta estaria representada pelo universo infinito.

A concepção monoteísta a respeito da existência de Deus em detrimento da visão politeísta revela uma mudança na *psiquê* humana. É uma mudança paradigmática importante, pois exige uma visão unitária de comando, não só na vida prática como na própria *psiquê*. Trata-se da percepção externa de representações centrais, tais como: o sol, a praça, o rei, o castelo, o pai, a unidade de um fenômeno não repetitivo, dentre outros. Isso é acompanhado, ou é reflexo, da percepção interna de um centro diretor da *psiquê*. Tal centro Jung denominou *Self*. A passagem do politeísmo ao monoteísmo prefigura uma transformação do consciente coletivo ao *Self*. A projeção então dirigida pelos arquétipos menores, no politeísmo, centrou-se, no monoteísmo, no *Self*.

Ainda entre os pré-socráticos encontramos Empédocles (493 – 430 a. C.), que afirmava haver duas forças cósmicas a se alternarem na natureza: o amor e o ódio. Empédocles pregava abertamente a reencarnação. Pode-se pensar que Empédocles entendia que a vida é dialética ou dinâmica de opostos, pois tal confronto de forças também estava na *psiquê*, entre a consciência e o inconsciente. A representação dessa dinâmica de opostos entre o amor e o ódio nos dá a idéia de que na *psiquê* existem estruturas

que se opõem, como Empédocles via na natureza. As forças cósmicas simbolizavam as psíquicas, desconhecidas para ele. Podemos pensar que tais forças seriam, àquela época, o intelecto e o instinto.

À mesma época de Empédocles, Anaxágoras (500 – 428 a. C.) dizia que havia um *princípio inteligente*, ou mente universal, como causa da ordem do mundo. Essa idéia irá nortear a maioria dos conceitos sobre a divindade criadora de tudo, pois **um** princípio deve ser subentendido como sendo Deus. No espiritismo, tal idéia está expressa na resposta à questão número um, de *O Livro dos Espíritos*, ao ser dito que Deus é a inteligência suprema, causa primária de todas as coisas. Essa idéia, como veremos, será reafirmada por muitos filósofos em várias épocas da história do pensamento humano. Anaxágoras expôs tanto o que a *psiquê* exigia para explicar o vazio de seu próprio sistema de compreensão, quanto o que o Espírito necessitava para compreender-se enquanto criatura. A idéia de Deus é uma necessidade psíquica, independente da existência real dEle. O que hoje se afirma a respeito de Deus é uma representação daquela idéia necessária.

Por último, entre os pré-socráticos, incluo Protágoras (480 – 410 a. C.), sofista, que dizia: “*o homem é a medida de todas as coisas*”. Não é difícil perceber a profundidade de tal afirmação, pois significa dizer que todos os sistemas de representação da realidade passam pela *psiquê* humana. Tudo que é afirmado pelo ser humano contém seu filtro e sua condição de criatura. A realidade não é uma construção do humano, mas a forma como ele a vê, a explora, a transmite e a transforma, passam pelo seu psiquismo. Até sua idéia de Deus é uma construção humana. Ao se colocar no centro da criação, o ser humano apenas repete aquilo que se encontra em seu mundo íntimo. Isso para mim significa que a idéia de Deus se encontra em seu mundo inconsciente interior. Deus está no centro da *psiquê* e isso leva o ser humano a se afirmar como centro do universo.

Pode-se notar que algumas teses pré-socráticas antecipam o que o espiritismo traria mais tarde, o que vem confirmar que o

conhecimento não é patrimônio de uma pessoa, de um grupo ou de uma época da história do saber humano. A existência de teses semelhantes às adotadas pelo espiritismo, em épocas tão remotas da humanidade, revela a intemporalidade do saber. São princípios universais e, portanto, patrimônio coletivo. O espiritismo resume, numa forma atualizada e adequada ao desenvolvimento da *psiquê*, o arcabouço dos conhecimentos mais complexos sobre as questões transcendentais que sempre provocaram o espírito humano. O espiritismo, enquanto síntese de uma época, terá suas teses incorporadas a outras doutrinas no futuro, tendo que estar atentos seus estudiosos para trazer novos conhecimentos pela via mediúmica, como o fez Allan Kardec. As principais teses espíritas são: 1) a existência de Deus como inteligência suprema e causa primeira de todas as coisas; 2) a existência do Espírito, enquanto princípio inteligente e imortal; 3) a evolução como lei da natureza; 4) a reencarnação como processo de início e fechamento de ciclos evolutivos; 5) a mediunidade como sistema de comunicação entre seres que se encontram em diferentes vibrações; 6) a ética baseada em princípios cristãos; 7) a pluralidade de sistemas habitados além do solar. Tais teses serão, como algumas já foram, absorvidas por várias doutrinas, pois não são patrimônio do espiritismo. Isso forçará a evolução da própria doutrina espírita, que deverá incorporar outras teses mais evoluídas, de acordo com o desenvolvimento do Espírito.

Antes de falar sobre Sócrates, é necessário referir-se a Platão (427 – 339 a. C.). Platão pregava o auto-exame da consciência como forma de sabedoria. Ele dizia que aprender é recordar, pois viemos do mundo das idéias e renascemos. Baseado nisso, concordava com a pré-existência da alma (reencarnação) e com sua imortalidade. Platão concebia Deus como artesão ou demiurgo, causa do mundo. Para ele, Deus criou a natureza à semelhança do mundo do ser. Platão dizia que cada um é responsável pelo próprio destino, e não a divindade. Ele criou o famoso Mito da Caverna no qual procurava demonstrar a pouca

visibilidade do saber humano a respeito de si mesmo e do universo. No referido mito os homens estavam dentro de uma caverna, virados para seu interior, vendo o que se passava no mundo externo através das sombras refletidas na parede ao fundo. O que viam eram figuras disformes, monocromáticas e em proporções irreais. Assim ele via os seres humanos, limitados ao mundo físico, sem penetrar na realidade causal, vista como a espiritual, a qual estaria fora da caverna.

As idéias espíritas se aproximam muito do sistema de Platão, pois suas propostas filosóficas visavam a elevação moral e espiritual dos seres humanos. No Mito da Caverna, a visão limitada de seus habitantes se assemelha à dos encarnados, os quais, em sua maioria, desconhecem a realidade espiritual. Platão saía da contemplação filosófica para a fundação de uma sociedade justa e feliz, pois pregava o “retorno à caverna”, isto é, a preocupação com o mundo humano. Não queria a alienação ao espiritual, mas uma participação consciente do indivíduo na sociedade. A crítica que possa ser feita a Platão, pelas suas incursões políticas, muito embora pertinentes, deve quedar-se diante de sua preocupação social de contribuir para a harmonia e a paz coletiva.

Seu auto-exame da consciência se assemelha à Reforma Íntima pregada pelo espiritismo, sem a qual é improvável o crescimento espiritual do ser humano. Platão é considerado como representante de uma das principais correntes filosóficas da História do Pensamento humano. Tomam-no como representante da subjetividade e do idealismo, em oposição ao realismo e ao concretismo das teses de Aristóteles, do qual falarei adiante.

Em certo sentido, as idéias de Platão correspondem aos arquétipos junguianos, pois são critérios ou princípios de juízo acerca das coisas. Para ele, as idéias são causas das coisas, portanto, existem estruturas psíquicas que condicionam a percepção do mundo como ele se apresenta. A construção do saber de Jung passa pelas idéias de Platão, da mesma forma que estas influenciaram as idéias espíritas.

As idéias de Platão promoveram alterações na *psiquê* a fim de que se pudesse absorver com maior precisão a imortalidade e a subjetividade da vida. Suas idéias foram acrescidas a outras, ao longo da história, a fim de que o Espírito pudesse tornar consciente tal condição própria.

Xenocrates dirigiu a Academia de Platão após sua morte. Ele dizia, referindo-se ao mal, que “o simples desejo equivale já à execução da má ação”. Nesta expressão, pode-se notar uma certa continuidade da filosofia de Platão, voltada para o lado subjetivo da ação, bem como para as motivações humanas. Isso quer significar também que a psicologia, enquanto procura dos motivos do comportamento humano, se estruturou desde os primórdios da filosofia. Suas raízes se encontram na própria filosofia, como de resto toda ciência.

Heráclides do Ponto (388 – 315 a. C.), discípulo de Platão chamava os átomos, de “corpúsculos não coligados”, isto é, corpos simples com os quais a inteligência divina teria construído o mundo. Na astronomia, antecipando Copérnico, afirmava que Mercúrio e Vênus giravam em torno do Sol. A idéia dos “corpúsculos coligados” se assemelha à do Fluido Cósmico Universal, que Allan Kardec trouxe, em 1869, no livro *A Gênese*. A química do século XVIII também já concebia a idéia de um elemento único que dava origem aos outros, ao apresentar o átomo de hidrogênio. Essa visão da matéria como constituída de um único princípio corrobora a idéia espírita do elemento material apresentada em *O Livro dos Espíritos*, nas questões 27 e 79. Tal idéia reestrutura a *psiquê* para a compreensão da existência de um princípio espiritual, o qual, ao unir-se ao princípio material, se complementa. A idéia de Heráclides do Ponto de que aqueles planetas giravam em torno do sol, contribuiu para a percepção do *Self*, enquanto centro da vida psíquica, em torno do qual orbita o *ego*.

Após Platão, e ainda em sua época, surge a figura singular de Aristóteles (400 – 320 a. C.), que trará importante contribuição para a história e para o desenvolvimento do pensamento da

humanidade. Ele fará o contraponto das idéias de Platão, voltando-se para o plano da realidade.

Aristóteles teorizou sobre diversos temas de forma singular e, mesmo vivendo à mesma época de Platão, não lhe sofreu influência. Ele afirmava que Deus era causa e motor imóvel e com isso mantinha a idéia central da existência de um deus único em meio ao politeísmo grego. Tal idéia ampliava as possibilidades da *psiquê* em conceber a existência do *Self*. Ou, talvez, fosse o próprio *Self* a conduzir o *ego* à concepção da idéia do Deus único. Embora ambos afirmassem a existência de um Deus único, Platão e Aristóteles, paradoxalmente, eram politeístas, pois estabeleciam limites para Deus e, em alguns aspectos, o igualavam a outros seres.

Enquanto Platão explicava o Universo pela ação de um artesão divino, o demiurgo, Aristóteles preferia considerar que se tratava de um organismo que se desenvolvia graças a um dinamismo interior denominado natureza. Enquanto os ensinamentos de Platão despertavam para o Inconsciente, para a subjetividade da vida, considerando seus aspectos ocultos, os de Aristóteles apontavam para a Consciência, observando a própria realidade como ela é, e de forma mais pragmática.

Aristóteles apresenta Deus como o ato puro ou substância imóvel. Deus é a causa primeira de todas as causas e o criador da ordem do mundo. A mesma idéia será apresentada na questão de número um, de *O Livro dos Espíritos*, mais de dois mil anos depois. Já não há dúvidas quanto à força de tal idéia, o que demonstra que o politeísmo e o ateísmo perderam espaço na *psiquê*.

Aristóteles deu à filosofia um objeto preciso, denominando-a ciência do ser enquanto tal. Preocupou-se em demonstrar a existência da singularidade do ser enquanto ser, por detrás da forma externa. A lógica aristotélica, ao delinear os princípios do ser enquanto ser, abre espaço para a percepção do Espírito enquanto tal. Isso significa poder entender a existência do Espírito independentemente do corpo e da mente.

Em sua Metafísica, ele introduz o conceito de substância, que antecipa os princípios da Psicologia da Gestalt, a qual considera a relação entre a figura e o fundo fundamental para a compreensão do objeto. A substância, na Gestalt, é percebida relacionada ao contexto ou à forma em que se situa. Trata-se de uma ampliação do princípio aristotélico, associado à teoria da relatividade de Einstein e complementado pelo “*princípio da incerteza*” de Werner Heisenberg (1901 – 1976), afirmado em 1927. A psicologia da Gestalt ampliou conceitos em psicologia a respeito das leis da percepção. Gestalt significa forma ou qualidades configuracionais.

Na esteira das idéias de Protágoras, Aristóteles considerava que “*ninguém poderia aprender ou compreender nada, se os sentidos nada lhe ensinassem; tudo quanto se pensa, pensa-se necessariamente com imagens*”. Embora contrariando o mundo das idéias como origem do conhecimento humano afirmado por Platão, a consideração de Aristóteles coloca o ser humano em contato com sua natureza real, sem mentalismos ou subjetividades. Esse princípio irá nortear as idéias iluministas e empiristas séculos depois. Isso, equivocadamente, serviu de base ao materialismo, pois deu a entender que na matéria está a única via de conhecimento humano. O espiritismo, mais tarde, vem consolidar a idéia do corpo espiritual como aquele veículo principal de apreensão do saber para o Espírito.

Não se pode negar tais afirmações, mesmo dentro de uma visão espiritualista e espiritual do ser. Ao se considerar o perispírito um corpo de natureza fluídica, portanto material, e sendo ele o veículo de manifestação do Espírito e sua fonte de ligação com a matéria, pode-se entender, como afirmei antes, que nada vai ao intelecto (Espírito) senão pelos sentidos (corpo físico e perispírito). Pode-se, ainda, contrapor que tal raciocínio seja incorreto a partir de que se admita que o Espírito pode apreender conhecimentos por via direta, independente do corpo físico ou do perispírito. Isso fica sem possibilidade, ao menos por enquanto, de sustentação teórica, dada a natureza da questão.

A compreensão de Aristóteles, a respeito da via sensorial, pela qual se apreende o saber, coloca a *psiquê* em condições de projetar os processos de conhecimento nos objetos externos e de procurar na matéria experiências transformadoras do Espírito.

Para ele a tarefa própria do ser humano é a vida da razão. Não era a vida vegetativa, como a das plantas, nem a vida dos sentidos como a dos animais. Ele distinguia a razão da moral, afirmando que a primeira era a virtude racional intelectual e a segunda era a virtude moral ou o domínio da razão sobre os impulsos sensíveis.

Pode-se observar, pela clareza de seus princípios, que Aristóteles tinha uma concepção diferente de seus contemporâneos a respeito da vida e do ser humano. Buscava trazer a *psiquê* ao concreto, ao real e à vida moralmente superior. Seus conhecimentos buscavam enraizar a *psiquê* naquilo que, para ele, seria fundamental para atender às necessidades do Espírito. Sem aquela visão pragmática, sensorial e compreensiva da vida material, o Espírito ficaria no terreno das simples idéias metafísicas e subjetivas a respeito da Vida e de si mesmo. Isso vem a propósito da discussão a respeito da supremacia da vida espiritual sobre a material. Parece um exagero e uma fuga da realidade na qual se vive. A vida material é importante ao Espírito pelas circunstâncias próprias que lhe oferece para o conhecimento das leis de Deus. A vida espiritual tem importância capital ao espírito porquanto é nela que reconhece de forma mais apropriada sua natureza essencial. Em ambas as fases da evolução, seja no corpo físico ou fora dele, o Espírito se capacita a adquirir conhecimento, porém essas dimensões não se excluem, antes, se complementam.

Aristóteles, antecipando a psicanálise de Sigmund Freud (1856 – 1939), considerava a catarse importante para a purificação das emoções e que estas não poderiam ser abolidas. Pode-se perceber que Aristóteles compreendia o ser humano em sua totalidade, não desprezando sua vida instintiva nem a importância de suas emoções. As emoções estão na base da

psiquê, exigindo serem educadas para o desenvolvimento do Espírito. Desprezá-las implica em prejuízo à personalidade. O pensamento de Aristóteles parece como uma intervenção da consciência sobre o inconsciente, orientando-a para a auto-percepção.

A Filosofia nasceu com uma preocupação cosmológica, caracterizada pela busca da unidade que garantiria a ordem do mundo. Os filósofos pré-socráticos entendiam que tal ordem só seria compreensível a partir da definição do elemento primordial, formador de tudo que existe na natureza. Depois deles, com as idéias de Sócrates, Platão e Aristóteles, nota-se uma vertente antropológica, percebida na preocupação com a formação do indivíduo e de sua vida em sociedade, além da busca por respostas plausíveis para o problema ontológico do ser e do homem. A Filosofia nascente também se notabilizou pela preocupação com a ética, ou seja, pelo problema da conduta do homem, visando tornar o saber filosófico útil ao viver em sociedade.

Tais preocupações, antes de serem isoladas e específicas dos personagens gregos, são processos de amadurecimento do Espírito, visando sua própria evolução. O desenvolvimento do aparelho psíquico, que será o elemento favorecedor de tal evolução, precisará ocorrer de forma gradativa e constante. Aquelas buscas permitiriam tal desenvolvimento. A frase “mente sã em corpo sã” simboliza tal processo. Substituindo-se o corpo pelo Espírito, a mente em equilíbrio e apta à apreensão adequada das leis de Deus favorecerá o Espírito.

Com o advento do Cristianismo, seguiu-se um longo período religioso na Filosofia, cuja preocupação central era com o problema de encontrar a via de reunião entre o homem e Deus. Os filósofos chamados de neoplatônicos se ocuparam dessa tarefa. Tal fase da filosofia, que predominou por largo tempo, serviu para fundamentar a *psiquê* para que o Espírito viesse a formular, gradativamente, a consciência da existência de Deus.

Sócrates

O pouco que se sabe a respeito de Sócrates vem de seus discípulos, em particular de Platão. À semelhança do Cristo, guardando as devidas proporções, Sócrates nada deixou escrito, preferindo transmitir pela palavra e pelo exemplo aquilo que se passava em seu íntimo.

Sem dúvida nenhuma o grande expoente da Filosofia foi Sócrates (469 – 399 a. C.), tendo em vista, não só sua adoção à famosa inscrição do oráculo do Templo de Delfos, dedicado ao deus Apolo: “Conhece-te a ti mesmo. Nada em excesso”, como também pela influência que exerceu sobre Platão e, em menor escala, em Aristóteles, cujos escritos determinaram os rumos da Filosofia. A sabedoria de Sócrates incluía sua profissão de ignorância, pois assim estimulava à busca do conhecimento. Ele acreditava que o conhecimento não era transmitido, mas sim estimulado, e orientava que as pessoas o buscassem em si próprias (*maieutica*). Para a vida, exigia um diálogo contínuo do indivíduo consigo mesmo e com os outros, pois o valor pessoal só pode ser compreendido e realizado na relação com os outros.

Com Sócrates, houve uma inflexão na busca do saber filosófico, antes dedicado a olhar o mundo exterior ao ser humano para, com ele, passar a direcionar seu foco de análise ao interior da *psiquê*. Adotar a ignorância pressupõe estar aberto ao conhecimento, disponível para a flexibilidade psíquica. O contrário

enrijece a *psiquê*. Todas as vezes que se diz saber de algo, de forma definitiva, impede-se a criatividade e a percepção de outras possibilidades de conhecimento das coisas. A ignorância socrática se assemelha à proposta de Immanuel Kant (1724 – 1804) em submeter a razão à crítica que conseguisse retirar dela tudo que a impedisse de saber das coisas como elas são. Pode-se dizer que a proposta de Kant encontra ressonância e é aceita por toda a Filosofia, graças à base lançada por Sócrates. Isso implica numa *psiquê* flexível à vida, a fim de que os dogmas não a enrijeçam. Mais tarde, Jung vai propor a mesma postura em sua prática como psicoterapeuta, ao repetir para si mesmo que nada sabia a respeito daquela alma que estava à sua frente.

Sócrates pregava a virtude e a justiça e dizia que a primeira não era a negação do prazer, mas a capacidade de saber escolher dentre os prazeres o melhor. Sua religião pessoal era o filosofar constante na busca da virtude. Ele se mostrava bastante coerente em seus princípios, não querendo que sua filosofia levasse as pessoas a viverem infelizes e de forma injusta. O conhecer-se a si mesmo permitiria que o ser humano vivesse respeitando sua natureza íntima, não desprezando seu desejo de prazer. Sem adotar uma postura hedonista, pregava a realização do mundo íntimo. Essa proposta foi seguida por todos os que se debruçaram sobre o pensamento e o sentido da vida.

O conhecimento de si mesmo é a regra indicada pelos espíritos a Allan Kardec, na questão 919 de *O Livro dos Espíritos*, para que o ser humano se melhore ao estar encarnado. Esse processo de interiorização e descoberta de si mesmo é, portanto, antigo, e ainda será por muito tempo o roteiro para o encontro do ser humano com sua verdadeira natureza. Tal conhecimento de si mesmo é um processo que subentende algumas fases. Para efetivamente se conhecer é preciso atravessar as seguintes fases: autoconhecimento, autodescobrimento, autotransformação e auto-iluminação. O autoconhecimento é o conhecimento no nível da consciência e daquilo que é possível alcançar-se ou se deduzir

das relações do indivíduo. O que é acessível ao *ego* pelas experiências comuns e em estado de vigília, pertence ao autoconhecer-se. O autodescobrimento é o conhecimento daquilo que se encontra encoberto ao *ego* e que só é acessível em condições especiais. São conteúdos que se encontram no inconsciente e que só são acessíveis quando o *ego* se encontra inibido ou afetado. Tais conteúdos vêm à consciência nos estados alterados de consciência, na imaginação ativa, na fantasia, nos sonhos, nos transe, na hipnose, dentre outros. O processo de autotransformação se dá quando, nas experiências comuns da vida, o indivíduo está consciente e emocionalmente envolvido no que faz, adquirindo real aprendizado e internalização do que vive. É a real transformação e o crescimento efetivo do indivíduo. A auto-iluminação é o estágio em que o indivíduo se percebe Espírito, reconhecendo sua própria luz, projetando-a no que faz. Esse contínuo processo é amplamente descrito em meu livro *Psicologia e Espiritualidade*.

A doutrina de Sócrates antecipa as escolas da psicologia, que pregam a realização pessoal através do encontro consigo mesmo. Em particular, podem-se encontrar semelhantes teses na Psicologia Analítica de C. G. Jung, que propõe a individuação como meta a ser atingida, processo esse que será detalhado em capítulo mais adiante.

Estóicos e Essênios

Diz-se que os estóicos muito ensinaram de sua sabedoria a toda a Grécia. O nome estóico vem de *Stoa*, que significa Pórtico ou Portal, por causa do local onde se situava a escola iniciada com esse nome. Seu principal expoente foi Zenão (334–262 a.C.), que pregava a busca da felicidade pela prática das virtudes e estas eram: a natural, a moral e a racional. Os estóicos inauguraram uma nova era na Filosofia, pois buscavam a felicidade e não apenas o conhecimento teórico das coisas.

Eles acreditavam em Deus como causa das coisas, mas não como ente fora do mundo. Eles eram panteístas e politeístas. Como a maioria dos gregos, os estóicos acreditavam nos vários deuses, porém sua crença em também um deus único denunciava que seu politeísmo era mais cultural e religioso do que filosófico. Aos poucos, o que era filosófico, isto é, percebido pela razão, alcançava o domínio religioso, sobrepondo-se à crença politeísta. Os deuses gregos já estavam sendo vistos mais como mitos projetivos dos processos humanos do que como entes reais. A crença no deus único era uma imposição da *psiquê*. Nesse sentido, os estóicos diziam que, para se alcançar Deus, dever-se-ia buscá-lo dentro de si mesmo e não fora. Isso também confirmava a tendência socrática em se investigar o mundo interior a fim de se encontrar a si mesmo e à causa da própria existência.

Já àquela época, eles concebiam a vida como dialética de contrários e exemplificavam afirmando que não poderia haver bem sem mal. Isso mais tarde será afirmado por Jung em sua psicologia profunda. Essa visão estoíca nos permite entender que na *psiquê* não há um fator ou estrutura julgadora ou moral a respeito da realidade. Parece que isso é decorrente do meio cultural e que a *psiquê* busca regular aquele maniqueísmo¹⁴ de querer separar o bem do mal. Os estoícos antecipavam a idéia de uma *psiquê* plena, sem polaridades morais ou sem um juiz interno que separa o bem do mal. Parece que a *psiquê* procura, ao contrário, uma saída para tal dialética, adquirida na consciência pela cultura. A tensão provocada pela educação cultural, que afirma a existência do bem e do mal, é regulada pela *psiquê*. Naturalmente, talvez pela internalização de certos paradigmas que compõem as leis de Deus, o Espírito, através da *psiquê*, busque eliminar a tensão gerada entre as polaridades do bem e do mal.

Eles pregavam a *autopragia* ou autodeterminação, indicando a liberdade como necessidade. Essa idéia vem ao encontro de uma das atitudes mais importantes à evolução do Espírito: a autodeterminação. Autodeterminar-se significa ser capaz de fazer as escolhas mais adequadas a si, visando a própria evolução, usando de forma madura a própria liberdade. É uma etapa alcançável após várias experiências educativas, às quais se submete o Espírito em sua evolução. Essas experiências o capacitam a fazer escolhas não egoístas nem inferiores ao seu nível de discernimento. Para quem se autodetermina de forma madura, não existe bem ou mal, mas sim, como disse Paulo, o apóstolo do cristianismo, aquilo que convém ser feito. A autodeterminação é alcançável após um certo desenvolvimento da *psiquê*, que já ultrapassou outras fases nas quais discriminava o bem e o mal.

¹⁴ O maniqueísmo foi fundado por Maniqueu (ou Manés) (216 – 277), nascido no atual Iraque, o qual afirmava a existência de dois princípios eternos, o do bem e o do mal. Tal idéia é uma representação simbólica da existência da consciência e do inconsciente.

Com sua ética, os estóicos afirmavam a supremacia da razão sobre o instinto e o exercício do dever em conformidade com a ordem racional. Portanto, buscavam uma instância a mais do que viver a vida animal, além de prezarem a vida social, isto é, não deixar de cumprir suas obrigações como cidadãos.

Eles cultuavam a harmonia entre as pessoas, como norma social. Isso os colocava acima do cidadão comum, o qual se voltava basicamente para seu trabalho e para os meios de subsistência. Pode-se dizer que eles foram precursores do Cristianismo.

Eles consideravam as emoções algo do domínio dos estultos, verdadeiras doenças. Pregavam indiferença às emoções e a apatia diante delas. Emoções aqui entendidas como falta de controle sobre a própria vida emocional. A *psiquê* primitiva é mais emoção do que razão, isto é, é mais animal que racional, e os estóicos já estavam adiante dessa fase. Provavelmente eles já tinham entendido a necessidade de educar suas emoções, daí porque as consideravam doenças. Nesse sentido, eles antecipam a necessidade de cultivar a educação das emoções, processo pelo qual devem passar todos os espíritos que desejem a autodeterminação.

Os estóicos eram empiristas, pois todo o conhecimento, para eles, derivava da experiência, no que se assemelhavam ao pensamento de Aristóteles. Isso confirma a idéia de que era importante, do ponto de vista psíquico, valorizar-se a experiência no corpo físico, sem prejuízo à vida fora dele.

Eles eram contra a escravidão, comum àquela época. A maioria dos filósofos e cidadãos mais abastados tinha seus pajens e serviçais. Tal oposição à escravatura já denunciava o grau de elevação dos estóicos. Isso também representa um certo desenvolvimento da *psiquê*, pois, uma vez conquistados, pelo Espírito, certos paradigmas das leis de Deus, por não ser possível retroceder, ela já não se adaptará à injustiça ou à subserviência.

A alma era considerada *tábula rasa*, na qual os objetos externos produziam modificações. Eles reconheciam os estados internos da alma, chamados virtude e perversidade. Tal idéia difere

de Platão e se aproxima da concepção de Aristóteles, isto é, enquanto para o primeiro existia um mundo das idéias, do qual a alma extrai seu conhecimento, para o segundo tudo se adquire na experiência do contato com a matéria.

Mesmo em Aristóteles pode-se observar que, até a sua época, predominava a filosofia teorética, na qual a busca pelo conhecimento da vida e do mundo imperava de forma preponderantemente contemplativa. Os estóicos dão início a uma filosofia na qual se destaca a ênfase sobre o viver de acordo com aqueles princípios.

Essênios

Os essênios sofreram influência do neo-pitagorismo e do platonismo. Tinham práticas ascéticas, acreditavam na imortalidade da alma, na reencarnação, bem como na mediunidade profética. Existem referências em livros recentes, porém sem comprovação confiável, de que Jesus houvera pertencido a tal seita. Não há indícios concretos a respeito. É importante salientar que, mesmo a reencarnação sendo uma crença existente à época de Jesus, ele não afirmou explicitamente sua aceitação. Creio que, caso tivesse pertencido à seita dos essênios, ele a afirmaria.

À época dos essênios, existiu uma seita judaico-egípcia dos *Therapeutas* (curadores), cujos princípios se assemelhavam aos dos essênios e que se desenvolveu no Egito. Os terapeutas do passado são diferentes dos de hoje, pois não havia antigamente a catarse, típica da análise psicoterápica.

As idéias dos essênios, tanto quanto as dos estóicos, descreviam a realização humana como uma vida na qual a harmonia e a realização espiritual imperassem. O ideal da realização pessoal e a busca pela unidade em si mesmo, sempre estiveram presentes na *psiquê*, pois são tendências do *Self*. Querendo ou não, todo ser humano está fadado à felicidade, ainda que esta venha a demorar, para alguns.

Epicurismo

Confundem-se muito as idéias de Epicuro (400 – 300 a.C.) com o hedonismo e o materialismo, porém se pode encontrar preciosidades naquilo que ele pregava. Isso se dá pela forma como julgamos as idéias e como as comparamos com as nossas. Quando separamos aquilo que confirma nossas idéias daquilo que lhes é contrário, esquecemos de aproveitar nestas últimas, as lições coerentes que trazem. As idéias de Epicuro, como as de Platão ou Aristóteles, fazem parte do amadurecimento e do desenvolvimento do Espírito e da *psiquê*.

A imortalidade, pregada por Platão, mistura-se às crenças epicuristas, fazendo surgir a idéia da conquista da imortalidade pela conduta. Tudo levava a crer que a Filosofia caminhava para exigir uma correspondência no comportamento humano às idéias de sua metafísica. Era uma exigência de que as idéias tivessem um alcance social e prático, contribuindo para o bem comum.

Para Epicuro, a Filosofia é o caminho para libertar-se das paixões e alcançar a felicidade. À semelhança dos estóicos, Epicuro acreditava que o fim último do ser humano é alcançar sua própria felicidade. Talvez essa seja a meta primordial do ser humano, razão pela qual a *psiquê* deverá estar aparelhada para permitir tal possibilidade.

A felicidade só é possível quando nos libertarmos de certos condicionamentos que se encontram enraizados na *psiquê*. Isso

se dá com as experiências cotidianas, que modificam certos padrões psíquicos de agir. Jung chamou tais padrões de *complexos*, os quais movem o ser humano.

Epicuro pregava uma filosofia prática com quatro princípios:

1. Libertar o ser humano do temor dos deuses;
2. Libertar o ser humano do temor da morte;
3. Demonstrar o acesso fácil ao próprio prazer;
4. Demonstrar a brevidade e a provisoriedade da dor.

Tais princípios denunciam a preocupação de Epicuro, quanto à libertação do ser humano de seus medos, de suas culpas, da dor e do sofrimento. O temor dos deuses era o desconhecimento do inconsciente, pois o politeísmo grego denunciava tal ignorância em relação às forças instintivas humanas. O temor da morte implicava numa certa crença da inexistência da alma como princípio espiritual. Para os epicuristas, a alma, que está difundida por todo o corpo, tem quatro faculdades: a sensação, a imaginação, a razão e a emoção. Tal divisão de Epicuro se assemelha às quatro funções ectopsíquicas de Jung. Para Jung, a *psiquê* tem funções, que se prestam a diferentes capacidades. Sobre isso, ele afirma: “*A ectopsique é um sistema de relacionamento dos conteúdos da consciência com os fatos e dados originários do meio ambiente, um sistema de orientação que concerne à minha manipulação dos fatos exteriores, com os quais entro em contato através das funções sensoriais. A endopsique, por outro lado, é o sistema de relação entre os conteúdos da consciência e os processos postulados no inconsciente.*”¹⁵ Jung estabeleceu que existem quatro funções ectopsíquicas com as quais a consciência capta a realidade: sensação, intuição, pensamento e sentimento. Para Jung, sensação é: a função dos sentidos, a soma total de minhas percepções de fatos externos, vindas até mim por meio dos sentidos. A sensação me diz que alguma coisa é; a função pensamento exprime o que uma coisa é, dá nome a

¹⁵ OC Vol. XVIII/I, par. 20.

essa coisa e junta-lhe um conceito, pois pensar é perceber e julgar; a função sentimento nos informa, através da carga emocional, acerca do valor das coisas. Ela nos diz o que é de valor para nós. Devido a este fenômeno nós não podemos perceber ou aperceber sem uma determinada reação sentimental, isto é, valorativa. O sentimento é também, como o pensamento, uma função racional ou de julgamento; e a função intuição é uma percepção inconsciente, espécie de faculdade mágica, coisa próxima da adivinhação, uma impressão ou palpite sobre a existência de algo. É um olhar futuro sobre a totalidade de algo. Pode-se perceber que Epicuro já tinha concebido ou pensado nas funções psíquicas, ou mesmo, que Jung tenha nele, talvez, se baseado para conceber algumas funções da *psiquê*.

Os epicuristas, ao se darem conta do mal como algo pernicioso ao ser humano, negavam a existência de Deus. Eram portanto, materialistas. Mesmo não aceitando a existência de Deus, nem por isso pregavam a anarquia ou a destruição da sociedade. Mesmo pregando que a felicidade consiste no prazer, entendido como ausência da dor, eles não eram hedonistas. A doutrina de Epicuro não se confunde com o vulgar hedonismo, pois ele pregava a amizade entre as pessoas, a honestidade e a justiça. Epicuro dizia que “*É não só mais belo, mas também mais agradável, fazer o bem do que recebê-lo*”. Era conhecido seu amor aos pais, sua fidelidade aos amigos e sua solidariedade.

Antecipando o empirismo, para os epicuristas as sensações são sempre verdadeiras, sendo seu critério fundamental para se chegar ao conhecimento das coisas.

Pode-se concluir que as idéias de Epicuro antecipavam em muito aquilo que se conheceria mais tarde como empirismo, e que serviram de base para a desmistificação da *psiquê* consciente, trazendo esclarecimentos ao ser humano quanto à sua necessidade de enfrentar a realidade sem temor e sem sofrimento.

Ceticismo e Ecletismo

Ceticismo vem de *sképsis*, que significa indagação, cujo princípio era a crítica a toda doutrina constituída, evidenciando suas inconsistências e abstendo-se em aceitar qualquer uma delas. Tal movimento se desenvolveu em face da profusão de teorias filosóficas que imperavam após o surgimento das idéias platônicas e aristotélicas. O objetivo era depurar o conhecimento para que não houvesse contaminações sofísticas. Assim, mais tarde, procedeu Kant ao querer retirar da razão tudo que a tornasse impura. O ceticismo surgiu por exigência da própria *psiquê* para que o conhecimento fosse algo liberto de falsas idéias inadequadas à evolução do Espírito. Depois de Kant, Allan Kardec também vai adotar o ceticismo, ao escrever que “*melhor é repelir dez verdades do que admitir uma única falsidade, uma só teoria errônea*.”¹⁶.

O Ecletismo foi o movimento que tentou conciliar as escolas pós-aristotélicas, o Estoicismo, o Epicurismo e o Ceticismo, tentando eliminar os pontos divergentes e buscando uma conciliação. Sua divulgação e aceitação foram favorecidas pela ampliação do Império Romano, o qual admitia uma posição conciliatória entre os povos dominados. O bom senso adotado

¹⁶ Comunicação do espírito Erasto, constante em *O Livro dos Médiuns*, item 230, do capítulo XX e em mensagem aos espíritas lioneses, em 19.09.1861.

por Allan Kardec, bem como a busca pela universalidade do ensino dos espíritos, assinalam-se como tendências ecléticas.

O ecletismo também é uma tendência psíquica, na medida que procura conciliar instâncias que se opõem, restaurando a unidade de princípios para o equilíbrio geral. O exercício de tentar conciliar várias tendências em diferentes idéias contribui para que se consiga extrair o que existe de comum entre elas e, assim, captar o padrão psíquico que existe por detrás do que é pensado ou teorizado.

Destaca-se entre os ecletistas a figura ímpar de Sêneca (0 – 65 d. C.), que pregava o Deus interno, a fraternidade, o amor entre as pessoas e a existência da vida após a morte. Sêneca foi contemporâneo de Jesus e foi conselheiro de Nero, que o condenou à morte em 65 d. C. Também entre os ecletistas e estóicos, destacou-se Marco Aurélio Antonino (121 – 180 d. C.), imperador romano, que escrevia e pregava as mesmas teses de Sêneca.

O espiritismo, pelas teses que apresenta e pela forma como encontrou os argumentos para justificá-las, isto é, buscando a universalidade do ensino dos espíritos, contribui para a flexibilização do saber. No psiquismo humano, tal flexibilidade contribui para a aceitação de novas formas de compreensão da natureza e seus processos.

A evolução do pensamento filosófico após Jesus e até o período anterior ao racionalismo

Mesmo depois do advento do Cristo, cujas idéias dominaram a Filosofia, existiram filósofos que mantiveram suas crenças politeístas. Um exemplo deles foi Plotino (203 – 270 d. C.), que afirmava a transcendência absoluta de Deus e a impossibilidade do ser humano em exprimi-lo. Ele acreditava que Deus se apresentava na multiplicidade dos deuses. Plotino, a exemplo de Sócrates, valorizava o processo de compreensão da realidade a partir do mundo interno do ser humano. Ele reacende a busca do saber pela introspecção. Essa tendência se arrastará por muitos séculos e se trata de uma conquista estabelecida pela religião. O “conhece-te a ti mesmo” vem do culto ao deus Apolo, em contraposição à tendência *ctônica*¹⁷ anterior. Portanto, a proposta surgiu da religião e foi reafirmada por Sócrates. A religião monoteísta, isto é, o cristianismo, confirmou tal tendência nas idéias centrais do Cristo, as quais valorizavam o ser humano e sua autotransformação.

¹⁷ O culto ao deus Apolo substituiu o culto a Píton, serpente mitológica. Tal substituição simboliza a mudança da incubação à inspiração, isto é, do instinto à espiritualidade. *Ctônica* está relacionado à terra, morada das serpentes. O termo *pitonisa* (médium) tem origem no culto a Píton.

A Filosofia, após o cristianismo, não foi mais a mesma, principalmente porque se submeteu às discussões sobre Deus e sobre Sua influência no mundo e nos atos humanos. A submissão do pensar filosófico, destituído de dogmas *a priori*, à teologia, verificada desde o advento do Cristo, sobretudo no período medieval, embora possa ter trazido grandes prejuízos psicológicos à mente humana, teve o mérito de proporcionar a discussão sobre Deus. Tal discussão permitiu o desabrochar ou a manifestação do arquétipo correspondente. A consciência da existência de Deus inicia-se em gérmen. Aquela submissão permitiu que a *psiquê* consolidasse em si, através de referenciais sagrados, a idéia de um ente superior. Era o caminho para a manifestação do *Self* no processo de individuação, através de imagens arquetípicas ligadas à idéia de Deus.

Os primeiros trezentos anos da era Cristã foram marcados, no campo filosófico e religioso, por uma mistura de idéias e princípios confusos, muitos dos quais até hoje vigoram, trazendo secções e incompreensões inconstantes. Filosofia e cristianismo se confundiam, ocorrendo uma “dissolução”, como um líquido em outro. No ano 313, o imperador Constantino declarou, na região italiana da Lombardia, o seu famoso édito de Milão, reconhecendo o cristianismo como religião oficial do império. Por um lado, a crença popular se impunha como forma de manter o império e, por outro, o cristianismo avançava nas consciências, sob a direção do *Self*.

As idéias cristãs, então restritas a um pequeno grupo de crentes, foram por eles consolidadas em princípios (dogmas) para garantir sua unidade. Foram chamados pais da igreja, e o movimento de consolidação daqueles dogmas ficou conhecido como patrística. Esse círculo de conhecedores do cristianismo, responsáveis pela manutenção da fé e dos princípios dogmáticos, deu origem à gnose cristã. É a gnose cristã dos pais da igreja que vai submeter a Filosofia à fé. Ao mesmo tempo em que eles iam estruturando a Igreja Cristã, defendendo-a do paganismo, cuidavam da catequização e ampliação do número de adeptos.

É na patrística que surge a figura de Orígenes (185 – 254), padre, que criou o primeiro grande sistema filosófico cristão, ao se debruçar sobre os evangelhos, trazendo profundas interpretações. Ele considerava que as escrituras sagradas tinham um tríplice significado: somático, psíquico e espiritual. Dizia que tais significados estão relacionados entre si como as três partes da alma. Elas serviam ao corpo, à mente e ao espírito, pois contribuíam para o equilíbrio geral do ser humano. Ele pregava a onipotência, a supremacia, a justiça, a bondade absoluta, e a severidade de Deus. Acreditava na pluralidade dos mundos habitados, nos quais a alma encarnava para se educar. Orígenes junta o Platonismo e o Estoicismo à Filosofia grega, para trazer sua filosofia cristã. Ele admitia mulheres em sua escola. Castrou-se em atenção a um preconceito cristão constante em Mateus, 19:12, levado ao pé da letra. Nele o Cristo afirma que *“Porque há eunucos de nascença; há outros a quem os homens fizeram tais; e há outros que a si mesmos se fizeram eunucos, por causa do reino dos céus. Quem é apto para admitir, admita”*. Provavelmente o Cristo se refere ao modo como alguns religiosos costumam lidar com a religião. Alguns usam a religião como instrumento para “mutilar” aspectos não aceitos da própria personalidade, por entender que se submetendo a sacrifícios e martírios auto-impostos, ganhariam o “reino dos céus”. Cada pessoa vive a religiosidade de acordo com o grau de compreensão sobre a vida que possui.

No início do século IV, as idéias de Orígenes eram combatidas, inclusive a da pré-existência da alma em relação ao corpo. Tal combate se dava por conta da consolidação dos dogmas, que costumavam combater aquilo que ameaçasse sua supremacia. Durante a patrística surgiram muitas teses e dogmas das atuais doutrinas cristãs, dentre estas, o espiritismo. É importante salientar que o dogma sempre aponta para algo obscuro e inconsciente, sobre o qual se tem vaga idéia. A queda do dogma significa o contato com seu significado oculto. O dogma, por exemplo, da virgindade de Maria aponta, para a numinosidade e singularidade

do ato da criação do Espírito, como um processo exclusivamente único e indiviso. Pode-se observar, na história do conhecimento humano ou da filosofia, uma tentativa de compreensão do ser humano quanto à sua própria essência, quanto à questão de Deus e da Natureza. É uma tríplice e incansável busca. O número três simboliza a incompletude, que exige movimento na direção da totalidade, razão pela qual o dogma da santíssima trindade é incompleto. Tal dogma simboliza a busca tríade do Espírito: conhecer-se, compreender a natureza e encontrar Deus.

É nessa época que se consolida na Igreja a idéia da Santíssima Trindade: Pai (Deus), Filho (Jesus) e Espírito Santo (Logos). É na patrística que se discutia a humanidade ou divindade de Cristo, prevalecendo a última. São também dessa época (século IV): a afirmação de que o mal é a privação ou a falta do bem, e as primeiras listas contendo as heresias, ou atitudes contra os dogmas, passíveis de condenações e punições. Questionava-se, também, se Maria era mãe de Deus e se esse Deus foi morto e Crucificado.

Até o século V, o cristianismo vai gradativamente adormecendo (cooptando) a filosofia antiga e fazendo surgir o catolicismo, misto de paganismo e politeísmo romano, judaísmo moderno e cristianismo claudicante. O catolicismo, pode-se dizer, surge do sincretismo entre aquelas crenças, fazendo emergir uma religião de acordo com as necessidades psíquicas. Não se pode afirmar que houve uma degeneração do cristianismo primitivo, pois, enquanto doutrina ou saber, ele não estava consolidado. Eram apenas idéias de poucas pessoas, principalmente daqueles que tiveram contato direto com Jesus. O catolicismo foi o cristianismo coletivo ou popular possível para aquela época. Os símbolos católicos, oriundos de seus dogmas, contribuíram para as manifestações arquetípicas do *Self*.

Até aqui se pode observar o trabalho lento da evolução em relação à *psiquê*. O campo da consciência, por conta das experiências cada vez mais complexas com a matéria, vai se tornando mais amplo. A obstinação em conhecer a matéria, aumentando

com isso as possibilidades projetivas do inconsciente, permitiu que este fosse cada vez mais explorado, a bem da evolução do Espírito. O que se pode chamar de materialismo é, em realidade, a ampliação das possibilidades de conhecimento. Em paralelo, o *ego* cada vez mais se individualiza, permitindo uma maior integração com o *Self*, gradativamente, enquanto o ser humano se valoriza na sociedade. O advento da inserção do sagrado, no campo da Filosofia e na vida cotidiana das pessoas, ampliou também as possibilidades de manifestação do inconsciente, a serviço da consciência de Deus. O Espírito continua seu avanço progressivo na direção de si mesmo e, conseqüentemente, descoberta de Deus.

Outra figura importantíssima da patrística, pelo seu conhecimento e discernimento em relação à espiritualidade, foi o argelino Agostinho de Hipona (354 – 430). Ele se preocupava em conhecer a alma, isto é, o homem interior, o eu na simplicidade e na verdade de sua natureza; Deus, na sua transcendência e na sua normatividade. Inspira-se nos platônicos, em especial em Plotino, e é chamado o “Platão cristão”.

Agostinho valorizava o confessar-se como caminho para conhecer-se, e que se caracterizava pela exteriorização de todos os problemas que constituem o núcleo da própria personalidade. Ele percebera intuitivamente a necessidade de o ser humano libertar-se de seus “demônios” íntimos, isto é, de seu inconsciente. Semelhante proposta fará a psicanálise mais tarde. Jung disse que *“O método catártico visa à confissão completa, isto é, não só à constatação intelectual dos fatos pela mente, mas também à libertação dos afetos contidos: à constatação dos fatos pelo coração.”*¹⁸ Jung valorizava a confissão como forma de o indivíduo se aproximar gradativamente de seu inconsciente. Para ele, a confissão religiosa aliviava as tensões provocadas na consciência pela imposição em se escolher entre o bem e o mal, excluindo

¹⁸ OC. Vol. XVI, par. 134.

este último. Tanto quanto a psicanálise, certamente Jung se baseou em Santo Agostinho para valorizar a confissão como forma de autoconhecimento e de libertação dos próprios conflitos.

Em suas obras, Agostinho dizia que o amor fraterno entre as pessoas deriva de Deus e é o próprio Deus. Para ele Deus é amor e isso é fundamental para a vida humana. Agostinho era conhecido pela verdadeira caridade que praticava e pela abnegação em favor do próximo.

Em seu famoso livro “*Confissões*”, escreveu sobre Deus e a relação com o ser humano, no qual coloca sua inquietação íntima. “*Sois grande, Senhor, e infinitamente digno de ser louvado (...)* É grande o vosso poder e incomensurável a vossa sabedoria (...) *O homem, fragmentozinho da criação, quer louvar-Vos; – o homem, que publica a sua mortalidade arrastando o testemunho do seu pecado é a prova de que Vós resistis aos soberbos. Todavia, esse homem, particulazinha da criação, deseja louvar-Vos. Vós o incitais a que se deleite nos vossos louvores, porque nos criastes para Vós e o nosso coração vive inquieto, enquanto não repousa em Vós.*”

Para Agostinho a alma humana possui três faculdades: a memória, a inteligência e a vontade. Ao conceber a alma humana dessa forma, parece que Agostinho está se referindo à *psiquê* ou pelo menos a uma parte dela, em conjunto com o conceito de alma. Talvez ele tenha tentado unir ao conceito de alma algumas funções psíquicas. A idéia da alma ser um princípio inteligente, como elemento criado por Deus, vem de Anaxágoras, isto é, mais de trezentos anos antes de Cristo, e afirmava ser Deus um *princípio inteligente*. Ao colocar a vontade e a memória junto da inteligência, ele estaria psicologizando a alma ou introduzindo idéias que fariam o ser humano perceber a existência da *psiquê*. Pode-se dizer que ele é um dos precursores da Psicologia, como também da relação entre esta e a Religião.

Em relação ao aristotelismo (nada vai ao intelecto senão pelos sentidos), Agostinho vai afirmar que “a mente para conhecer

com certeza tem de ser regulada por normas imutáveis e eternas”. Talvez ele estivesse querendo afirmar a existência de elementos, *a priori*, no conhecimento humano. Muito embora pudesse estar se referindo, ao colocar a existência de normas imutáveis e eternas, à interferência de Deus, ele antecipava também a noção junguiana de arquétipo como estrutura *a priori* na atividade psíquica em geral. O próprio Jung vai afirmar que se valeu dos escritos de Agostinho para cunhar a expressão arquétipo. Jung afirma “*Dei o nome de arquétipos a esses padrões, valendo-me de uma expressão de Santo Agostinho: Arquétipo significa um “Typos” (impressão, marca-impressão), um agrupamento definido de caracteres arcaicos, que, em forma e significado, encerra motivos mitológicos, os quais surgem em forma pura nos contos de fadas, nos mitos, nas lendas e no folclore.*”¹⁹

É importante perceber que, gradativamente, a *psiquê* vai se revelando à consciência. As questões ligadas a Deus, à criação, ao tempo, ao espaço e ao universo, encontravam entre os filósofos, como hoje, barreiras para a compreensão, tendo em vista os limites estruturais da *psiquê*. Os limites não estão exclusivamente na linguagem nem tampouco no caráter moral do indivíduo, mas em sua estrutura psíquica, mutável de acordo com sua evolução espiritual.

A questão, por exemplo, apresentada por Agostinho, “sobre o que fazia Deus antes de criar os mundos (o universo)” esgota-se na incapacidade intrínseca à *psiquê* de conceber a natureza essencial de Deus. Qualquer resposta deixará lacunas na compreensão da gênese de Deus, pois faltam faculdades à própria *psiquê*, bem como entendimento ao Espírito, para tal resposta. Tal como Agostinho²⁰, semelhante questionamento Einstein se fez. Os sistemas de saber humano ainda não evoluíram o suficiente

¹⁹ OC Vol. XVIII/I, par. 80.

²⁰ Aquela pergunta, Agostinho respondia: “Não sei”, diferentemente do que se dizia, de forma hilária, à época (Deus “preparava a *geena* [inferno] para aqueles que perscrutam estes profundos mistérios”).

para alcançar alguma resposta satisfatória a respeito da gênese de Deus. É realmente um mistério que, ao se tentar penetrar, provoca uma sensação de aniquilamento psíquico, pois conceber algo incriado ultrapassa os limites da *psiquê*.

Para Santo Agostinho não existe problema que não seja o “seu” próprio problema e não existe doutrina que não responda a uma “sua” própria exigência pessoal.

Contra os maniqueus, que tudo julgavam com base no bem e no mal, Agostinho proclama a inexistência absoluta do mal, definindo-o como uma defecção da vontade humana, isto é, uma não escolha ou renúncia a exercê-la. Para ele, o mal é a ausência do bem.²¹ Considerar o mal como ausência de bem é uma metáfora e não explica a sua natureza. É como querer explicar a noite conceituando-a como ausência do dia e vice-versa, esquecendo-se daquilo que só concerne a ela. Soa como figura poética, mas não penetra no âmago da questão, ou seja: qual a sua natureza e o que fazer com o mal? Essa dualidade é antiga e faz parte do sistema de conhecimento da humanidade na Terra.

Agostinho também se opôs aos donatistas²², que pregavam a separação da Igreja frente ao Estado, pois, segundo estes, tal contato prejudicaria a administração dos sacramentos aos fiéis. Os donatistas eram contrários à hierarquia eclesiástica e à obediência cega à Igreja. Os donatistas estavam no caminho adequado ao desenvolvimento da *psiquê*, pois a relação estreita entre o poder e o sagrado sempre esteve promovendo desequilíbrios. É raro encontrar, entre os que se tornaram líderes religiosos, ontem e hoje, aqueles que não tiveram assento junto ao poder, seja explícita ou veladamente, voluntária ou involuntariamente. Em defesa da Igreja, Agostinho também se opôs ao pelagianismo,

²¹ Agostinho dizia, quando lhe perguntavam sobre a origem do mal, “*Perturbava-se a minha ignorância com estas perguntas. Assim, afastava-me da verdade com a aparência de caminhar para ela, porque não sabia que o mal é apenas a privação do bem, privação cujo último termo é o nada.*” *Confissões* III 7,12.

²² O donatismo surgiu por volta do ano 300, no norte da África romana..

que pregava contra a existência do pecado original perpetrado por Adão, negando então a redenção do Cristo pela humanidade. Novamente Agostinho estava a serviço da manutenção dos dogmas, muito embora, como disse antes, por detrás deles existissem aspectos desconhecidos, misteriosos e arquetípicos. Conscientemente ele os defendia, acreditando em sua verdade intrínseca, e intuitivamente sabia da luminosidade por detrás deles. A redenção do Cristo, defendida por Agostinho, simbolizava, qual mito de Prometeu, a tomada de consciência do indivíduo para a necessidade do sacrifício humano em favor de um ideal espiritual.

Para defender a Igreja e seus dogmas, Agostinho se obrigou a criar outros, pois o pelagianismo atingia em cheio o papel mediador absoluto da Igreja entre Deus e o ser humano. Ele defendia a transmissão do pecado pela hereditariedade, pois, para ele, a alma era transmitida de pai a filho. Considerava que o ser humano era incapaz de se salvar sozinho, sem os sacramentos da Igreja. Afirmava que a saída do pecado será pela graça de Deus, que concederá a verdadeira liberdade e que a libertação ocorre quando se sai do *poder não pecar* para o *não poder pecar*. Agostinho excluía qualquer mérito do ser humano perante Deus. Agostinho, e depois Boécio, pretendiam unir fé à razão. A idéia de o pecado ser transmitido pela hereditariedade certamente é um equívoco, pois atenta contra o princípio da individualidade e da singularidade humanas. Agostinho não tinha condições de entender que, com tal afirmação, tentava justificar a natureza instintiva humana e não a existência do pecado. Por não atentar que se tratava de uma condição pré-racional e natural do psiquismo, Agostinho atribuía a natureza instintiva e o inconsciente humano ao pecado. O *não poder pecar* é uma prisão e atenta contra a liberdade de escolha, tanto quanto significa a anulação completa da vida instintiva.

As idéias de Agostinho, ao defender os dogmas da Igreja, equivocados à luz da razão atual, eram pertinentes à época e tinham seu valor como proteção ao sagrado. Pode-se dizer que eram necessárias àquele tempo ou pelo menos justificáveis. Não havia

na *psiquê* os elementos cognitivos de convencimento que se possui hoje para abordar questões transcendentais. Hoje, Agostinho, declarado Santo pela Igreja, diria de forma diferente, sem construir dogmas. Isso pode ser visto em suas mensagens constantes na Codificação Espírita, onde se encontram dezenas de textos de sua autoria. Santo Agostinho foi um dos mentores de *O Livro dos Espíritos*, respondendo a diversas questões e sintetizando alguns conhecimentos a respeito de moral, caridade, autoconhecimento, dentre outras. Também trouxe algumas mensagens em *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, sobre os mundos habitados, sobre o consolo das aflições, sobre o amor aos inimigos, sobre o honrar pai e mãe e sobre o valor da prece.

O trabalho de Santo Agostinho, tanto quanto de outros padres, pais da Igreja, foi o de sistematizar a fé católica, estabelecendo os princípios sobre os quais se firmariam as representações possíveis do sagrado e do divino na *psiquê*. Tais representações visaram estruturar alguns referenciais psíquicos ao Espírito, a fim de que seu encontro com Deus se dê de forma plena.

Os valores filosóficos e espiritualizados das teses cristãs, a partir do século IV, vão perdendo lugar para o dogmatismo religioso, no qual a criatividade inexistente. Foi um período de certa forma obscuro, porém surgiram algumas idéias, as quais mencionarei adiante e que considerarei relevantes.

A filosofia cristã da Idade Média visava ensinar às pessoas as questões ligadas à fé e ao sagrado. Por conta disso, surgiram muitas escolas com essa finalidade, sendo o período do século VII ao século XIV denominado de Escolástica. A escolástica tencionou levar o ser humano à compreensão da verdade revelada. Seu fundamento é o ensino da tradição religiosa. Não havia, portanto, autonomia filosófica nem a busca de uma verdade, mas a compreensão da revelação. Não havia livre-arbítrio fora da conformidade ditada pela Igreja, pelo Império e pelo Feudalismo.

A caracterização em que se funda a filosofia escolástica é o problema da relação entre razão e fé. Tal problema implicava no

papel do ser humano e de sua liberdade em se descobrir e em se submeter à letra dos textos religiosos. A tentativa de conciliar a fé com a razão vem da escolástica, porém seus paladinos estabeleciam uma certa competição entre as duas, prevalecendo, para eles, a supremacia da fé. Os que defendiam a razão o faziam de forma velada por conta das recriminações religiosas e sociais que lhes surgiam.

Na escolástica, o conceito de alma, extraído de Platão e de Agostinho, se estende para várias interpretações. A alma chama-se alma enquanto vivifica; espírito enquanto contempla; sentido enquanto sente; ânimo enquanto sabe; mente enquanto compreende; razão enquanto julga; vontade enquanto consente; memória enquanto lembra. Allan Kardec, por justa razão, explica na introdução de *O Livro dos Espíritos*, o uso do termo, exclusivamente para significar o espírito, em face, como vimos, da diversidade de idéias em torno da palavra alma. Allan Kardec assim afirma: “*Julgamos mais lógico tomá-lo na sua acepção vulgar e por isso chamamos ALMA ao ser imaterial e individual que em nós reside e sobrevive ao corpo.*” A escolástica colocava na alma atributos que pertenciam à *psiquê*, já que não reconheciam a existência do perispírito.

No século IX surge Johannes Scotus (810 – 877), irlandês, o qual, revivendo Santo Agostinho, diminui a escuridão filosófica que perduraria por alguns séculos. Ele propõe um acordo entre fé e razão, entre a livre investigação e a revelação religiosa. Entre a razão e a autoridade ele propõe a primazia da razão, igualando-a à filosofia. Ele antecipa em mil anos a proposta que o espiritismo fará no Século XIX, ao lançar *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. Allan Kardec escreveu nas primeiras páginas da obra que explica as máximas morais do Cristo, o seguinte: “*Fé inabalável só o é a que pode encarar frente a frente a razão, em todas as épocas da Humanidade.*” Certamente as idéias de Johannes Scotus e de outros contribuíram para essa conciliação. A *psiquê*, ao tempo de Allan Kardec, já estava madura para aceitar tal conciliação.

Mais tarde, ainda durante a escolástica, Anselmo de Aosta (1033 – 1109), padre italiano, retoma Santo Agostinho, tentando unir fé e razão. Ele dizia que a fé por si só não basta, pois era preciso confirmá-la e demonstrá-la. Como Paulo, em sua carta aos Gálatas, 5:6, Anselmo dizia, em seu “*Monológio*”, Cap. LXXVII, que “*Por isso, portanto, assim como a fé que opera pelo amor revela-se viva, assim aquela que, por falta de interesse, permanece inativa, revela-se morta*”. Anselmo de Aosta discutia principalmente sobre: Deus, criação, trindade, o mal, a vontade e a liberdade, sempre sob o ponto de vista teológico. Discutia, ainda, a respeito do pecado pela própria condição de pecador, por desejo de absolvição e por vontade de fazê-lo naturalmente. Ele afirmava que Deus criou o ser humano para um dia amá-lo e que, por esse motivo, ele tem assegurados a vida eterna e sua felicidade. As idéias dele aprofundavam a questão típica da escolástica, que era a necessidade de fundamentar os dogmas. Como não se podia “tapar o sol com a peneira”, o que estava por detrás do dogma se impunha, pois o Espírito não se satisfaz com parte do saber e a *psiquê* exigia uma representação mais adequada às necessidades evolutivas. A escolástica ia, aos poucos, aceitando idéias conciliatórias e favoráveis à manutenção da supremacia religiosa na sociedade. Mesmo aceitando conciliações, era a Igreja que dava a última palavra.

A busca incessante por Deus e sua natureza, na escolástica, bem como em outros períodos da história da humanidade, refletem o vazio do descobrimento do Espírito sobre si mesmo. Descobrir a natureza de Deus era como saber sobre si mesmo. Revelava uma certa inflação de *ego* que não se via a si mesmo, preferindo encontrar algo maior. Essa busca ainda continua até hoje, porém menos afoita e sem os artifícios indiretos do período medieval.

No começo do segundo milênio, ainda dentro da escolástica, surgiu a discussão sobre os universais, isto é, sobre a essência das coisas e a atribuição dos conceitos a respeito delas. O conhecimento real é dos seres individuais ou é dos gêneros e

espécies, portanto universal? O universal é uma abstração, logo não é conhecimento sensível, o qual só atesta a existência do indivíduo. Surge a discussão entre realismo e nominalismo. *Apsiquê* ainda estava buscando a compreensão do universo à sua volta, objetivando denominar aquilo que será útil ao Espírito. A questão dos universais é uma espécie de representação ou de aproximação do conceito de arquétipo em Jung.

Abelardo (1079 – 1142), padre francês, propõe “*Não se pode crer senão no que se compreende*” como uma discussão sobre a crença cega. Em seus estudos, também se pode encontrar um embrião da fé raciocinada. Ele interpretava a trindade (Pai-Filho-Espírito Santo) como Potência, Sapiência e Caridade. Ele dizia que Deus é inexprimível. Sua natureza só pode ser expressa por metáforas ou parábolas. Para ele, a alma humana é dotada de livre-arbítrio, que é o livre juízo da vontade. As idéias de Abelardo aproximavam a teologia da realidade humana, isto é, do mundo concreto.

Durante todo o período da escolástica e, tudo indica, até os dias de hoje, a Igreja se debatia internamente diante da lógica dos conceitos filosóficos. Seus padres, então tornados filósofos, traziam novos conceitos, alguns de acordo com seus dogmas, porém fazendo emergir idéias que ampliavam velhas teorias, colocando em cheque a própria Igreja. Mesmo sem o querer, objetivando preservar teorias ultrapassadas, suas idéias culminavam na derrubada de antigos conceitos. Aqueles que traziam explicitamente idéias contrárias aos dogmas eram anatematizados e expulsos do clero, quando não eram condenados à morte. A escolástica fez surgir escolas e universidades leigas, que pregavam o ensino livre.

Por muito tempo Aristóteles foi combatido pela Igreja por representar a Filosofia e a Razão, em oposição à Teologia. O teologismo imperava na sociedade, até a consolidação, mais tarde, do racionalismo.

Como a religião simples e lógica trazida pelo Cristo não podia ser vivida, em face do sincretismo havido entre a religião politeísta romana e o judaísmo, e também pela instituição dos dogmas, surgiram crenças paralelas, ou movimentos místicos e práticas ocultas, principalmente vinculadas ao culto aos “mortos”. Aquele sincretismo, aliado aos dogmas instituídos, proporcionou a proliferação de pequenas seitas secretas. O pequeno movimento cristão se tornou uma dessas seitas. O misticismo vivido no período medieval, principalmente do século XII em diante, não foi a manifestação de algo novo, mas a continuação de tendências primitivas no contato com o mistério e o oculto no psiquismo sob nova roupagem. Esse misticismo era uma terceira força que se insurgia em paralelo e em oposição ao dogma da fé cega, de sua supremacia e contra a racionalidade fria que, timidamente, mas consistentemente, crescia.

No Século XIII surge o mais legítimo representante da teologia da Igreja, o qual irá definitivamente marcar as posições teológicas mais conservadoras e mais lógicas da religião católica. É ele quem consegue inserir Aristóteles nas teses católicas. Revendo Aristóteles, Tomás de Aquino (1225 – 1274) propõe-se a integrar a razão humana à fé. Reconhece que Aristóteles chegou ao máximo do conhecimento que a Filosofia pode alcançar e que a Igreja detém o conhecimento da fé, revelada por Deus. Ele separa a Filosofia da Teologia, declarando a supremacia desta sobre aquela.

Tomás de Aquino, para chegar às provas da existência de Deus, propôs cinco vias baseando-se principalmente em Aristóteles. Ele afirma que Deus é o motor primeiro de todos, que deu origem aos outros motores; que Deus é a causa primeira de todas as causas; em continuação à segunda afirmação, diz que Deus é a causa necessária das necessidades; afirma que a existência dos graus máximos está em referência a Deus; e, finalizando, que há um governo das coisas por parte de um ser inteligente, e este é Deus.

Tomás reafirma a doutrina platônica-agostiniana da não-substancialidade do mal: o mal não é senão ausência do bem. Afirma também a inclinação natural do ser humano para o bem. Essa inclinação, a que se refere ele, seria o sentido da vida característico do arquétipo do *Self*. Há neste arquétipo a tendência à auto-realização, à autodeterminação, ao encontro com Deus, à realização do amor. Isso é traduzido como sendo uma natural inclinação para o bem.

Tomás de Aquino afirmava que existem duas leis: a eterna e a natural. A última é reflexo da primeira. A lei natural, que se encontra no homem, refere-se à inclinação especial para determinados atos, que são os que a natureza ensinou a todos os animais, como a união do macho e da fêmea, o cuidado com a prole e outros semelhantes. Essa afirmação de Tomás de Aquino é um embrião da idéia do arquétipo junguiano, isto é, existem determinantes psíquicos coletivos no comportamento humano. Tais determinantes estão presentes na base do inconsciente.

Ao afirmar a supremacia da fé à razão, ele estaria colocando, como de fato o é, o inconsciente acima da consciência (maior ou superior a ela em termos de densidade emocional). Parece-me que a tendência da vida movimenta-se no sentido contrário. A vida tende para a consciência das leis de Deus. Psicologicamente, Tomás de Aquino propõe a supremacia do inconsciente sobre a consciência, como se devesse haver um retorno ao obscuro, porém, a vida caminha para a consciência, muito embora a teologia quisesse manter o conhecimento das coisas no inconsciente. Parece também que há um movimento cíclico de ir e voltar ao inconsciente. A filosofia grega tirou do inconsciente para a consciência. A teologia fez o contrário com os dogmas. O racionalismo fará o mesmo que a filosofia e vence, ao menos aparentemente. Esse movimento coletivo cíclico de ida e volta ao inconsciente, à semelhança de nascer e morrer, parece necessário ao ser, em face da dialética da Vida.

Não foi com facilidade que a Religião aceitou as teses aristotélicas. Agostinho tentou e Tomás de Aquino inseriu. Parece

que, aos poucos, as teses aristotélicas foram gradualmente sendo assimiladas pela consciência humana.

É evidente que a instituição dos dogmas da Igreja provocou reações na mente dos espíritos mais envolvidos com a busca do saber. Todo enrijecimento de idéias provoca reações contrárias com a mesma força. Muitas idéias surgidas durante o domínio da teologia se tornaram verdades, que só puderam ser refutadas devido a sua inconsistência após o final desse período. Eram apenas reações naturais ao enrijecimento do saber. A onda materialista que se sucedeu logo em seguida ao racionalismo do século XVII é um exemplo disso. Após essa onda veremos surgir um movimento espiritualista mais consistente. A inquisição e suas conseqüências, desastrosas à instituição da fé na mente humana, provocaram reações materialistas também danosas.

Sobre a imortalidade da alma, consciente de sua realidade, Tomás de Aquino dizia, em seu livro *“O Ente e a Essência”*: *“Embora a individuação da alma dependa ocasionalmente do corpo, quanto à origem, já que a alma não adquire o seu ser individualizado a não ser no corpo do qual é ato, disto não se deve concluir, todavia, que ao perecer o corpo, pereça também a individuação da alma. Com efeito, uma vez que a alma tem um ser absoluto, desde que adquiriu seu ser individualizado, pelo fato de ter-se tornado a forma deste determinado corpo, o seu ser permanecerá individualizado para sempre.”*

Ainda no Século XIII surgiu a figura de Rogério Bacon (1214 – 1292), que introduziu a experiência entre a fé e a razão como fonte do conhecimento humano. Coloca a experiência acima das duas. Tal idéia será importante alguns séculos depois, com o surgimento do racionalismo e do empirismo. Contemporâneo de Rogério Bacon temos o padre escocês Duns Scoto (1266 – 1308), que propôs o conhecimento de Deus através da razão. Novamente a fé estaria em primeiro plano, porém já se admitia o uso da razão para alcançar a transcendência divina. A teoria do

conhecimento de Duns Scoto é uma tentativa de compreensão do funcionamento da *psiquê* humana. Antecipando Schopenhauer, Scoto afirmava o primado da vontade sobre o intelecto.

Ao término da Escolástica (por volta do século XIII) William of Ockham (Guilherme de Occam) (1290 – 1349) propõe o fim do problema de se querer conciliar a investigação filosófica e a verdade revelada. Com isso ele libera a filosofia para que esta se ocupe de outras questões, como a natureza. Há um desinteresse pelos problemas teológicos. Occam, embora padre, critica as teses e os dogmas católicos e se opõe à infalibilidade papal.

Ao propor um olhar sobre a natureza, Occam antecipa o Renascimento e se torna uma espécie de precursor da Ciência. Ao contrário de Aristóteles, Guilherme de Occam propõe a pluralidade dos mundos, constituídos de matérias diferentes. Ele põe fim à escolástica. Era empirista e a favor da liberdade de pensamento. A partir de Occam, inicia-se um processo de matematização ou mensuração e constituição de sinais no conhecimento. Descobria-se que a natureza poderia ser quantificada e medida em partes mínimas, o que facilitaria sua compreensão.

Toda a natureza física pode ser quantificada ou explicada matematicamente. Isso, porém, não exclui a subjetividade que nela existe. Os entes matemáticos compõem a parte subjetiva da natureza. Uma fórmula matemática não explica a natureza de um fenômeno ao qual ela se aplica. Apenas descreve-o numa linguagem universal. Descrever matematicamente a natureza é diferente de explicá-la. É importante entender que a quantificação da natureza é uma exigência do Espírito, em seu processo de aproximação da matéria, visando o próprio aperfeiçoamento. A quantificação é um enquadramento sintético para a utilização em processos de aprendizagem, fundamentais ao Espírito.

Nos estertores da escolástica surge também a figura ímpar de Mestre Eckhart (1260 – 1327), padre alemão a quem Jung se refere muitas vezes em seus escritos. Mestre Eckhart afirmava que nada se pode dizer sobre Deus. Para ele Deus é uma essência

superessencial e um nada super-existente. Ele dizia que, para se alcançar Deus, deve-se procurá-lo no ponto central da alma humana. Eckhart antecipava o que se propõem hoje os seres humanos, confirmando também o pensamento hinduísta.

O Renascimento se inicia na segunda metade do século XIV. Tratava-se da idéia de um retorno à continuação da liberdade pessoal existente na antiguidade clássica e interrompida pela idade média. O movimento renascentista se desenvolve na direção do individualismo, do paganismo e da dessacralização. No renascimento, os humanistas se empenhavam em apreciar e exaltar os aspectos propriamente humanos da vida propondo que, antes de atingir a felicidade espiritual, buscassem na Terra aquilo que fosse humanamente possível.

O renascimento, enquanto mudança no pensamento e nos costumes humanos, faz parecer que tudo caminha para o crescimento das possibilidades de experiências na vida relacional. O domínio crescente da razão sobre a matéria e o mundo, em paralelo ao aumento das interações sociais, se tornam evidentes ao longo da história da vida humana. O progresso material representa o enriquecimento das oportunidades do aprendizado espiritual. Sem a complexidade crescente da vida material se reduzem as oportunidades de expressão do Espírito e conseqüentemente seu desenvolvimento evolutivo. O domínio crescente do ser humano sobre a natureza é um dos atestados de sua evolução. Separar a evolução externa da interna (a espiritual da material) é não compreender a dialética divina. A História atesta uma crescente valorização do humano em contraposição ao divino antropomorfizado. Esse crescente humanismo difere do materialismo assim como aquela visão do divino difere da espiritualização. Assistimos gradativamente ao decréscimo do religioso tradicional e contemplativo em paralelo ao crescimento da descoberta do divino e espiritual em si mesmo.

No Renascimento, muito embora a ênfase seja dada ao ser que pensa, inicia-se uma preocupação maior com aquilo que pensa

do que com os conteúdos do pensar. Portanto inicia-se uma pálida idéia de estrutura da mente humana. A lenta queda dos dogmas e o declínio gradativo da teologia, enquanto forma suprema de saber, proporcionam a possibilidade de penetração na estrutura da *psiqué*.

É nesse período que aparecem obras, ditas laicas, as quais trazem temas antes do domínio da religião. Michel Montaigne (1533 – 1592), em plena Renascença, escreve uma obra (*Ensaaios*) na qual propõe a meditação e o encontro do eu de forma laica, isto é, sem o apoio da religião, contendo a confrontação de suas experiências com as alheias. Em sua obra ele discorre sobre vários temas morais sem o referencial religioso característico da época. Para ele “*O bem e o mal só o são, as mais das vezes, pela idéia que deles temos.*” Ele faz suas meditações considerando que o conhecimento só se dá pela via sensorial. As idéias de Montaigne prenunciam a solidificação do eu ou *ego*, enquanto estrutura psíquica representativa da personalidade. Ele era um tanto quanto pessimista, muito embora encarasse a morte com tranqüilidade devido à sua inevitabilidade e pregava o não sofrer por antecipação.

Vale registrar a obra de italiano Nicolau Maquiavel (1469 – 1527), cuja tendência filosófica é política, na qual afirmava o mal pelo mal. No capítulo XVII, “Da crueldade e da piedade”, de “*O Príncipe*”, ele afirma “... *é muito mais seguro ser temido que amado, quando se tenha que falhar numa das duas.*” Seu trabalho parece estar a serviço da afirmação do poder humano sobre aquele que era considerado divino. Maquiavel reforça as teses da Reforma Protestante, contribuindo para diminuir o poder da Igreja. Pelo seu trabalho é possível perceber que a sociedade lentamente caminhava para os direitos dos cidadãos.

Contemporâneo de Maquiavel, Thomas More (ou Morus) (1478 – 1535), inglês, propôs um Estado ideal chamado “*Utopia*”, no qual vigorariam princípios como: a imortalidade da alma, a felicidade como destino da alma e a tolerância religiosa.

Pode-se observar na proposta dele uma conciliação entre Estado e Religião, porém dentro de uma perspectiva espiritual, visando melhorar a sociedade humana. A preocupação é com a vida humana na sua concepção material e nas possibilidades de realizar, aqui, o reino dos céus, pregado por Jesus. A sociedade lentamente caminhava para a liberdade religiosa. No referido livro ele diz: “*O fim das instituições sociais na Utopia é de prover antes de tudo às necessidades do consumo público e individual; e deixar a cada um o maior tempo possível para libertar-se da servidão do corpo, cultivar livremente o espírito, desenvolvendo suas faculdades intelectuais pelo estudo das ciências e das letras. É neste desenvolvimento completo que eles põem a verdadeira felicidade.*”

Nesse período observa-se o surgimento de idéias que fortalecem o Estado, as leis da sociedade e a vida comunitária. Parece a consolidação dos princípios da *consciência coletiva*. Gradualmente há um desligamento das idéias religiosas dogmáticas e o distanciamento de um Deus antropomórfico. Cada vez mais a razão se torna soberana nas crenças e ações do ser humano.

Enquanto na escolástica predominam as tensões entre duas grandes correntes do pensamento humano, o platonismo²³ e o aristotelismo²⁴, na renascença parece haver uma tendência conciliatória, com leve inclinação para a última.

O período renascentista proporciona uma certa libertação ao ser humano, que passa a se apropriar mais do próprio saber e a experimentar mais as coisas. Representa um certo domínio sobre o mundo. Ao se aproximar da matéria, tateando-a, nominando-a, percebendo-a, estabelecendo leis a ela referentes, o ser humano vem descobrindo que ela é reflexo de algo mais profundo e enigmático. Há uma “alma” das coisas. Mais tarde ele irá perceber a existência concreta do Espírito, independente da matéria.

²³ Renascimento religioso.

²⁴ Renascimento da atividade especulativa (investigação naturalista racional).

Nesse período surge também a figura do padre alemão Nicolau de Cusa (ou Nikolaus Krebs) (1401 – 1464), o qual considera que a subjetividade humana empresta a Deus a sua cor. Deus não poderia revelar-se senão pela subjetividade humana. Ele dizia que Deus responde ao ser humano quando é buscado “*sê teu e serei teu*”. Tinha esperança de que as pessoas se unissem numa única religião. Antecipa Jung ao propor que o indivíduo deve procurar ser ele próprio, isto é, realizar seu próprio destino. Pode-se observar que as idéias de Nicolau de Cusa estão em completa oposição à da escolástica, invertendo o lugar de Deus em relação ao ser humano. A valorização do ser humano e não daquele Deus pregado e descrito pela Igreja, portanto distante daquilo que o próprio cristianismo afirmava, representa a possibilidade de uma melhor percepção da natureza de Deus e do próprio Espírito. Aquele Deus, vingativo, castrador e punitivo deveria ceder lugar ao indivíduo, o qual já se sentia melhor do que aquele criador.

Dois filósofos italianos buscavam a conciliação entre os conhecimentos humanos. O primeiro deles chamava-se Marsílio Ficino (1433 – 1499), que pregava a unidade entre a Filosofia e a Religião. Propôs a Doutrina do Amor, que, para ele, permeia tudo e todos. O segundo se chamava João Pico de Mirândola (1463 – 1494) que pregava a paz a partir da união da Ciência Moral com a Filosofia Natural e a Teologia.

É nessa época que se iniciam as discussões sobre as interpretações a respeito dos fenômenos religiosos, ou melhor, sobre as interpretações religiosas a respeito dos fenômenos da vida. A magia, a cabala, a astrologia e a alquimia desempenhavam importante papel na representação do conhecimento, pelos símbolos que continham. Viam-se também os simbolismos existentes nas interpretações clássicas a respeito da alma, da mediunidade, do destino humano e da natureza.

O Renascimento fez surgir a ciência, pois a natureza estava sendo objetivada e mensurada, submetida à razão pragmática. Destaca-se nas artes o gênio de Leonardo da Vinci (1452 – 1519),

para o qual a sabedoria é filha da experiência. São também dessa época as descobertas do padre polonês Nicolau Copérnico (1473 – 1543), o qual afirmava que a Terra gira em torno de si mesma e do Sol e que ela não é imóvel nem o centro do universo. Após Copérnico, Galileu Galilei (1564 – 1642) fez inúmeras descobertas matemáticas e aperfeiçoou, em 1609, o telescópio, que abriu o olhar astronômico mais preciso. Com isso o céu perdeu seu lugar de morada dos deuses e de Deus. Galileu confirma Copérnico. Para Galileu, os filósofos não deveriam preterir a natureza como experiência viva, aceitando as palavras escritas nos papéis dos livros, por mais sagrados que fossem. Para ele a experiência nunca se engana. Ele consolida a idéia de que a natureza é pura matemática. A medida matemática, ou as quantificações, é então uma das bases da ciência.

A reforma protestante se avizinha, pois os absurdos pregados pela Igreja católica em nome do Cristo, bem como seu poder no Estado estavam no limite da tolerância social. No começo do Século XVI, surge a figura de Erasmo de Rotterdam (1469 – 1536), que critica a Igreja, pregando a fé e a caridade em seu famoso livro Elogio da Loucura (1509). Ele deu as bases teóricas para a Reforma Protestante, na qual não se engajou. Considerava loucura a farsa e a mentira em que viviam os religiosos. Ele dizia que a perfeição cristã não está no gênero de vida, mas nos sentimentos; está na alma e não nos vestidos e nos alimentos. Com isso ele criticava os padres da Igreja. Ele pregava a ampla leitura da Bíblia, pois ela era destinada apenas aos doentes. Dizia que as palavras de Cristo foram ditas para o povo e que não deviam ser consideradas mistérios. Sua obra é um retorno ao estudo e divulgação do Evangelho para disseminação da fé e da caridade. Sobre os padres, em seu livro, ele dizia: *“Alguns desses reverendos mostram, contudo, o hábito de penitência, mas evitam que seja vista a finíssima camisa que trazem por baixo; outros, ao contrário, trazem externamente a camisa, e a roupa de lã sobre a pele. Os mais ridículos, a meu ver, são os que se*

horrizam ao verem dinheiro, como se se tratasse de uma serpente, mas não dispensam o vinho nem as mulheres. Não podeis, enfim, imaginar quanto se esforçam por se distinguirem em tudo uns dos outros. Imitar Jesus Cristo? É o último dos seus pensamentos.”

As idéias de Erasmo, aliadas às de outros espíritos que viveram àquela época, proporcionaram uma libertação parcial da consciência coletiva do domínio da teologia dogmática. Não foi total porque ainda restavam muitos dogmas, tanto quanto outros foram criados, porém muito se avançou na modificação da *psiquê*. Tal avanço se deu principalmente pela dissolução de muitos símbolos que não se permitiam anteriormente ser compreendidos pela consciência, em seu significado mais profundo.

À mesma época, Martinho Lutero (1483 – 1546) escrevia contra a tradição escolástica e condenava o que foi acrescentado à letra dos Evangelhos. Ele justificava tudo mediante a fé. Opunha-se a um poder focando o dogma, entretanto sua proposta significava a passagem do poder do papado ao poder do dogma da fé. O desejo de Lutero em querer desligar a Igreja germânica da católica representava a forte e crescente oposição da consciência contra as tendências do inconsciente. Lutero propunha o Evangelho contra a tradição da Igreja. Opunha-se à vida sacerdotal. A salvação pela fé pregada por Lutero, por um lado, se impunha contra a tradição escolástica, por outro, atacava a razão aristotélica. Lutero pregava a fé e o exercício das funções civis, opondo-se à vida eclesiástica. Negava o livre-arbítrio humano, pois Deus previa tudo. A Reforma propôs um maior rigor à letra do Evangelho como também uma oposição à manipulação da religião pela Igreja.

A Reforma protestante foi um cisma na religião cristã. Dividiu o catolicismo, fazendo surgir uma outra forma de praticá-lo, embora sem trazer algo novo. Isso significa que o cisma havido dividiu algo em dois sem gerar nada de novo, portanto, ambas as partes são incompletas. Tal fato deveria levar à reflexão os seus praticantes e estudiosos. Não são partes de um todo que se

completam. São partes de uma face do cristianismo que já era incompleta. Refletem ainda uma divisão ou desequilíbrio no inconsciente, correspondendo a uma insatisfação na consciência. Lutero propunha o retorno à fé, em face de sua pouca manifestação no catolicismo. A fé estava no povo, mas não se refletia na Igreja. A fé traria de volta a conexão com o significado do símbolo dissolvido. Tal dissolução era o predomínio da consciência sobre o inconsciente. A fé, em Lutero, era um retorno ao inconsciente, contra a tendência crescente à época. Parece que há uma crescente tendência à dissolução do símbolo, em oposição de um retorno a ele, pelo dogma. A oposição de Lutero à vida sacerdotal atendia a uma tendência crescente da *psiquê* em poder se permitir experiências ao Espírito em todos os campos e não apenas pela via religiosa. O celibato é um enrijecimento psíquico de graves conseqüências ao indivíduo.

A Reforma não deixou de proporcionar avanços à *psiquê*, que dispunha agora da possibilidade de construir novas experiências no campo religioso, disponíveis ao Espírito para o encontro consigo mesmo. É na Reforma que surgem os escritos sobre a distinção entre Deus e Cristo e sobre a inexistência do pecado original. Isso soou como alívio à consciência de boa parte da cristandade.

Huldreich Zwingli (1484 – 1531), na Suíça, mantinha as mesmas pregações de Lutero, porém não concordava com o não engajamento político dos fiéis, já que também defendia a transformação social a partir do cristão renovado pela fé.

As transformações sociais, no comércio, na agricultura, nas artes, nas relações entre países ou culturas, na vida familiar, política, dentre outras, também provocavam alterações na *psiquê*, tanto quanto influenciavam o pensamento filosófico. As guerras entre países, bem como as contendas entre grupos rivais que estiveram presentes nas diversas fases da história da humanidade, também promoveram alterações na *psiquê*. Dentre várias, assinalo a consciência da fragilidade da vida no corpo, bem como a existência de uma natureza instintiva por ser educada.

Enquanto os filósofos, à época da Reforma, a exemplo de Philipp Melanchthon (1497 – 1565), consideravam que todo ser humano era dotado de uma luz interna, denominada Razão, os cristãos adotaram uma visão semelhante sobre o mesmo, chamando-a, no entanto, de verbo ou Cristo invisível. Essa correlação entre a razão e o verbo, prefigura-se como uma tentativa de compreensão da natureza do *Self*, enquanto identidade do Espírito. A denominação de razão está mais próxima de uma imagem arquetípica e a denominação de Cristo invisível, mais próxima do próprio arquétipo do *Self*.

Em plena Reforma e remontando a um questionamento de Santo Agostinho sobre a ocupação de Deus após ter feito o universo, Bernardino Telésio (1509 – 1588) dizia que a natureza é autônoma e explicava-se a si mesma (isso implica que as causas do mundo não são explicadas pela existência e atuação de Deus). Ele era empirista e se dedicava ao estudo dos fenômenos da natureza de forma realista e concreta. Para ele, Deus apenas garante a ordem do universo não sendo o primeiro motor. Para ele o ser tende ao prazer.

Em 1612, Jakob Böhme (1575 – 1624) escreveu o livro “*A aurora nascente*”, no qual afirmou a dialética da vida, isto é, a necessária existência dos opostos. A percepção da existência dos opostos é antiga e permanece na consciência humana, porém a compreensão de que o conhecimento ou a evolução se dá pela transcendência da união deles, é nova. Esse confronto de opostos está na dinâmica psíquica como o fator fundamental do processo cognitivo humano. Jung vai discorrer sobre a questão afirmando, dentre outras considerações, que “*Não existe consciência sem diferenciação de opostos.*” (...) *A consciência só pode existir através do permanente reconhecimento e respeito do inconsciente: toda vida tem que passar por muitas mortes.*²⁵

É fundamental que tenhamos consciência dessa dinâmica em relação aos opostos. Toda vez que evitamos ou negamos algo

²⁵ OC Vol. IX/1, par. 178.

que é contrário ou que se nos opõe, deixamos de aprender o que lhe diz respeito. Assim é com a questão do mal, o qual, não sendo bem compreendido ou sendo apelidado de “ausência do bem” continua evitado veementemente. Não se trata de fazer apologia do mal, mas de buscar uma conciliação dele com o bem. Não se pode mudar o que não se conhece.

A Reforma protestante fez também surgir figuras da contra-reforma. Um deles foi Giordano Bruno (1548 – 1600). Ele propunha, contra o aristotelismo, o retorno ao neoplatonismo. Ele era amante da natureza e considerava Deus imanente a ela. Embora padre, renegava a religião como sistema de crenças, considerando-as contrárias à razão e à natureza. Exaltava a ignorância como instrumento para se alcançar o conhecimento. Combateu a Reforma por ser contrária às obras. Excluiu Deus como objeto de investigação, pois O considerava acima disso, e ao qual só se chega pela revelação. Ele pregava a necessidade de se lutar contra a angústia e os limites do mundo. Ele dizia que o último grau de ascese mística não era o da identificação com Deus, mas com a realidade ou a natureza, pois a considerava como sendo o próprio Deus. Por essas idéias, às quais se opunham a Igreja e os reformistas, Giordano Bruno morreu, após vários anos de prisão, queimado pela inquisição. Ele antecipa várias questões do existencialismo a respeito da angústia da vida. Sua intolerância era notória, revelando uma grande identificação com os meios acadêmicos de sua época.

Bruno escreveu um livro no qual falava da pluralidade dos mundos habitados, cujo título é “*Sobre o Infinito, o Universo e os Mundos*”, onde afirma categoricamente: “*Não se deve, pois, procurar se fora do céu existe lugar, vácuo ou tempo; porque único é o lugar geral, único e espaço imenso, (...) onde existem inumeráveis e infinitos globos, como existe este, onde nós vivemos e vegetamos. Este espaço nós o chamamos infinito, porque não existe razão, conveniência, possibilidade, sentido ou natureza que deva limitá-lo. Nele estão contidos infinitos mundos semelhantes a este (...)*”.

Observa-se, com Giordano e com Tomás de Campanella (1568 – 1634) a busca por uma Filosofia e Teologia práticas, inclusive por uma atuação política a partir das mesmas. Campanella, como Thomas More, ou Platão em “*A República*”, pregava um estado perfeito, uma utopia: a cidade sol, na qual prevaleceriam o poder existente em cada ser, a sabedoria e o amor.

Até aqui a *psiquê* se encontra pronta para sair da obscuridade científica e do domínio teológico dogmático. Iniciar-se-á o período racionalista e objetivo da *psiquê*, no qual ela se defrontará com suas próprias razões conscientes para explicar o mundo. O Espírito ganhará mais campo na consciência para apreender as leis de Deus. Pode-se dizer que o campo da consciência possui mais luzes para o desafio da razão perante o domínio teológico.

É nesse período que o espírito desviará seu olhar para dentro de si mesmo, sem perder a visão do mundo externo. Seu olhar, antes completamente voltado para a descoberta do mundo externo, passa também a perceber a existência de um outro interior. É uma caminhada árdua, na qual a força do arquétipo do *chamado* religioso direciona a *psiquê* para uma melhor compreensão a respeito de Deus. É também nela que o culto externo a Deus vai sendo complementado com o reconhecimento Dele em si mesmo.

Do racionalismo ao espiritismo

O amadurecimento do ser humano no campo da crítica religiosa, promovido não só pela Reforma como também pelo Renascimento, vai configurando o declínio gradativo da Igreja, conseqüentemente da religião, que vai perdendo sua força como experiência ligada ao *numinoso*. Os excessos da inquisição, bem como a forte ligação do clero com o Estado, são contribuições-chaves para aquele declínio e para o descrédito popular da Igreja. Com isso, a *psiquê* estará mais disponível a encontrar referenciais projetivas em experiências ligadas ao espiritual mediúnico.

O Renascimento e a Reforma aproximaram mais o ser humano de sua natureza e do mundo prático. As artes, bem como a técnica, passaram a ser valorizadas e a se desenvolverem vertiginosamente. O domínio tecnológico representava a conquista da consciência. Dominar os objetos da natureza e seus objetivos é também se assenhorar dos conteúdos da *psiquê*. Tal processo proporcionava a compreensão dos conteúdos do inconsciente e, simultaneamente, representava a expansão da consciência para além de si mesma.

É nesse contexto que o empirismo, sobretudo na Inglaterra, avança em paralelo ao declínio da religião católica. É lá que surge a figura de Francis Bacon (1561 – 1626), filósofo e profeta da técnica. Ele afirmava que cada vez mais o ser humano deveria conquistar e dominar a natureza. Ele escreveu em seu livro

“*Novum Organum*”, em 1620: “*Ciência e poder do homem coincidem, uma vez que, sendo a causa ignorada, frustra-se o efeito. Pois à natureza não se vence, se não quando se lhe obedece. E o que à contemplação apresenta-se como causa é regra na prática.*” Bacon queria eliminar as antecipações à natureza, isto é, retirar os preconceitos. A natureza precisava ser interpretada, não antecipada. As crenças e dogmas antecipam. Ele pregava uma consciência crítica, que criticasse as filosofias, as demonstrações e a razão humana. Ele dizia que o ser humano possuía ídolos internos, para os quais desviava a atenção que caberia ao estudo da natureza.

Pode-se observar, nas idéias de Bacon, a necessidade do ser humano em sair do casulo, de olhar a si mesmo e passar a perceber a natureza a sua volta, sem qualquer idéia preconcebida a seu respeito. Havia a necessidade de se dominar a natureza, baseada exclusivamente na capacidade do ser humano em fazê-lo, sem recorrer a explicações divinizadas a este respeito. Era a liberdade de conhecer o mundo sem que qualquer idéia o impedisse ou limitasse fazê-lo. Era a *psiquê* querendo espaço fora do sagrado que a castrava.

Porém, é com René Descartes (1596 – 1650) que ocorrerá o marco entre o Renascimento e a Idade Média. Ao afirmar “*Mas, logo em seguida, adverti que tudo era falso. Cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: **eu penso, logo existo**, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como primeiro princípio da Filosofia que procurava*”, colocou o homem como sujeito (a subjetividade humana), excluindo explicações metafísicas e teológicas para sua existência. Descartes propunha a busca da reta razão através de um método seguro, conseqüentemente chegaria à unidade dos seres humanos através dela. Pregava o bom senso na análise das coisas. Ele humanizou a razão, dissociando-a da interferência divina. Como

Platão, ele privilegiou a matemática, considerada como o primeiro fruto da razão. Utilizou procedimentos matemáticos na construção de seu método. Acreditava que, pela filosofia prática, o homem se tornaria dono e senhor da natureza. Defendia o uso do método visto como infalível e aplicável em todos os domínios do saber e com o qual o ser humano alcançaria o equilíbrio, a harmonia e a saúde física. Em seu método, constam as seguintes regras básicas para alcançar a sabedoria: 1. Evidência: só aceitar aquilo que fosse tão claro que não deixasse dúvidas. Para ele a intuição, que é o conhecimento direto pela mente, garantia isso; 2. Análise: consiste em se dividir um problema em quantas partes possíveis para melhor entendê-lo e resolvê-lo; 3. Síntese: supor uma ordem às coisas, começando a análise pela mais simples; 4. Enumeração: relacionar as coisas e conferir para que nada seja omitido.

Aparentemente o método cartesiano é simples e óbvio, porém não o era à sua época, nem o ser humano se ocupava em estabelecer critérios ao seu pensar. Descartes propõe a dúvida, a fim de eliminar todo conhecimento falso. Ele se ocupa da existência e não da essência, pois esta seria algo metafísico e a ser feito a partir do método. A constituição de um método por Descartes, é a busca por uma forma de pensar menos influenciada pelos preconceitos e pela ignorância humana. É como se ele quisesse limpar a consciência (o *ego*) de elementos que atrapalham o saber.

Com Descartes pode-se perceber o processo de depuração da consciência ao longo das experiências humanas. A consciência vem gradativamente se destituindo de crenças coletivas inadequadas ao processo de autopercepção e de apreensão do mundo. Trata-se de uma limpeza na consciência daquilo que a atrapalha. Tal depuração representa, ou decorre da força do arquétipo que arrebatou tudo e todos à sua frente. Sua capacidade de assimilação do mundo é total.

“*Penso, logo existo*” quer afirmar a certeza de que existe algo que pensa, independente do que pensa. A afirmação não trata da essência, mas apenas e tão somente da existência. É a

partir da consciência de si que se atribui a existência. Ela quer falar: “eu sou uma coisa pensante”. Descartes propõe, confirmando o empirismo, as idéias originárias da percepção dos objetos. As idéias são, portanto, imagens ou representações dos objetos externos. Para ele, o fato de se ter a idéia de Deus, por si só, demonstra a existência de Deus. Também para ele, a imperfeição humana evoca necessariamente a idéia de um ser perfeito. Tal raciocínio se assemelha ao de Alfred Adler (1870 – 1940) sobre o *complexo* de poder, visto como sendo oriundo do fato de sermos criatura e não o Criador. Tudo se passa no mundo racional da mente cartesiana. O Deus de Descartes não é religioso como o de Moisés e de Abraão e como o do espiritismo. Ele reduz todos os corpos à matéria. Tudo é apenas matéria dotada de movimento e extensão. Da imutabilidade de Deus ele enuncia a lei da inércia e em seguida que todos os corpos tendem a se mover em linha reta. Depois ele afirma que todos os corpos tendem a conservar seus movimentos. Para ele o universo é uma grande máquina, cujos fenômenos podem ser explicados pelas três leis acima (inércia, movimento e conservação). Ele pregava o vencer-se a si mesmo em detrimento à fortuna e que a única posse que se tem é a dos pensamentos.

Descartes faz prevalecer a razão em toda a busca do conhecimento humano. Parece que a razão luta tenazmente para ocupar definitivamente um lugar central na consciência humana. O racionalismo cartesiano é uma total ruptura com o teologismo dogmático, pois ao ser humano cabe sua própria existência. Ao utilizar a matemática, estaria abstraindo qualquer possibilidade de enviar seu pensamento, dada a natureza subjetiva e neutra dos números. Ao objetivar, pelo homem, o domínio da natureza, coloca-o como senhor dela e no centro de toda a problemática da vida, excluindo a divindade desse terreno. Descartes, mesmo sendo um homem rico, não se deteve na inércia nem na ociosidade, pois pregava a harmonia e a igualdade entre as pessoas e uma vida reta e equilibrada.

Seu método (Evidência, Análise, Síntese e Enumeração) pode ser aplicado a tudo que se pretenda fazer, inclusive àquilo que diga respeito às questões do espírito. Trata-se também de uma reorganização da *psiquê* para uma melhor percepção da realidade. É desejável, para o crescimento espiritual do ser humano, que tal método seja utilizado na vida prática.

A idéia de Descartes quanto ao universo ser uma máquina não é nova. Ela se assemelha à idéia da perfeição do universo, como sendo algo que funcione milimetricamente determinado. Mesmo que tenhamos consciência da perfeição de Deus, um universo também perfeito é uma contradição, mas é também uma consequência. Isso é um paradoxo. O universo como uma máquina perfeita caracteriza o determinismo mecanicista, o que é um reducionismo. A vida não é isso nem a *psiquê* se enquadra nessa hipótese. Mesmo considerando o funcionamento do universo perfeito, dada a direção de Deus e por obra de Suas leis, algo na *psiquê* contradiz tal idéia ao não admitir que tudo pareça uma máquina. Existem leis gerais no universo que funcionam para determinados estágios de evolução do Espírito. A *psiquê* madura altera tais leis, tornando-as flexíveis. A perfeição de Deus está em permitir tal possibilidade, isto é, o Espírito amplia aqueles princípios, outrora chamados leis de Deus. Parece que a perfeição de Deus compreende a imperfeição do universo, o qual se realiza com a evolução do Espírito.

Há uma conexão transcendente no universo, à qual o livre-arbítrio humano está submetido. Isso, porém, não implica num mecanicismo simplista, mas, talvez, num processo de construção da autoconsciência. Talvez as leis do universo permitam a criação de outras leis.

O pensamento de Descartes promove a idéia da distinção entre mente e corpo, pois o pensar é condição suficiente para o existir. Leva-nos ao mentalismo de pensar que tudo está na consciência, ou ainda a eliminar o corpo como instrumento de percepção no processo do pensar. A distinção mente corpo é

anterior a Descartes, pois Platão já propunha um mundo das idéias e um mundo das coisas. Mente e corpo, embora distintos, quanto às funções que desempenham, servem ao Espírito e estão intimamente relacionados, mas não são um a causa do outro. A mente interfere no corpo e lhe sofre influência. O mais importante desse dualismo antiqüíssimo é que, do ponto de vista energético, um pode existir sem o outro. Com aparelhos conectados, um corpo pode manter sinais vitais, embora com limitações diversas, sem no entanto necessitar da mente (perispírito). A mente (perispírito), independe do corpo físico, pois se conecta ao Espírito, sem qualquer dependência energética do corpo. As limitações do corpo físico sem o perispírito decorrem da influência inconsciente (automática) que é exercida por aquele, sem o qual são inexplicáveis certos processos fisiológicos corporais.

O racionalismo faz surgir as idéias de Thomas Hobbes (1588 – 1679), que se opõe à obediência à lei religiosa por ser contrária à liberdade e às leis da natureza. Ele propõe uma filosofia racional, prática, engajada politicamente e materialista. O pensamento racionalista e empirista vai gradativamente se afastando da Igreja e da religião dogmática, do simbolismo, dos rituais, aproximando a consciência do concretismo da realidade. *Apsiquê* parece que vai se abrindo e se projetando conscientemente na realidade material. O inconsciente dá lugar à consciência.

O materialismo de Hobbes não exclui a existência do que há fora da matéria, mas exclui a filosofia e a ciência da possibilidade de investigar o que transcende seus limites. Ele não nega Deus, pelo contrário, o afirma, porém colocando seu domínio no campo da fé. Critica os atributos negativos dados a Deus (*infinito*, *incompreensível*, eterno, etc.), bem como os indefinidos (justo, forte, etc.). A posição de Hobbes a respeito de Deus, se considerada à luz do espiritismo (razão + fé), não deixa de ter sentido, pois prevalece o argumento racionalista. Para Hobbes, o bem e o mal são conceitos relativos às pessoas, aos lugares, aos tempos, às circunstâncias. Nesse sentido, ele também está de acordo com o espiritismo, ao

colocar a relatividade do mal. Ele considerava que o ser humano não teria liberdade, a não ser de ação. Ele pregava um certo determinismo. Ele dizia que a benevolência não é o que une os seres humanos, portanto não é algo inato, pois os seres humanos se unem pelo temor recíproco. Ele parece acender a discussão sobre o amor como conquista e não como algo inato. Nesse sentido, para ele, o ser humano possui em si o contrário do amor. Ele considerava que as virtudes são desejadas, pregadas, buscadas, exaltadas, exatamente pela falta. A fraternidade entre as pessoas é desejável pela existência do instinto natural *egóico* de autodefesa. Para Hobbes é natural o estado de guerra entre os homens e que deve ser combatido pelo uso da razão.

Pode-se observar que, em Hobbes, certos conceitos são colocados em xeque, justamente pelo uso da razão, que não admite senão aquilo que lhe seja coerente. Sua visão anti-romântica da realidade parece estar de acordo com aquilo que a consciência busca e vive. Seu racionalismo não deixa de considerar a existência da vida instintiva no ser humano. Tal lembrança vem a propósito de se entender que a vida, quando despreza o instinto, mata a si mesma.

Por algum tempo as universidades européias se colocaram contra o cartesianismo, graças ao domínio ainda existente da escolástica. Porém, durou pouco tal oposição. O racionalismo invadiu a sociedade como uma avalanche. Não era mais possível pensar sem utilizar o método cartesiano, pois a vida pedia tal amadurecimento. A *psiquê* já estava apta a entender as experiências da vida daquela forma. O Espírito ansiava por uma *psiquê* que lhe permitisse organizar e melhor conhecer o mundo.

À medida que a humanidade foi se desenvolvendo, a consciência foi se tornando mais específica. A unidade, antes tida como totalidade, era apenas uma visão simbólica e representativa do mundo. A unilateralidade, em que pese o equívoco substancial, tem o mérito de permitir à consciência, e ao ser individual, uma maior possibilidade de autopercepção.

Se a temática sobre Deus dominou a filosofia durante a Patrística e a escolástica, a partir do século XVII esse lugar coube à razão. Após Descartes, a velha escolástica passou a utilizar-se da razão para justificar suas teses religiosas. A discussão sobre Deus, depois de Descartes, foi substituída pela razão. A busca por conciliar a fé com a razão passou a ser frequente. Nicolas de Malabranche (1638 – 1715), padre, foi um de seus arautos. Mesmo com o surgimento do humanismo e do Renascimento, a escolástica tentava sobreviver no racionalismo. Malebranche afirmava que não há qualquer relação de causalidade entre corpo e espírito, isto é, um não descende do outro.

Mas, nem tudo era unidade no racionalismo. Blaise Pascal (1623 – 1662), matemático e filósofo, não aceitava a razão como capaz de conduzir o ser humano ao conhecimento de si mesmo. Ele dizia que o ser humano deveria se conhecer primeiro e, em seguida, as coisas exteriores. Em seu livro “*Pensamentos*”, item 66, escreveu: “*É preciso conhecer-se a si mesmo; se isso não servisse para encontrar a verdade, serviria ao menos para regular a vida, e não há nada mais justo.*” Em paralelo às idéias de Pascal, o holandês Baruch Espinosa (1632 – 1677) pregava que Deus é o conjunto de tudo que existe. Era a afirmação do panteísmo, que encontra ressonância nas consciências das pessoas. A idéia de Espinosa pode representar a tentativa de projetar o *Self* em algo compreensível e perceptível ao humano. Representar o *Self* na totalidade do universo e na figura, por exemplo, de um Rei, são imagens desse processo e decorrentes de mecanismos semelhantes.

Em sua Proposição XVI, constante em seu livro “*Ética*”, ele afirma o corolário III: “*Resulta em terceiro lugar que Deus é absolutamente causa primeira.*” Tal idéia estará presente, mais tarde em *O Livro dos Espíritos*.

Para ele nada existe fora de Deus. A temática sobre Deus, retomada por ele, ressurgiu com muita intensidade. Ele nega, com seu panteísmo, a vontade humana. Critica a finalidade das coisas,

dizendo que nada aponta para a existência de um fim último. A perfeição é uma meta, porém, nada indica que exista um término.

Cada vez mais o conhecimento humano vai se incorporando à *psiquê*. O olhar exclusivo sobre o mundo vai se debruçando sobre o “objeto” que percebe o mundo. Ainda não é o autocohecimento, mas a aproximação do instrumento que o possibilita, isto é, a *psiquê*. Espinosa teoriza sobre o funcionamento da mente, porém ainda o faz numa perspectiva gnosiológica (conhecimento das coisas), sem alcançar sua estrutura.

Espinosa nega a possibilidade de existirem milagres. Para ele, existem causas naturais que escapam à nossa compreensão. Da mesma forma o espiritismo irá afirmar mais tarde. Ele afirmava que seu sistema panteísta tranquilizava o ser humano quanto às recompensas que espera de Deus pela prática de suas virtudes. Achava uma pretensão desnecessária querer recompensas. Nesse sentido, racionalmente, ele tem razão, porém o ser humano, quando pede algo a Deus, esquecendo-se de que Ele sabe do que se precisa, entra num estado de conexão vibracional com o divino. Tal estado o fará, gradativamente, aproximar-se da natureza essencial de Deus.

Ele pregava o autoconhecimento como uma tendência de todos os seres da natureza. Teorizava sobre as emoções, estabelecendo a diferença entre vontade e apetite, sendo a primeira o princípio da autoconservação da mente e, o segundo, o do corpo. Dizia que as emoções fundamentais são a alegria e a tristeza. Perfeição e imperfeição, bem e mal, são conceitos humanos, portanto relativos. Ele dizia que a virtude é a tendência natural da mente para a autoconservação. Para ele, a razão deve guiar a emoção, pois aquela é própria do homem livre. Considerava também que a emoção é confusa e a razão é que a ordena. O binômio sensação e razão dominou os estudos filosóficos e científicos na história do pensamento humano. O conhecimento era discutido a partir dessas duas premissas. O sentimento e a intuição eram pressentidos, mas não considerados como modos de percepção.

Vê-se em Espinosa algo semelhante ao que pensavam os estoícos a respeito das emoções. Suas considerações demonstram uma certa libertação das emoções reprimidas ou um reconhecimento da necessidade de se lidar com a força delas. O racionalismo provocará que sua polaridade oposta (emoções e sentimentos), assome à consciência.

A razão, adquirida pelo princípio espiritual, nos primórdios da evolução, tornando-o *homo sapiens* e o fazendo alcançar a denominação de espírito, difere daquela entronizada a partir do século XVII. A primeira denominação da razão é a autoconsciência; a segunda, é a maturidade do *ego*. Esta última, ao valorizar aspectos cognitivos e teóricos, reprime as emoções, considerando-as de menor valor. Toda repressão gera, em sentido contrário, a liberação da tensão provocada.

No início do período racionalista, a matemática e a geometria são cada vez mais utilizadas para demonstrar os fenômenos naturais. Galileu, Descartes, Hobbes e Espinosa são os precursores dessa tendência, cujo resultante é o surgimento da ciência. Nessa mesma linha de pensamento, surge o alemão Gottfried Leibniz (1646 – 1716) dizendo que era possível traçar uma ordem para as coisas, uma equação matemática para qualquer conjunto de eventos. Muito embora haja uma regra para tudo que se realizou, havia outras possibilidades, portanto nem tudo que é possível se realizou. A realidade não é interpretada como necessidade, mas como possibilidade. A lógica implica em necessidade e a realidade em possibilidade. Ele tentava encontrar em todos os aspectos do universo uma ordem que tornasse possível a liberdade de escolha. Para ele, espaço e tempo, tanto quanto movimento, não são entes reais, mas entes de razão. A realidade é a força ou tendência para ação. Tal força é de natureza espiritual. Tudo é espírito e vida. Leibniz, a partir desses conceitos, concebe a idéia de Mônada. Para ele a mônada é o átomo universal e indivisível. Para Leibniz não há uma mônada igual a outra. Ele distinguia **percepção** de **apercepção**. Para ele, Deus é a mônada de todas as mônadas.

Ele dizia que os animais também têm alma com percepções que imitam a razão, porém inferior e distinta dela. A mônada tem uma potência passiva e uma ativa. Há mônadas corpóreas e mônadas espirituais.

A tentativa de quantificar a natureza, acreditando nessa possibilidade como se fosse uma qualidade inerente a ela, aproxima-se do mecanicismo de entender o universo como uma máquina. A quantificação da natureza é uma projeção humana calcada nas limitações de compreensão psíquica. O *ego* quantifica para compreender e enquadrar os fenômenos dentro de limites acessíveis. Sua idéia de mônada parece, em certo sentido semelhante ao conceito de fluido cósmico de Allan Kardec, porém diferindo em algumas qualidades. Quanto à alma dos animais, ele parece entender que existe um certo instinto inteligente no animal e, talvez, percebesse a possibilidade de sua evolução até atingir o estágio humano.

As idéias de Espinosa e outros filósofos da idade média revelam que a angústia na alma do ser humano é expressar sua natureza, é revelar seu próprio conteúdo, é trazê-lo à tona, em meio às projeções externas. O ser humano deseja conhecer-se, descobrir-se, revelar-se, explicar-se, compreender-se, aceitar-se, nominar-se e descrever-se, a fim de encontrar a si mesmo e a Deus.

O racionalismo cartesiano também encontrou opositores. Giambattista Vico (1668 – 1744) contraria Descartes ao discordar da redução de tudo ao conhecimento racional. Considerava que a humanidade vai se definindo gradativamente para uma meta ideal, malgrado as intenções particulares das pessoas. Em seu livro “*Ciência Nova*” escreveu: “*Foram os próprios homens que fizeram este mundo de nações (...). No entanto, ele é este mundo, provindo sem dúvida alguma de uma mente freqüentemente diversa e por vezes totalmente contrária e sempre superior a esses fins particulares, que os próprios homens se tinham prefixado. Desses fins restritos, tornados meios para servirem a fins mais amplos, se serviram sempre para conservar a gera-*

ção humana nesta terra. (...) O que fez tudo isso foi na verdade a mente, dado que o fizeram os homens com inteligência. Não se trata de destino, porque o fizeram com escolha. Nem foi acaso, porque com perpetuidade, assim sempre agindo, chegam às mesmas coisas.” A oposição ao racionalismo veio a formar um movimento denominado empirismo, que desempenhou papel relevante para a ciência moderna. Um de seus precursores foi o inglês John Locke (1632 – 1704), que, discordando de Descartes, propõe limites à razão, inclusive os estabelecidos pela linguagem. Não concordava com a razão inata, compreendendo-a como algo que se constrói, reduzindo as capacidades cognitivas humanas ao conhecimento sensível. Para ele, pensar e ter idéias é a mesma coisa. Distingue reflexão de sensação, sendo a primeira, fruto das idéias que surgem a partir da realidade interna, e, a segunda, fruto da realidade externa. Todo conhecimento parte da experiência sensorial.

Em seu livro “*Ensaio acerca do entendimento humano*” ele escreveu: “*Suponhamos, pois, que a mente é, como dissemos, um papel em branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer idéias; como ela será suprida? De onde lhe provém este vasto estoque, que a ativa e que a ilimitada fantasia do homem pintou nela com uma variedade quase infinita? A isso respondo, numa palavra, da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento.*”

Ele distingue idéias simples das complexas, sendo as segundas a união das primeiras, as quais nascem da reflexão e da sensação. Enquanto são possíveis novas idéias complexas, não são possíveis novas idéias simples fora dos limites da experiência sensível. Só surgem novas idéias simples a partir de novas experiências. Ao atribuir valor essencial e fundamental aos objetos externos, Locke fez preponderar o externo sobre o interno. É o domínio da extroversão sobre a introversão. Locke se deteve na discussão sobre as idéias e o pensar humano. O conhecimento,

para ele, processa-se de três formas: o conhecimento da própria existência ocorre pela própria intuição (é a imediata verificação do desacordo entre duas idéias), o conhecimento da existência de Deus ocorre pela demonstração, e o conhecimento das outras coisas ocorre pela sensação.

Sobre Deus, Locke utiliza o raciocínio espírita. Ou melhor, no raciocínio dos espíritos codificadores, está contido também o pensamento de Locke, muito embora ele não acreditasse que a idéia de Deus é inata. Escreve Abbagnano²⁶: *“No que respeita à existência de Deus, Locke adota com algumas variantes a demonstração causal. O nada não pode produzir nada; se alguma coisa existe (e alguma coisa existe seguramente porque eu existo) quer dizer que foi produzida por outra coisa; e, não se podendo ascender ao infinito, tem de se admitir que um ser eterno produziu todas as coisas. Este ser eterno produziu mediante o homem, a inteligência; deve ser portanto uma inteligência infinitamente superior à que foi por ele criada; e pelo mesmo motivo uma potência superior à de todas as forças criadas que atuam na natureza. Evidentemente, este ser eterno, inteligentíssimo, potentíssimo, é Deus.”* Para Locke a fé se fundamenta na revelação de Deus, porém ela não pode contrariar a razão, que lhe impõe limites. Para ele *“A razão deve ser em tudo o nosso juiz e guia”*. Ele pregava a democracia, a liberdade religiosa e a propriedade como um direito natural. Propunha os limites civis para a Igreja. Para ele o cristianismo era uma religião racional e simples, baseada na certeza de Cristo como Messias e no reconhecimento da verdadeira natureza de Deus. Ele dizia que o que é essencial ou necessário na religião é o culto interior de Deus.

Os limites à razão, propostos por Locke vêm ao encontro da necessidade de entendermos que a experiência sensível não

²⁶ *História da Filosofia*, Vol.VII, Parágrafo 458, 3ª Edição, Editorial Presença, Lisboa.

pode ser desprezada, porém, também, não pode ser exclusiva. A razão e a experiência sensível não geram uma completude, pois é preciso associar-se a elas o desenvolvimento da dimensão emocional ou dos sentimentos. Não se evolui sem se educar os sentimentos e as emoções instintivas. Reduzir o conhecimento às capacidades cognitivas ou racionais é tão frágil quanto acreditar que o conhecimento sensível é suficiente para justificar a natureza humana. Ambos são importantes formas de conhecimento, mas não únicas. O Espírito apreende também diretamente, tanto quanto com o auxílio do perispírito, sem o corpo físico (experiência sensível) e sem a *psiquê* (experiência racional). Basta que analisemos as experiências de aprendizagem em animais que, embora vivendo em habitats distintos, adotam comportamentos iguais (*ressonância mórfica*)²⁷.

A preocupação de Locke com a natureza externa e a possibilidade de conhecê-la pelos sentidos, denuncia sua despreocupação com o ser humano e com sua vida inconsciente. Muito embora seu empirismo seja radical, ele não negava Deus e era tolerante em relação às religiões. Isso demonstra a seriedade de suas idéias e a abertura de sua mente para aquilo que é diverso e contrário.

Locke, como Allan Kardec²⁸, defendia a propriedade como um direito natural. Tal idéia poderia ser fruto das brigas pela terra, comuns na Europa. A propriedade privada como direito natural é um dos fundamentos do capitalismo, ao qual se opôs Karl Max, alguns anos depois.

Sua proposta de culto interior a Deus contrasta com seu empirismo, que eliminava toda possibilidade de conhecimento fora da experiência sensível.

²⁷ Teoria desenvolvida por Rupert Sheldrake abordando processos de assimilação de conhecimento atemporal e não espacial pelos indivíduos.

²⁸ A propriedade como direito natural é defendida por Allan Kardec num comentário seu, após a questão 882, de *O Livro dos Espíritos*.

A força do empirismo começa a surgir e com idéias consistentes como as de Locke. Elas dão sustentação ao chamado materialismo e se constituem numa necessidade da *psiquê*. Com tais idéias será possível ao Espírito encontrar novas possibilidades de realizar experiências de contato com a matéria. Graças a essas idéias surgirão conhecimentos técnicos e científicos fundamentais à continuidade da vida na Terra. A onda materialista torna-se pernicioso apenas quando tira a esperança na vida.

Diferentemente de Locke, George Berkeley (1685 – 1753) foi um empirista irlandês, que combateu o materialismo e o ceticismo. Era nominalista como Locke e Ockham. Ele negava a capacidade humana de abstração, bem como qualquer generalização como real. Para ele as coisas são particulares. Não existe universalidade. Para ele não existem coisas, mas idéias. Ele adota o imaterialismo por considerar que os únicos objetos do conhecimento humano são as idéias. Para Berkeley existe o objeto, existe a percepção do objeto (imagem) e existe o espírito que as percebe. Só o espírito é real. Porém, o espírito depende do objeto das idéias para existir. Seu “espírito” não é o espírito, mas uma alma sem personalidade. É um materialismo puro. Berkeley se opõe aos livres-pensadores, que queriam separar a moral da religião. Ele pregava a superioridade do cristianismo sobre as outras religiões. Para Berkeley as leis de Deus estão impressas no próprio espírito, por Deus.

Esta última idéia de Berkeley, isto é, a respeito das leis de Deus pode ser encontrada no pensamento espírita. Na questão 621 de *O Livro dos Espíritos*: “Onde está escrita a lei de Deus?” Resposta: “Na consciência”. A palavra consciência deve ser entendida como Espírito ou como *Self*, pois o campo da consciência, enquanto estrutura da *psiquê*, contém a memória do que pode ser lembrado pelo *ego*. Nela estão conteúdos da experiência direta do *ego* ou o que lhe vem do inconsciente de maneira subliminar.

Outro empirista importante que, inclusive, deu a Kant bases para sua filosofia, foi David Hume (1711 – 1776). Ele afirmava

que a única ciência possível é a natureza humana. Para ele, a razão é instintiva. Hume teorizava sobre a mente e seu funcionamento. Dizia que ela tem seu mecanismo regulador que a torna capaz de abandonar um problema que não seja importante e para o qual não tenha alguma solução. Colocou que qualquer crença que tente desmontar ou destruir outras crenças baseadas no instinto é também instintiva e como tal é indestrutível. Dizia que o único campo do conhecimento sobre o qual se pode alcançar alguma certeza de demonstração é a quantidade e o número. Propunha queimar todos os livros que tratassem de teologia e metafísica, bem como os que não contivessem algo sobre quantidade e número apresentados experimentalmente. Embora considerasse que a razão fosse seu único guia, ela seria um instinto como qualquer outro, oriundo da experiência sensível. As percepções se dividiriam em impressões e idéias. As idéias se originam das impressões. As idéias são imagens enfraquecidas das impressões, as quais são sensações intensas e imediatas das coisas. A idéia nunca alcança a vivacidade e a força de uma impressão. Não existe idéia sem uma precedente impressão. Para ele não há realidade fora das impressões. As idéias se conectam entre si pela semelhança, pela contigüidade e pela causalidade. Ele dizia que *“Toda idéia é copiada de uma impressão ou de uma sensação precedente; se não podemos localizar a impressão, podemos assegurar-nos de que não há idéia.”*

Para Hume, as demonstrações da matemática, da geometria e da álgebra prescindem da existência da realidade de fato. Para ele é impossível o contrário das proposições matemáticas. Outras proposições admitem o contrário. Para estas ele afirmava “toda coisa que é, pode não ser”. Em tudo está o seu contrário.

Hume nega a relação entre causa e efeito. Ele diz que mesmo tendo sido identificado que causas semelhantes levaram no passado a efeitos semelhantes, isso não garante que o futuro será assim também. Ele afirma que o ser humano necessita dessa causalidade e que ela é mera subjetividade. Não é uma lei. Para

ele isso é um hábito, um costume, que provoca uma disposição para se esperar o mesmo resultado. O hábito é um guia infalível, como os instintos nos animais.

Para Hume, os fundamentos das qualidades morais do ser humano estão na sua utilidade para a vida social. É o reconhecimento implícito ou explícito da utilidade social. Ele diz que, por exemplo, a justiça se funda na não abundância, pois o pleno preenchimento das necessidades elimina a existência da justiça. Portanto, a justiça é necessária por causa da vida social, na qual os seres humanos são desiguais. As outras virtudes se enquadram nesta mesma regra. Hume escreveu “Diálogos sobre a Religião Natural”, no qual colocou um cético, um ortodoxo e um moderado. O primeiro é colocado como moderador dos outros dois. Mais tarde, em julho de 1859, Allan Kardec escreve o livro “O que é o espiritismo”, no qual adota o mesmo estilo de Hume. Allan Kardec utiliza as figuras de um crítico, de um cético e de um padre para refutar as argumentações contrárias ao espiritismo. Hume afirmava que as raízes da religião podem ser encontradas na religião. Jung fará semelhante afirmação sobre Deus. Para ele, o conceito de Deus infinito e perfeito conduz à adulação. Ele criticava a idolatria e dizia que o todo é um mistério inexplicável. Hume sempre buscava na natureza humana, portanto na experiência sensível, as razões para os fenômenos sociais. Afirmava os seguintes valores: amor aos filhos, gratidão, piedade, respeito à propriedade privada e obediência civil.

Hume levou às últimas conseqüências o empirismo. Era radical em considerar a experiência sensível como infalível e a única forma de apreensão da realidade. Submete inclusive a razão à experiência sensível, considerando-a derivada desta. Tal supremacia é justificada por conta dos dogmas existentes na consciência, decorrentes do longo período de domínio teológico. Isso motivou sua idéia de queimar os livros que falassem de metafísica e teologia. Ele retoma a indagação sobre a mente, sua estrutura e seu funcionamento, iniciada no período renascentista.

Isso abrirá amplas possibilidades de compreensão da estrutura psíquica por parte da ciência no futuro. Como Locke, considerava a razão um instinto oriundo da experiência sensível. A consideração sobre as idéias, como oriundas das impressões, estará presente nas proposições que B. F. Skinner (1904 – 1990) fará dois séculos depois no campo da psicologia. Suas considerações sobre a conexão das idéias, também estarão presentes nas bases da Gestalt, no Século XIX. Sua afirmação de que em tudo está o seu contrário vem da alquimia, cujas práticas eram disseminadas entre vários estudiosos de sua época.

A respeito de Skinner, continuador das idéias de John B. Watson (1878 – 1958), pode-se dizer que eles fundaram uma escola da psicologia denominada comportamentalismo. Eles viam o condicionamento humano orgânico como o único conhecimento possível à psicologia. Eles negavam o mentalismo, portanto a consciência, e todo o automatismo psíquico.

A negação de Skinner sobre a relação entre causa e efeito, inclusive discordando de que seja uma lei, será confirmada no Século XX pela física quântica. Verificou-se que o universo das micro-partículas não obedece a uma causalidade. Talvez a causalidade só valha para as aproximações da consciência, tornando-se uma subjetividade, como pensou Hume. O princípio da causalidade contém uma indeterminação. Causa e efeito levam ao infinito, portanto, à incerteza e à dúvida. No movimento espírita, considera-se a existência de uma “lei de causa e efeito”, porém sem correspondência na literatura de Allan Kardec. Há quem evoque o próprio *Livro dos Espíritos*, porém pode-se entender que é uma interpretação do que lá está escrito, sem ser uma afirmação categórica de que existe tal lei. Veja-se, por exemplo a questão de número 4 de *O Livro dos Espíritos*:

Onde se pode encontrar a prova da existência de Deus?

Resposta: “*Num axioma que aplicais às vossas ciências. Não há efeito sem causa. Procurai a causa de tudo o que não é obra do homem e a vossa razão responderá.*”

A palavra axioma quer dizer premissa imediatamente evidente, que se admite como universalmente verdadeira, sem exigência de demonstração. Portanto é algo não comprovável. A ciência, através da física quântica, provou ser possível existirem fenômenos que não obedecem tal premissa, então não se trata de uma lei. Tais fenômenos ocorrem na intimidade do átomo.

O termo “lei de causa e efeito” é aplicado para se justificar a reencarnação, pois se vê a lógica da justiça em certas ocorrências da vida, principalmente naquilo que não tem explicação na vida atual. Porém, isso leva à consideração de que a reencarnação é um processo mecânico e punitivo. A lógica da reencarnação está mais na educação do que na justiça divina. Efeito não é exatamente igual à causa porque existe a misericórdia divina que busca processos educativos mais atenuantes. A causalidade que enxergamos é uma subjetividade da consciência. Ela se torna coerente e aparentemente real porque vemos as coisas acontecerem de acordo com uma lógica também própria e subjetiva. Pode-se entender como uma metáfora, portanto, que expressa algo maior ou essencial, sobre o qual não conhecemos profundamente.

O racionalismo deu bases ao movimento filosófico denominado Iluminismo, que se baseava na razão e em sua autonomia, no livre-pensar e na valorização do ser humano. O iluminismo se opunha à tradição, que era responsável por injustiças, erros, privilégios e incompatível com o mundo moderno e o progresso. Os iluministas eram contrários à religião revelada, pois era tradicional e apoiada em interpretações arcaicas e ultrapassadas. Muitos iluministas descambaram para o materialismo e o ateísmo, porém alguns pregavam a religião natural, conduzida pela razão. Os iluministas se empenharam em determinar a autenticidade ou a validade dos escritos bíblicos. Foram responsáveis pelas bases metodológicas da historiografia. O iluminismo não era um intelectualismo. Ao se embrenharem na razão e na experimentação, reconhecem seus limites no sentimento e nas paixões.

Iluminismo corresponde a servir-se da própria razão, exercida autônoma e soberanamente. É a razão vinculada à

experiência. A razão cartesiana é desvinculada da experiência. A razão kardequiana é vinculada à experiência, à semelhança do iluminismo. Nesse sentido Allan Kardec era iluminista ou fazia parte do movimento iluminista do século XIX. O movimento iluminista prepara a *psiquê* para o processo de auto-iluminação.

Conta-se, entre os iluministas, Isaac Newton (1642 – 1727). Ele dizia que as coisas não possuem qualidades ocultas, mas que se encontram sob leis gerais da natureza. Isso levanta a seguinte questão: existem leis distintas para a matéria e para o Espírito ou é na relação entre estes dois elementos que ela se origina? Caso consideremos Espírito e matéria distintos, então devemos entender que a realidade é constituída da existência de Deus, de Suas leis, do Espírito e da matéria. As idéias de Newton levantam a questão da existência do eu independente do tu. Essa distinção é lógica, mas pode ser apenas um produto da consciência. É também lógico que haja alguma interdependência entre um elemento e outro. É o mesmo que discutir a relação entre sujeito e objeto. São distintos ou co-dependentes? Existem as leis e Deus em separado das coisas ou elas (as leis) só existem por causa delas (as coisas)? Se existem em separado, há então quatro elementos no universo.

Em 1675, Robert Boyle (1627 – 1691) escreveu um livro, cujo título é “*Algumas considerações acerca da reconciliabilidade da razão com a religião*”, propondo retirar desta última o fanatismo e de ambas o dogmatismo, para que estejam prontas a corrigir sempre suas considerações. Como Allan Kardec propôs mais tarde, Boyle dizia que a experimentação seria determinante para tais correções. Ele antecipava Kant em sua crítica à exclusividade da razão.

No século XVIII discutia-se acerca da religião natural e da revelada. A primeira é aquela que deriva da razão ou nela fundamentada. Dela surgem o deísmo não misterioso e o cristianismo sem mistério. Tudo deveria ser inteligível e claro. O iluminismo criticava as credices, buscando explicações racionais para os

fenômenos da natureza. Embora um movimento materialista, serviu para dar à consciência luz para uma melhor compreensão de si mesma. Pode-se dizer que o iluminismo pregava o livre-pensar com o intuito indireto de tornar a mente mais flexível à compreensão da natureza. É dentro do iluminismo que se discutem idéias sobre a virtude de modo independente da religião. Um ateu poderia ter excelentes virtudes. Observa-se a tendência nítida de desligar o saber científico do domínio teológico. Para alguns iluministas ingleses, a sociedade se estrutura em cima do mal. Sem ele a sociedade sucumbiria, pois não haveria luxo nem progresso. A sociedade se organiza para atender necessidades geradas pelo mal. Isso não deixa de ser um viés, cuja fundamentação é incompleta. O inverso também pode ser dito, isto é, que a sociedade se fundamenta no bem e que sem ele não há progresso, pois é sua própria essência.

No início do século XIX, Dugald Stewart (1753 – 1828) escreve sobre a crença na existência do eu, abrindo um longo caminho para a psicologia. Ainda não se trata de uma definição precisa, pois, por enquanto, o eu é visto como sendo o próprio indivíduo, mas é o começo da percepção de sua estrutura psíquica. Mais tarde ocorrerá a percepção da existência do eu como representação da identidade da pessoa, isto é, como centro da consciência e como projeção do *si mesmo* ou *Self*, contrapondo-se ao absolutismo das teses religiosas.

Aos poucos, também, a partir do iluminismo, o ser humano vai saindo da inconsciência de si mesmo para a consciência, mas não para a espiritualidade, muito embora esta lhe fique cada vez mais próxima. A percepção de que é um Espírito ainda não estará completa, mas com certeza começou no iluminismo.

O iluminismo francês copia o inglês e introduz a preocupação com a história, buscando explicá-la a partir de leis sociais e não casuais ou divinas. Opõe-se à posição teológica.

No Século XVIII, encontramos a figura de François Voltaire (1694 – 1778), que defendia a religiosidade interior e independente

de ritos e cerimônias. Nesse aspecto, antecipa a proposta espírita de uma religião sem culto externo. Ele dizia, criticando a Igreja, em seu famoso “Dicionário Filosófico”: “*A inquisição é, como se sabe, uma invenção admirável e absolutamente cristã, destinada a tornar o papa e os monges mais poderosos e a tornar todo um reino hipócrita.*” Ele reafirma Bacon, Locke e Newton. Propunha que o ser humano se ligue à sua condição humana no mundo, reconhecendo-o e amando-o. Para ele, Deus é o autor do mundo e afirma que não se pode atribuir os mesmos critérios de perfeição a Ele e ao homem. Não acreditava que a matéria se tenha feito a si mesma. Deus é o autor do mundo, mas não intervém nele. Sobre o acaso, negava sua existência e dizia que é uma “*palavra inventada para exprimir o efeito conhecido de toda causa desconhecida*”. Sua idéia sobre o acaso está de acordo com o pensamento espírita, retirado do iluminismo francês. Na história, ele destaca as tentativas da razão humana para libertar-se dos preconceitos e ser o guia da vida social. A história é o esclarecimento progressivo que o ser humano faz de si mesmo.

Voltaire trouxe importantes idéias no campo do livre pensar, que incentivaram a libertação das consciências do jugo religioso dogmático. Tal conquista proporciona uma *psiquê* mais próxima de uma prática religiosa, sem dogmas e sem condicionamentos externos, preparando-a para a religião do culto interno e para a investigação íntima como meio de se conectar com Deus.

As idéias de Voltaire a respeito da história nos mostram que ela tem sido vista como um conjunto cronológico de fatos resultantes da ação deliberada dos seres humanos e de seus interesses particulares ou corporativos. Porém, ela também deve ser contada à luz do tempo do espírito, ou do não-tempo e, segundo uma psicologia arquetípica, vista como consequência do desejo íntimo de se autoperceber e explicar-se. É preciso enxergar que é o Espírito o senhor da história, em seu processo de autodeterminação.

Contemporâneos de Voltaire, encontramos no movimento que vai culminar na revolução francesa as figuras de: Antoine de

Condorcet (1743 – 1794), que afirmava que a marcha do espírito humano o conduzirá inevitavelmente à máxima felicidade possível; Denis Diderot (1713 – 1784), que dizia que a razão é a reflexão sobre os conhecimentos e que também cunhou o termo “Inteligência Suprema”, referindo-se a Deus; Étienne de Condillac (1715 – 1780), que afirmava que tudo deriva da experiência sensível e que a sensação é o princípio de todo conhecimento humano; e Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778), que via a natureza humana como instinto, sentimento, impulso e espontaneidade, e que a razão, por si só, não impediria os transvios humanos. No Livro IV de seu “*Contrato Social*”, Rousseau se opunha à idéia da crença na Igreja como salvação do ser humano. No capítulo VIII, do referido livro, ele escreve, antecipando a idéia que Allan Kardec também irá criticar em “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, mais tarde: “*Atualmente [1757], quando não existe mais e não pode existir qualquer religião nacional, devem-se tolerar todas aquelas que toleram as demais, contanto que seus dogmas em nada contrariem os deveres do cidadão. Mas, quem quer que diga: – **Fora da Igreja não há salvação** – deve ser excluído do Estado a menos que o Estado seja a Igreja, e o príncipe, o pontífice. Tal dogma só serve a um governo teocrático; em qualquer outro é pernicioso.*”

Eles representam o iluminismo francês, que não era materialista, pois a idéia da existência de Deus não era descartada. Buscava-se o estudo da natureza sem a interferência teológica. Suas idéias estavam perfeitamente identificadas com a liberdade e a fraternidade humanas. Tais idéias foram precursoras do espiritismo, que se enquadra também como um movimento iluminista.

O materialismo e o iluminismo francês do século XVIII, através de Julien Offray (1709 – 1751), propunha²⁹: “*A natureza*

²⁹ *História da Filosofia*, Nicola Abbagnano, Vol.VII, Parágrafo 494, 3ª Edição, Editorial Presença, Lisboa.

criou-nos a todos unicamente para sermos felizes: todos, desde o verme que se arrasta à águia que se perde nas nuvens. Por conseguinte, ela deu a todos os animais uma parte da lei natural, parte mais ou menos requintada, conforme se comportam os órgãos bem condicionados de cada animal.” Segundo Abbagnano: “A lei natural é um sentimento ou um instinto que nos ensina o que não devemos fazer mediante o que não queríamos que nos fizessem; ela não supõe nem a educação, nem a revelação, nem legisladores.”

A idéia da felicidade como meta final do ser humano é defendida pelo iluminismo, isto é, a perfeição não é concebida senão como um estado de real felicidade. Isso implica numa certa esperança ao ser humano e numa distinção entre a perfeição religiosa abstrata, impositiva de deveres e culpas, e a felicidade possível junto à natureza.

Os chamados moralistas do iluminismo francês reconheceram que a razão não é a única realidade psíquica existente. Para eles, a razão é uma ordem para a qual, intrinsecamente, a vida tende. Eles concebiam o sentimento como algo espiritual, fora dos limites da razão, cabendo a esta direcioná-lo. Para eles, a paixão pode dominar as atitudes de um homem. É a paixão (emoções) que move o ser humano. A razão era, para o iluminismo, a verdadeira natureza do ser humano e a ordem normativa da vida. Também para Jung a paixão, entendida como um *complexo*, é que move o ser humano. Ele afirmava que “*O apaixonado é possuído pelo seu complexo: todo seu interesse volta-se para o complexo e as coisas que lhe dizem respeito.*”³⁰

É durante o iluminismo que os temas de cunho emocional são tratados de forma mais direta, o que parecerá um certo romantismo. No iluminismo também se pode observar uma tendência da Filosofia em se debruçar no estudo da política, do Estado, do Direito, da cidadania e das relações comerciais e internacionais.

³⁰ OC Vol. III, par. 102.

Um dos ganhos do Iluminismo, herdado do racionalismo, foi a afirmação da consciência que o ser humano passou a ter de si e da existência dos objetos externos. Observa-se que, com o iluminismo, o Espírito vai gradativamente tomando consciência de si no próprio corpo. A história do pensamento ou do Espírito, ou do ser humano, caminha na mesma direção da decifração do símbolo, isto é, da consciência das coisas e dos processos da vida como eles são em sua essência. A fé se alimenta do símbolo, para, em seguida, decifrá-lo. O iluminismo, de alguma forma, contribui para a exclusão da fé, decifrando o símbolo de acordo com seus conceitos empiristas e racionalistas. A humanidade caminha do mito ao rito, da racionalidade descritiva do mundo para a consciência espiritual, até alcançar o *si mesmo*.

A oposição que se queira perceber entre o espiritualismo e o iluminismo, como uma das bases teóricas do materialismo, que fixa a mente na matéria, é compreensível do ponto de vista teórico. Não há espiritualidade diretamente observável nas idéias iluministas. Porém, é preciso entender que não se trata de estabelecer contendas ideológicas, mas de perceber que esse é um movimento necessário ao próprio Espírito. Sem que se compreenda adequadamente as leis materiais, o que só se consegue no contato íntimo com a matéria, não se alcançam os paradigmas das leis de Deus.

Uma das figuras mais importantes da filosofia, depois de Sócrates foi Immanuel Kant (1724 – 1804), cujo sistema filosófico norteou a grande maioria das teorias modernas. Ele queria aplicar à Filosofia os mesmos métodos da matemática. Era radical em relação ao que fosse subjetivo, sem sustentação objetiva. Criticou as visões de Emanuel Swedenborg (1688 – 1772), que lançou, em 1771, “*A Verdadeira Religião Cristã*”. Kant não aceitava a realidade espiritual. Kant apresentou a distinção entre *fenômeno* e *númeno*, isto é, entre aparência e essência. Discorre sobre o espaço e o tempo como conhecimentos *a priori*. Ele propõe uma autocrítica da razão para desvesti-la de qualquer influência externa que não tenha vindo da experiência. Para ele, o fenômeno é o

objeto do conhecimento. São formas *a priori* do conhecimento: o conhecimento sensível (espaço e tempo – intuições puras) e o conhecimento intelectual (conceitos puros, categorias). Para Kant “pensar é julgar”. Ele estabeleceu quatro categorias de juízos: quantidade (particular, singular e universal); qualidade (afirmativa, negativa e infinito); relação (categórico, hipotético e disjuntivo); e modalidade (problemático, assertórico e apodítico). Considerou também a existência de doze categorias em relação aos juízos: multiplicidade, unidade, totalidade, realidade, negação, limitação, sustentabilidade e inerência, causalidade e dependência, comunidade ou reciprocidade da ação, possibilidade e impossibilidade, existência e não existência e, por fim, necessidade e causalidade. Com tais juízos e categorias, Kant penetrou no “como funciona” a mente humana, com as “regras necessárias do entendimento”. Aqui, mente é entendida como o pensar humano. Aos poucos se chegaria à mente enquanto aparelho psíquico.

Kant teorizou sobre o “eu penso” dizendo ser apenas possível determinar a existência como fenômeno. Para ele o “eu penso” não é uma autoconsciência criadora. Kant condiciona o eu (*ego*) à sua relação com as coisas exteriores. O “eu penso” como autoconsciência vai surgir a partir de Fichte (pós-Kant). Para Kant o “eu existo” não prescinde de uma relação com algo fora dele. A característica essencial do ser pensante é a “relação com o exterior”. Ela depende da sensibilidade. A organização dos fenômenos (natureza) é dada pelas categorias modeladoras da natureza. A inseparabilidade entre sujeito e a sua relação com objeto é clara em Kant. Sujeito é sua relação com o objeto. Para ele, a lógica, sem a ajuda da experiência, não pode produzir conhecimento. Ele considera que Deus está além de toda experiência possível. Para ele, o ser humano é sensibilidade e razão. A escolha em seguir seus impulsos sensíveis ou em guiar-se pela racionalidade é que se chama liberdade, o que o torna um ser moral. A lei moral é agir com a máxima vontade, considerando-a um princípio universal, portanto, válido para todos. Para Kant

somos *a priori* conscientes dessa lei. Considerava a santidade humana uma presunção ou fanatismo moral, pois só é possível a Deus. Para a conquista da felicidade ele propunha o aperfeiçoamento moral. Para Kant, o valor moral das ações está em fazê-las pelo dever e não pelo temor a Deus. Ele, como Pascal, fala de um Deus que se esconde. Talvez para que seja visto em si mesmo.

Na seção terceira do Cânone da Razão Pura, em seu livro “*Crítica da Razão Pura*”, discorrendo sobre o opinar, o saber e o crer, ele diz, em uma nota: “*A mente humana toma um interesse natural pela moralidade (como creio que aconteça com todo ente racional), conquanto tal interesse não seja indiviso e praticamente preponderante. Se fortaleceis e aumentais esse interesse, considerareis a razão muito dócil, e mesmo mais ilustrada, para reunir com interesse prático também o especulativo. Mas, se não cuidais de antes formar, pelo menos moderadamente, homens bons, não chegareis jamais a fazer deles homens sinceramente crentes.*”

Kant não propõe “eu existo”, mas “eu quero”. Diz ele, segundo Abbagnano³¹: “*o homem justo pode dizer: eu quero que haja um Deus; que a minha existência neste mundo, mesmo para lá da conexão natural, seja também uma existência num mundo puro do entendimento e, enfim, que a minha duração não tenha fim; eu insisto nisto e não deixo roubarem-me esta fé, sendo este o único caso em que o meu interesse, já que nada posso descurar, determina inevitavelmente o meu juízo, sem ligar a sofismas, mesmo que não seja capaz de os desfazer ou de lhes contrapor outros mais especiosos*”.

Para Kant, o único direito nato é a liberdade. Pregava o direito cosmopolita fundado na constituição de uma associação pacífica de todos os povos da terra. Ele tinha um projeto chamado “Para a paz perpétua”. Era contrário à guerra. Para ele o plano

³¹ *História da Filosofia*, Vol.VIII, Parágrafo 526, 3ª Edição, Editorial Presença, Lisboa.

natural da história humana é a realização de uma sociedade política universal que tenha uma única legislação fundamentada na liberdade recíproca. Kant pregava a fé racional. Criticava os cultos como forma de agradar a Deus, colocando a conduta moral como condição de elevação.

Com Kant, a razão é simultaneamente exaltada como única capaz de entender, conceber e explicar o mundo, porém é limitada por não poder ir além dos condicionamentos auto-impostos. É uma espécie de lanterna que só clareia para onde seu foco é dirigido. Ele a apresenta claramente como algo radicalmente contrário à fé ou como outra forma de apreensão do conhecimento.

Kant levou a razão às últimas conseqüências, desejando depurá-la de tudo que a tivesse contaminado pelo pensar humano. Kant traz em sua obra as regras do pensar e da razão, visando estabelecer uma forma inequívoca de se adquirir conhecimento. Tempo e espaço são condições *puras* do pensar. O produto do pensar ocorre a partir de regras do pensar (categorias). Propôs, então, como conhecimentos *a priori* o espaço e o tempo. Tal proposição vem ao encontro da afirmação presente em *O Livro dos Espíritos*, de Allan Kardec, na questão 115, a seguir:

Dos Espíritos, uns terão sido criados bons e outros maus?

Resposta: *“Deus criou todos os Espíritos simples e ignorantes, isto é, sem saber. A cada um deu determinada missão, com o fim de esclarecê-los e de os fazer chegar progressivamente à perfeição, pelo conhecimento da verdade, para aproximá-los de si. Nesta perfeição é que eles encontram a pura e eterna felicidade. Passando pelas provas que Deus lhes impõe é que os Espíritos adquirem aquele conhecimento. Uns aceitam submissos essas provas e chegam mais depressa à meta que lhes foi assinada. Outros só a suportam murmurando e, pela falta em que desse modo incorrem, permanecem afastados da perfeição e da prometida felicidade.”*

A afirmação de que Deus criou os espíritos simples e ignorantes não exclui o entendimento de que ele próprio tinha como

retirar sua ignorância. O Espírito, para apreender as leis de Deus e deixar de ser simples e ignorante, foi criado com algum implemento para a consecução desse propósito. As categorias kantianas, como regras do pensar, assemelham-se a estruturas capazes de dar ao Espírito aquela capacidade. O Espírito é inserido no tempo e o no espaço, condição *a priori* para aprender, com algum tipo de dispositivo para apreender as leis de Deus. Kant intuiu essa possibilidade ao colocar o espaço e o tempo como condições *a priori*. Ao propor as categorias para o ordenamento da natureza, Kant se aproxima do conceito de arquétipo junguiano. Os arquétipos são estruturas psíquicas que se encontram no inconsciente coletivo e que levam o ser humano a tendências comuns. São balizadores do pensar humano e tornam os seres humanos iguais.

Ao estabelecer que pensar é julgar, talvez quisesse dizer que é impossível não entender o pensamento como um ato de comparação ou escolha. O pensamento, por ser uma representação de algo que se passa no Espírito, é uma linguagem escolhida para comunicar algo. Se for escolha, então existe outra forma de fazê-lo, tratando-se de um julgamento ou juízo.

Ao condicionar a existência do eu às coisas externas, ele estaria tomando consciência de que esse eu não é o Espírito, mas uma representação do mesmo. Novamente tal conceito não tardará a penetrar na *psiquê* como uma estrutura funcional a serviço do Espírito. Aos poucos a razão, o “eu penso”, a lógica, vão abrindo caminho para o conceito de *ego* como estrutura psíquica. A questão do conhecimento é algo bem complexo. Mesmo se considerada a existência do Espírito, o conhecimento é algo que transcende sujeito e objeto. O que se sabe das coisas, não é sua essência, porém o conhecimento a respeito delas só é possível por sua causa. Por outro lado, o sujeito contribui para a produção do que se torna conhecido. Sujeito e objeto são complementares e imprescindíveis um ao outro.

Ao afirmar que somos, *a priori*, conscientes da lei moral, Kant intui o conceito de *Self* em Jung. Tal conceito também se

aproxima da idéia de que as leis de Deus estão inscritas na consciência.

Ao considerar a santidade humana uma presunção, Kant, veladamente, critica aqueles que se comportam como santos ou assim parecem ser, esquecidos de sua natureza instintiva que, submetida à educação, pode e deve ser vivida de forma espontânea.

Interessante seu conceito sobre a oração, estabelecendo seu valor pela liberdade de fazê-la e não pelo dever. A oração deve se constituir em algo que permite uma conexão com Deus e não apenas uma comunicação petitória ou louvatória.

Ao propor a troca do “eu penso” pelo “eu quero”, Kant afirma o primado da vontade e da autodeterminação, em lugar de uma submissão inseqüente ao próprio Deus. Isso não é proposto como um ato de rebeldia, mas como uma questão de maturidade concedida pelo próprio Deus. A humanidade caminha para a compreensão da idéia de Deus, de uma forma diferente de como Ele é descrito.

Sua proposta de criação de uma sociedade pacífica demonstra a nobreza e a elevação de sua alma. Contrário à guerra, sabia dos prejuízos que ela trazia à sociedade. Pode-se incluir Kant como um dos precursores da idéia de um organismo internacional que unisse as nações.

Ao pregar a fé raciocinada, ele novamente é um dos precursores das idéias de Allan Kardec. Isto demonstra, mais uma vez, que o conhecimento espírita vem de várias épocas da história do pensamento universal, tornando-se um sincretismo filosófico, religioso e científico.

A divisão da razão em pura e em prática, por Kant, representa mais uma tentativa racional em se chegar ao supra-racional. A razão pura é algo além da consciência, inalcançável pelo *ego* e que vai além de suas possibilidades. Kant, gradativamente, se aproxima do inconsciente e do *Self*.

Após ler sobre Kant, chego a pensar que o ser humano, enquanto Espírito imortal, encontra-se, de certa forma, numa

escuridão. Tudo indica que o ser em si (ou mesmo o *ego*) não consegue olhar, ou é impedido de, para o interior de si mesmo. Só consegue olhar ou perceber aquilo no qual ele projeta sua própria luz. Ver a si mesmo é uma propriedade que lhe falta, tal qual uma lâmpada que, mesmo iluminando o seu entorno, não clareia a base que a constitui.

O Renascimento, a Reforma Protestante, o Iluminismo e o Criticismo libertaram a Razão do dogmatismo. A *psiquê*, após esses conhecimentos, pôde apresentar ao Espírito funções inadmissíveis anteriormente. Como se trata de um órgão flexível, tal libertação provocou uma distensão ao pólo oposto, o espiritualismo. Liberta dos preconceitos dogmáticos e ainda sob o signo da descrença, é hora de colocar na consciência as idéias espíritas. É preciso divulgar o espiritismo, porém é necessário vivenciá-lo de forma pragmática, a fim de atingir em cheio as consciências.

Os críticos de Kant começam a discutir a questão da linguagem, enquanto expressão da razão e da sensibilidade. As limitações da linguagem impediriam a livre e total manifestação da razão. Dentre estes críticos, cito alguns que trouxeram outras contribuições. Johann Herder (1744 – 1803) concebia o cristianismo como religião da humanidade. Para ele, a história humana não faz mais do que seguir a própria lei do desenvolvimento da natureza, proveniente desde o mundo inorgânico e orgânico até ao homem, para conduzir finalmente o homem à sua verdadeira essência. Natureza e história atuam ambas no sentido de *educar* o homem para a humanidade. E essa educação é fruto não da razão, mas da religião, que está ligada à história humana desde os primórdios e revela ao homem o que há de divino na natureza.

Sua crítica à razão, logicamente, vem afirmar o cristianismo e, por isso, consegue corar nos meios religiosos, os quais repelem a razão kantiana. Tal crítica à razão kantiana é também parte do movimento da *psiquê* na direção do espiritualismo. A razão kantiana é um chamado à consciência e sua crítica é uma volta ao inconsciente.

Friedrich Jacobi (1743 – 1819) também questionava a supremacia da razão. Para ele o homem possui a razão, e não o inverso. Segundo ele, a razão é um instrumento e não a própria existência humana.

Johann von Schiller (1759 – 1805) pregava a harmonia entre a razão e o instinto. Ressaltava a importância de não se desprezar o instinto. Para ele a liberdade surge do equilíbrio entre os dois. Johann Goethe (1749 – 1832) compartilha das mesmas idéias de Schiller, afirmando a harmonia entre instinto e razão.

A harmonia entre instinto e razão será também considerada por Jung, em sua proposta de conciliação dos opostos. Essa me parece a tendência do pensamento humano, em face do desafio de sua própria evolução. Desprezar um em detrimento do outro é um equívoco capaz de provocar conseqüências danosas à *psiquê*, em que se paga um preço muito alto. Talvez esse tenha sido um dos grandes equívocos das propostas religiosas da humanidade. Pregar espiritualidade desprezando a natureza instintiva do ser humano é um contra-senso. O Espírito, em sua trajetória evolutiva, inicia no contato com a matéria, portanto desenvolvendo sua vida instintiva. Ela necessitará, então, ser educada e não desprezada.

Um dos filósofos que mais entendeu a natureza do eu muito antes da psicologia foi Johann Fichte (1762 – 1814) que afirmava a infinitude do eu. Para ele, o absoluto é Deus e o eu é a autoconsciência ou o saber tornado imagens, cópias ou manifestações do mesmo. Para ele, a consciência sempre se auto-referencia. O não-eu existe no eu. Tudo que difere do eu é não-eu. O eu contém o não-eu, o qual o destrói parcialmente. Em seu livro “*A Doutrina da ciência*” de 1794, afirma: “*A fonte de toda realidade é o eu, pois é ele o imediato e o pura e simplesmente posto. Só pelo eu e com o eu está dado o conceito de realidade.*” Ele esboça algumas idéias sobre o homem voltado para o externo, prisioneiro dos objetos, e, voltado para o interno, autoconsciente. Fichte descobriu-se como vontade, impelido para os objetos por tendências. Tais tendências, enquanto independentes da livre

vontade, são “natureza”, isto é, instinto. Nessa análise, Fichte percebe o eu como um corpo articulado capaz de ser movido e utilizado como instrumento da vontade.

Assemelha-se à extroversão e à introversão proposta por Jung em relação ao uso da energia psíquica. Para Jung, extroversão *“É um voltar-se para fora da libido. Com este conceito desigmo uma relação manifesta do sujeito para com o objeto no sentido de um movimento positivo do interesse subjetivo pelo objeto. Todo aquele que se encontra num estado extrovertido pensa, sente e age em relação ao objeto, e isto de maneira direta e externamente perceptível, de modo a não pairar dúvida sobre sua atitude positiva para com o objeto. Por isso a extroversão é de certa forma uma transferência de interesse do sujeito para o objeto. Se a extroversão for intelectual, o sujeito pensa no objeto; se for sentimental, ele sente no objeto. No estado de extroversão há uma forte, ainda que não exclusiva, determinação pelo objeto. Fala-se de extroversão ativa quando ela é querida intencionalmente, e de extroversão passiva quando é forçada pelo objeto, isto é, quando o objeto atrai por própria conta o interesse do sujeito, eventualmente contra a vontade deste.”*³²

Sobre a introversão ele diz *“Chamo introversão o voltar-se para dentro da libido. Expressa isso uma relação negativa entre sujeito e objeto. O interesse não se dirige para o objeto, mas dele se retrai e vai para o sujeito. Quem possui uma atitude introvertida pensa, sente e age de modo a deixar transparecer claramente que o motivador é o sujeito, enquanto o objeto recebe valor apenas secundário. A introversão pode ter um caráter mais intelectual ou mais sentimental; pode ser ainda caracterizada pela intuição ou pela sensação. A introversão é ativa quando o sujeito quer um isolamento em relação ao objeto, e passiva quando o sujeito não consegue reintegrar*

³² OC Vol. VI, par. 797.

*no objeto a libido que dele reflui. Se a atitude introvertida é habitual, podemos falar de tipo introvertido.*³³

Introversão é voltar-se para dentro de si mesmo, valorizando seus conteúdos internos, movendo-se a partir de motivações inconscientes. Sua característica básica é a mobilização da energia psíquica para os objetos internos. Extroversão é voltar-se para fora de si mesmo, atendendo os apelos do mundo, mobilizando sua energia psíquica para objetos externos.

Muito provavelmente Jung aproveitou os conceitos de Fichte para conceber ambos os conceitos. Como também a respeito da realização do destino pelo ser humano. Fichte afirmava que o princípio da doutrina moral exprime-se no seguinte: “Cumpro de qualquer modo o teu destino”. Para ele, é preciso realizar a autodeterminação. Para Jung “*Nosso destino é, via de regra, o resultado de nossas tendências psicológicas.*”³⁴ Em outro texto, Jung escreveu que “*Afinal, cada vida é a realização de uma totalidade, isto é, de um “Si-mesmo”, motivo pelo qual esta realização também pode ser chamada de individuação. Pois toda vida está ligada a portadores e realizadores individuais e é inconcebível sem eles. Cada um destes portadores recebe um destino e uma especificidade individuais e a vida só encontra o seu sentido quando eles se cumprem. Na verdade, o “sentido” poderia muitas vezes ser chamado de “sem-sentido”, mas entre o mistério do ser e a razão humana há um abismo incomensurável. “Sentido” e “sem-sentido” são interpretações antropomórficas cujo significado é dar-nos uma orientação suficientemente válida.*”³⁵

Fichte via o eu como tendências e como consciência das tendências (Eu como função e eu como identidade). Ele identificava características distintas no eu, ou funções diversas. Consciente

³³ OC Vol. VI, par. 864.

³⁴ OC Vol. IV, par. 309.

³⁵ OC Vol. XII, par. 330.

dessa multiplicidade de funções, Jung, mais tarde, irá considerar o eu como um *complexo*, centro da consciência.

As idéias de Fichte, tanto quanto as de Jung e de outros, no que diz respeito ao eu e à consciência, nos levam a perceber que a humanidade, portanto o Espírito, caminha na direção da autoconsciência, do conhecimento das leis de funcionamento do universo, e da autodeterminação.

Em Friedrich Schelling (1775 – 1854) observa-se uma maior penetração na idéia do inconsciente. Ele considerava que tudo se passava no eu, no espírito, e que este via o mundo a partir de sua representação, portanto uma autoprodução. Essa autoprodução do mundo era inconsciente. A atividade produtiva do espírito não é o conhecimento, pois é inconsciente, portanto, vontade. A vontade independe do conhecimento. O conhecimento depende da vontade. Para ele, a vontade é o princípio espiritual inconsciente de toda a produção e, por conseguinte, o fundamento da natureza e em geral, de todas as manifestações do espírito. Para ele existe atividade inconsciente.

Afirmava que a única atividade *a priori* é não consciente. Considerava que o que é inconsciente é involuntário. Para ele, Deus é o Absoluto, é o poeta e Criador da história, portanto da evolução. Para ele, a mitologia grega, com seus símbolos, encerra criações inconscientes. Jung também vai considerar a mitologia sob o mesmo paradigma. Ele dizia que “*Não devemos supor que mito e mistério tenham sido inventados conscientemente para uma finalidade qualquer, mas ao que parece representariam uma confissão involuntária de uma condição prévia psíquica, porém inconsciente.*”³⁶

Aos poucos a *psiquê* vai se aproximando do inconsciente, permitindo ao Espírito auto-conhecer-se. Os conceitos a respeito do inconsciente, a partir de Schelling, abrem caminho para uma melhor compreensão a respeito do Espírito, enquanto entidade

³⁶ OC Vol. IX/1, par. 316.

desencarnada, como também, e principalmente, da fenomenologia mediúnic. A distinção inicia-se aí.

Em fins do século XVIII, desponta um dos maiores filósofos da Alemanha, que traria importantes contribuições a respeito da discussão sobre a natureza do inconsciente e do eu. Esse filósofo é Georg Hegel (1770 – 1831). Ele afirmava que “*aquilo que é racional é real; e aquilo que é real é racional*”. Ele se forma com um pragmatismo intenso quando se trata da razão, pois ironizava o “dever ser”. Afirmava ainda que o “dever ser” não é, portanto, não existe. A realidade é o ser e é o que é racional.

Em seu famoso livro “*A Fenomenologia do Espírito*” ele afirma categoricamente “*Somente o espiritual é o efetivamente real.*” A filosofia de Hegel é a conciliação da razão consigo própria. Para ele, a razão é autoconsciência e a dialética, síntese dos opostos, é a lei do mundo e da razão que o domina. Hegel propunha a religião do povo baseada no amor. Via a doutrina do Cristo como a base para tal, desde que não descambasse para a fé eclesiástica exterior. Ele dizia que as exigências políticas conduziram o cristianismo ao cerimonialismo.

Novamente vamos encontrar um filósofo criticando a religião formal por ter suprimido os valores do Espírito. Hegel não fica isento de estabelecer sua crítica. Mesmo cristão e considerando o amor como a base da religião, condena o culto externo.

Para ele, vida é o ideal que se manifestou e atuou na realidade, a unidade que se realizou no múltiplo. Essa afirmação vem a propósito do conceito de individuação que Jung estabeleceu. Tal conceito vem a ser um contraponto ao de perfeição. Individuar-se é realizar-se no coletivo, sem abdicar de viver a vida como ela é, realizando seu próprio destino. Jung descrevia a individuação como um processo, que levaria o ser humano ao *si mesmo*, isto é, à sua mais íntima essência. Ele dizia que “*O processo de individuação tem dois aspectos fundamentais: por um lado, é um processo interior e subjetivo de integração, por outro, é um processo objetivo de relação com o outro, tão indispensável quanto o primeiro. Um*

não pode existir sem o outro, muito embora seja ora um, ora o outro desses aspectos que prevaleça. Há dois perigos típicos inerentes a esse duplo aspecto: um, é que o sujeito se sirva das possibilidades de desenvolvimento espiritual oferecidas pelo confronto com o inconsciente, para esquivar-se de certos compromissos humanos mais profundos e afetar uma “espiritualidade” que não resiste à crítica moral; o outro, consiste na preponderância excessiva das tendências atávicas, rebaixando a relação a um nível primitivo.”³⁷

Pode-se perceber que Jung valorizava a relação interpessoal, considerando fundamental a realização da individuação pela convivência social. A espiritualidade que Jung critica é aquela vivida exclusivamente no isolamento, fora do convívio social.

Em outro trecho ele completava dizendo que *“A individuação retira a pessoa da conformidade pessoal e, com isso, da coletividade. Esta é a culpa que o individualizado deixa para o mundo e que precisa tentar resgatar. Em lugar de si mesmo precisa pagar um resgate, isto é, precisa apresentar valores que sejam um equivalente de sua ausência na esfera coletiva e pessoal. Sem esta produção de valores, a individuação definitiva é imoral e, mais do que isso, é suicida. Quem não souber produzir valores deveria sacrificar-se conscientemente ao espírito da conformidade coletiva. Para isso, faculta-se-lhe a possibilidade de escolher a coletividade à qual se quer sacrificar. Só na medida em que alguém produz valores objetivos pode ele individualizar-se. Todo passo para a individuação gera nova culpa que precisa de nova expiação. Por isso a individuação só é possível enquanto são produzidos valores substitutos. A individuação é exclusivamente adaptação ao mundo externo. Ela deve ser oferecida ao meio ambiente, com o pedido de que a aceite.”³⁸*

³⁷ OC Vol. XVI, par 448.

³⁸ OC Vol. XVIII/2, par 1095.

Jung coloca como necessária uma devolução, pelo individuado, de propostas de desenvolvimento individual e coletivo àqueles que se encontram em sociedade, isto é, deve contribuir para a evolução da coletividade da qual se ausentou.

Em seu livro “*A Fenomenologia do Espírito*”, Hegel traz sua interpretação do desenvolvimento da consciência. Nele, o estoicismo é a libertação do vínculo com a natureza. O ceticismo é a negação da realidade da natureza. A Devoção é a subordinação da consciência individual à divina. O Ascetismo é o reconhecimento da infelicidade e da miséria da carne. O Sujeito Absoluto é a autoconsciência que se torna razão. O Naturalismo, o Renascimento e o Empirismo representam o procurar inquieto, e a Psicologia é o encontro do sujeito com o objeto. Ele dizia que a razão procura a si própria e que a ética é o fim do processo. Essa ética deve ser vivida coletivamente, em consonância com o Estado, no qual a individualidade desaparece.

Vê-se que a visão de Hegel é evolutiva em relação ao Espírito (para ele significa consciência racional). Para Hegel a alma é o espírito subjetivo, que é dotado de sentimento, de linguagem, de expressão corpórea, de consciência de si (eu ou autoconsciência), de intuição, de conhecimento, de pensamento e de liberdade. Ele coloca, portanto, todos os atributos no Espírito, porém, alguns deles estão no perispírito, cujo conceito não existia à sua época.

Hegel considerava a religião como sendo a consciência humana dirigida a Deus. Ele apresentava as provas da existência de Deus nos seguintes termos: 1. Prova cosmológica: consciência da existência finita diante do infinito. Trata-se da constatação da grandiosidade do universo, comparada à finitude da vida física; 2. Prova teológica: consciência do corpo orgânico em meio ao inorgânico. Percepção da inserção do ser no mundo material, em busca do divino; e 3. Prova ontológica: consciência da perfeição de Deus. O ser finito concebe um ser infinito e perfeito. Para Hegel, o desenvolvimento da religião é o desenvolvimento da idéia

de Deus na consciência humana. Ele descreve os estágios desse desenvolvimento: 1. Idéia de Deus como poder – Religião natural (cita as religiões orientais: chinesa, indiana e budista); 2. Idéia de Deus como passagem da substancialidade à individualidade espiritual (cita as religiões persa, síria e egípcia); 3. Idéia de Deus como individualidade espiritual (cita as religiões judaica, grega e romana); e 4. Idéia de Deus como espírito absoluto, e que constitui a religião absoluta, a cristã.

Hegel percebe a evolução da idéia de Deus nas religiões, colocando a cristã como ápice dela. Realmente isso só poderia ser afirmado por um cristão. Talvez o judeu ou o mulçumano, por exemplo, não veja assim. De sua análise, pode-se entender que tal desenvolvimento se processa na *psiquê*, que necessitará da manifestação externa do sagrado (culto ou rito), de acordo com a cultura, para a percepção do Espírito, no que diz respeito à percepção de Deus em si mesmo. As religiões são formas de representação do sagrado na *psiquê* e conseqüentemente, no Espírito.

Hegel supervaloriza o papel do Estado em detrimento do indivíduo. Para ele, o indivíduo só se realiza no Estado. E só no Estado que podem existir a arte, a religião e a filosofia. São três os grandes momentos de sucessão de formas estatais: o mundo oriental, o mundo greco-romano e o mundo germânico, que correspondem a diferentes momentos de realização da liberdade do espírito no mundo. Novamente Hegel vai utilizar a história para justificar suas idéias. Essa visão ampla torna sua filosofia mais robusta e madura, portanto com maior credibilidade. Jung, tanto quanto Allan Kardec, também vai se referir à história para justificar suas idéias e teorias.

A supervalorização do estado em detrimento do indivíduo, atendendo a um anseio coletivo de organização social, é uma “faca de dois gumes”, pois tal fortalecimento do coletivo sobre o individual, sem o necessário equilíbrio, provocará a inferiorização do humano. Um estado muito forte sufoca o indivíduo. Isso pode

ser notado nas idéias da mesma Alemanha que fez a Segunda Guerra Mundial. Deve haver um equilíbrio, entre a liberdade do indivíduo e o poder do Estado, sem o qual a vida não se realiza.

As idéias de Hegel provocaram reações diversas, dentre elas a de Artur Schopenhauer (1788 – 1861), que o critica, chamando sua filosofia de “universitária”, farisaica e vazia. Achava-a uma palhaçada filosófica. Manifestava-se contra a sua divinização do Estado. Para Schopenhauer a vontade liga o fenômeno ao *númeno* e a realidade é a vontade irracional. Em 1819 ele lança seu famoso livro “*O Mundo como Vontade e Representação*”, no qual afirmava, discorrendo sobre a arte: “*Se o mundo todo, como representação, é apenas a visibilidade da vontade, a arte é o esclarecimento dessa visibilidade, a Câmara obscura, a mostrar os objetos com mais pureza, e permitir uma melhor visão de conjunto e combinação dos mesmos, o teatro no teatro, o palco sobre o palco no Hamlet.*” Ele também dizia: “*o mundo é a minha representação*”, isto é, representação da vontade. Schopenhauer estabelece o caráter projetivo da *psiquê*. Para ele, não pode existir sujeito sem objeto, nem este sem aquele. Ele se opõe ao materialismo, porque este nega o sujeito, reduzindo-o a matéria. Considerava a vida um grande sonho. Sobre o intelecto, dizia que é essencialmente intuição, e que a razão é discursiva. O fundamento do saber, mediante conceitos, é baseado na própria intuição intelectual. Em complementação a Kant, dizia que, além do espaço e do tempo, a causalidade é também uma forma *a priori* de representação. Considerava que o mundo não é só representação, senão seria um sonho inexistente. O Homem, como sujeito, está fora da representação, porém, como corpo, está integrado no mundo e submetido à sua causalidade.

Para ele, a vontade é a coisa em si, isto é, a realidade interna, cuja representação é o fenômeno ou aparência. A vontade identifica-se com as forças que atuam na natureza; forças que assumem aspectos e nomes diversos (gravidade, magnetismo,

eletricidade, estímulo, motivo, etc) nas suas manifestações fenomênicas, mas que, em si, são uma única e idêntica força, a vontade de viver.

Jung colocava que a vontade em Schopenhauer é desprovida de eu, isto é, tratava-se de algo inconsciente, portanto sem o controle da consciência. De fato, Schopenhauer penetra no inconsciente e em seus conteúdos, porém ainda não visualizava a estrutura do inconsciente, algo que mais tarde seria feito por Eduard von Hartmann (1842 – 1906) e Carl Gustav Carus (1789 – 1869).

Para Schopenhauer, os seres são graus de objetivação da vontade. O grau mais baixo são as forças da natureza. Nos graus superiores se encontram as plantas, os animais até ao homem, nos quais se inicia e manifesta-se a individualidade concreta e verdadeira. Nos graus ínfimos, a vontade surge como um impulso cego, uma surda agitação. Nos homens torna-se razão sujeita à vontade. Como se vê, a palavra vontade é utilizada para o conceito de desejo e de instinto simultaneamente.

Segundo ele, a libertação vem através da arte e da ascese, sendo fundamental libertar-se da vontade (talvez essa idéia venha do Budismo, que prega a libertação do desejo). Schopenhauer conhecia as crenças orientais e, provavelmente, se cansara das religiões ocidentais.

Para ele, a vida é dor e a vontade de vida é o principio da dor. A todo tempo o ser humano tenta se afastar da dor, mas em vão por causa da morte. O prazer é a cessação da dor, portanto é negativo e transitório. Quando não há dor, há o tédio. Para ele, este é o pior dos medos possíveis. O contrário do tédio é o otimismo, que é um auto-elogio do Criador. Há um finalismo interno das coisas que promove a conservação das espécies.

Ele exalta a bondade como o grau superior de justiça. Para ele, amor é compaixão. A libertação de *Maia*, ou ilusão, é a ascese. O primeiro passo da ascese é a castidade perfeita. Prega a indiferença por tudo. Para ele, o impulso reprodutor domina todas

as formas de amor sexual. A escolha do amor sexual não é individual, mas da espécie, com vista a garantir sua continuidade e prosperidade. Portanto, ele prega a libertação total do impulso sexual. O ascetismo tem como objetivo libertar a vontade de viver, da sua própria prisão, até extingui-la e anulá-la. No entanto, o suicídio não serve a esse objetivo, pois não é a negação da vontade e sim uma afirmação enérgica dela. O suicida quer a vida; está apenas descontente com as condições que lhe couberam, por isso destrói o fenômeno da vida, o seu corpo, mas não destrói a vontade de viver.

Vê-se que a maioria das idéias de Schopenhauer estimulam um certo distanciamento do mundo e o desprezo ao mesmo. A vida não lhe parece convidativa, nem lhe traz a espiritualidade desejada. Seu sistema é, de certa forma, pessimista em relação ao mundo, antecipando algumas idéias dos existencialistas.

Para ele, a utilidade da história é dar ao gênero humano a consciência de si e de seu próprio destino. Esta idéia se parece com a de Hegel, que coloca a história da humanidade como a do desenvolvimento do espírito.

Para Schopenhauer, é preciso o conhecimento da unidade fundamental da vontade em todos os indivíduos e, por conseguinte, o reconhecimento da igualdade de todos os seres humanos, sem distinção alguma. Nesse sentido, isto é, pelo seu conceito de vontade, ele iguala todos os seres humanos. Da mesma forma procedeu Jung, com seu conceito de Inconsciente Coletivo e Allan Kardec, com o da existência do Espírito.

A vontade em Schopenhauer se assemelha também ao conceito de energia psíquica em Jung, que afirmava: *“Todos os fenômenos psicológicos podem ser considerados como manifestações de energia, do mesmo modo que os fenômenos físicos têm sido considerados manifestações de energia, desde que Robert Mayer descobriu a lei de conservação de energia. Subjetiva e psicologicamente, esta energia é concebida como desejo. Chamo-a libido, no sentido original do termo, que*

não é, de modo algum, apenas sexual.”³⁹ E acrescenta, dizendo especificamente, que “*Quando em ato, a energia psíquica se manifesta nos fenômenos dinâmicos da alma, tais como as tendências, os desvios, o querer, os afetos, a atuação, a produção de trabalho, etc., que são justamente forças psíquicas. Quando virtual, a energia aparece nas aquisições, possibilidades, aptidões, atitudes, que são condições.*”⁴⁰

Para Schopenhauer, o nada é o fim de todos aqueles que estão absorvidos pela vontade. Creio que ele quer dizer que o ser humano não deve sucumbir ao inconsciente. Quando isso ocorre, ele entra num processo psicótico de difícil saída. Tal processo, isto é, de absorção pelo nada ou de psicotização, decorre da cisão do eu, que é assimilado parcialmente pelo inconsciente. Nesse sentido, não é a personalidade que se cinde, mas o eu enquanto função psíquica, que é cooptado por algum *complexo* do inconsciente. Tal estado é porta aberta à obsessão espiritual.

Estamos em pleno Século XIX, o século das luzes. As ciências começam a se diferenciar uma das outras. O conhecimento se torna cada vez mais específico. O Espírito estará em breve se fazendo representar de forma mais inteira. A psicologia encontrará espaços para se configurar como ciência independente da filosofia e da fisiologia.

Nessa época, Johann Herbart (1776 – 1841) concebe a Psicologia como o estudo da alma, a qual possui representações que se opõem ou se unem. Toda a vida da alma pode ser explicada pelo confronto de representações. As representações são forças que atuam sobre o ser humano e se reúnem em massas. Para ele, o sonho, como a ilusão, é a ocorrência de conexões de representações inteligíveis, isto é, massas desconexas. Quando são conectadas, ligadas e coordenadas, chama-se razão. Uma massa de representações dominantes é um caráter ou o eu. Para ele, as

³⁹ OC Vol. IV, par 567.

⁴⁰ OC Vol. VIII, par. 26.

crianças ainda não alcançaram essa marca dominante. A demência é a cisão dessa massa. A Psicologia é a ciência dos meios que proporcionam a educação.

Interessante essa idéia de massa. Parece que se trata de um conjunto de idéias conscientes ou inconscientes. Tal massa se assemelha ao conceito de *complexo* de Jung. Jung dizia que “*Uma existência psíquica só pode ser reconhecida pela presença de conteúdos capazes de serem conscientizados. Só podemos falar, portanto, de um inconsciente, na medida em que comprovamos os seus conteúdos. Os conteúdos do inconsciente pessoal são principalmente os complexos de tonalidade emocional, que constituem a intimidade pessoal da vida anímica. Os conteúdos do inconsciente coletivo, por outro lado, são chamados arquétipos.*”⁴¹

A psicologia de Jung foi chamada de profunda, ou psicologia dos *complexos*, exatamente por ele os ter considerado a via régia de acesso ao inconsciente. É importante entender que o *complexo* é uma estrutura constituída da associação entre idéias, pensamentos e experiências de forte tonalidade afetiva no inconsciente. Quando não se tem consciência dos *complexos* existentes no inconsciente, eles costumam influenciar o eu, a ponto de, em algumas situações, dirigir a atividade consciente.

Do ponto de vista espírita, os *complexos* estabelecem a possibilidade da sintonia psíquica entre um encarnado e um desencarnado. Uma obsessão pode exatamente ocorrer por causa de um forte *complexo*, em algum grau desconhecido. Os conteúdos deles podem estar relacionados a experiências vividas em encarnações passadas, que, quando ativados, evocam personagens que, à época, se relacionaram. O estudo dos *complexos* pode esclarecer muitos aspectos ligados ao fenômeno mediúnico de efeitos intelectuais. A produção intelectual dos médiuns recebe a influência direta de seus *complexos*. Muitas

⁴¹ OC Vol. IX/1, par. 4.

vezes, o conteúdo anímico, oriundo dos *complexos* do médium, se sobrepõe ao espiritual.

Em 1820, Jacob Fries (1773 – 1844) afirmou que o único meio de investigação filosófica é a auto-observação ou introspecção. Para ele, a Psicologia é a única verdadeira via para a discussão da experiência interior. Chamava a Psicologia de Antropologia Psíquica. As três atividades fundamentais reveladas pela auto-observação são: o conhecimento, o sentimento e a vontade. Ele diz que a causa dessas atividades é o espírito, isto é, o ser humano. Para ele, diferente de Fichte, o eu não é ação ou atividade, mas agente ou causa da atividade e as faculdades do espírito humano são: o conhecimento, o coração e a força da ação.

As idéias de Fries se aproximam do processo recomendado por Sócrates, fundamental para a evolução do Espírito. Não se chega a lugar algum se não se fizer tal investigação. Jung disse que a história de sua vida é a de um inconsciente que se realizou. É importante e necessário iniciar tal processo. Fries reafirma isso. Aos poucos, na Filosofia e na Psicologia, o eu vai se insurgindo no saber, abrindo caminho para o Espírito, enquanto individualidade. É assim que a Psicologia vai sendo gerada, isto é, pela evolução da especulação metafísica na filosofia. A psicologia vai se delineando pela percepção da existência de princípios que surgem com o nome de experiência interna. É a *psiquê* aparecendo cada vez mais.

Contemporâneo de Allan Kardec, Ludwig Feuerbach (1804 – 1872) tentou encontrar uma filosofia que suplantasse a religião. Tal tentativa se enquadra na aversão intelectual que se desenvolveu após a inquisição da Igreja Católica. Os absurdos da inquisição contribuíram para o enfraquecimento psicológico das teses cristãs. Enquanto teoria, teria sentido, porém sua prática lhe condenava a possibilidade de realização. No inconsciente daqueles que lhes sofreram os abusos constam as marcas.

Feuerbach também afirmava que “O ser absoluto, o Deus do homem, é o próprio ser do homem”. Para ele, o pensamento

do ser humano a respeito de si mesmo é limitado pela sua idéia de perfeição da espécie. A consciência que o ser humano tem a respeito de Deus é a de si próprio. Essas idéias são mais importantes do que se possa pensar, pois o Deus que concebemos é aquele que é possível ser alcançado pela *psiquê*. Ainda não é alcançado, e por muito tempo não o será, o Deus que é. O ser humano ainda “conversa” com o Deus que concebe. Ele ainda possui os atributos humanos em grau superlativo. Dessa forma, também lhe são atribuídas muitas imperfeições humanas. O Deus que é, é misterioso.

Para ele, “Deus é a causa, o homem é o objetivo do mundo; Deus é o ser primeiro em teoria, mas o homem é o ser primeiro na prática.” A felicidade não se restringe apenas a uma pessoa; ela envolve o eu, o tu e tende a repartir-se numa pluralidade de pessoas. Feuerbach propõe uma visão prática da vida, de tal forma que o egoísmo seja eliminado das relações. As conseqüências morais de sua filosofia são evidentes, pois reafirmam uma proposta de felicidade comum.

As discussões materialistas na filosofia e a disseminação das idéias a respeito da religião cristã, desmistificando a figura do Cristo como Deus, abre caminho para o espiritismo racionalista cristão. A queda gradativa do domínio da Igreja católica, seja pelos seus desmandos ou pela evolução crítica do pensar, abre espaços para outras formas de religião. O espiritismo se enquadra nesse contexto.

Há uma história da humanidade consciente (material e espiritual) e há uma inconsciente (material e espiritual). A consciente é escrita de acordo com a cultura e com os valores considerados. A inconsciente é a realização do arquétipo, que não obedece a padrões especificamente humanos, mas sim a diretrizes divinas.

O Século XIX também admite o surgimento de idéias pragmáticas e suficientemente úteis à vida social das pessoas. Floresce o existencialismo, materialista ou não, o qual se mostra extremamente de acordo com as idéias de liberdade e de crítica à religião tradicional.

É nesse contexto que Sören Kierkegaard (1813 – 1855) procurava conduzir a compreensão da vida ou existência humana à categoria de possibilidade, de forma negativa, isto é, paralisante. Para ele, tudo se resumia ao nada. Kierkegaard sugere a vida ética em contraposição à vida estética. A escolha ética é viver a própria vida com tudo que dela faz parte, bom ou ruim. Para ele, a fé é uma relação privada entre o homem e Deus. Ele dizia que “*A fé é a mais alta paixão de todo homem.*” Cristo é aquele que sofre e morre como homem, apesar de falar e agir como Deus. A vida religiosa é um dilema entre crer ou não crer. O cristianismo representa bem a existência humana: paradoxo, escândalo, contradição, necessidade e ao mesmo tempo impossibilidade de decidir, dúvida e angústia. O existencialismo inicia-se com ele, na afirmação da singularidade do ser humano em detrimento da coletividade. A existência é vista como angústia por ser uma possibilidade e não uma certeza. A fé substitui o desespero pela esperança e pela crença em Deus.

A questão de se resumir a vida ao nada encontra ressonância quando se olha apenas o lado físico, sem se considerar a imortalidade da alma e a existência de uma vida espiritual tão complexa quanto a material. Realmente, o olhar materialista do existencialismo leva a uma angústia por conta da inevitável realidade da morte. Mesmo que se trate de uma crença a angústia existirá. Para deixar de provocar tal angústia, é preciso que a imortalidade seja vivida, isto é, que seja pano de fundo das atividades da vida física.

Pela sua formação cristã, Kierkegaard propõe uma saída para aquela angústia. Tal saída é viver a própria vida de forma ética. A angústia se resume à forma possível como se vive e a possibilidade ou não de se ter uma vida digna.

O existencialismo é uma saída à *psiquê* para resolver o vazio materialista que a desafia. A vida será então possível, desde que se realize aquilo que habita no próprio íntimo do indivíduo. O existencialismo inicia-se com a proposta de o ser humano se assumir perante a vida inevitável que recebeu.

Em paralelo aos acontecimentos mediúnicos de Hydesville, em março de 1848, Karl Marx (1818 – 1883) lança, na Bélgica, o Manifesto Comunista. Ele e seu amigo Friedrich Engels (1820 – 1895) buscam sair da teorização sobre o mundo para a tentativa de transformá-lo. Em “*Teses contra Feuerbach*”, Marx escreve: “*Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo.*” Para Marx, o ser humano é o que ele é na sua exterioridade, na relação ativa com a natureza e com a sociedade que é o trabalho, ou a produção de bens materiais e não na sua interioridade ou consciência. O ser humano é seu trabalho e produção dos meios de sua subsistência. Os indivíduos são o que exteriorizam, o que produzem. Não há uma essência humana geral. O indivíduo é condicionado pelas relações que trava com os outros e com a natureza, pelas exigências do trabalho produtivo. O ser humano é, por esse motivo, um ser social. Marx se opõe a Hegel, o qual afirmava que o sujeito da História é a Idéia, o espírito humano. Para Marx, citado por Abbagnano⁴², o sujeito da História é a sociedade na sua estrutura econômica. “*Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas é, pelo contrário, o seu ser social que determina a sua consciência*”. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. A práxis material determina as idéias. Ele completava dizendo que “*Todas as formas e produtos da consciência podem ser eliminados, não mediante a crítica intelectual, resolvendo-se na autoconsciência ou transformando-as em espíritos, fantasmas ou espectros, etc., mas só através da transformação prática das relações sociais existentes, de que derivam essas mesmas fantasias idealistas*”.

Para ele, as idéias que dominam uma época vêm da classe dominante e o problema do ser humano não é individual, mas social. *Sua solução é coletiva*. Contrário ao capitalismo, Marx

⁴² *História da Filosofia*, Vol. X, Parágrafo 608, 2ª Edição, Editorial Presença, Lisboa.

pregava o comunismo como sendo a solução para o problema do homem. Ele condenava a propriedade privada, geradora da inveja e da cupidez. Segundo ele, o comunismo se justifica por duas teses: 1. Lei da acumulação capitalista, isto é, a riqueza se concentraria em poucas mãos; e 2. Lei da miséria progressiva do proletariado, isto é, o nivelamento da miséria em todas as classes produtivas. Em algum momento essa classe assumiria o poder destruindo a sociedade capitalista. Ele dizia que o homem na sociedade capitalista é alienado e a propriedade privada o aliena. Via a religião como o ópio do povo e a considerava sua felicidade ilusória. Ela transforma o homem real num homem representado e fora de seu meio.

O pragmatismo existente em Marx e sua visão materialista servem de contraponto à credence cega e dogmática. Suas idéias marcaram de forma definitiva devido à tentativa de coletivizar, no ser humano, sua força de trabalho, que lhe permite viver e subsistir. Seu objetivo, aliás, nobre, era transformar a realidade a serviço do ser humano, muito embora reduzisse o ser humano a seu aspecto material e coletivo. Ele submete o ser humano a seu meio, sem lhe permitir existir enquanto subjetividade e individualidade.

O materialismo, a que se refere o espiritismo, difere do materialismo dialético de Engels e Marx. O materialismo dialético afirma a existência da matéria como elemento independente da consciência; o materialismo combatido pelo espiritismo é o que afirma a exclusividade da existência da matéria, bem como o predomínio do barbarismo sobre a educação dos instintos.

Marx substitui a razão pela práxis material, colocando-a no mais alto lugar da consciência humana. Isso, do ponto de vista psíquico, é uma reação às forças alienantes na *psiquê*. Nesse sentido é uma afirmação da consciência sobre o inconsciente.

Mesmo negando de forma peremptória a existência do Espírito e dos espíritos, Marx coloca o ser humano em contato com sua realidade social, levando-o a entender a importância de sua contribuição ao bem estar coletivo. É importante salientar que

a experiência relacional é libertadora e, de alguma forma, Marx contribuiu para essa percepção.

Ao afirmar que as idéias que predominam numa época vêm da classe dominante, ele se esqueceu do cristianismo que vingou sem pertencer à classe dominante, nem nasceu dela. Talvez ele tenha se referido a idéias superficiais, externas, que governam parte da existência coletiva consciente. Hoje, com a explosão de idéias pela mídia, ele talvez tenha razão, pois o capital tem realmente dominado consciências, porém por pouco tempo, pois esse mesmo poder econômico tem sucumbido a profundas idéias surgidas de classes menos favorecidas.

Sua pregação comunista, enquanto sistema de igualdade de direitos e deveres e de distribuição dos meios de produção, está de acordo com idéias socialistas e com a realização do bem comum. Seu sistema poderia dar certo numa sociedade constituída de espíritos mais adiantados. Sua condenação à propriedade privada representa uma percepção do pouco valor das coisas materiais e do desapego necessário à evolução do Espírito. Pierre Proudhon (1809 – 1865), como Marx, ao contrário de Allan Kardec, que considerava a propriedade privada um direito natural, afirmava que a propriedade privada é um roubo.

Realmente a religião existente à época de Marx alienava as pessoas, pois apesar de pregar o evangelho, seus representantes se locupletavam no poder e ainda perseguiam os que não concordavam com suas idéias, além de não permitirem o acesso ao saber religioso, conservando-o dentro de seus muros. Marx tinha razão nesse ponto. Sua razão, infelizmente, se estendeu ao sagrado e ao espiritual, pois muitos passaram a dar menor credibilidade às religiões e a tudo que delas viessem.

O “olhar” de Marx é um olhar, não o olhar. Válido sob determinado ponto de vista. A exploração do ser humano encarnado pelo sistema capitalista era real e, de certa forma, ainda o é. Em pleno Século XXI ainda existe trabalho escravo no planeta, portanto sua defesa do proletariado ainda encontra

ressonância nas consciências lúcidas. O equívoco de Marx foi olhar apenas para o corpo e não perceber, ou negar, o Espírito. Suas idéias foram parciais, mas serviram ao propósito de estabelecer a importância do trabalho humano e da preocupação com o social. No entanto, é um equívoco pensar que toda a sociedade pudesse ser explicada pelas suas estruturas econômicas, como também pensar que os seres humanos, na sua complexidade psíquica, pudessem se adequar a um único sistema. A sociedade marxista era impraticável, pois os seres humanos diferem em interesses e níveis de evolução.

As idéias de Marx reforçaram as teorias psicológicas da personalidade, que se apóiam no ambiente social. O indivíduo que viva num ambiente rico e de múltiplas relações, será muito mais ativo que aquele que viva num ambiente restrito e de pouca atividade.

Ao contrário de Marx, o espiritismo traz o espiritual à consciência. Todos “sabem”, no inconsciente, da existência do espiritual. É preciso realizar essa certeza que se encontra no inconsciente. Mesmo tendo distintas propostas, o espiritismo pode e deve valorizar idéias que se encontram em doutrinas que lhe são opostas, desde que elas tragam bem estar ao ser humano e concorram para seu progresso.

A Igreja, porém, não se abateu com tais idéias. Evidentemente reagiu a esse movimento, o qual tomou proporções inimagináveis ao próprio Marx. No início do século XVIII, a Igreja, à época do Romantismo, tenta sem sucesso resgatar seu poder e prestígio. E no Século XX alia-se aos poderes constituídos para continuar ocupando seu lugar. Sua sede central torna-se um Estado soberano.

Em paralelo, a psicologia avança na direção de se tornar uma ciência, desvinculada da filosofia, como também busca uma base orgânica de sustentação. As idéias psicológicas que surgiram no início do século XVIII vão se impondo ao iluminismo, ao ontologismo e ao catolicismo dogmático. Em 1802, nessa direção,

George Cabanis (1757 – 1808) escreve sobre as relações entre o sistema nervoso, a vida física e a intelectual. As inter-relações entre cérebro e intelecto são colocadas de forma clara e direta.

Em apoio à religião, porém sem o conservadorismo anterior, Maine de Biran (1766 – 1824) trouxe idéias que resgatavam a tradição religiosa na filosofia pós-iluminista e idealista, porém sem o ranço dogmático e propondo a auto-reflexão. Ele falava de um sentido íntimo no indivíduo, para o qual deve entregar a condução de sua vida. Como Jung, ele se ocupava também de sua própria interioridade, afirmando que o sentido íntimo conduz o ser humano a Deus. A consciência seria a revelação original de Deus. Toda sua obra gira em torno de análise e percepção interior. Escreve sobre psicologia, analisando as relações do homem com o mundo. Para ele, segundo Abbagnano⁴³, “*sem o sentimento da existência individual que nós chamamos em psicologia, consciência, não há um fato que se possa dizer conhecido, nem conhecimento de qualquer espécie; já que um fato nada é se não for conhecido, se não existe um sujeito individual permanente que conhece*”. Declara haver um móvel ou vontade, dirigida pelo eu, que proporciona o conhecer. Sua psicologia, em escritos de 1812, continha a descrição do sistema afetivo, do sistema sensitivo, do sistema perceptivo, do sistema reflexivo e do raciocínio. O homem não é só organismo e consciência, mas também relação com Deus. Ele considerava que a alma tem dois modos de manifestação: a razão e o amor.

Como se vê, Maine de Biran trouxe algo de novo à religião, inserindo nesta a própria psicologia da realização pessoal. Mais do que isso, ele se inseriu em seu pensar, não descuidando de sua própria evolução. Ele evoluía com suas próprias idéias, sendo um exemplo vivo de que aquilo que afirmava daria certo para qualquer pessoa. O sentido íntimo, condutor do ser humano, a que se

⁴³ *História da Filosofia*, Vol. X, Parágrafo 617, 2ª Edição, Editorial Presença, Lisboa.

referia, se assemelha ao *Self* ou *si mesmo*, descrito, mais tarde, por Jung. Ao dizer que a consciência é a revelação original de Deus, está afirmando o que os Espíritos Codificadores vão dizer mais tarde a respeito de onde se encontram inscritas as leis de Deus. Ele antecipa muitas propostas da psicologia e da própria religião espírita. Ao colocar a razão e o amor como manifestações da alma, estaria também antecipando as duas principais “asas” da evolução do Espírito: o amor e a sabedoria. Maine de Biran, sem falar de espíritos, vem a ser um precursor do espiritismo.

No início do século XVIII voltam as discussões sobre a consciência e o eu, o que irá promover cada vez mais uma tendência a uma definição do eu como sendo a consciência do eu. Até então o eu é visto como a personalidade ou o próprio indivíduo. Surgirá, mais tarde, o eu como consciência das coisas, como a própria pessoa ou sua identidade, e como função da consciência.

No Século XIX ressurgiu, na Europa, a idéia de Kant, a respeito da organização política da sociedade, por intermédio de Claude Saint-Simon (1760 – 1825), por volta de 1814, que escreve um documento no qual propõe a criação de um organismo para a paz, um parlamento geral que decidisse sobre os interesses comuns da Europa inteira, ao qual estivessem subordinados os parlamentos nacionais. Sua iniciativa antecipa o que será mais tarde a União Européia. Ele também propôs o retorno ao cristianismo primitivo. Tal retorno o espiritismo também pregará.

Vale salientar que esse retorno não significa realizá-lo na forma, mas em seu conteúdo. A humanidade de hoje, em que pese ter alguns conflitos semelhantes, não é a mesma Jerusalém do tempo do Cristo. Os métodos de pregação são diferentes, tanto quanto o ser humano não é o mesmo. Muitas pregações ainda são feitas como se vivêssemos naquela época. A linguagem deve ser adequada à época na qual a mensagem é pregada, muito embora a essência seja a mesma.

É no Século XIX que surge também o Positivismo, através das idéias de Auguste Comte (1798 – 1857), que buscava

transformar a ciência em filosofia e esta numa religião. Propôs a religião da humanidade. Criou um sistema, denominado Positivismo (1830), fundamentado nas capacidades racionais do ser humano. Para ele, o conhecimento humano passa por três estados: o estado teológico ou fictício, o estado metafísico ou abstrato e o estado científico ou positivo. No estado teológico o ser humano lida com o absoluto, o sobrenatural e o arbitrário. No estado metafísico, à semelhança do anterior, atribui aqueles atributos ou qualidades a entes abstratos. No estado positivo, descobre as leis que inter-relacionam as coisas. Em seu *“Curso de Filosofia Positiva”*, escreveu: *“...o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente, em cada uma de suas investigações, três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto: primeiro, o método teológico, em seguida, o método metafísico, finalmente, o método positivo.”*

Para Comte, a Psicologia não é ciência, sendo apenas uma transformação da Teologia. Considerava não ser possível a observação interior proposta pela psicologia, pois o observador e o objeto observado não devem coincidir quando se produz conhecimento. Ele afirmava que a sociologia é a mãe das ciências e que ciência é previsibilidade, isto é, formulação de leis gerais sobre o funcionamento do universo. Ele limitava o alcance da ciência. Propunha uma sociocracia, na qual ele seria o líder espiritual de sua própria doutrina. Ele propunha que Deus fosse substituído de pela humanidade, que seria denominada Grande Ser. Sua moral é o altruísmo ou viver para os outros. Na direção da sociocracia de Comte, o sentimento teria papel de destaque em relação à razão. As mulheres, representando o elemento afetivo, exerceriam, nesse sentido, um importante papel.

Comte contribuiu significativamente para a sistematização da ciência. Promoveu o nascimento da sociedade técnico-industrial. Ele surgiu no século XIX com a intenção de suplantando a religião, constituindo-se ou afirmando-se como a única verdade. Os

positivistas acreditavam que surgiria um novo poder calcado na ciência, que viria substituir a religião espiritual. Comte trouxe um materialismo virtual, pois deifica (endeusa) a matéria. Mais tarde, a própria ciência positivista encarregou-se de destruir essa idéia com o Princípio da Incerteza, demonstrando a impossibilidade em determinar a posição de uma partícula atômica ao se medir sua velocidade.

Os três estados *comtianos* se enquadram numa visão racionalista da história, isto é, condicionando-a ao olhar pelo uso da razão. Mesmo naquele enquadre, não se observa a inclusão do período metafísico da filosofia grega, em pleno estado teológico. Isso significa que tais estados não são estanques, mas se interpenetram. Também é de se notar que não é considerado o futuro da razão, nem tampouco o aspecto espiritual, cada vez mais presentes na humanidade. Na realidade, os três estados definidos por Comte ficam entre o pré-teológico, ou inconsciente, e o espiritual ou do Espírito. Nota-se um certo pragmatismo materialista nas idéias de Comte, cuja tendência era fornecer ao ser humano uma religião racional e utilitária.

O positivismo é mais um conjunto de idéias, dentre outros, que vem tentar sistematizar o saber racional humano. Tais conjuntos, por mais que se digam materialistas e que neguem explicitamente o aspecto espiritual da vida, não conseguem deter a marcha progressiva do Espírito na direção de sua autocompreensão. Eles devem ser entendidos como favoráveis ao processo de amadurecimento do espírito, pois trazem idéias que flexibilizam a *psiquê* na capacidade de promover experiências ao Espírito. Parece que o conjunto de idéias científicas opostas à religião, à teologia e à metafísica, e que foram enquadradas equivocadamente como materialistas, vem dar base à percepção madura do *si mesmo*.

A previsibilidade substitui, na *psiquê*, o caráter absoluto de Deus, cujos espaços psíquicos restritos na consciência e no inconsciente, durante os primórdios da evolução, diminuía a auto-

percepção. A capacidade de prever os fatos diminui o poder creditado a Deus, dotando-O de outros atributos, de acordo com uma consciência e um inconsciente menos mitificado.

O espiritismo traz uma filosofia positiva, pois se assenta sobre fatos observados, além de utilizar a razão como ferramenta de compreensão da realidade. Ele surge entre o positivismo, o socialismo marxista, o evolucionismo darwiniano e a religião desacreditada. Para ser aceito como foi, teria que estar assentado em bases sólidas e de comprovações reais.

Havia uma tendência natural na ciência em se descobrir uma lei geral que explicasse todos os fenômenos da natureza. Isaac Newton (1640 – 1712), ao propor a lei da gravitação universal, parece ter unificado, numa só lei, todos os fenômenos e fatos. Surgiram as teorias de Albert Einstein (1870 – 1955), que se dirigiam ao mesmo propósito, porém sem sucesso. Enunciou sua teoria da relatividade, revolucionando, como Newton, a ciência e o saber humano.

No final do Século XVIII, em 1798, Thomas Malthus (1766 – 1834), publica seu trabalho sobre o aumento populacional em progressão geométrica e dos meios de subsistência em progressão aritmética. Ele propôs o controle da natalidade, o que contribuiu para a modificação da interpretação equivocada sobre o “crescei e multiplicai-vos” da Bíblia, tida como se fosse uma determinação à reprodução indiscriminada. Muito embora tenha sido pronunciado num contexto diferente, pode ser entendido como um crescimento espiritual.

Na esteira de Comte, Stuart Mill (1806 – 1873) também propôs a criação de uma nova ciência não dogmática, educativa e libertadora, chamada de Etologia (*ethos* = caráter). Para ele psicologia é etologia, por ser a ciência do caráter individual em contraponto à sociologia, que é a ciência do caráter social e coletivo. Ele fundamenta sua doutrina empirista na experiência, eliminando a metafísica. Como Comte, Stuart Mill propunha uma religião da humanidade nascida da ciência. Mill discordava que

as idéias fossem surgindo na mente a partir das associações. Afirmava que novas idéias podem surgir a partir da combinação de outras, como os compostos químicos novos que resultam da união de outros, apresentando outras novas propriedades. O prazer deveria ser buscado, desde que proporcionasse o máximo de felicidade ao coletivo.

Mill, como outros, tateia a *psiquê*. Aos poucos a base da psicologia vai tomando corpo através de uma possibilidade introspectiva maior, muito embora também estivesse havendo uma constante amplificação da consciência externa. Aos poucos, também, a Filosofia vai se aproximando de uma sociologia, de uma psicologia, de uma ciência do Direito e da Política. O pragmatismo social domina a Filosofia.

Em 1809, Jean Baptiste Lamarck (1744 – 1829) propõe suas leis evolucionistas, entre as quais a do uso e desuso, contrariando a idéia da fixidez das espécies. Georges Buffon (1707 – 1788), em 1749 e Kant, em 1790, já haviam se referido a uma certa origem comum das espécies vivas.

Em 1857, à mesma época da publicação de *O Livro dos Espíritos*, Herbert Spencer (1820 – 1903) propôs que, o progresso, em tudo na natureza, vai do mais simples ao mais complexo, do homogêneo ao heterogêneo. Ele também apresentava as bases possíveis de uma conciliação entre ciência e religião. Para Spencer, a filosofia anuncia princípios gerais a partir dos enunciados e achados científicos. É a filosofia que tem o mais alto grau de generalidade. Ela é uma teoria da Evolução. Tudo evolui do indefinido ao definido, da indiferenciação à diferenciação. (Jung vai colocar do inconsciente ao consciente). Spencer dizia que a matéria passa de uma homogeneidade incoerente e indefinida, a uma heterogeneidade definida e coerente. Para ele, há uma realidade desconhecida subjacente à matéria e ao espírito. Spencer concorda com Lamarck ao dizer que a função era o órgão. Em 1857 publicou “*O progresso, sua lei e sua causa*”. Publicou, em 1855, “*Os princípios da Psicologia*”. Considerava-a uma ciência

autônoma que deve estudar as manifestações da consciência e dividida em objetiva e subjetiva. A primeira estuda os fenômenos psíquicos em seu substrato material e a segunda, baseada na introspecção, serve de apoio à lógica.

Como se vê, Spencer demonstra que a maioria das idéias constantes em *O Livro dos Espíritos*, a respeito do progresso, não era nova. Estava na consciência das pessoas, confirmando ser uma síntese de conhecimentos, os quais eram do domínio da filosofia e da religião.

A filosofia, no início do século XIX foi marcada pela mudança do Positivismo ao Evolucionismo Positivista, fundamentado nos princípios de Charles Darwin (1809 – 1882) (evolução orgânica das espécies). As idéias de Comte e Spencer formaram em seu conjunto o positivismo evolucionista, que influenciaria Allan Kardec em seu trabalho como Codificador.

Em 1859, portanto, após a publicação de *O Livro dos Espíritos*, muito embora sem sua influência, Darwin apresenta, de forma científica e calcada em observações e comprovações amostrais, o evolucionismo já amplamente conhecido. Em seu trabalho, “*A Evolução das Espécies por via da seleção natural*”, refere-se à luta pela vida, na qual as espécies mais aptas e adaptadas sobrevivem. Em sua seleção natural ele coloca a importância da hereditariedade na transferência de caracteres adaptativos. Para ele, a seleção natural atua para o bem do indivíduo e a aquisição de dons físicos e intelectuais o levará a perfeição.

As comprovações de Darwin influenciaram a ciência até hoje. São observações importantíssimas a respeito da evolução. O Espiritismo, em sua doutrina, adota semelhante idéia, incluindo a evolução do Espírito, em paralelo à anímica. As teorias evolucionistas também podem ser aplicadas, ao menos parcialmente, à evolução do perispírito, por ser, de certa forma, um corpo material, muito embora de matéria sutil (semi-material). O perispírito está sujeito ao uso que se faça do corpo material como também, ao

longo da evolução do Espírito, sofre alterações de acordo com as necessidades do mesmo. Sua plasticidade, maior do que a existente no corpo físico, torna-o mais facilmente moldável ao pensamento.

Na evolução do Espírito e por seu contato com a matéria, o perispírito vai se modificando gradativamente, obedecendo aos princípios da evolução. Como energia, submete-se às leis materiais. Como matéria *quintessenciada*, deve obedecer a princípios concernentes à natureza de sua constituição.

Deus, como causa primeira, é um conhecimento provisório possível. A vinculação a um efeito torna a idéia dependente (ou relativa), segundo Henry Mansel (1820 – 1871), num livro escrito em 1858. À época de Allan Kardec, e após ele, a tese da existência de Deus como causa primária era plenamente difundida e conhecida. Como vimos ao longo da história da Filosofia, não foi cunhada originariamente pelo espiritismo. O argumento de Mansel coloca novamente em xeque a causalidade das coisas. Tal causalidade, pode ser entendida como um conceito aceitável, aplicado a processos da consciência e ao mundo macro-cósmico.

Após a primeira metade do Século XIX surge o espiritismo que, mesmo com alcance limitado nos meios acadêmicos franceses, teve grande repercussão popular. Suas teses confirmavam o que se vivia em termos das relações com os espíritos, conseguindo criar um corpo de princípios compreensíveis acerca da existência de um mundo além da matéria e de uma realidade espiritual universal. Vale ressaltar que a consciência da vida espiritual não resolve todos os enigmas humanos, mas amplia o leque de possibilidades para a compreensão a respeito do universo e de suas leis.

Allan Kardec, o ensino dos espíritos e o pensamento moderno

A segunda metade do século XIX é o período no qual nasce a Psicologia e seus principais fundamentos. O espiritismo avança a passos firmes desde o lançamento de seu livro basilar. Começa a tomar corpo a doutrina espírita, inexistente antes de Allan Kardec. Tal doutrina, ou conjunto de postulados em torno de princípios e de um saber, é lançada em plena segunda metade do Século XIX, num período impróprio ao florescimento de temas religiosos. A ciência dominava a sociedade com a observação e a experimentação; a religião claudicava com seus desmandos medievais; a filosofia perdia suas forças pela excessiva racionalidade. Realmente não havia espaço para idéias que não fossem consistentes e que não tivessem uma forte base experimental.

Atribuir aos espíritos fenômenos antes considerados sobrenaturais, ou aqueles justificáveis pelo inconsciente ou pela mente, contribuíram para o desenvolvimento da psicologia, enquanto saber científico. Os teóricos da psicologia, diante das explicações espíritas, melhor definiram seu campo de saber e estabeleceram conceitos mais adequados e específicos em seus estudos sobre a mente humana. Por conta disso, o inconsciente foi mais bem compreendido e melhor conceituado para conter as explicações agora atribuíveis aos espíritos. Foi bom para o espiritismo e para a nova ciência psicológica.

O aparecimento do espiritismo, como doutrina, foi um grande passo para a humanidade e para o Espírito em sua trajetória. *Apsiquê* já estava estruturada para conceber as experiências de contato sistemático com os desencarnados. O contato com o espiritual, da forma proposta pelo espiritismo, através da mediunidade equilibrada, antes envolvido pelo medo e pela culpa, passou a ocorrer de forma compreensiva e livre de receios. A ignorância que se tinha das leis que regem o intercâmbio mediúnicos proporcionava o receio da psicose ou loucura. Tinha-se medo de perder o juízo ou de se estar em contato com forças demoníacas. Com o advento do espiritismo, o intercâmbio passou a ser feito de forma consciente e mais tranqüila. *Apsiquê*, que antes reagia ao espiritual mediúnicos, pela consciência, buscando explicações inconsistentes e excessivamente simbólicas, reestruturou-se para a inclusão da dimensão espiritual na sua parte consciente.

As ciências humanas não seriam mais as mesmas depois da divulgação do espiritismo. Um grande marco surgiu para o Espírito, pois suas possibilidades de manifestação e de aprendizado das leis de Deus se ampliaram.

Os princípios espíritas, quando anunciados em 1857, se assemelhavam às idéias de Sócrates ou as de Copérnico. Revolucionaram, porém, não exatamente quando lançados. Encontraram opositores e detratores. O tempo, com suas contínuas experiências, e o arrojo de valorosos expoentes do saber, contribuíram para que aquela revolução fosse continuada.

Porém, a sociologia também avança, propondo discussões significativas a respeito do viver em sociedade. Émile Durkheim (1858 – 1917) reformula a sociologia de Comte e Spencer propondo a análise dos fatos sociais, independentemente das consciências dos indivíduos e do observador. Para ele, os fatos sociais determinam a vontade dos indivíduos. Os fatos sociais se constituem em padrões que podem ser previstos cientificamente. As idéias de Durkheim, como em geral na sociologia, limitam a participação da vontade e da liberdade de ação do indivíduo.

Tudo parece crer que a sociedade segue leis próprias, independente da iniciativa individual. Parece haver uma certa tendência na sociologia em se pensar que tudo é orientado pelos arquétipos, sem que deles se faça menção. A vontade humana individual, em acréscimo às tendências sociais, concorre para o destino coletivo. Não se pode desprezar o indivíduo, tanto quanto ele por si só não é responsável pela história. A história e o destino do ser humano recebem a interferência de cada pessoa, com sua singularidade, das tendências arquetípicas coletivas e das leis de Deus.

É na época positivista, por volta da década de 50 do século XIX, que se iniciam as formulações sobre a existência da *psiquê* como aparelho, distinto do todo (indivíduo). Já se dizia que o pensamento é produto do cérebro. Essa reformulação recebe a contribuição do evolucionismo, do espiritismo, da sociologia, da psiquiatria e da psicologia. Todos esses conhecimentos concorrem para a concepção do aparelho psíquico. Em que pese terem se passado mais de cento e cinquenta anos, até hoje não se chegou a qualquer consenso. Realmente, quando o observador se confunde com o objeto observado, suas próprias luzes o cegam.

Em 1892, Ernest Haeckel (1834 – 1919) escreveu a respeito do que chamou de lei biogenética fundamental, isto é, o paralelismo existente entre o desenvolvimento do embrião e da espécie. A ontogênese recapitula a filogênese. É ele que propõe o Monismo, ao admitir como inerente e inseparável a força existente na própria matéria. É um monismo materialista. Ele propunha um amplo mecanismo para explicar tudo. As observações de Haeckel a respeito da filogênese são importantes porque nos conscientizam do processo evolutivo do corpo humano, portanto da própria *psiquê*. Não se pode desprezar a herança animal existente no ser humano, isto é, sua dimensão instintiva. Reprimir ou querer suprimir tal dimensão é impossível. Ela precisa ser educada. Haeckel propôs alguns princípios que, muito embora, materialistas, parecem retirados do espiritismo. Para ele, o universo é preenchido por *picnátomos*. O universo é infinito, como o tempo, e é todo

preenchido pelos *picnátomos*. Não há vazio nem repouso. A substância está em constante movimento e é eterna. Nada se perde. A energia do universo é constante. Tal idéia encontra ressonância no conceito de fluido cósmico de Allan Kardec. Mais tarde a própria física admitirá a matéria universal, porém ainda de natureza desconhecida.

Foi em fins do Século XIX, que Wilhelm Wundt (1832 – 1920), médico fisiologista alemão, em 1874, escreveu um livro sobre Psicologia Fisiológica e, em 1875, fundou o primeiro laboratório de Psicologia Experimental. É ele o marco referencial do nascimento da psicologia científica ou experimental. Seu laboratório não implicou em muito avanço às teorias do inconsciente, pois buscava exatamente o contrário, isto é, a quantificação do comportamento observável. Porém, serviu também para o estabelecimento de noções embrionárias sobre alguns aspectos da consciência ou daquilo que não é o inconsciente. A psicofísica e a quantificação dos processos psíquicos se reiniciam com Wundt e Gustav Fechner (1801 – 1887). Wundt afirmava uma psicologia sem alma, portanto era apenas uma nova fisiologia. Os trabalhos de Wundt servem apenas como marco histórico, muito embora William James (1842 – 1919) já tivesse construído seu próprio laboratório alguns anos antes. As pesquisas psicofísicas, desde o início do século XIX, contribuíram em muito à consolidação da psicologia, já que quantificaram os processos orgânicos instintivos. Aos poucos esses processos iam se diferenciando dos psíquicos.

Vale lembrar que William James era espírita e, por isso, não muito acreditado entre seus pares, porém trouxe importantes contribuições à psicologia. Em 1890 escreveu um famoso livro “*Princípios de Psicologia*”, trazendo considerações práticas sobre a psicologia, a qual considerava como objeto de estudo o ser humano e sua adaptação ao meio ambiente. Ele dizia que o ser humano não é apenas racional, existindo nele uma parte inconsciente. A mente humana é flexível, contínua, segue como um fluxo, e seria uma distorção querer reduzi-la a suas partes constituintes.

É também em fins do Século XIX que surge um filósofo, cujas idéias irão influenciar a filosofia e o pensar do século seguinte. Friedrich Nietzsche (1844 – 1900) vê duas alternativas para a vida. Uma, a renúncia ascética, como pensava Schopenhauer, outra, a aceitação, como *Dioniso*⁴⁴. O diagnóstico que ele faz da vida é o mesmo de Schopenhauer, porém a saída é oposta. Sua visão dionisíaca é materialista e hedonista. A vida é dor, luta, destruição, crueldade, incerteza, erro, etc. Para ele, *Dioniso* é a negação da resignação e da renúncia e a transformação da dor em alegria, da luta em harmonia, da crueldade em justiça, da destruição em criação, decorrente da aceitação da vida. A vida deve ser aceita como ela é, isto é, na sua força primitiva. Em *Dioniso*, os limites humanos são ignorados. Nietzsche critica a moral cristã em voga, limitada à renúncia e ao ascetismo. Ele adotou o extremo oposto. Propõe explicitamente a inversão dos valores. Suas idéias se disseminaram entre 1880 e 1900. Nietzsche percebeu a *sombra* do cristianismo e, quiçá, da própria humanidade. Insurgiu-se contra a hipocrisia e contra a vida sendo exaltada em seu ascetismo. Desejava a vida, enquanto vitalidade sem abnegação. A moral cristã surgia como uma revolta, ou vingança das classes inferiores e escravos, contra a aristocracia e os ricos. Ela, a moral cristã, se baseia no ressentimento, isto é, numa vingança imaginária. Para ele, isso é uma negação de si mesmo e uma afirmação contra algo externo. As bases da moral cristã são: o desinteresse, a abnegação, o sacrifício de si, os quais são frutos do ressentimento do ser humano frágil que teme enfrentar a si mesmo e a vida.

Em “*Humano, Demasiado Humano*”, primeiro volume, contra o cristianismo sentimentalista e piedoso, ele afirma: “*O cristianismo, por sua vez, esmagou e alquebrou comple-*

⁴⁴ Dioniso era o deus grego que simbolizava a transformação. Filho de Sêmele e Zeus e nascido de sua coxa, ele foi criado pelos sátiros. Em contato com o vinho promovia festas e orgias em celebração à vida. É considerado o deus do prazer.

tamente o homem, e o mergulhou como que em um profundo lamaçal: então, no sentimento da total abjeção, fazia brilhar de repente o esplendor de uma piedade divina, de tal modo que o surpreendido, aturdido pela graça, lançava um grito de embevecimento e por um instante acreditava carregar o céu inteiro em si. Sobre esse doentio excesso do sentimento, sobre a profunda corrupção de cabeça e coração, necessária para isso, atuam todas as invenções psicológicas do cristianismo: ele quer aniquilar, alquebrar, aturdir, inebriar, ele só não quer uma coisa: a **medida**, e por isso é, no sentido profundo, bárbaro, asiático, sem nobreza, não-grego.”

Ele também criticava a ciência por estar a serviço daquele ideal. De tudo isto decorre um empobrecimento da energia vital. O homem bom existe à custa de uma mentira, uma negação de sua realidade vital. Ele afirmava o corpo, negando peremptoriamente outra vida e a alma. O homem é terreno e nasceu da terra para a terra. Critica Descartes, afirmando que o pensar não prova a existência de um si, mas a aparência do pensar. Ele nega o caráter problemático da vida, reduzindo-a ao corpo e à razão, sendo esta, produto dele. A vida dionisíaca é a verdadeira. Para ele, a arte é a expressão mais elevada do ser humano e, os gregos, fizeram dela o contraponto ao horror da vida. Acredita que o acaso governa o mundo, o caos vigora em toda parte. Parece que Nietzsche viu o inconsciente e o descreve, sentindo-o. O ser humano luta pela superação de si mesmo. Ele fala da superação do homem pelo super-homem, que seria a expressão da vontade de poder. Todos os valores devem ser transmutados para se sair do nivelamento. A máxima do ser humano deve ser: torna-te no que és, isto é, buscando a máxima diferenciação dos demais, encontrando a sua própria excepcionalidade. (Assemelha-se à *individuação*, em Jung). Para ele, o super-homem contém uma essência misteriosa, inacessível. A vontade de poder, em Nietzsche, lembra Adler e o *complexo* de inferioridade da Criatura ante o Criador.

Em seu livro “*A Gaia Ciência*”, escrito em 1886, ele afirma que “... *a crença no Deus cristão está em descrédito.*”, criticando a idéia de um Deus que oferece ao oprimido o remédio, depois dele mesmo o ter colocado em sofrimento. Realmente, o cristianismo vivido até então não estava de acordo com o pensamento do Cristo. O Deus pregado e vivido pelos cristãos estava em desacordo com a idéia crítica e psicológica a seu respeito.

Em “*Assim falou Zaratustra*”, de 1883, diz “*Amo aqueles que não procuram atrás das estrelas uma razão para sucumbir e serem sacrificados: mas que se sacrificam à terra, para que a terra um dia se torne do além-do-homem.*” Nesse trecho se vê a crítica de Nietzsche à alienação ao além, pregada pelo cristianismo, e uma afirmação de que o “*Reino dos Céus*”, pregado pelo Cristo, deve ser materializado na Terra.

Realmente Nietzsche foi às últimas conseqüências do pensar materialista. Porém, podem-se extrair preciosas conclusões de seu raciocínio. A renúncia ascética pregada por Schopenhauer, que se assemelha à pregação cristã de afastamento da vida material, colocando suas aspirações no além, é um contra-senso à própria vida. O cristão, o espírita em particular, não pode desprezar a vida no corpo e a sociedade da qual faz parte quando encarnado. A vida fora do corpo tem suas nuances e também não pode ser desprezada. Negar uma em detrimento da outra é um equívoco, cujo preço que se paga é a ignorância daquilo que a existência em cada uma delas pode oferecer. Nietzsche percebeu isso e se opôs a toda pregação ascética. Sua proposta hedonista, porém, não se afina com a evolução do ser, que sai da própria vida instintiva para a racionalidade e em seguida para a espiritualidade. A vida realmente tem um preço. Não é nem poderia ser um “mar de rosas”, muito menos o cristão deveria aceitar que seu prêmio no além seja um paraíso resultante da negação da própria vida. A vida realmente tem de ser vivida em sua plenitude, sem qualquer fuga de sua natureza. Sua crítica à moral cristã, como era praticada (e de certa forma ainda é), tem total pertinência.

Pregar uma moral de fuga da vida no corpo é temê-la. A *sombra* do cristão é o mal, cuja existência necessariamente se deve à própria experiência de viver. Tal *sombra* é da própria humanidade. Nietzsche foi para o pólo oposto, assumindo-a sem a necessária educação e preparação para tal. O ser humano nega o mal que ele próprio constrói a cada momento de sua vida em face da consciência dialética que o leva a discriminar sua observação dos fatos. Essa mesma consciência o leva a estar sempre escolhendo entre o mal e o bem, muitas vezes sem os relativizar.

Sua idéia de que a moral cristã representa a revolta das classes inferiores contra a dominante não deixa de ter um certo sentido. A moral cristã pregada se insurgiu contra a riqueza e o conforto material. O voto de pobreza é pregado aos quatro cantos, porém de uma forma equivocada, isto é, na medida extrema em que o próprio cristão adotou após sua conversão. A pobreza é uma experiência tão complexa quanto a riqueza. Vivenciá-las, proporciona experiências importantes ao Espírito. Negar uma delas é fugir, com medo de viver. A classe pobre queria a riqueza e, não a alcançando, se insurge contra ela, para depois adotá-la. O cristão deveria pregar a prosperidade e o desapego. É importante entender que é preferível um rico próspero desapegado, a um pobre avarento e egoísta. O mal não está na riqueza, mas no uso que se faz da experiência de tê-la ou de não tê-la. A vingança imaginária que ele acreditava existir nas teses cristãs deve ser objeto de reflexão de todo cristão, que deve se perguntar: para que quero tal ou qual virtude? Decerto que devo querê-la, porém não devo negar aquilo que não consigo ter.

A negação da vida na matéria empobrece realmente as experiências de que necessita o Espírito para o conhecimento das leis de Deus. Ele, portanto, tinha certa razão ao falar do empobrecimento da energia vital com a pregação da vida ascética. Se vivêssemos hoje como os primeiros cristãos, na pobreza extrema, a humanidade não teria alcançado o estágio de complexidade e de desenvolvimento, só possíveis pelas realizações do Espírito,

associadas ao capital e ao progresso. Ser cristão não é levar uma vida ascética, nem se tornar excluído da sociedade. É também contribuir para seu desenvolvimento material e espiritual.

Sua máxima “*torna-te no que és*”, como afirmei, corresponde a certos aspectos da *individuação* pregada por Jung e à reforma íntima do espiritismo, representa o encontro necessário do ser humano com a sua singularidade. O indivíduo não pode deixar de realizar seu próprio destino, vivendo a vida que não lhe pertence.

Nietzsche é criticado, nas suas idéias, sob o argumento pueril, de que morreu com transtornos mentais. Tal argumento afirma que, caso suas idéias fossem boas, ele não teria morrido assim. Que dizer então dos que foram decapitados, a exemplo de João Batista ou do tipo de morte de Paulo de Tarso?

Os temas da filosofia e da psicologia da 2ª metade do século XIX em diante se concentraram em torno do evolucionismo, do espiritualismo, da consciência e do inconsciente. Junto com o espiritismo, nas suas teses fundamentais, o espiritualismo, enquanto corrente filosófica, floresce em todas as academias.

C. G. Carus e E. von Hartmann, estabeleceram as principais bases da compreensão do aparelho psíquico e, em particular, do inconsciente. Hartmann escreveu em 1896, “*Filosofia do Inconsciente*”, inaugurando uma maior compreensão da psicologia e apresentando as futuras bases das pioneiras idéias de Freud. O inconsciente foi mais bem delineado, desde as idéias de Schopenhauer e Schelling, utilizadas por Hartmann para estruturar seu objeto.

O inconsciente se torna, então, a grande resposta para tudo que era incognoscível. Em fins do século XIX, a filosofia se dedica também ao estudo da consciência e do inconsciente como estruturas psíquicas, em paralelo à Psicologia. Isso cada vez mais consolida a consciência em si mesma. Consolidada a idéia de razão, voltam-se os filósofos e estudiosos para o inconsciente. Mais do que uma hipótese, o inconsciente é uma descoberta, que

não contraria, como equivocadamente se acreditava, o fenômeno mediúnicos. Os fenômenos mediúnicos e os psíquicos estão interpenetrados, isto é, são fronteiros e inter-relacionados. Possuem algo em comum, além de ocorrerem no inconsciente perispiritual, no qual ambos têm suas raízes.

Após a publicação de *O Livro dos Espíritos* também se pode observar a influência das teses espíritas na filosofia. Emile Boutroux (1845 – 1921), em 1844, escreveu que a fé pode ser guiada pela razão e que religião é a relação com Deus, que é o pai do universo. É também dessa época a discussão a respeito de Deus existente fora do ser humano e do mundo e, por outro lado, intimamente relacionado à sua consciência.

Em 1889, Henri Bergson (1859 – 1941) considerou a consciência como um campo de energia finita, condicionada e limitada. Sobre o espiritualismo ele dizia⁴⁵, muito apropriadamente: “*O grande erro das doutrinas espiritualistas foi o de crer que, isolando a vida espiritual de tudo o mais, suspendendo-a no espaço o mais alto possível sobre a terra, a colocariam assim ao abrigo de qualquer ataque; como se assim não a tivessem exposto a ser confundida com o efeito de uma miragem*”. Ao escrever sobre a liberdade e os estados de consciência, em 1889, ele antecipa Jung no que diz respeito ao conceito de *complexo*: ele fala da constituição de um “*eu parasitário*” que se sobrepõe ao eu fundamental, restringindo-lhe a liberdade e autonomia. Bergson teorizou sobre consciência, memória, percepção e recordação, portanto sobre o aparelho psíquico. Sua filosofia é psicologia. Sua psicologia confirma a tendência do Espírito ao delineamento de sua *psiquê*. A respeito do cérebro ser a sede do conhecimento e da memória ele diz, ainda segundo Abbagnano, em 1896: “*As idéias, as puras recordações, chamadas do fundo da memória, desenvolvem-se em recordações – imagens cada*

⁴⁵ *História da Filosofia*, Nicola Abbagnano, Vol.XII, Parágrafo 692, 2ª Edição, Editorial Presença, Lisboa.

vez mais capazes de se inserirem no sistema motor. À medida que estas recordações tomam a forma de uma representação mais completa, mais concreta e mais consciente, tendem cada vez mais a confundir-se com a percepção que as atrai e cujo quadro adotam. Portanto, não há nem pode haver no cérebro uma região em que as recordações se fixem, se acumulem. A pretensa destruição das recordações por obra das lesões cerebrais é apenas a interrupção do progresso contínuo pelo qual a recordação se atualiza.” Para ele, “*O corpo, sempre orientado para a ação, tem por função essencial a de limitar, com vista à ação, a vida do espírito.*” Espírito, em Bergson, é tudo que transcende ao corpo e suas sensações. Ele estabelece conceitos sobre o impulso vital, intuição, instinto e inteligência, penetrando cada vez mais na intimidade da psicologia. Em seu livro “*Introdução à Metafísica*” ele diz, a respeito do *si mesmo*: “*Há uma realidade, ao menos, que todos aprendemos de dentro, por intuição e não por simples análise. É nosso eu que dura. Podemos não simpatizar, intelectualmente, com nenhuma outra coisa. Mas simpatizamos, seguramente, conosco mesmos.*”

As idéias de Bergson trazem luz à consciência, na medida em que flexibilizam a percepção do significado de se viver a espiritualidade na vida material. Ele revive Nietzsche, pois critica, de certa forma, o ascetismo espiritualista. Seu “*eu parasitário*” é um dos *complexos* que afetam o eu a que se refere Jung. O que deve nos levar a entender o eu ou *ego*-identidade, como uma representação possível do Espírito, na consciência, e não o próprio. Suas teorias sobre o aparelho psíquico vão materializando, na consciência, a diferença entre o Espírito e seu órgão de manifestação. Pode-se perceber que ele já tinha intuído a respeito da diferença entre cérebro e mente, afirmando que esta não está localizada naquele. Bergson amplia conceitos psicológicos, aproximando-os do espiritismo, sem ter sido espírita.

As discussões filosóficas no final do Século XIX e início do XX não deixam de contemplar questões vinculadas à existência

do eu, ao não-eu, a consciência como campo da realidade em contraste com a aparência da experiência externa com o mundo, ao Espírito, aos conceitos de vida e existência. A lei de Evolução me permite pensar que a onda materialista, a partir do Século XVII, tal como se estruturou, e tendo seu término sido pressentido a partir do Século XIX, representa uma reação ao dogmatismo religioso e um avanço no desenvolvimento da *psiquê* humana na direção da percepção real do Espírito. Se o conhecimento científico, o religioso e o filosófico não estiverem presentes na construção da compreensão sobre a realidade, isto é, do saber, e, por outro lado, se não forem superados em seguida, o Espírito não avançará ou o fará muito lentamente. Após o advento do espiritismo e das teorias psicológicas sobre o inconsciente, a filosofia passou a teorizar sobre o sujeito, o objeto, a essência e a existência.

No começo do século XX a Filosofia vai também se ocupando da análise do símbolo, como elemento psíquico fundamental do pensar e do conhecer humanos. O símbolo é o recurso de que se serve obrigatoriamente o Espírito para se manifestar. Toda expressão (gestos, fala, emoções, etc.) é simbólica. A partir dos estudos de Jung sobre os símbolos, sobre a alquimia e sobre os sonhos, pode-se melhor entender como funciona a mente, como se estrutura e quais são seus conteúdos, o que contribuiu para o alcance de uma compreensão diferenciada sobre a *psiquê* e o Espírito.

O pragmatismo científico e filosófico do século XX se impôs ao saber religioso. Toda crença passou a ser analisada de forma rigorosa, buscando-se representações explicativas na experiência empírica. Mesmo com todo materialismo e o empirismo científico, a psicologia do século XX se aproximou muito do Espírito, graças a um melhor detalhamento do funcionamento e da estrutura do cérebro, bem como do aparelho psíquico. Percebeu-se melhor a função do cérebro para o corpo, da mente para o cérebro e do Espírito para a mente (aparelho psíquico). À medida que se tentou separar tais elementos, mais se percebeu a interdependência deles.

As principais idéias que dominaram o Século XX foram: a valorização do feminino e crescente tendência à sua absorção nos hábitos e costumes; a globalização comercial, cultural e política; a valorização da pessoa na aplicação dos direitos humanos; a consciência ecológica e os cuidados com a vida material das futuras gerações; a tecnologia a serviço da vida; o crescente grau de informação acessível ao ser humano; a instantaneidade do saber provocando a evolução simultânea dos povos; o desenvolvimento da vida emocional e o seu reconhecimento como fator determinante de comportamentos; o crescimento e a procura pelo mediúnico e pelo espiritual; dentre outros. Tais idéias contribuíram para o desenvolvimento da *psiquê*, e conseqüentemente, do Espírito.

Em 1902, Ferdinand Schiller (1864 – 1937) escreve um livro afirmando que, na base de todo conhecimento, há um postulado emocional, e na base de todo raciocínio, uma necessidade prática. Ele defendia a natureza flexível da realidade, adaptável aos fins humanos. Considerava que as filosofias guardavam relação com as personalidades dos filósofos que as construíram. Ele dizia que a filosofia deveria elaborar uma visão de mundo que tornasse a vida cada vez mais digna e intensa de ser vivida. Para ele, a ficção move a vida. Todo saber é ficção, fantasia útil. O pragmatismo valoriza a vida, a qual se torna o motivo e a razão de tudo. Uma vida digna prova a fé. O homem virtuoso justifica suas razões.

A afirmação de Schiller de que há um postulado emocional na base de todo conhecimento, leva-nos ao entendimento de que todo pensamento está associado a alguma emoção. A razão como condutora das emoções já tinha sido percebida por Espinosa. Jung considerava a emoção um sentido para a vida. Ele dizia que “*Não há transformação de escuridão em luz, nem de inércia em movimento sem emoção.*”⁴⁶

⁴⁶ OC Vol. IX/1, par. 179.

Ao considerar que a realidade se adapta aos fins humanos, ele se aproxima do conceito moderno a respeito da interferência do sujeito sobre o fato observado. Não é possível, como conceituou Heisenberg, se ter a certeza a respeito das coisas. As teorias do conhecimento, ou gnosiologia, no século XX não chegaram a um consenso (felizmente) a respeito do binômio sujeito-objeto. A existência do Espírito não o resolve, apenas amplia o problema. O desenvolvimento das ciências, em particular da física e dos estudos sobre o microcosmo, contribuíram para que a filosofia ampliasse sua análise sobre a realidade, porém sem precisar a questão de sua natureza e da relação dela com o sujeito.

A discussão entre sujeito e objeto é a mesma entre matéria e Espírito. A dualidade corpo-espírito, embora observável, não se configura em oposição ou confronto. Assemelha-se, a grosso modo, à existente entre a água e o cano que a conduz. Diferem na constituição e na qualidade intrínseca. A água existe sem o cano. O cano sem ela não tem funcionalidade. Da mesma forma matéria e espírito não se opõem como se afirma. A relação entre eles é de instrumentalidade.

Essa discussão está presente em todo o século XX, com a relatividade de Einstein (1871 – 1955). Nele assiste-se ao surgimento de novos conceitos: espaço como campo, velocidade da luz, matéria como energia, espaço curvo, corpo como “densidade de campo”, etc. Nada na natureza pode ser entendido sem os novos paradigmas, os quais se aproximam cada vez mais da espiritualidade, pela natureza subjetiva de que se revestem.

A física quântica considera a realidade como algo influenciável pela observação, portanto indeterminado. Einstein se opunha a essa idéia, considerando que o objetivo da física era exatamente alcançar a descrição definitiva ou última da realidade. Ele acreditava ser possível chegar a uma única lei que explicasse todos os eventos do universo. A construção conceitual da realidade passou a se sobrepor à causal.

A partir das teorias da física quântica e do princípio da incerteza, a causalidade determinística passou a ser discutida e

refutada na ciência. Um universo mecânico e a existência de leis determinísticas passaram a ser improváveis. A ciência obriga-nos a repensar conceitos velhos, inclusive aqueles dentro do universo espiritual. A chamada “lei de causa e efeito” foi definitivamente derrubada. O axioma científico da causa igual ao efeito caía por terra. A possibilidade e a probabilidade tomam o lugar da certeza absoluta da causalidade. A relativa imprevisibilidade dos fenômenos quânticos reduz, pelo menos por hora, a força das teorias da causalidade, promovendo uma melhor flexibilidade à *psiquê*.

O tempo da evolução cada vez mais aponta para dois pontos que parecem em oposição: a consciência do eu e a consciência de Deus.

O Século XX foi pródigo em idéias. Em todos os campos do saber surgiram conceitos diferentes. Assim como a teologia, a partir do advento do Cristo, cooptou a filosofia, esta também foi e ainda o é, submetida à ciência experimental. O desenvolvimento da matemática e principalmente da física contribuiu para esse processo. Mais recentemente a linguagem se alia a esse processo de cooptação. O austríaco Ludwig Wittgenstein (1889 – 1951) reduziu a filosofia e, conseqüentemente, o mundo, à linguagem. Para ele nada há entre o mundo e o ser humano, salvo a linguagem. Não há pensamento nem conhecimento, pois estes se reduzem à linguagem. A evolução do conhecimento ocorre em paralelo à da linguagem. A linguagem, quanto mais conceitualmente descritiva e próxima do objeto real, mais distanciada estará da realidade sensível. Em seu livro “*Investigações Filosóficas*”, no item 36, ele afirma: “*Lá onde nossa linguagem autoriza a presumir um corpo, e não existe corpo algum, lá desejaríamos dizer, existe um espírito.*”

A questão da linguagem sempre mereceu atenção na filosofia, mesmo antes de Wittgenstein, porém foi ele quem lhe deu maior importância. Parece que certos eventos, vistos em distintas épocas da história, recebem diferentes descrições, muito embora a compreensão a respeito deles seja a mesma, variando

por conta da linguagem. É como se o Espírito visse a mesma coisa, mas a ela se referisse de formas diferentes, de acordo com a evolução da linguagem. Parece também que a realidade é descrita inicialmente por um símbolo, que, com o tempo, por não servir mais à sua descrição, é substituído por outro mais compreensível. A cada momento evolutivo, o símbolo vai sendo substituído, expressando melhor a realidade. É difícil avaliar se a linguagem (pensamentos, sentimentos, ondas, palavras, sons, etc.) são produtos do Espírito ou se situam exclusivamente no perispírito. Tudo indica que nascem da vontade do Espírito e de seu impulso para vida, mas são estruturados ou gerados no perispírito.

É também no contexto científico e tecnológico do Século XIX, que se desenvolvem as idéias existencialistas iniciadas por Kierkegaard. O existencialismo revela uma tendência filosófica com conseqüências práticas e imediatas ao indivíduo enquanto ser em sociedade. Tais idéias questionam o mundo e o modo de ser do homem no mundo. Consideram o homem um ser finito, “lançado” no mundo e que é obrigado a uma luta incessante, na qual corre o risco de fracassar. Há uma angústia na vida pela obrigatoriedade em vivê-la.

Dois existencialistas marcaram a filosofia: Martin Heidegger (1889 – 1976) e Jean Paul Sartre (1905 – 1980). Sem entrar no mérito da imortalidade, para Heidegger é fundamental aceitar a própria morte como condição de uma vida autêntica. A angústia é a alternativa diante do nada. A vida cotidiana, com suas experiências diversas, é uma tentativa de fugir à morte. Heidegger, com sua afirmação do nada e da morte, e da angústia como sintoma da vida inautêntica, esgota a procura do sentido da vida, pela filosofia, ainda focada exclusivamente na realidade material. Seu existencialismo reafirma a vida como existência autêntica. Ele afirmava, em seu livro “*Que é metafísica?*”, que “*Somente o homem existe. O rochedo é, mas não existe. A árvore é, mas não existe.*” A existência do homem, para ele, é a única realidade. Falta pouco para considerar-se a realidade espiritual.

De fato, aceitar a própria morte física é um fator importante para se viver em paz. Todos sabem que vão morrer, mas se apegam desesperadamente ao corpo como se isso não fosse acontecer. Seria importante que aceitássemos a morte, não só do corpo, como também da personalidade da atual encarnação. Não mais estaremos nas mesmas condições de agora, no que diz respeito, principalmente, às relações com os outros. Serão outras relações, mesmo que sejam com as mesmas pessoas. A natureza das relações mudará. Seria realmente importante aceitar a morte da própria personalidade, considerando que o espírito sempre vive.

O existencialismo de Sartre propôs a ação e o otimismo para a vida. Para ele, o destino do ser humano é a liberdade. Em seu livro “*O Existencialismo é um Humanismo*”, em 1946, no início do pós-guerra, ele escreveu: “*Queremos a liberdade pela liberdade e através de cada circunstância particular. E, ao querermos a liberdade, descobrimos que ela depende inteiramente da liberdade dos outros, e que a liberdade dos outros depende da nossa.*” Fundamental essa consideração de Sartre sobre a liberdade, pois essa é a condição primordial de todo Espírito. Fomos criados por Deus livres, completamente órfãos no mundo. Ele nos emprestou um pai e uma mãe, Seus substitutos, com os quais guardamos uma ligação temporária. Esses pais substitutos recebem as projeções de nossas necessidades arquetípicas paternas e maternas. Daí serem endeusados por nós quando crianças. Ao longo do processo de crescimento deveremos retirar as projeções que lançávamos sobre eles, a fim de que os reconheçamos em suas individualidades e busquemos nossa verdadeira filiação espiritual ou divina. Aos poucos, na evolução do Espírito, vai acontecendo a conscientização simultânea quanto à sua liberdade e à existência das leis de Deus.

Muito embora as religiões tenham falido em seus propósitos de captar adeptos às suas idéias, a fé não sofreu redução. Há uma tendência, ao longo da história da humanidade, principalmente nos últimos séculos, a que as crenças e instituições religiosas se

convertam em doutrinas filosóficas e instituições leigas. A isso se denominou processo de secularização. Mesmo que se considere que haja uma tendência natural a esse processo, a fé não perde seu espaço, em face da existência de algo inconsciente que tendencia o ser humano a Deus. O materialismo contribuiu para o amadurecimento do eu e para a aquisição da fé pura, sem mitos e dogmas. A consciência do Espírito se amplia cada vez mais. A fé é um dos fatores que levam o ser humano ao encontro consigo mesmo. É inexorável seu destino, pois nada o poderá deter do encontro com Deus.

Prejudicial ao ser humano é o que obstaculiza sua evolução. Idéias que levam à inércia e à escravidão dogmática, anestesiando seu crescimento, são os verdadeiros males, pois mantêm a ignorância. Tais idéias se encontram em várias doutrinas, quer sejam materialistas, quer espiritualistas. Estas últimas libertam mais do que as primeiras. Mesmo no materialismo, enquanto sistema filosófico, pode-se extrair compreensões impulsionadoras do crescimento. Sem fazer, de forma alguma, apologia ao materialismo, é desejável a qualquer espiritualista o pragmatismo existente nas idéias nele contidas. Sem pragmatismo o espiritualismo se aliena. O dogmatismo e a transferência da vida para o além, no espiritualismo, promovem a inércia e o conformismo.

A sociedade evolui, em paralelo à evolução do Espírito. As necessidades orgânicas o impulsionam a buscar os meios de sobrevivência, ampliando as possibilidades de vida. Com isso, os recursos naturais são explorados e tal exigência também se torna fator de crescimento e desenvolvimento social. Essa exploração natural, gera o comércio e as trocas de produtos, os quais se tornam básicos à vida. O consumo se amplia gerando também novas necessidades, que sofisticam as experiências do Espírito. Ao se reconhecer como uma individualidade, cada ser humano gera suas próprias e diferentes necessidades. Seu desejo individual é novo fator de progresso. Cada ser é um mundo em particular provocando, com sua criatividade, a complexidade social cres-

cente. Tal complexidade passa a exigir um grau de organização e administração que é entregue ao Estado, promotor de novas experiências ao Espírito. A sociedade espiritual, com sua diversidade e múltiplos interesses, interfere no sistema material, também provocando alterações. Tudo isso é submetido ao plano divino, o qual também, e de forma decisiva, influencia os destinos humanos.

A humanidade está chegando ao estágio no qual cada indivíduo descobrirá a relevância de sua singularidade para os destinos coletivos.

Filosofia e espiritismo

Filosofia é auscultação interior, porém com fins práticos. Não é apenas especulação metafísica, pois resulta num bem pessoal e coletivo. Estudar e entender as idéias filosóficas são como penetrar em si mesmo e na alma coletiva. É um ganho ao Espírito. Quando esse estudo é dedicado simultaneamente às questões do espírito, esse ganho é muito maior. Filosofia e espiritismo são conhecimentos interdisciplinares fundamentais ao descobrimento do *si mesmo*.

O espiritualismo, enquanto corrente filosófica, se refere à atitude pela qual o ser humano toma como objeto de investigação a sua própria consciência interior (interioridade). Numa concepção religiosa, espiritualismo é uma forma de abordagem do ser humano como sendo constituído, essencialmente, de uma realidade transcendente ao corpo, que pode ser chamada de alma, espírito, *atman*, eu superior, etc. Espiritismo, ramo do espiritualismo, é um conhecimento mais específico, dedicado ao estudo da vida espiritual, da reencarnação, da existência do Espírito, de sua individualidade, imortalidade e evolução, bem como de suas relações interdimensionais. É uma filosofia no sentido amplo da palavra, tendo em vista seus questionamentos a respeito dos porquês da vida, da mesma forma que é uma religião, pelas suas conseqüências morais. A doutrina do espiritismo tem como cerne a evolução do Espírito, enquanto ser eterno. A grande novidade

que *O Livro dos Espíritos*, marco inicial do espiritismo, trouxe, foi a abordagem precisa a respeito da existência do Espírito e de suas ocupações após a morte.

O surgimento do espiritismo no século XIX não implica que tenha havido simultaneamente a descoberta do mundo espiritual. A realidade espiritual sempre existiu. As relações entre os espíritos e a ocupação dos espaços espirituais são tão antigas quanto o surgimento do humano. As orientações e sistemas que são intuídos e que organizam a vida no mundo espiritual, decorrem das idéias de espíritos mais amadurecidos na evolução. Não são frutos de uma única verdade. No universo ela não é presente. Estamos influenciados pelas idéias de alguns espíritos mais lúcidos, e que estruturaram o sistema no qual se encontra o ser humano.

O conhecimento espírita se assenta sobre bases sólidas, referendadas pelo conhecimento milenar da humanidade, muito embora, na atualidade, o trabalho de experimentação e validação científica deixe a desejar. Sua doutrina tem raízes na Filosofia e na religião até sua época, não sendo fruto de mera especulação de uma pessoa ou de um grupo. Os conhecimentos que traz se encontram, em sua maioria, na história do pensamento humano. Ainda requer muitas pesquisas para aceitação acadêmica, segundo os métodos internacionalmente aceitos para um saber. As alterações paradigmáticas ocorridas nas últimas décadas do século XX ainda não contaminaram as academias, e a ciência em geral, ainda presas e dependentes de metodologias limitadas.

O Espírito, em sua evolução, necessitou da magia como instrumento de manifestação de sua *psiquê* coletiva, teorizou com a filosofia especulativa, enfrentou o confronto com o sagrado sob as mais diversas denominações durante o predomínio da teologia, conectou-se de forma mais consciente à natureza e à criatividade no período renascentista, entendeu melhor o mundo e também o seu pensar na fase racionalista-empírica, descobriu os mecanismos da mente a partir do surgimento da psicologia e se expressa em sua integridade com a codificação do espiritismo, preparando-se

para a maturidade na valorização do sentimento afetivo no presente século.

As doutrinas cristãs, antes do espiritismo, interpretavam a mensagem de Jesus sem as bases imortalistas, sem as concepções reencarnacionistas e sem considerar a mediunidade. Tais interpretações, no mínimo, eram incompletas. Elas se submeteram às contingências da ignorância humana a respeito de si mesma, além de estarem condicionadas a uma *psiquê* não preparada para oferecer as adequadas experiências ao Espírito.

O espiritismo, ao propor as teses do cristianismo como sendo os princípios de sua moral, deverá fazê-lo a partir de uma ótica diferente da que tiveram os outros ramos da grande árvore religiosa em que se inseriu. Com o advento do espiritismo, a abordagem deverá ser necessariamente diferente, principalmente em sua essência. Considere-se, por exemplo, a questão do bem e do mal. Muito antes do cristianismo, a discussão a respeito desse par de opostos sempre considerou que se deve fazer um movimento do mal para o bem. Agostinho de Hipona apregoava que o mal era a ausência do bem, ratificando a supremacia deste sobre aquele. A pregação espírita não difere dessa milenar concepção, calcada em palavras explícitas de Jesus. Em Mateus, 9:4, Jesus questionou “*Por que cogitais o mal em vossos corações?*” Embora a supremacia do bem sobre o mal seja coerente, politicamente correta e desejada por todos, ela contribui para a acentuação da repressão na *psiquê*. O desafio do espiritismo é trazer uma proposta moral sem tal polarização milenarmente repetitiva e geradora de culpa. Talvez o mal não deva ser simplesmente expurgado da vida humana, mas compreendido e ressignificado, pois a separação das experiências, como geradoras do mal e do bem, não só é equívoco, como tem trazido conseqüências danosas à humanidade. Não proponho aqui a divulgação ou realização daquilo que é considerado mal, mas sua integração à personalidade como parte dela.

Jung fez também questionamentos a respeito, os quais nos devem fazer pensar. Afirmou o seguinte:

“A experiência psicológica nos mostra que o “Bem” e o “Mal” constituem o par de contrários do chamado julgamento moral e que enquanto tal, tem sua origem no próprio homem. Como sabemos, só se pode emitir um julgamento quando é possível o seu oposto em termos de conteúdo. A um Mal aparente só se pode contrapor um Bem igualmente aparente, e um Mal não substancial só pode ser anulado por um Bem igualmente não substancial. Um existente se contrapõe a um não existente, mas nunca um Bem existente pode contrapor-se a um Mal não existente, pois este último é uma “contradictio in adjecto” [uma contradição nos próprios termos] e gera uma desproporcionalidade em relação ao bem existente: de fato, um mal não existente (negativo) só pode contrapor-se a um bem igualmente não existente [positivo]. Dizer que o Mal é mera “privatio boni” [ausência do bem] nada mais é do que negar a antinomia Bem-Mal. Como se poderia falar de um “bem”, se não existisse igualmente um “mal”? Como falar de um “claro” sem um “escuro”, de um “em cima” sem um “embaixo”? A conclusão inevitável é a de que, se atribuímos um caráter substancial ao Bem, devemos também atribuí-lo ao Mal.”⁴⁷

Alguns anos depois ele nos brinda com essa pérola em forma de texto, que desperta o olhar para nós mesmos:

“Que eu faça um mendigo sentar-se à minha mesa, que eu perdoe aquele que me ofende e me esforce por amar, inclusive o meu inimigo, em nome de Cristo, tudo isso, naturalmente, não deixa de ser uma grande virtude. O que faço ao menor dos meus irmãos é ao próprio Cristo que faço. Mas o que acontecerá, se descubro, porventura, que o menor, o mais miserável de todos, o mais pobre dos mendigos, o mais insolente dos meus caluniadores, o meu inimigo, reside dentro de mim, sou eu mesmo, e precisa da esmola da minha bondade, e que eu mesmo sou o inimigo que é necessário amar?”⁴⁸

⁴⁷ OC Vol. XI, par. 247.

⁴⁸ OC Vol. XI, par. 520.

A questão então é: que fazer eu mesmo a respeito daquilo que existe dentro de mim, a que chamo de mal, e que me incomoda, portanto é real? A resposta não deverá se constituir numa tentativa de negar ou expulsar aquilo que é considerado mal, mas integrá-lo de tal forma que se torne fator de crescimento.

A evolução do conhecimento humano sai da inconsciência de si, passa pela necessidade de compreensão das coisas, pelo estabelecimento do dogma, chegando à consolidação da razão. Nada disso significa uma evolução do conhecimento a respeito do que é o ser que conhece nem da estrutura que o faz conhecer-se e ao mundo. Saber sobre si mesmo e conceber um modelo estrutural para a mente foram e têm sido os desafios epistemológicos do ser humano desde o século XX. Os primeiros passos foram dados por Freud, Jung e seus colegas contemporâneos. O espiritismo não só apresenta o espírito imortal, em sua inteireza, como também uma teoria do fundamento da *psiquê* no perispírito e das capacidades deste como um acréscimo àqueles desafios.

A doutrina cristã propõe uma busca filosófica (espiritual) do Reino dos Céus, que está dentro do próprio ser humano. (Lucas, 17:21). Essa busca não é política (Mateus, 22:21). Exatamente para se constituir como doutrina e com o objetivo de fixar seus princípios, garantindo a unidade teórica, a nascente igreja cristã fez surgir um movimento denominado Patrística (Pais da Igreja). Esta doutrina cristã nascente (diferente da efetiva mensagem de Jesus) apoiou-se em algumas escolas filosóficas gregas, e, em particular, nos ensinamentos estoicos. A constituição doutrinária do cristianismo se consolidou por conta das críticas e perseguições dos hebreus e dos romanos. Com isso, aos poucos, e por força das circunstâncias, os princípios de Jesus foram se adequando ao que era possível. Creio que seja compreensível tal adequação, pois a instalação de novos paradigmas requer amadurecimento coletivo. A sociedade não estava preparada para viver, em plenitude, os princípios trazidos por Jesus. E, talvez, ainda não esteja. Quando se afirma que houve um desvirtuamento

da mensagem de Jesus, isto é uma consideração sintética que deveria ser acompanhada de uma análise histórica. Certamente, tal desvirtuamento não foi um ato deliberado de alguém, mas fruto de um processo natural de acomodação e inculturação de um saber em outro. São, de certa forma, conversões coletivas que modificam imediatamente a história de um povo e de sua cultura.

O espiritismo, enquanto saber (conhecimento) que se propõe a demonstrar a existência dos espíritos, independe de uma moral, porém, sem ela, faltaria um certo sentido evolutivo para sua realidade. Allan Kardec colocava o conhecimento científico (observação e experimentação) como sendo superior ou balizador. Para ele, como racionalista que era, a ciência teria a última palavra. Allan Kardec submete o saber espírita à ciência de sua época. A ciência de hoje exige novos métodos, muito além daqueles que vigoravam à época de Allan Kardec. Existem exigências protocolares que podem ser obedecidas ou não pelo espiritismo. Porém, se almejar fazer parte do restrito círculo do saber científico, terá de adequar-se às suas regras.

O tríptico aspecto do espiritismo, que propõe uma conciliação entre Ciência, Filosofia e Religião, ainda pertence ao ideal e à interpretação que se dá aos seus princípios. Não há, e talvez ainda não seja possível, o surgimento, nos três campos do saber, de argumentos conciliatórios consistentes, de experimentos validadores e de revelações racionais e pragmáticas, que possam atender às exigências inerentes a cada um deles. A realidade espiritual, enquanto dimensão real da existência, deverá ser o campo de partida para isso.

O espiritismo, em sua prática religiosa, tem se colocado aquém da especulação filosófica e da experimentação científica. Isso limita seu desenvolvimento enquanto saber, faltando-lhe a força viva da renovação de conceitos e o surgimento de novas idéias. A divulgação do espiritismo, bem como a sua prática, deve atentar para a tendência coletiva consciente e para a inconsciente. A primeira mantém antigos paradigmas, mesmo lidando com o

novo, e a segunda renova e faz surgir novos paradigmas. É necessária e fundamental a especulação, em paralelo à prática, a respeito dos temas fundamentais do espiritismo, sem ortodoxia e com flexibilidade. Reafirmar antigos princípios, sem lhes buscar o sentido profundo e suas conseqüências para o indivíduo e para a sociedade, é aprisioná-los como dogmas.

Allan Kardec muito bem colocou no item 55, do primeiro capítulo de A Gênese, a respeito do conhecimento espírita como um saber progressivo. Disse ele *“Um último caráter da revelação espírita, a ressaltar das condições mesmas em que ela se produz, é que, apoiando-se em fatos, tem que ser, e não pode deixar de ser, essencialmente progressiva, como todas as ciências de observação. Pela sua substância, alia-se à Ciência que, sendo a exposição das leis da Natureza, com relação a certa ordem de fatos, não pode ser contrária às leis de Deus, autor daquelas leis. As descobertas que a Ciência realiza, longe de o rebaixarem, glorificam a Deus; unicamente destroem o que os homens edificaram sobre as falsas idéias que formaram de Deus. O Espiritismo, pois, não estabelece como princípio absoluto senão o que se acha evidentemente demonstrado, ou o que ressalta logicamente da observação. Entendendo-se com todos os ramos da economia social, aos quais dá o apoio das suas próprias descobertas, assimilará sempre todas as doutrinas progressivas, de qualquer ordem que sejam, desde que hajam assumido o estado de verdades práticas e abandonado o domínio da utopia, sem o que ele se suicidaria. Deixando de ser o que é, mentiria à sua origem e ao seu fim providencial. Caminhando de par com o progresso, o Espiritismo jamais será ultrapassado, porque, se novas descobertas lhe demonstrassem estar em erro acerca de um ponto qualquer, ele se modificaria nesse ponto. Se uma verdade nova se revelar, ele a aceitará.”*

Em nota de rodapé ele afirma *“Diante de declarações tão nítidas e tão categóricas quais as que se contêm neste capítulo,*

caem por terra todas as alegações de tendências ao absolutismo e à autocracia dos princípios, bem como todas as falsas assimilações que algumas pessoas prevenidas ou mal informadas emprestam à doutrina. Não são novas, aliás, estas declarações; temo-las repetido muitíssimas vezes nos nossos escritos, para que nenhuma dúvida persista a tal respeito. Elas, ao demais, assinalam o verdadeiro papel que nos cabe, único que ambicionamos: o de mero trabalhador.”

É digna de destaque a lucidez do codificador do espiritismo, quanto ao futuro do saber espírita. Fundamental que os estudantes de espiritismo compreendam a própria responsabilidade em lhes abrir os horizontes para a incorporação de outros conhecimentos. Como ele o afirma: não existe autocracia de princípios. Allan Kardec, ao propor a aceitação da ciência quando o espiritismo estivesse em erro, criou um sistema autocorretivo.

O espiritismo deve conduzir o ser humano à sua consciência de ser um espírito eterno e em constante evolução. O Centro Espírita, local que se propõe a esse mister, deve aparelhar-se para tal. A tarefa de consolar é meritória, porém é apenas uma face da proposta espírita. A outra é educar para crescer. Deve alcançar também aqueles que se encontram fora da dor, que já não estão mais em sofrimento ou causando sofrimento a alguém. Deve esclarecer o outro para que ele dê um salto de qualidade, oferecendo trabalho e atividades que o conduzam a uma maior percepção de si mesmo, tais como, grupos terapêuticos, de crescimento, palestras referentes às relações entre o psíquico e o espiritual. Tais atividades permitiriam que o indivíduo deixasse de atribuir exclusivamente aos espíritos a causa de suas dificuldades, despertando-o para sua responsabilidade pessoal no processo de reforma interior. Aquele que se encontra feliz na Terra também precisa do espiritismo, mesmo consciente da imortalidade da alma, a fim de que, com seu estudo, amplie os horizontes de crescimento pessoal e coletivo.

Deus não oferece o mundo material exclusivamente como campo de reparação de equívocos. O campo material, tanto quanto

o espiritual, é um lócus de experiências significativas ao espírito. A vida material não é esgotada pela espiritual. Cada experiência no corpo ou fora dele é única, mesmo que inter-relacionada. Viver uma delas com o olhar na outra, sem se ater ao valor da experiência presente, poderá alienar o espírito. É evidente que a vida fora do corpo físico permite maior percepção do espiritual do que dentro dele, porém, isso não deve levar a se viver na matéria com o centro do interesse no além. São instâncias distintas, que oferecem diferentes oportunidades de aprendizagem ao Espírito. A relação entre Matéria e Espírito é problemática e complexa. Em tal relação se estrutura a vida. É nessa relação, quer se esteja encarnado ou desencarnado, que a vida se processa.

É inegável a natureza específica e concreta da vida espiritual. As informações a esse respeito são um legado único, que se deve exclusivamente ao espiritismo, mesmo tendo havido, aqui ou ali, encarnados que trouxeram algumas informações a respeito. O espiritismo trouxe para o conhecimento da humanidade o sistema de vida fora da matéria. Deve-se também atentar para o viés de tais sistemas. Cada cultura tem sua organização espiritual própria. Cada médium, ao receber as comunicações a respeito, trará um viés próprio. Pequenas imperfeições decorrem dessa influência inevitável. A idéia básica não sofre modificações, mesmo que analisemos as diversas comunicações, através dos mais distintos médiuns. A filosofia que se segue na vida espiritual é muito semelhante à que se tem na vida material. Há sempre uma preocupação com o desenvolvimento das pessoas, com a paz, com o amor, dentre outros motivos.

A escolha de um formato teológico para apresentar a imortalidade do Espírito pode ser a mais adequada, porém as razões para tal não são suficientemente claras. Tal formato, considerando a distância que nos separa no tempo, se assemelha à teocracia medieval. A vida espiritual deveria ser apresentada tal qual ocorre e não como se fosse resumida a um grande hospital ou a um vale de lágrimas. É preciso que os espíritos desencar-

dados utilizem outros enfoques para balizar suas comunicações aos encarnados ou que os médiuns mudem a concepção de mundo e da realidade em que vivem, urgentemente. O “canto da sereia”, que encanta alguns médiuns, atraídos pela fama e pelos apelos da necessidade de consolo de seus admiradores, os leva a se acharem missionários e a transmitir mensagens num padrão salvacionista.

A vida contemplativa, a vida religiosa, a vida pragmática, a vida tecnológica, a vida espiritual parecem caminhos da humanidade ou do Espírito para o aprendizado das leis de Deus. Não parecem contraditórios ou equivocados, mas expressões da vida a serviço do Espírito. Parece que, em cada época da humanidade, o ser humano, através de suas crenças e filosofias, busca uma espécie de salvação, como se ele estivesse num caminho equivocado, errando e sendo punido. Com isso ele nega seu momento presente e permanece afirmando um constante retorno a um tempo e a uma situação ideal. O “paraíso perdido” ainda exerce um fascínio muito grande sobre o ser humano. Isto quer dizer que o retorno ao inconsciente ainda é uma tendência primária, quase infantil.

A origem espiritual do ser humano, em contraposição à sua geração material, se assemelha à discussão se a vida tem origem na Terra ou fora dela. É a mesma dialética entre a consciência e o inconsciente. É difícil pensar no Espírito, sem alguma idéia de materialidade. Pela própria condição de terem sido gerados simples e ignorantes, sou levado a crer na simultaneidade da justaposição com algum tipo de matéria que o permitisse aprender. Aos poucos a ciência e o saber humanos vão perceber que a vida espiritual não se originou aqui ou ali, pois a existência de uma morada do Criador é uma metáfora humana.

Idéias filosóficas e considerações metafísicas se constituem em bases hipotéticas para a construção do saber do Espírito. São pressupostos que devem ser úteis nas experiências da vida, não são verdades em si. A consciência, enquanto resultante da apreensão do fato, na experiência, é a mãe da evolução do Espírito, que precisa dessas teorias para apreender os paradigmas

das leis de Deus. À medida que evolui, abandona essa ou aquela teoria para incorporar outras. Todas são conhecimentos provisórios.

A visão da consciência é, de um lado, matéria e movimento, do outro, espiritualidade e autoconsciência. A visão do Espírito é, de um lado ele, do outro, Deus. A dialética, inconciliável em certo nível de evolução, ainda permanece. Em algum momento de sua evolução, o Espírito verá a si mesmo. Será então um novo nascimento.

A revelação transcendente é necessária na religião. Toda religião surge de revelações. O espiritismo é considerado a terceira revelação. Tal idéia vem de um olhar exclusivo para a cultura judaico-cristã, desprezando o oriente. Buda, Lao Tzé, dentre outros, são excluídos nessa visão. É evidente que a humanidade recebe muitas revelações, e nem todas se transformaram em religião. O espiritismo é uma delas. A ordem não importa. Outras revelações surgirão. No espiritismo o fenômeno mediúnico é sua constante revelação, pois lida com o transcendente na consciência e no contato com o inconsciente a todo o momento. No espiritismo, o *numinoso*, ou seja, o encontro transcendente do ser com o divino em si, é proporcionado pela mediunidade.

Serão a filosofia e o filosofar influenciados radicalmente pela política, pela sociedade, pelo comércio e pela religião? Ou trata-se de um ato antecipatório a tudo isso? Da mesma forma, será o espiritual influenciado pelos fatores materiais ou antecipatório a eles como se costuma pensar? Talvez, se entendêssemos que a sociedade espiritual e a material se interpenetram, não nos preocuparíamos com a causalidade das ocorrências. A busca pela causalidade é uma preocupação da consciência e nem sempre nos conduzirá ao saber.

O espiritismo se propõe a ser a Doutrina Espírita ou simplesmente o neocristianismo? Essa é uma pergunta a ser feita por todos aqueles que se ocupam em difundir os princípios trazidos a partir de Allan Kardec. É lógico que o espiritismo não é apenas

um neocristianismo. Seria limitar o conhecimento humano. O desafio é ampliar os horizontes do saber do espírito, sem restringi-lo à formação de pessoas evangelizadas, como se fossem sacerdotes. Por outro lado, também é preciso continuar a desmitologizar o cristianismo e a lhe extrair a mensagem essencial nele contida. Algo que Allan Kardec e os espíritos codificadores tentaram. Há, de certa forma, mitos no cristianismo espírita, a exemplo da santificação de espíritos desencarnados, chamados de superiores. Tal mitificação copia o modelo católico de evolução pela santificação. O espiritismo, sem prescindir do Evangelho, deve voltar-se para seus objetivos fundamentais. Deve voltar-se para a realidade existencial do Espírito.

O prêmio ou castigo após a morte é também uma idéia que serve ao equilíbrio do sistema social. Sem esta possibilidade, as religiões não teriam como propor o bem por puro ideal. A recompensa após a morte reforça a idéia, porém limita a evolução. Há que se dar um passo a mais na idéia do sentido da vida no corpo físico. O processo reencarnatório não é punitivo, mas educativo, e terá de merecer alterações quanto à forma de entender o sofrimento, na medida em que o espírito evoluir.

Por um tempo a filosofia esteve em conflito com a religião, muito embora tenham aparecido figuras que tentassem uma conciliação. Da filosofia originou-se a ciência, a cujo surgimento contribuiu reativamente o dogmatismo religioso. A alienação que a religião favoreceu fez surgir uma busca desenfreada pelo materialismo. A conciliação de um saber com outro promove a geração de novos campos de conhecimento, modificando os princípios de ambos. A proposta conciliatória do espiritismo certamente vem modificando a ciência, a filosofia e a religião. Por esse fator, encontramos filosofias religiosas, religiões filosóficas, ciência ou saber com roupagem religiosa, ciência com nítida tendência filosófica, filosofia com abordagens científicas e com características de religião. Todos esses movimentos são tentativas de se encontrar um caminho único na direção do Espírito.

Não há dúvidas de que o espiritismo vem apresentar uma proposta diferente e ao mesmo tempo complementar, tanto à filosofia quanto à religião. Na ciência, porém, pelo menos quanto ao objeto, deve exercer influência. O espiritismo não esgota a filosofia, pois os questionamentos desta vão para além da existência do Espírito. Isso não quer dizer que a filosofia seja completa, ou mais completa do que o espiritismo. A existência do Espírito, enquanto individualidade imortal, afirmada categoricamente pelo espiritismo, amplia os horizontes da Filosofia. À religião, a influência é muito maior. Não há religião possível sem a consideração da mediunidade e da imortalidade do Espírito. O Espírito, enquanto individualidade, a reencarnação e a mediunidade, são novos objetos de estudo para as ciências em geral.

A alma, entidade subjetiva representativa do espírito humano e da vida, não definida em seus atributos e em sua estrutura, dogmatizada pela religião, vem sendo gradativamente, desde o século XVI, definida e discutida racional e experimentalmente. Com o advento do espiritismo, a alma se transformou no espírito, dotado de personalidade e conectado a uma sociedade definida. Esse é o caminho do Espírito, que, utilizando-se da *psiquê* como seu órgão de manifestação, vai aprimorando a realidade a serviço da própria evolução.

O Livro dos Espíritos é uma síntese de conhecimentos e, como tal, apresenta conclusões, originadas de idéias e concepções outras que merecem ser conhecidas para que não se estacione no saber. É necessário ir além da síntese; que se vá além do saber apresentado, sem medo de se perder em teorias absurdas, contrárias ao conhecimento já consolidado. Assim ocorre com todas as ciências. Caso tal não seja feito, criar-se-ão dogmas. O saber evolui porque o espírito evolui. A doutrina espírita necessita ampliar seu sistema, a bem da evolução do Espírito.

Quando se compreendem a vida no corpo e a morte como início e fim de um ciclo, dentre muitos outros, na trajetória evolutiva do Espírito, deixa-se de lidar com tais fatos como se fossem uma

tragédia coletiva ou individual. Ela é mais individual do que coletiva, pela importância como é sentida pelo indivíduo. A imortalidade do ser sugere isso. A morte, nesse sentido, não é uma tragédia ao Espírito, porém pode se tornar, a depender de sua concepção a respeito da própria existência. A morte de alguém não é, portanto, uma tragédia. A grande tragédia ao Espírito é a continuidade de sua ignorância, isto é, morrer sem ter aprendido o que deveria, naquele corpo. O pior que se pode fazer a alguém é mantê-lo na ignorância. Tal ignorância o mantém na inércia e na ociosidade.

O espiritismo vem inserir o espiritual na razão iluminista e em seu empirismo, tanto quanto na religiosidade claudicante. Suas teses estão sendo gradativamente absorvidas pela ciência, em experimentos que dizem respeito à descoberta do perispírito e em outros que alcançam a subjetividade do comportamento humano. Também, de forma velada, as religiões estão se apropriando do saber e das práticas espíritas, alterando seus sistemas e suas propostas aos seus crentes. O Espírito, disse o Cristo, sopra aonde quer, seu sopro é sua inserção no universo de Deus.

Estar encarnado é uma provação, expiação, um sacrifício ao Espírito ou é apenas uma de suas múltiplas experiências multi-existenciais? Nosso olhar sobre a encarnação deverá ser sempre penoso, pesado, difícil e punitivo? Não seria isso reflexo do anseio arquetípico pelo paraíso divino e, conseqüentemente, sentimento de queda dele? Tal sensação provoca a idéia de que a Vida nos deve estar sempre presenteando ou favorecendo a ociosidade. Claro que a vida é complexa e exige ação, discernimento e conectividade, porém o estágio de evolução que o ser humano já alcançou não lhe permite mais colocar-se como uma criança medrosa e assustada. A Vida impõe adulez, ou amadurecimento, coragem e abertura para o novo.

Viver é experienciar, é trabalhar as próprias emoções, colocando-as nos campos e dimensões da vida.

A reforma íntima pregada pelo espiritismo só poderá ser exequível enquanto se aprofunde sobre o conceito a respeito do

que é íntimo e sobre o que é que deve ser reformado. É íntimo por que profundo, interno, inconsciente e consciente, corajosa e individualmente feito. É reforma porque deve alterar o que já existe. É modificar conceitos pré-estabelecidos e coletivamente aceitos. Tal reforma não se esgota com as propostas espíritas. É algo contínuo, para além do espiritismo.

Psicologia e espiritismo

A psicologia tornou-se uma ciência em fins do Século XIX, cujo objeto principal é o comportamento humano. Não é a ciência da “alma”, como o termo sugere, em que pese estar estudando aspectos que envolvem a fronteira entre o concreto e o subjetivo. Suas escolas variam de objeto, mas nenhuma delas considera a existência do Espírito ou mesmo do perispírito. Seria preciso criar, portanto, uma nova ciência que delineasse melhor um objeto de estudo, alcançando a realidade espiritual. Uma psicologia do Espírito poderia açambarcar todas as possibilidades, porém seria muito ampla e excessivamente subjetiva. Proponho uma *Psiquismologia*, isto é, uma ciência que se ocupe em estudar o psiquismo humano e suas relações com o corpo e com o espírito. Algo intermediário entre a psicologia do comportamento humano enquanto ser encarnado e a psicologia do Espírito. Ela se ocuparia em estudar o funcionamento do aparelho psíquico e seus processos, os quais são relevantes à compreensão da verdadeira natureza humana.

Só historicamente e etimologicamente a psicologia deve ser considerada a ciência da alma. Ela nunca o foi, mesmo que encontremos aqui ou ali registros de pensadores com a disposição em fazê-la. A psicologia é ciência do comportamento humano. A ciência da alma agora é o espiritismo, que se ocupa exatamente de estudar o objeto atribuído à psicologia.

A psicanálise é uma escola da psicologia baseada nos princípios de Sigmund Freud, cujos conceitos principais são: inconsciente, *ego*, *id* e *superego*. Nela, o fator motivacional e gerador de angústias, neuroses e psicoses se encontra na libido ou sexualidade. A psicanálise determinou um novo rumo à psicologia, então restrita ao comportamento de um organismo, observado de forma rigorosamente matemática. A psicologia era principalmente fisiologia antes da psicanálise. Foram fundamentais ao desenvolvimento da psicanálise as idéias da catarse, oriundas de Aristóteles, Santo Agostinho, Breuer e outros, da livre associação e da conscientização dos conteúdos inconscientes. Infelizmente sua prospecção só vai até a infância. O Século XIX tinha uma proposição também hedonista (os seres humanos eram motivados para obter o prazer e evitar a dor). Isso influenciou a psicanálise, bem como o evolucionismo darwiniano.

O espiritismo, tanto quanto a psicanálise, provocaram o desenvolvimento da Psicologia. O primeiro, por se insurgir contra a tentativa dos estudiosos da psicologia em negar a existência do espírito em suas experiências; a segunda, pelo avanço fundamental nos estudos a respeito do inconsciente humano. O viés comportamental da psicologia do século XX, que excluiu a análise do fenômeno mediúnic do campo da ciência, contribuiu para que este e o espírito imortal se tornassem objetos de estudos específicos do espiritismo. Nenhum saber humano se ocupa do que estuda o espiritismo: o Espírito e a realidade espiritual.

Por ser tão vasto o campo de alcance da Psicologia, é possível encontrar profissionais que a ela se dedicam atuando em escolas, clínicas psiquiátricas, hospitais, empresas, locais de lazer e de repouso, consultórios de psicoterapia, etc. Tais campos de atuação não apresentam uniformidade quanto aos paradigmas psicológicos envolvidos. Devido a tais fatores e à própria natureza da *psiquê*, a psicologia é uma ciência que ainda não finalizou seu processo de consolidação.

Psicologia e espiritismo são conhecimentos distintos, tanto quanto têm pressupostos e paradigmas distanciados por contextos

diferentes. A psicologia por muito tempo seguiu a escola alemã e a inglesa, fundamentadas no empirismo clássico, responsáveis por duas grandes correntes surgidas no século XX: a psicanálise e o behaviorismo. O espiritismo, por outro lado, seguiu a escola racionalista francesa, da observação e da experimentação. Ambos, espiritismo e psicologia são segmentos do saber humano e tratam de questões psicológicas; o primeiro tem sido considerado como pertencente ao conhecimento religioso e o segundo ao conhecimento científico. O primeiro é pesquisado, ou deveria sê-lo, nos Centros Espíritas, o segundo, nas Universidades. As fronteiras entre esses dois campos foram muito bem definidas, com ênfase radical na segregação por parte das academias, sem que se observasse o mesmo por parte dos órgãos de divulgação do espiritismo. Muito embora essa segregação proposital continue a ocorrer, cada vez mais eles estão se tocando a partir de eventos fronteirios de difícil apreensão exclusiva por qualquer um dos campos.

No final de século XX começou a aparecer uma zona de confluência que parecia aproximar, nas práticas adotadas, as duas áreas. Essa zona se situa no campo clínico e terapêutico de ambos. Adiante da psicologia, o espiritismo vem propondo a causalidade dos conflitos atuais como oriundos de experiências passadas, em vidas anteriores. Corroborando essa afirmação, consultórios clínicos em vários países e principalmente nos Estados Unidos, têm oferecido rico material encontrado pelos psicoterapeutas e que foram publicados, oriundos de suas experiências com regressão de memória. O resultado disso é uma avalanche de terapeutas, no Brasil e outros países, que praticam a chamada Terapia de Vidas Passadas ou Regressiva a Vivências Passadas. Proliferam os cursos de formação de terapeutas nessa prática. Dada a falta de estudos técnicos mais fundamentados, muitos equívocos são cometidos e poucos resultados são obtidos. A maioria daqueles terapeutas ignora o que diz o espiritismo sobre o assunto, no tocante aos conhecimentos sobre reencarnação.

A psicologia clínica e o espiritismo começam a tratar de temas semelhantes e, em alguns casos, utilizando as mesmas práticas. Muito embora a regressão de memória seja largamente utilizada nas práticas mediúnicas de atendimento terapêutico a desencarnados, ela não é aplicada no auxílio aos conflitos dos encarnados que buscam os Centros Espíritas.

Assim como a regressão de memória, a mediunidade também tem sido tratada com certo desdém pelas academias, o que favorece o charlatanismo e o despreparo pelos que dela se utilizam como instrumento de cura dos conflitos humanos. Mesmo assim, ela tem sido percebida pela prática clínica psicológica como justificativa para certos casos de esquizofrenia, de transtornos mentais, de psicoses e outras afecções psíquicas.

A mediunidade teve seu conceito estabelecido por Allan Kardec, quando escreveu a respeito de seu portador que “*Todo aquele que sente, num grau qualquer, a influência dos Espíritos é, por esse fato, médium.*”⁴⁹, concluindo que ela é inerente ao ser humano, não se constituindo em privilégio exclusivo.

Evidentemente que esse conceito não é suficiente para uma visão clara do que seja a mediunidade. Sua definição está atrelada à de outro conceito que merece compreensão adequada. Não se pode falar em mediunidade sem se colocar a existência do espírito como fato incontestável. Dessa forma, é preciso partir do princípio que a mediunidade permite a percepção de uma ordem de fenômenos cujas causas não são atribuíveis exclusivamente à ação da mente humana.

Tanto a psicologia quanto o espiritismo se referem à *psiquê* humana, porém o fazem considerando paradigmas distintos. Pretender negar o fenômeno mediúnic, como o faz a maioria das escolas psicológicas, proporciona seu distanciamento em alcançar a fronteira do saber. Por outro lado, negar os processos psíquicos e suas interferências nos fatos espirituais proporciona a privação

⁴⁹ O Livro dos Médiuns, 52ª Edição, Allan Kardec, FEB, Cap XIV, item 159.

do entendimento sobre os mecanismos psíquicos, através dos quais o espiritual se manifesta.

A psicologia não deve se tornar espírita, porém o espiritismo, sem que o force, é pura ciência de natureza psicológica. A obsessão, se estudada meticulosamente, penetrará em questões médicas e psicológicas até então relegadas ao fisiologismo materialista.

No estudo dos processos chamados psicóticos e dos transtornos psíquicos, o espiritismo também se aproxima da psiquiatria, quando terapêuticamente busca solucionar o que considera do domínio da obsessão. Enquanto a psicologia e a psiquiatria consideram que todos os transtornos psíquicos têm sua origem na *psiquê* e no complexo sistema cerebral, o espiritismo enquadrará a maioria deles como decorrentes de influências espirituais e de processos *cármicos*.

A ciência transita entre o conhecido e o desconhecido. Busca investigar, descrever, conceituar e experienciar tudo que lhe pareça relevante. Nada deve ficar obscuro. Tudo deve merecer sua explicação lógica. Não basta conceituar ou mesmo, a partir de conceitos pré-estabelecidos, limitar-se a considerar os fatos como explicados por si só. Embora esse seja o lema da ciência, ela, porém, não tem sido neutra quando investiga os fenômenos espíritas. Há distanciamento cauteloso, e, às vezes, medroso, quando se depara com fenômenos que parecem subverter a ordem científica. Ciência é um senso coletivo e não uma verdade universal. O preconceito coletivo a afastou de ir ao encontro do Espírito.

Allan Kardec e a Psicologia

Ao colocar o subtítulo de ‘Jornal de Estudos **Psicológicos**’ à Revista Espírita, em 1858, Allan Kardec argumentava que assim o fazia “*a fim de dar a compreender toda a sua importância*”⁵⁰, isto é, o quanto era fundamental estudar os fenômenos espíritas como parte dos processos psicológicos humanos. Ele solicitava colaborações à Revista sobre assuntos que envolvessem “*fenômenos psicológicos particulares, que por vezes ocorrem no momento da morte*” e também assuntos contendo “*problemas morais e psicológicos a resolver*”.

O termo psicológico, derivado de *psiquê* (alma, mente, ‘sopro de vida’), criado no Século XVI, era útil à intenção de que os fenômenos fossem relacionados à idéia de mente, alma ou espírito. Allan Kardec foi muito feliz na correlação pretendida, visto que o fenômeno espírita é, antes de tudo, um fato psicológico por natureza. Provavelmente, sem intenção e talvez sem obter êxito, a utilização de uma palavra derivada de *psiquê* visava tentar evitar que a psicologia, então ciência incipiente, resvasse para o materialismo. Ou mesmo por querer que o espiritismo alcançasse aquilo que era pretendido pela psicologia que surgia em sua época.

Na Revista Espírita de abril de 1858, Allan Kardec afirmou que o espiritismo iniciou o Período Psicológico da humanidade

⁵⁰ Revista Espírita, Allan Kardec, Janeiro de 1858, p. 5, Edicel.

em paralelo ao Período Científico do progresso das ciências físicas e matemáticas. Ele se congratulou com um assinante da revista que, através de uma carta, afirmava a entrada da humanidade no período psicológico.

É importante considerar que, quando Allan Kardec iniciou seus estudos sobre os fenômenos espíritas, a psicologia sequer era uma ciência e muito menos se ocupava da subjetividade humana. O que se falava de psicologia, na década de cinquenta do Século XIX, provinha dos escritos de Herbert Spencer (1820 – 1903), que versavam sobre uma certa Filosofia Sintética, cujo conteúdo teorizava a respeito da evolução das espécies. Spencer considerava que “*à medida que o sistema nervoso evolui em espécies cada vez mais complexas, ocorre um aumento correspondente na riqueza e na variedade de experiências a que o organismo é exposto*”⁵¹. Portanto, a psicologia reinante era mais animal do que humana e mais fisiológica do que metafísica. Não é equívoco afirmar que não havia uma psicologia tal qual hoje se compreende. Spencer escreveu em 1855, à mesma época em que Allan Kardec passou a presenciar os fenômenos das mesas girantes na casa da Sra. Plainemaison, dois volumes de sua obra, intitulados *Princípios de Psicologia*. Nesses dois volumes⁵² ele “*discute a noção de que a mente tem a sua forma atual devido a esforços passados e presentes de adaptação a vários ambientes.*” Dizia que “*uma crescente complexidade de experiências e, por conseguinte, de comportamento, é parte do processo evolutivo da necessidade que um organismo tem de se adaptar ao seu ambiente para sobreviver.*”

Como se vê, a psicologia se preocupava com o desenvolvimento e a adaptação do ser humano ao seu meio, sem ocupar-se de seus processos inconscientes ou subjetivos. A psicologia de Spencer se ocupava da evolução das espécies, visto que a temática

⁵¹ *História da Psicologia Moderna*, Schultz e Schultz, p. 147, Ed. Cultrix, 1981.

⁵² *Idem.*

de Darwin e de Wallace estava efervescendo à época. Allan Kardec propunha uma psicologia geral que englobasse os fenômenos mediúnicos. O espiritismo veio colaborar sobremaneira para que a psicologia saísse da fisiologia funcional em direção a uma psicologia do inconsciente.

É bom lembrar que Jung sequer tinha nascido e Freud era uma criança de dois anos quando Allan Kardec utilizou o termo psicológico em seu jornal.

A citação à psicologia na obra de Allan Kardec o coloca como um dos precursores da ciência psicológica moderna. Em vários pontos de sua obra se observa a preocupação em vincular a psicologia ao conteúdo do espiritismo. Em *O Livro dos Espíritos*, na Introdução, Allan Kardec já se referia ao conteúdo das comunicações obtidas nas sessões de mesas girantes, nas quais se utilizava um lápis preso a uma cestinha, trazendo “*altas questões (...) de psicologia*”. Na pergunta 145 do referido livro, Allan Kardec questiona, insinuando que a “*ciência psicológica*” é a temática do próprio livro, qual a causa de não se encontrar entre os filósofos tais assuntos. Allan Kardec também apontava a pluralidade das existências, na pergunta 222, como solução para os “*problemas psicológicos*”. Na questão 455, tratando sobre o sonambulismo e sugerindo que ele “*é uma luz projetada sobre a psicologia*”, esclarece que há distinção entre o espiritismo e o “*fenômeno psicológico*”. Porém, nessa mesma questão, que chama de “*Resumo teórico do sonambulismo, do êxtase e da dupla vista*”, ele também sugere uma certa identidade entre a psicologia e o espiritismo ao afirmar que “*Deus cotidianamente nos põe sob os olhos e ao alcance da mão os mais simples e patentes meios de estudarmos a psicologia experimental.*” No item VIII da Conclusão do mesmo livro ele afirma que os espíritos “*trazem-nos a definição dos mais abstratos problemas da psicologia*”.

Em *O Livro dos Médiuns*, no item 225 do capítulo XIX, que trata do papel dos médiuns nas comunicações espíritas, há

um parágrafo de uma dissertação dada por um espírito superior, no qual ele chama os fenômenos espirituais de “*puramente psicológicos*”. Adiante, no capítulo XXV, ao ser questionado sobre a evocação de encarnados, um espírito afirma que “*a evocação das pessoas vivas só tem interesse como estudo psicológico*”. No item 344 do capítulo XXIX, que trata das reuniões e das sociedades espíritas, Allan Kardec escreve que se deve propor “*questões psicológicas*” aos espíritos elevados.

Em “O Evangelho Segundo o Espiritismo” não há qualquer menção à psicologia, porém, um mês após sua publicação, na Revista Espírita de maio de 1864, Allan Kardec afirma que o espiritismo “*Apóia-se na psicologia experimental*”. Aqui o termo psicologia parece ser empregado como estudo da alma, o que efetivamente o espiritismo é. Experimental sim, pois Allan Kardec incluía os fenômenos mediúnicos na ordem dos fenômenos psicológicos passíveis de experimentação. Hoje já se faz distinção entre os termos.

No livro O Céu e o Inferno, em 1865, na primeira parte do capítulo III, Allan Kardec chama o espiritismo de ciência psicológica, colocando que só seria possível o ser humano identificar-se com a vida espiritual após seus progressos.

Em 1868, em A Gênese, escrevendo sobre o Caráter da Revelação Espírita, Allan Kardec afirma que “*O perispírito representa importantíssimo papel no organismo e numa multidão de afecções, que se ligam à fisiologia, assim como à psicologia*”. Aqui Allan Kardec defende a vinculação do perispírito aos processos psicológicos. Tema que trato em meu livro Psicologia do Espírito.

Faço este levantamento no intuito de mostrar que, muito provavelmente, os estudiosos da psicologia nascente, após a metade do século XIX, preocuparam-se em estabelecer distinções entre os fenômenos mediúnicos e os psicológicos, então atribuídos ao inconsciente. Pode-se perceber, em certo sentido, que os equívocos cometidos por eles se devem à tendência dogmática,

como reação típica, às teses espiritualistas e, por que não dizer, espíritas. Na vã tentativa de negar os processos mediúnicos e os princípios espirituais nascentes, criaram uma ciência que se afastou da alma. A psicologia, pensada como um saber sobre a natureza essencial do ser humano, tornou-se ciência do comportamento. Essa alternativa se deve, em parte, à necessidade de opor-se ao espiritismo.

Filosofia e Psicologia

A psicologia, como toda ciência, surgiu da filosofia e seu processo de diferenciação da matriz não se deu apenas pelo tipo de questionamento próprio, o qual delineava seu objeto de estudo, mas principalmente (não apenas) pela adoção do método experimental, na segunda metade do Século XIX.

As ciências surgem em meio a um conjunto de idéias paradigmáticas e, após certo tempo, desaparecem para que outras venham a nascer ao admitirem e incorporarem novos conhecimentos. Nossas ciências de hoje surgiram a partir de outras que se tornaram discrepantes em relação ao *zeitgeist* (espírito ou ideologia de uma época ou cultura), pois tiveram que incorporar idéias e fatos que marcaram o final do século XX. Tais idéias e fatos inegavelmente influenciaram a ciência contemporânea, a exemplo da cibernética, da biomedicina, da engenharia genética e da nanotecnologia.

A psicologia enquanto ciência, diferenciada da medicina, da fisiologia e da filosofia, surgiu em fins do Século XIX e, hoje, já não é mais a mesma, pois várias escolas surgiram com distintos objetos de interesse. A psicologia tem como objeto de estudo o comportamento humano, no que diz respeito aos fenômenos mentais a ele inerentes. Diferencia-se da psiquiatria, ramo da medicina, que tem como preocupação o estudo das influências do comportamento no cérebro, especificamente no sistema nervoso

central, e vice-versa, a fim de tratá-los através do uso de medicações.

As várias escolas da Psicologia estão se estabelecendo a partir de paradigmas distintos e têm diferentes campos de estudo. Tais campos são: processos cognitivos relativos à aprendizagem e memória, motivações e dinâmica do inconsciente, comportamentos observáveis, fatores fisiológicos e bioquímicos interferentes no comportamento, adaptação e desenvolvimento humano. A três grandes escolas da Psicologia são: Behaviorismo, Psicanálise e suas derivações e a Gestalt. Todas elas estão em processo de desenvolvimento e suas idéias teóricas trazem conteúdos que, na maioria das vezes, se contradizem entre si. Não se pode afirmar, por isso, que existe uma psicologia, mas psicologias que tratam do comportamento humano e dos fatores que o influenciam, sejam fisiológicos, cognitivos, inconscientes ou culturais.

Os pressupostos básicos de uma ciência, ou sua teoria, determinam os limites de sua observação. Quanto mais limitados os princípios, baseados em conceitos arcaicos e ultrapassados, mais distanciada ela estará do saber. Até os pressupostos, considerados unânimes quanto a sua verdade intrínseca, merecem, de tempos em tempos, ser reformulados, ao menos quanto à linguagem em que foram enunciados.

O fato de a filosofia ter sido construída basicamente a partir do pensamento de personagens masculinos permite-nos imaginar uma certa unilateralidade psíquica no modo de conceber a vida. Semelhante às religiões, cujo surgimento se deu a partir de figuras masculinas, certamente encontraremos características típicas do gênero. Que mudanças aconteceriam no viver humano se tivesse havido mais mulheres entre os pensadores e se elas também tivessem fundado as religiões? A psicologia poderia examinar tal questão. Talvez descobrisse que há um viés em todo saber humano, por conta da questão do gênero. O espiritismo poderia contribuir, revelando que os espíritos que encarnam, em corpos masculinos ou femininos, são os mesmos.

Os filósofos formaram suas idéias a partir de suas capacidades de compreensão, da linguagem, do *zeitgeist* do período em que viveram, bem como de sua história individual. Não as tiraram exclusivamente de si, porém suas personalidades influenciaram suas idéias. Uma psicologia e uma filosofia isentas das personalidades que as pensaram, talvez seja impossível, porém quando construídas a partir do olhar do Espírito, certamente se aproximarão mais da realidade.

A psicologia tem avançado e mudado alguns de seus paradigmas, muito embora de forma ainda tímida e sob o olhar preconceituoso da própria ciência psicológica. Em 1935, Joseph Banks Rhine lança as bases da Parapsicologia, ao formular um teste psicológico para medir propriedades psíquicas extra-sensoriais. Com seu assistente, criou as famosas cartas zenner, que se constituía num baralho de cinco naipes. A psicologia não se interessou pelos trabalhos de Rhine, mas ainda terá que lidar com os fenômenos que ele observou. Em 1952, Jung formula o conceito de Sincronicidade, ou o estudo dos fenômenos *acausais*, também assunto do domínio da psicologia, sem interesse adequado. Na década de 80, do século passado, Rupert Sheldrake lança a *Ressonância Mórfica*, em seu livro “*A New Science of Life*”, contendo a teoria dos processos de assimilação atemporal e não espacial pelos indivíduos. Uma espécie de aprendizagem sem contato, à distância e sem comunicação, entre os indivíduos envolvidos.

Ainda há muitos saberes à espera da psicologia. Caso ela não se interesse pelos temas que dizem respeito à *psiquê*, outra ciência o fará.

Aparelho psíquico

O aparelho psíquico humano possui uma demanda necessária de crescimento quanto a sua complexidade. Segue o desejo do Espírito, que necessita de um implemento cada vez mais complexo em seu processo de aquisição contínuo das leis de Deus. Ele é moldável e suas estruturas se alteram a partir das experiências do ser em evolução. A *psiquê*, ou aparelho psíquico, não é uma individualidade à parte e independente do Espírito, mas possui um processo de desenvolvimento autônomo e outro de acordo com a vontade do Espírito. É um órgão que tem seu próprio automatismo. A mente, ou *psiquê*, une as sensações e lhes oferece um símbolo como resposta ou consequência. Assim como o corpo físico evoluiu ao longo da história, o mesmo ocorreu com a *psiquê*, que tem se modificado a serviço do Espírito. Seria inadmissível pensar numa *psiquê* rígida, que não acompanhasse flexivelmente as transformações do Espírito.

O pensamento é uma forma de manifestação da *psiquê*, que obedece a vontade do Espírito, do qual recebe um sentido ordenador. Ele é gerado automaticamente na *psiquê*, sendo-lhe subproduto. Há limites para a *psiquê*, porém ela é como uma semente em crescimento, que, pouco a pouco, vai se transformando numa árvore forte e firme, a serviço da vida.

Os processos psíquicos executados na *psiquê* ocorrem de tríplice forma: automáticos, isto é, sem a intenção do Espírito e,

portanto inconscientes à personalidade, visto que ela é um órgão; conscientes em relação ao Espírito; e, comandados pelo *ego*, ou conscientes à personalidade. Difícil é saber separar tais eventos na *psiquê*, devido a seu caráter de ser um todo indivisível.

A psicologia experimental (Wundt) começou com a preocupação sobre o que era consciente, isto é, o processo de tomada de consciência de um estímulo orgânico, através da introspecção. O estruturalismo, que sucedeu a Wundt, perdeu-se em observar apenas o sistema nervoso, confundindo-o com a mente. O funcionalismo se preocupou com o funcionamento da mente, isto é, em entender como os processos mentais se realizam. Ele deu origem aos testes psicológicos e aos psicométricos. As idéias evolucionistas de Darwin fomentaram as pesquisas em animais, por conta da certeza de que a mente humana era produto da evolução de uma mente inferior. Aos poucos, a psicologia foi se aproximando timidamente do aparelho psíquico, porém sem alcançar sua natureza perispiritual.

Por mais que se alcance uma compreensão maior a respeito do mundo e de si mesmo, ficará ainda e sempre o limite dos paradigmas que constroem os sistemas do conhecimento. Os limites do pensar, da linguagem, do sistema teórico e os decorrentes do fato de o espírito não ser o Criador, sempre estarão entre o ser e a realidade. A *psiquê* evoluirá a serviço do Espírito, até que este prescindida dela e isso demandará muito tempo na evolução.

A evolução do espírito atravessa fases e dimensões de acordo com o ângulo de análise. Pode-se concebê-la a partir das experiências vivenciadas e da capacidade do aparelho psíquico para fornecer os paradigmas das leis de Deus ao Espírito. A seguir, uma síntese dessas fases, de acordo com o grau de consciência do ser encarnado.

1. *Psiquê* primitiva inconsciente – consolidação da consciência de si, em processo de separação da natureza para a construção do *ego*. Formação de grupos tribais para a consciência

coletiva e confirmação do saber sobre a natureza. *Psiquê* com amplo campo inconsciente, imprevisível, amorfa, obscura, extremamente moldável e flexível, hetero-centrada, contemplativa, ignorante, dotada de extrema capacidade simbólica e limitadíssimo campo da consciência, sem *ego*.

2. *Psiquê* consciente projetiva – descoberta do mundo como projeção de si mesmo. Desenvolvimento da filosofia pré-medieval. Definição do campo da consciência, diferenciação do *ego* e não *ego*, estruturação do *ego*-função. Formação de símbolos mais duradouros, percepção do outro, início da identidade, consciência do mundo e consciência da inferioridade. Consciência de Deus projetada em objetos externos.

3. *Psiquê* desperta para o divino – consciência de Deus em si mesmo. Predomínio da teologia filosófica. Período que culmina com o racionalismo. Início da consciência da existência de Deus como causa primeira, espaço psíquico para a percepção de Deus, divinização do medo.

4. *Psiquê* racional auto-consciente – consolidação do *ego* em relação ao *Self*. *Ego*-identidade sobrepondo-se ao *ego*-função. Racionalismo enraizado na consciência. Iluminismo positivista na consciência coletiva. Ciência empírica tecnológica em apoio à racionalidade e à espiritualidade. Auto-explicação, consciência da organicidade, domínio do tempo e do espaço, percepção do inconsciente, consolidação do *ego*-identidade.

5. *Psiquê* autônoma – processo pleno de espiritualização e desenraizamento dos limites corporais e espirituais mais próximos da Terra. Ampliação do domínio do espírito e a superação do mundo terreno e material. Entrada na vida espiritual mais ampla, sem os medos e limites. Espiritualismo como forma de convivência social. Absorção integral das teses espíritas. Consciência do Eu divino, identidade com o *Self* e total autodeterminação.

Nosso pensar, enquanto espíritos vinculados ao planeta Terra e regiões vizinhas, é condicionado a determinados paradigmas e possui limites de acordo com a evolução dos que aqui vivem. O sistema psíquico da Terra abarca tudo que signifique o modo como as coisas funcionam nela. Seriam os princípios gerais do modo como as coisas ocorrem. Alguns pressupostos podem ser vistos através da observação sobre: a) como as coisas funcionam através de trocas energéticas; b) a dualidade como forma de percepção da realidade (a mente vê entre polaridades); c) como prevalece a vitória do mais apto dentro do sistema; d) como as regras, normas ou leis existem em intervalos ou níveis diversos; e) como nos diferentes níveis as coisas podem ser reduzidas a polaridades simples (sistema binário).

A história da evolução humana é também a do desenvolvimento coletivo e da ampliação da diferenciação entre o espírito e a *psiquê*, enquanto órgão funcional de manifestação. À medida que o Espírito evolui, ele molda seu aparelho perispiritual (*psiquê*) o qual, cada vez mais o capacita a outras possibilidades de aquisição das leis de Deus. A história da evolução espiritual e anímica é a mesma da criação do aparelho psíquico. Além das faculdades intelectuais que o Espírito adquire em suas experiências, constrói uma *psiquê* cada vez mais equipada para possibilidades de aprendizagem maiores.

As idéias dos filósofos, as quais ampliavam as possibilidades da *psiquê* em atender às exigências do Espírito surgidas nas mais diversas épocas, seguiam, também, um processo supra-arquetípico. Esse processo tem sido chamado de Plano Divino. Claro que todos os processos do universo fazem parte dele, porém, aquele ao qual estou me referindo é um dos que se encontram entre o automatismo psíquico e o determinismo divino. As individualidades que as geraram seguiam, sem o saber, um molde arquetípico superior, portanto pensaram e elaboraram suas idéias seguindo um modelo coletivo maior do que o social. Tal molde não implica um determinismo criativo, nem tampouco uma anulação

da originalidade. Parece que não se pode pensar fora de certos limites, os quais não pertencem à individualidade nem à coletividade. São limites estabelecidos por leis que, por enquanto, são desconhecidas do Espírito. O livre-arbítrio é limitado por alguma instância superior. Trata-se de um processo supra-arquetípico, pois não se encontra no inconsciente coletivo, mas nas estruturas supra-humanas e espirituais do universo, que estão diretamente conectadas aos arquétipos. São determinantes ultrapsíquicos, os quais se encontram conectados à *psiquê* e, ao mesmo tempo, são externos a ela. O supra-arquétipo ocorre em paralelo ao arquétipo e parecem guardar uma relação interdependente entre si. Um interfere no outro. Eles se retro-alimentam.

Os arquétipos são estruturas *a priori* à formação do corpo humano e modificáveis ao longo do processo de evolução do Espírito, sendo-lhe instrumentos para a canalização do impulso criador inato. Não são imutáveis, mas imprescindíveis à aquisição das leis de Deus. São elementos estruturais da *psiquê*, construídos no contato do Espírito com a matéria e com tudo o mais que lhe seja externo. Formam-se no perispírito e à medida que este vai sendo gerado. Condicionam o Espírito a dirigir sua vontade a partir de tendências padronizadas, de acordo com as experiências milenares da humanidade. São determinantes estruturais dos sentimentos, pensamentos e ações humanos.

O conhecimento das teses propostas pelo espiritismo traz novas possibilidades de ampliação da *psiquê* para que o Espírito continue seu processo de capacitação em sua evolução infinita. Ele detém a visão ampla da própria existência, incluindo a vida espiritual como dimensão. Quanto mais a *psiquê* estiver em contato com essa dimensão, sem alienar o *ego* da vida material, maior capacitação terá para atender às necessidades do Espírito.

O Espírito não está na matéria, seja ela orgânica ou exclusivamente perispiritual, pois estes são estados vibracionais. Em sua evolução, deve-se perceber como é autônomo em relação ao universo, e, tudo que nele vier a experimentar, a realizar, a

construir, autoconhecer-se, autodeterminar-se, cada vez mais o aproximará do que desconhecia, portanto, de si mesmo e de Deus. Sempre estará diante do incognoscível. Enquanto estiver submetido aos limites da linguagem e do pensamento sentir-se-á inferior e pobre. As explicações teológicas, metafísicas, racionais, empiristas, dentre outras, correspondem a estágios de desenvolvimento espiritual do ser humano e são reflexos das condições estruturais da *psiquê* perispiritual. Deve o ser humano, encarnado ou desencarnado, alcançar sua mais íntima essência, que, sem dúvida nenhuma, é o que existe de mais belo na natureza: o amor.

Carl Gustav Jung

Incluir Jung na galeria dos filósofos poderia parecer uma tentativa de redução ou limitação do seu pensamento à especulação metafísica, porém, trata-se de ampliar seu saber além da Psicologia. Ao propor um modelo estrutural da *psiquê*, Jung permitiu uma melhor compreensão do pensar e sentir humanos. Sua psicologia contribuiu e contribui para uma melhor compreensão do ser humano, e conseqüentemente do sentido de sua própria vida.

Destaco, dentre outros conceitos, a idéia da individuação em sua obra. Ela vem dar um sentido às propostas cristãs, e configura-se como uma forma prática e coerente de viver, muito próxima do encontro com o divino em si, sem a necessidade do distanciamento da vida material. Aproxima-se também de uma visão espiritual da vida, cujo sentido transcende o materialismo.

Jung afirma que *“A individuação, (...) significa precisamente a realização melhor e mais completa das qualidades coletivas do ser humano; é a consideração adequada, e não o esquecimento das peculiaridades individuais, o fator determinante de um melhor rendimento social. A singularidade de um indivíduo não deve ser compreendida como uma estranheza de sua substância ou de seus componentes, mas sim como uma combinação única, ou como uma diferenciação gradual de funções e faculdades que em si mesmas são universais. Cada rosto humano tem um nariz, dois olhos, etc.,*

mas tais fatores universais são variáveis e é esta variabilidade que possibilita as peculiaridades individuais. A individuação, portanto, só pode significar um processo de desenvolvimento psicológico que faculte a realização das qualidades individuais dadas; em outras palavras, é um processo mediante o qual um homem se torna o ser único que de fato é. Com isto, não se torna “egoísta”, no sentido usual da palavra, mas procura realizar a peculiaridade do seu ser e isto, como dissemos, é totalmente diferente do egoísmo ou do individualismo.”⁵³

Portanto, a individuação é um processo de particularização e diferenciação do indivíduo para o desenvolvimento de sua personalidade integral, sem que se exclua de sua vida coletiva. Leva o indivíduo para além de si mesmo, sem esquecer de que ele é terreno e vive em sociedade, descobrindo sua singularidade mais íntima e incomparável. Jung diz, também: “*A individuação não exclui o mundo; pelo contrário, o engloba.*”⁵⁴ Neste processo, o indivíduo se percebe melhor, estabelecendo a diferença entre o que é e aquilo que se tornou a partir das interferências do mundo. O processo é comandado pelo *Self*, que, através do *ego*, realiza o Espírito.

Não se trata de uma oposição à sociedade, nem excluído dela, mas viver a vida alienado de si mesmo, na sociedade, em cujos relacionamentos dar-se-ão o crescimento e desenvolvimento da personalidade integral. É um processo de interiorização e de relação com os outros, simultaneamente. Jung diz ainda: “*Quanto maior a regulamentação coletiva do homem, maior sua imoralidade individual.*”⁵⁵ Pode-se inferir o estágio da relação que o indivíduo tem com seu inconsciente a partir do quanto ele é dependente das regras coletivas. Quanto mais desconhece suas reais motivações e tendências, mais a pessoa necessitará de freios

⁵³ OC Vol. VII, par. 267.

⁵⁴ OC Vol. VIII, par. 432.

⁵⁵ OC Vol. VI, par. 856.

sociais, sob a forma de leis ou punições. Quanto mais atento e fiel aos propósitos internos, menos necessitará ser controlado por leis coletivas, pois sua adaptação à sociedade se dará naturalmente, em decorrência da adequada consideração às instâncias pessoais e coletivas da própria vida.

Por outro lado, as normas, quando absolutas ou dogmáticas, freiam o desenvolvimento da personalidade. De forma alguma a individuação é um processo egocêntrico ou individualista, mas algo que também leva o indivíduo a uma fraternidade com seu próximo, tendo em vista sua auto-inclusão na humanidade. É importante verificar, a pretexto da realização de sua individuação, se não se está fugindo dos compromissos humanos comuns, pois estes, necessariamente, também conduzem ao desenvolvimento da personalidade integral.

De início, a individuação retira o indivíduo da coletividade, razão pela qual ele deve pagar um preço. Seu preço é produzir algum valor em retribuição à sociedade da qual ele se retirou. A sociedade reprime tudo aquilo que é individual. Caso ele não devolva à sociedade o que lhe cabe, ela o desprezará, tanto quanto ele a ela. Será um suicídio. Sua retirada temporária da sociedade é um processo automático de recolhimento a si mesmo para a descoberta de valores pessoais e para a estruturação da personalidade em face do embate necessário que viverá com o coletivo. Ao se retirar temporariamente da sociedade estará sonhando sua parcela de contribuição individual ao progresso coletivo. Estará vivendo apenas para si mesmo, razão pela qual deverá produzir algo em retribuição para compensar sua ausência não produtiva à sociedade da qual obrigatoriamente faz parte. A sociedade, como corpo uno, exige a participação de todos para sua integridade, cuidando daquilo que é comum, deixando em segundo plano o que é individual. Aquilo que é individual e diferente será desprezado, portanto, excluído e terá um destino funesto.

Das palavras ditas por Jesus, podem ser extraídos conteúdos que se aproximam da idéia de individuação. Ao afirmar “*Assim*

*brilhe também a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem o vosso Pai*⁵⁶, pode-se fazer uma analogia à realização da personalidade individual no coletivo. Ele também costumava evocar a fé da pessoa como necessária à realização dos “milagres”. Ele disse: “*vai-te, e seja feito conforme a tua fé*”⁵⁷, reafirmado em Mateus, 9:29: “*faça-se-vos conforme a vossa fé*”. Costumava dizer que faria conforme o desejo das pessoas, como a querer afirmar que aquele desejo é que estaria provocando o ato. Isso se assemelha, no processo de individuação, à necessidade de o indivíduo realizar seu próprio destino, bem como de permitir que o inconsciente se realize.

O Cristo é o protótipo do ser individuado. Viveu sua singularidade no coletivo. Pagou o preço de viver sua própria vida, oferecendo à humanidade altos valores norteadores da existência humana. Jung considerava o Cristo a representação do arquétipo do *si mesmo*. O Cristo conseguiu, não só, evocar nas pessoas o sentido divino nelas adormecido, como também a projeção dessa “*imago dei*” nele.

A reforma íntima defendida pelo espiritismo guarda relações com o processo de individuação. Se assim não for, ela se torna frágil, pois atende apenas às exigências coletivas. A reforma íntima deve ser um processo profundo de transformação pessoal, o qual inclui: a integração dos aspectos aversivos da própria personalidade, a administração das *personas*, o contato com sua parte arquetípica oposta (*ânima* ou *ânimus*), a conscientização dos *complexos* e sua conseqüente dissolução e a conexão íntima com o *Self*.

Mesmo considerando a necessidade do ser humano de se individuar, parece haver um plano maior que dirige os destinos de um modo geral. Paradoxalmente, algo nos aponta para a existência de uma liberdade de escolha na construção desse mesmo destino.

⁵⁶ Mateus 5:16.

⁵⁷ Mateus 8:13.

No plano maior, antes de reencarnar, o indivíduo constrói uma versão projetada de si mesmo para o contato que terá com a realidade, que é considerada fora de si mesmo. Esquece-se de planejar como será o embate que terá, quando se deparará com seu próprio mundo interior. Projeta e constrói um mundo como representação de sua *psiquê*, primordialmente inconsciente e provocativa.

Quando o mundo interior se expressa, a alma humana sai da noite escura em que se encontra, mostrando quão bela é a vida que dorme em si mesma. Nos primórdios da evolução, quando ainda predominavam os instintos na personalidade, não era possível essa visão de si mesmo. Mas, quando a individuação é antevista, o ser luminoso aparece e percebe a extensão da escuridão que o cercava enquanto esteve inconsciente de si mesmo.

Ainda a respeito da individuação e da atitude do indivíduo perante a religião, Jung considera: *“O homem autenticamente religioso assume precisamente tal atitude. Ele sabe que Deus criou todas as espécies de estranhezas e coisas incompreensíveis, e que procurará atingir o coração humano pelos caminhos mais obscuros possíveis. É por isso que a alma religiosa sente a presença obscura da vontade divina em todas as coisas. É esta a atitude que pretendo designar quando falo de “objetividade isenta de qualquer preconceito”. Ela constitui o desempenho moral do médico, o qual não deve sentir repugnância pela enfermidade e pela podridão. Não se pode mudar aquilo que interiormente não se aceitou. A condenação moral não liberta; ela oprime e sufoca.”*⁵⁸

Importante a visão de Jung a respeito da atitude religiosa, ao colocá-la em consonância com a aceitação do outro e suas enfermidades. Sua compreensão a respeito de religião e da prática religiosa inclui a percepção da natureza e relatividade do mal. Segundo ele, o mal deve ser percebido no próprio indivíduo, pois isso o tornará mais tolerante ao mal no outro. A atitude religiosa

⁵⁸ OC Vol. XI, par. 519.

deve contemplar a descoberta de Deus em si mesmo, enquanto se tenta percebê-lo no mundo externo. A religião não é uma ligação exclusivamente ao externo, mas àquilo que jaz em seu mundo interno, misteriosamente construído por Deus.

Sem deixar de valorizar as religiões e, em particular, o cristianismo, até porque era cristão, Jung tinha uma visão crítica a respeito do comportamento dos que se declaravam professar a moral cristã. Para lembrar quanto ao seu grau de ligação com a religião, mandou esculpir, na pedra acima da porta de sua casa, a seguinte frase: *“Invocado ou não invocado, Deus está presente”*. Sua percepção a respeito de Deus ultrapassava o domínio da crença, constituindo-se numa consciência Dele em si mesmo. Sobre os cristãos em geral, ele dizia: *“Parece como se desde o início o Cristianismo tivesse sido a religião dos amantes das rixas, e que ainda hoje se esforçasse para que jamais sossegasse a alteração. É curioso que ele viva a anunciar sinceramente o Evangelho do Amor ao próximo.”*⁵⁹

Jung, com suas afirmações, parece querer retirar do ser humano o sofrimento colocado pelo peso de suas próprias crenças a respeito de Deus. A leveza pode ser sentida ao se refletir sobre suas palavras a respeito da condenação moral, consoante a afirmação de Jesus sobre o “não julgueis”.

O processo de individuação requer o sacrifício da personalidade que apresentamos ao mundo, em favor daquela que precisamos nos tornar. Nem sempre conseguimos expressar quem somos ou quem queremos ser. Muitos processos inconscientes ainda necessitam ser representados na consciência para que possamos nos tornar nós mesmos. A alma humana quer se expressar e, quando o faz, revela suas angústias, dúvidas e inquietações. É por demais humano o que revela, porém é preciso tomar consciência de sua totalidade, sem desprezar a natureza aversiva que habita o mundo íntimo.

⁵⁹ OC Vol. XIV/1, par. 251.

Quem conserva uma imagem boa de si mesmo, desprezando sua contraparte, costuma se surpreender com suas atitudes inadequadas, geralmente atribuindo suas causas a fatores exógenos ou preferindo eleger culpados.

Jung não só contribuiu à psicologia, como também à filosofia, ao propor ao ser humano um novo olhar sobre si mesmo, tornando-se autor de seu próprio destino e capaz de gerir seus processos psíquicos, conscientes e inconscientes.

Considerações filosóficas

Resolvi acrescentar, como forma de finalização do livro, algumas reflexões em complementação às questões iniciais colocadas nos primeiros capítulos. Tais considerações visam apresentar as conseqüências da aplicação de uma visão filosófica sobre a vida.

Quero com isso trazer uma certa praticidade vivencial ao pensar filosófico. Aqui trato a filosofia como um modo de viver no mundo. Pode parecer simplista demais, porém está em minha alma realizar este complemento. Pretendo a conciliação de linguagens. Entre a teoria e a prática, existem meios que devem ser buscados.

É óbvio, pelo menos a mim, que a percepção da evolução do pensamento humano e da própria *psiquê* devem proporcionar um incentivo ao próprio crescimento de quem as contempla. A filosofia encantou-me exatamente após essa contemplação. Meu encantamento levou-me à tentativa de pôr em prática aquilo que aproveitei dos meus questionamentos metafísicos. Resolvi pôr em prática na minha vida.

De todas as idéias antes expostas, extraí conceitos que considero filosoficamente e pragmaticamente importantes. A aplicação dos princípios filosóficos por mim adotados levou-me a entender que, na vida, tudo se processa de forma consideravelmente mais suave do que imaginava.

A filosofia é como uma corrente de vento que conduz uma folha numa direção. É preciso aproveitar a energia do movimento por ela gerada, a fim de não soçobrar sem rumo. Tudo flui numa direção, que deve ser estabelecida pelo próprio indivíduo. A evolução do pensamento filosófico indica que existe alguma direção, que deve ser percebida por quem deseje chegar a algum lugar.

A filosofia fascina aquele que nela penetra com determinação de lhe conhecer os paradigmas que nortearam as diversas épocas. Neles encontram-se as representações das mais profundas estruturas da *psiqué* humana como, também, o Espírito, senhor do próprio destino.

O resultado de se saber aquela evolução, é a consciência de si e da própria estrada que se deve seguir. É a descoberta da criatividade e da ousadia, como alavancas para o encontro de alternativas no viver. Inegavelmente o conhecimento da filosofia leva o indivíduo à consciência da existência do Espírito e da imortalidade da alma. Permite que a existência seja compreendida além dos estreitos limites impostos pelo egocentrismo e vivida de acordo com princípios pessoais e coletivos que funcionam interna e externamente. Os objetivos de vida ganham um alcance maior e as perspectivas de realização se ampliam.

Pela leitura filosófica pode-se perceber a evolução das idéias na direção da valorização dos sentimentos, da busca incessante pela liberdade, da paz coletiva e individual e da consciência da existência do ser espiritual. A aquisição do pensamento crítico, àquilo que é considerado verdade, mostrou-se como um grande bem ao ser humano, em lugar da crença cega alienante.

A filosofia na vida tem sido importante catalisador da mudança de paradigma e da noção de pessoa. Vê-se que, cada vez mais, o ser humano se liberta de condicionamentos e equívocos de interpretação a respeito do significado da própria vida, tornando-se um novo indivíduo em sociedade. O respeito ao ser humano tem se ampliado, tanto quanto a conquista das liberdades e garantias individuais. A filosofia também tem mostrado que as

capacidades intuitivas humanas estão em pleno desenvolvimento, a serviço da evolução do Espírito.

Também pode ser observado que o ser humano tem perdido gradativamente o medo da vida e de seu próprio futuro. O caminho da complexidade crescente é também o da autoconfiança.

Nem o tempo nem a história param. Muitas vezes os personagens se repetem nela. O que foi vivido é passado e ele nunca será de novo o presente. Viva, portanto, o presente, com o olhar no futuro. A vida exige-nos sempre que compareçamos a escolher.

Simples questões filosóficas

Mesmo que se responda “o que sou?”, “de onde vim?” e “para onde vou?”, ficará sempre a pergunta “para que existo?”. As respostas plausíveis e lógicas são: sou um espírito eterno em evolução, vim do mais primitivo ser criado por Deus e vou para a perfeição. Outras respostas complementares podem ser dadas, as quais acrescentarão esclarecimentos maiores, mas o vazio sempre vai existir. Sempre nos perguntaremos para que tudo isso?

Respostas simplórias podem ser dadas, mas nem sempre suficientes à mente indagadora do ser humano. Os sistemas por ele criados são insuficientes para respostas mais completas. A dualidade psíquica é um limite muito grande e uma barreira poderosa ao estabelecimento de raciocínios e paradigmas para uma nova compreensão da vida.

Enquanto não alcanço essa compreensão, enquanto não chego ao entendimento da finalidade da vida nem do “para que existo”, vou amando e perseguindo o que considero mais nobre. Vou tentando me tornar: um comigo mesmo, amoroso com os outros e dotado de sabedoria para viver.

Vivo porque amo, amo porque sinto, sinto porque sou, sou porque Deus é. Levo sempre dentro de mim a certeza íntima e inabalável da companhia de Deus, pois Ele é meu alfa e meu ômega.

Nenhuma filosofia e nenhum argumento poderão valer mais do que a idéia de se buscar a felicidade pessoal e coletiva. Tudo

que for construído e pensado no sentido de levar o ser humano a se afastar de sua natureza espiritual é falho. Essa natureza passa pelo sentimento de amor a si e ao próximo.

O que tenho, o que sei, o que consigo, o que sinto, o que penso e o que faço, nunca serão maiores do que a vida de um outro ser humano. Tudo deve concorrer para a felicidade e a paz entre as pessoas, pois a finalidade de minha existência passa pela minha relação com pessoas.

Uma questão importante sobressai quando me vejo diante de outro ser humano e pergunto-me: – o que é amá-lo? – Será o respeito, o carinho, a compreensão, a empatia, a caridade ou algo que transcende cada um destes pontos e sua soma? É o amor um exclusivo e específico sentimento?

Sinto em mim que a resposta me levará à compreensão do “para que existo” e isso está muito distante da possibilidade de ser descrito em palavras.

Muitas vezes me questiono se Deus é uma construção necessária para justificar-me e se essa não é a própria natureza Dele. Chego a pensar que Ele é o meu próprio pensar e sentir, e que é assim que Ele se manifesta. Nenhum desses pensamentos me afasta do mundo nem me tira o sentido de realidade. Conforta-me pensar daquela forma e isso não me aliena do mundo nem das responsabilidades materiais e espirituais que assumi. Cada vez que assim penso me aproximo mais de mim mesmo e de meu próximo.

Questiono-me como consegui não perceber antes a beleza da vida sem entender qual sua finalidade. Vejo-me sábio e ignorante ao mesmo tempo, quando percebo a vida e a mim mesmo.

Vivo por um ideal. O ideal de ser eu mesmo, de ser útil, de ser amoroso e de ser feliz. Cada questionamento que levanto promove uma aproximação maior de meus próprios ideais. Sinto Deus em mim e O “vejo” em cada ser humano.

Quando questiono a natureza de Deus, fixo-me em querer entendê-Lo, afastando-me do mundo e das pessoas. Quando olho

para mim mesmo e para meu próximo, tentando entender-me e compreender meu semelhante, sinto-me mais conectado a Deus. É como se Ele me quisesse mais íntimo e conectado comigo mesmo e mais unido e vinculado a meu semelhante.

Minha filosofia de vida

Sou mais do que penso que sou, porém não mais do que outro ser humano.

Descubro-me à medida que sinto as emoções da vida e que me conecto pelo coração a alguém.

Tenho o que a vida me permitiu conseguir e não me causa incômodo possuir bens materiais.

Sei que o que consegui da vida são acessórios ao meu processo existencial.

Desejo sentir o que de mais nobre possa existir em matéria de sentimento.

Nada mais importa a mim do que ser feliz ao lado de outras pessoas.

Quero conhecer para compreender, sem me tornar um intelectual sem sabedoria.

Procuro aprender a ter e a não ter, a fim de sair do ciclo vicioso da posse.

Busco ser e não ser, para eliminar a dualidade e unilateralidade da consciência.

Amar, simplesmente amar. Viver intensamente cada momento da forma mais espiritual possível.

O tempo me pertence e eu sou o senhor dele, ocupando-me com o que me alegria a alma e me faz crescer em espírito.

Esforço-me por aprender e ensinar, colocando-me como canal de recepção das forças inspiradoras da Natureza.

Organizo-me no necessário e flexibilizo-me no viver para que meu sorriso seja sempre confiante.

Coleciono amizades e amplio cada vez mais minhas conexões afetivas.

Sinto cada vez mais presenças espirituais em minha vida e com elas estabeleço relações amistosas.

Busco criar vínculos afetivos seguros com as pessoas com quem convivo intimamente.

Penso na morte como um ponto de inflexão para outro momento existencial.

Integro cada vez mais minha *sombra* e, simultaneamente, deixo de criticar o comportamento alheio.

Acredito cada vez mais na força do amor e na capacidade de todo ser humano em vencer seus desafios.

Creio na felicidade como fruto do trabalho e do sacrifício pessoal.

Nada, nem ninguém, são capazes de tirar minha paz interior, a esperança na vida e a confiança em Deus.

Mais além

1. Mesmo que você tenha chegado ao topo, mais além há um novo horizonte;
2. Por mais que você conheça alguma coisa, mais além existe algo que você desconhece;
3. Embora seu olhar possa perceber tudo, mais além há algo oculto à sua visão, que necessita ser descoberto;
4. Por mais que você ame alguém, mais além o amor se revela pleno;
5. Por mais que você tenha tudo que quer, mais além há algo novo a ser experimentado;
6. Por mais que você se sinta feliz, mais além o Espírito acontece em êxtase;
7. Mesmo que você já tenha vivido todos os anos possíveis do corpo, mais além há sempre um momento último de esperança;
8. Mesmo que tudo lhe pareça favorável e nenhuma preocupação exista, mais além a paz é maior;
9. Ainda que a dor lhe seja intensa, mais além a saúde lhe espera firme;
10. Por maior que seja seu sofrimento, mais além há uma lição a ser aprendida;
11. Embora tudo pareça estar perdido, mais além a vida lhe mostrará o caminho a ser seguido;
12. Mesmo que você se sinta só e sem amigos, mais além alguém olha por você sem lhe exigir atenção;

13. Por mais que a agressão lhe atinja o coração, mais além existe o motivo e o ensinamento a ser aprendido;

14. Por mais que seus pensamentos estejam confusos, mais além o equilíbrio se aproxima;

15. Mesmo que suas emoções desequilibrem sua vida, mais além elas o convidam à educação dos sentimentos;

16. Ir mais além requer paciência, que é a experiência interna de respeitar o ritmo da vida.

Mensagem

O ser humano, limitado pela ignorância a que ainda está submetido, desconhece a si mesmo, a natureza e a Deus.

Buscando mais o externo que seu admirável mundo interior, aventura-se na vida sem os devidos requisitos psíquicos, que possam lhe assegurar um conhecimento preciso das coisas.

Projetando seus processos inconscientes, acredita que aquilo que vê e percebe é a própria realidade.

Constrói seu sistema de crenças e valores baseando-se naquela realidade projetada, sem se dar conta que vive uma virtualidade.

Deseja, apossa-se, escraviza-se, para depois querer libertar-se a todo custo, sofrendo, num ir e vir, completamente perdido num emaranhado de vínculos desgastantes.

Em suas relações, tecidas pelo orgulho, pelo egoísmo e pelo desejo de poder, esquece-se da construção dos sentimentos nobres.

Na ânsia em viver a qualquer custo, adocece, desequilibra-se e sofre.

Vivendo paixões alucinantes, tentando superar e compensar suas fragilidades internas, perde-se numa teia de complexas idéias e pensamentos, quando não resvala por atitudes inconseqüentes contra si mesmo e contra o próximo.

Inevitavelmente, em vista de tal desequilíbrio e desorientação, surgem os transtornos psíquicos, geralmente, acompanhados de complicadas relações espirituais obsessivas.

Os seres humanos ressurgem num novo corpo, neuróticos, psicóticos, esquizofrênicos ou doentes mentais. Sofrem mais do que fazem sofrer. Lamentam-se mais do que criam meios de suplantar suas deficiências psicológicas, incapazes de encontrar saídas, pela própria natureza de suas doenças.

Vivem no presente, mas olhando para o passado. São vivos-mortos para a realidade em que se situam.

Mal elaboram suas idéias, mergulhados em emoções desencontradas.

Reagem aos complicados processos mentais, desenvolvendo manias, rituais, fobias, fugas e mecanismos de defesa, vivendo de forma cíclica e incompreensíveis a si próprios.

As razões se encontram no Espírito e em sua ignorância quanto às leis de Deus.

Só as experiências vivas e libertadoras, promovidas pelo amor, conduzirão os seres humanos à tão almejada felicidade.

Ao Cristo

Seu olhar, ah! Seu olhar...
Que suavidade e brilho. Segurança plena
Como uma verdejante árvore. Dona do espaço, firmeza na terra.

Sua presença, ah! Que paz...
Contagante doçura, inspiradora companhia
Como o entardecer no campo. Calma repousante.

Seu semblante, ah! Amor profundo...
Serenidade, altivez e domínio. Beleza singular
Como um jardim florido. Cores em harmonia.

Sua personalidade, ah! Humanidade e amizade...
Sem exigências nem dissimulações. Fala ao coração
Como o vôo de um pássaro. Leve e soberano.

Seu silêncio, ah! Mensagem à alma...
Cheio de vida. Sem vazio nem angústia
Como o vento da montanha. Desconcertante e eficaz.

Sua mensagem, ah! O amor maior...
Perdão e caridade. Oferece um sentido à vida
Como Deus no coração. Pleno de amorosidade.

De seu amigo de sempre

Adenáuer Novaes